



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Os contributos da Economia Solidária
para a revitalização de territórios fragilizados
e para a revalorização das artes e ofícios tradicionais

Estudo Caso da Cooperativa Terra Chã

Dora Cristina Duarte dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Professora Doutora Florinda Maria Carreira Neto Matos, Prof. Auxiliar Convidada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Marketing, Operações e
Gestão Geral

Setembro, 2019

DEDICATÓRIA

Torna-te o que tu és.
Píndaro

AGRADECIMENTOS

Esta tese nasceu da minha vontade interior de olhar sob os muros, do desejo de conhecer outros caminhos e outras formas de fazer.

Os últimos dois anos foram uma jornada com alguns desafios mais exigentes, onde senti, muitas vezes, a necessidade de me sentir no caminho certo.

Estou consciente (e grata também) que muitas foram as influências, as aprendizagens e os ensinamentos ao longo deste caminho.

Começo por agradecer ao meu marido e à minha filha, que têm estado sempre ao meu lado neste caminho, com a sua paciência, carinho, bom senso e franqueza.

Agradeço à minha orientadora de mestrado, a professora Florinda Matos, a sua ajuda durante este tempo. Também ao diretor de mestrado, o professor Rogério Roque Amaro, o meu obrigado.

Obrigado à Cooperativa Terra Chã e à aldeia de Chãos, pela disponibilidade e acolhimento que sempre tiveram comigo.

Expresso ainda a minha gratidão ao professor Júlio Ricardo, pela sua disponibilidade, companheirismo e franqueza.

Grata também, por tudo o que me ensinaram e continuam a ensinar, aos companheiros dos Amigos de Aprender, da Casa do Oeste e da RedPES.

Um bem-haja a todos.

RESUMO

A preocupação de Portugal com as assimetrias territoriais já existe há várias décadas. Neste contexto, vários programas e estratégias têm sido pensados, discutidos e implementados, tantos quanto a criatividade nacional e os fundos europeus o permitiram. Contudo, verifica-se que o nó górdio é o mesmo de sempre: a aplicação generalista de propostas (consoante as prioridades de Bruxelas), sem atentar às especificidades dos territórios e ao envolvimento/participação das pessoas e organizações desses territórios na construção do bem comum.

Nesta pesquisa, pretende-se apresentar uma reflexão sobre os contributos que se estabelecem entre as práticas de Economia Solidária e a revitalização de territórios fragilizados, assim como o seu papel na revalorização das artes e ofícios tradicionais. O estudo caracteriza as práticas de Economia Solidária existentes na Cooperativa Terra Chã e analisa de seguida o seu contributo para a sustentabilidade macro. Apresenta-se ainda um modelo de revitalização de territórios, com pontos adaptáveis, a partir da realidade da Cooperativa.

A revisão bibliográfica teve como linhas orientadoras os conceitos de Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local e as Artes e Ofícios Tradicionais. A escolha metodológica consistiu no método qualitativo “estudo caso”, com recurso às técnicas de entrevista semi-diretiva, observação participante e análise documental.

O presente estudo permitiu concluir que as práticas da Cooperativa contribuem para o desenvolvimento sustentável, do território onde as suas ações são desenvolvidas.

Conclui-se que a Economia Solidária pode, efetivamente, dar contributos válidos na revitalização de territórios fragilizados, da mesma forma, pode contribuir positivamente na revalorização das artes e ofícios tradicionais.

Palavras-chave: Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Artes e Ofícios Tradicionais

Códigos do sistema de classificação JEL: Q01 (desenvolvimento sustentável) /B55 (economia social)

ABSTRACT

The Portugal concern with the territorial asymmetries happens for decades. In this context, a lot of programs and strategies had been thinking, discussed and implemented, as much as national creativity and economic funds have allowed.

However, there is always the same issue, the general application of proposals (depending on Brussels priorities), without pay attention to the territories specificity and without involving organizations and populations from those territories in building the common good.

This research intends to present a reflection about the contribution which sets between Solidarity Economy practices and the revitalization of fragile territories, as well as its role in the revaluation of traditional arts and crafts. The study marks the Solidarity Economy practices existing in “Cooperativa Terra Chã” and analyzes their contribution to macro sustainability.

A territorial revitalization model is also presented, with adaptable points, based on the reality of the Cooperative.

The literature review had as guidelines the concepts of Solidarity Economy, Sustainable Development, Local Development and the Traditional Arts and Crafts. The methodological choice consisted of the qualitative method “case study”, using the techniques of semi-directive interview, participant observation and document analysis.

The present study concluded that the Cooperative practices contribute to the sustainable development of the territory where their actions are developed.

It is concluded that the Solidarity Economy can, in fact, make valid contributions in the revitalization of fragile territories, likewise can contribute positively in the revaluation of traditional arts and crafts.

Keywords: Solidarity Economy; Local Development; Sustainable Development; Traditional Arts and Crafts

JEL Classification System: Q01 (Sustainable Development) /B55 (social economy)

Índice

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	9
1. Tema e objeto de estudo.....	9
2. Justificação e pertinência do tema.....	10
3. Problema, objetivos gerais e objetivos específicos	11
4. Estrutura do trabalho de investigação.....	12
5. Fundamentação da escolha dos conceitos.....	13
6. Desafios e dificuldades do estudo	13
PARTE I. QUADRO TEÓRICO	15
Capítulo I. Enquadramento teórico do conceito de Economia Solidária.....	15
1.1. Contextualização histórica da Economia Solidária	15
1.2. Apresentação do Conceito de Economia Solidária.....	20
1.3. Versão francófona da Economia Solidária.....	21
1.4. Versão iberoamericana da Economia Solidária	23
1.5. Versão da Macaronésia da Economia Solidária	25
- Breve análise comparativa das três versões da Economia Solidária	28
1.6.A Economia Solidária e a relação com o Território.....	30
Capítulo II –Enquadramento teórico do conceito de Desenvolvimento Local	35
2.1. Breve introdução ao conceito de Desenvolvimento	35
2.2. O Desenvolvimento Local	37
2.3. Contributos do Desenvolvimento Comunitário.....	42
Capítulo III: Enquadramento teórico do conceito de Desenvolvimento Sustentável	47
3.1. Breve evolução histórica do conceito.....	47
3.2. Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	52
Capítulo IV–Enquadramento teórico do conceito das Artes e Ofícios Tradicionais	59
4.1. Panorama geral das Artes e Ofícios	60
4.2. Definição do conceito de Artesanato	61
4.3. As funções do Artesanato	63
4.4. O setor do artesanato em Portugal	64
4.5. Tendências para o setor das Artes e Ofícios	68
- Breve relação entre conceitos.....	74
PARTE II: ESTUDO DE CASO	77
Capítulo I: Questões de partida e modelo analítico	77
Capítulo II: Metodologias e técnicas de análise adotadas.....	81

Capítulo III: Caracterização do estudo caso em análise – a Cooperativa Terra Chã.....	83
1. Contexto geográfico da Cooperativa Terra Chã	83
PARTE III: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	87
Capítulo I: Projetos de Economia Solidária verificados na Cooperativa Terra Chã	89
1. Projeto Económico	89
2. Projeto Social	96
3. Projeto Cultural.....	98
3.1 A Oficina de Tecelagem da Cooperativa Terra Chã	102
4. Projeto Ambiental	107
5. Projeto Territorial.....	111
Capítulo II: Contributos da Cooperativa Terra Chã observados para a sustentabilidade macro	115
1 - Síntese dos resultados.....	118
CONCLUSÃO.....	123
1. Considerações finais sobre as questões de partida	123
1.1. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária na revitalização de territórios fragilizados?	123
1.2. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária na revalorização das artes e ofícios tradicionais?	124
1.3. Será possível criar um modelo <i>benchmarking</i> , baseado na Cooperativa Terra Chã, que possibilite obter pontos-chave (adaptáveis), para intervenções em territórios considerados como “fragilizados”?	125
2. Reflexão sobre a adequação do quadro teórico	126
2.1. Pistas de investigação.....	126
Referências	129
ANEXOS.....	137
ANEXO A - GRELHA ANALÍTICA.....	139
ANEXO B - Guião Entrevista semi-diretiva	141
ANEXO C - Observação Participante	145
ANEXO D: Sinopse das informações recolhidas através de entrevista semi-diretiva, da observação participante e da análise documental	165

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais diferenças entre a Economia Social e a Economia Solidária	20
Quadro 2 - Quadro resumo do capítulo Economia Solidária	29
Quadro 4 - Quadro resumo do capítulo Desenvolvimento Sustentável.....	58
Quadro 5 - Quadro resumo do capítulo Artes e Ofícios Tradicionais	73
Quadro 6- Quadro base da grelha analítica	78
Quadro 7 - Conceitos, dimensões e indicadores da grelha analítica.....	78
Quadro 8 - Projeto Económico	94
Quadro 9 - Projeto Social	97
Quadro 10 – Análise SWOT à Oficina de Tecelagem Terra Chã	104
Quadro 11 - Projeto Cultural	107
Quadro 12 - Projeto Ambiental.....	111
Quadro 13 – Projeto Territorial.....	114
Quadro 14 - Projetos observados da Economia Solidária	118
Quadro 15 - Dimensões observadas do desenvolvimento sustentável integrado	119

Índice de figuras

Figura 1: Princípios metodológicos do desenvolvimento local	125
---	-----

Glossário de Siglas

CAE - Código das Atividades Económicas

CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato

CCC - Centro Cultural de Chãos

CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato

CRAT - Centro Regional de Artesanato Tradicional

CRIDA - Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie

DL - Desenvolvimento Local

DS - Desenvolvimento Sustentável

DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

EUA - Estados Unidos da América

EU - União Europeia

IVBAM - Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização Nações Unidas

PNSAC - Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPART – Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais

PPAO - Programa de Promoção das Artes e Ofícios

POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

PROACT - Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao desenvolvimento local, à valorização do ambiente e à luta contra a exclusão social

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

W.C.E.D - World Commission on Environment and Development

INTRODUÇÃO

1. Tema e objeto de estudo

Nó Górdio. Este foi o título de uma peça de teatro¹ representada por 23 jovens, onde através de uma narrativa divertidamente séria, abordaram vários temas, tais como a pressão dos pais em relação à escolha da sua profissão, a violência no namoro, a violência em ambiente familiar, os seus medos e inseguranças, a falta de tempo para ter tempo, os seus sonhos, as suas aspirações. Após a peça, confirmam que quiseram passar a mensagem de que vivem um momento de *nó górdio*, referindo-se a uma realidade (aparentemente) insolúvel, mas que, mesmo assim, acreditam que há esperança e que é preciso “pensar fora da caixa”.

Esta metáfora do *nó górdio* é, normalmente, utilizada para chamar a atenção de que a resolução de problemas (que por vezes parecem impossíveis de ser resolvidos) exige que as pessoas tenham formas de pensar diferentes e de analisar os problemas por ângulos diferentes.

O atual cenário mundial, com múltiplas frentes abertas, como o *Brexit*, a tensão comercial entre os Estados Unidos e a China, o crescimento económico desigual dos vários continentes, países e até em territórios contíguos, o combate às mudanças climáticas, o declínio da abordagem multilateral e a tendência para as ações unilaterais, o envelhecimento da população, o trabalho no futuro, entre outros temas, também podem ser vistos como exemplos de *nós górdio*, que a Humanidade tem de enfrentar.

Em Portugal, a situação não é diferente, desafios como o envelhecimento da população portuguesa, o futuro das gerações mais velhas, a fertilidade, a massificação turística, a tecnologia digital, são alguns dos desafios inadiáveis e pertinentes que, amplamente, têm sido debatidos.

Do mesmo modo, a preocupação com os territórios mais fragilizados e a pertinência de reequacionar a abordagem atual à sustentabilidade desses territórios, pode ser vista como mais um *nó górdio*, que tem feito surgir, em muitos contextos, inúmeros debates, propostas e discussão de ideias.

A presente dissertação resulta do nosso interesse em contribuir para este debate, para a troca de ideias e modos de fazer que visem a revitalização de territórios fragilizados, vulgarmente associados a uma visão do interior, em particular, ao meio rural, mas que, efetivamente, podem existir em qualquer área do país, até em meio urbano.

No Portugal todo, evidenciam-se territórios que, cada vez mais, têm de lidar com a perda demográfica, com a deslocalização de serviços públicos (essenciais à vida das pessoas), onde a construção do bem comum esbarra com visões centralistas e concentradas, onde os processos de planeamento e decisão não escutam as pessoas e os territórios, onde prevalece uma postura de competição em detrimento de uma postura colaborativa e integrada.

¹Oficina de teatro M – Associação TEIA de Cultura (Torres Vedras)

Nesta visão de gestão e ordenamento do território, os saberes locais e tradicionais, as economias locais (reciprocidade, valor de uso, relações de vizinhança e entreajuda, solidariedade horizontal), o património local material e imaterial estão a ser desperdiçados, esquecidos e abandonados.

Neste contexto, a Economia Solidária tem subjacente uma *outra* economia, a qual discorda da economia capitalista e da corrente neoliberal dos mercados, com uma visão ecocêntrica, sustentada pelos recursos limitados do planeta. Uma economia que tem por base princípios e valores humanos, ecológicos e solidários, que respeita, partilha e cuida da Vida Comum.

No âmbito destas problemáticas pretende-se, nesta dissertação, apresentar uma reflexão sobre os contributos que se estabelecem entre as práticas de Economia Solidária e a revitalização de territórios fragilizados, assim como o seu papel na revalorização das artes e ofícios tradicionais.

2. Justificação e pertinência do tema

Na área política, consideramos que este trabalho pode ser relevante, se conseguir influenciar políticas públicas e tomadas de decisão, se conseguir obter reconhecimento político e institucional, para o conceito e para as práticas da Economia Solidária, através da sua integração na regulação de problemas da sociedade, na participação ativa dos cidadãos e das cidadãs, para a satisfação do bem-estar comum.

Na área científica, este trabalho pode ser pertinente para o enriquecimento da comunidade científica sobre um conceito que ainda não é muito discutido e reconhecido no país: a Economia Solidária.

A expressão Economia Solidária é ainda significativamente desconhecida para grande parte da sociedade portuguesa, minorizada pela hegemonia da Economia Social, a qual se tem afastado das suas raízes históricas, pelo que a afirmação da Economia Solidária poderia questionar a Economia Social na sua essência, nos percursos e práticas que vem tomando.

De forma humilde, esta pesquisa pode contribuir para o conhecimento, divulgação e debate do que é a Economia Solidária e das suas potencialidades para a construção de um desenvolvimento mais ecocêntrico, para territórios mais sustentáveis.

Na área social, de cidadania e de transformação económico-social este trabalho de investigação pode contribuir para a consciencialização de que é possível um modo de vida alternativo à visão capitalista, lucrativa, numa ótica de consumismo.

Pode, ainda, contribuir para um despertar de consciência (de e) para uma ação mobilizadora do interesse de todos e de cada um, para a tomada de consciência, individual e coletiva, de que, cada um de nós pode (e deve), ser parte ativa e interessada na construção de um mundo melhor, onde a Economia Solidária se apresenta como resposta sólida e coerente perante as desigualdades e injustiças criadas pelo capitalismo sem limites.

Tal como Silva & Silva (2008) afirmam, “São as pessoas que, dependendo do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das suas próprias escolhas, contribuem para o desenvolvimento” (p.13).

Na área pessoal, do meu desenvolvimento pessoal e humano, considero que este trabalho é um momento crucial e decisivo no meu percurso de vida.

Poderá ser pertinente a nível político, científico e social, mas, se não tiver provocado (em mim) reflexão, transformação e novos modos de ver a Vida, toda a sua força sairá esmorecida.

Efetivamente, eu mudei!...

Vejo as mesmas coisas, mas com outros olhos: a participação nas aulas, a abordagem científica a um outro mundo/a uma outra economia que é possível e já existe, a discussão e o convívio com os colegas, a participação em seminários e diversos eventos, as experiências vividas (associações, projetos, etc), o contacto com outras pessoas que não faziam parte do meu círculo relacional, contribuiu para ter uma perspetiva diferenciadora, mais completa e assertiva com a realidade que me rodeia.

Aprendi a olhar para dentro de mim, e “ví, claramente visto...” muitas coisas que ainda não tinha sentido.

Afinal, o mundo que me rodeia ainda continua a ser o mesmo....

3. Problema, objetivos gerais e objetivos específicos

Tendo em conta que esta dissertação pretende refletir sobre os contributos possíveis do conceito e das práticas da Economia Solidária para a revitalização de territórios fragilizados, bem como o seu papel na revalorização das artes e ofícios tradicionais, apresentamos de seguida os nossos objetivos específicos:

1. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária para a revitalização de territórios fragilizados?
2. Que contributos podem dar as práticas de Economia Solidária na revalorização das artes e ofícios tradicionais?
3. Será possível criar um modelo *benchmarking*, baseado na Cooperativa Terra Chã, que possibilite obter pontos-chave (adaptáveis), para intervenções em territórios considerados como fragilizados?

O objeto do nosso estudo é a Cooperativa Terra Chã, uma cooperativa agrícola multissetorial, que nasceu em 2001, na aldeia de Chãos, freguesia de Alcobertas e concelho de Rio Maior, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Esta Cooperativa desenvolve a sua atividade tendo por base as secções de apicultura, restauração e alojamento, artesanato, turismo de natureza e silvopastorícia e ambiente.

Ambiciona-se confirmar se a atividade da Cooperativa Terra Chã se enquadra no conceito da Economia Solidária – Versão Macaronésia, nomeadamente, ao nível do projeto económico, projeto social, projeto ambiental, projeto cultural e projeto territorial. Posteriormente, concluir sobre o contributo para a sustentabilidade da aldeia de Chãos, através da repercussão que as ações desses projetos têm em cada uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico.

4. Estrutura do trabalho de investigação

A dissertação é estruturada em quatro partes: a primeira parte é relativa ao quadro teórico; a segunda parte refere-se à apresentação do estudo caso; a terceira parte diz respeito à análise de resultados e, por fim, a conclusão do trabalho.

A primeira parte desta dissertação é composta por quatro capítulos: a Economia Solidária, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Sustentável e as Artes e Ofícios Tradicionais. O enquadramento de cada um dos conceitos começa pela sua contextualização histórica, passando depois para a apresentação e desenvolvimento do respetivo conceito.

Assim, o primeiro capítulo começa por contextualizar historicamente a Economia Solidária, faz depois a apresentação do conceito, e apresenta, de seguida, as três versões da Economia Solidária assim como uma breve análise comparativa. No final do capítulo apresenta-se uma breve reflexão sobre Economia Solidária e território.

O segundo capítulo, dedicado ao conceito de Desenvolvimento Local, começa por fazer uma breve introdução, desde o conceito de desenvolvimento ao conceito de Desenvolvimento Local, abordando ainda os contributos do Desenvolvimento Comunitário.

O terceiro capítulo aborda o conceito do Desenvolvimento Sustentável, apresentando-se uma concisa evolução histórica, expondo depois algumas considerações de vários autores e, por fim, apresentando o conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico (Economia Solidária).

O quarto capítulo, diz respeito ao tema das Artes e Ofícios Tradicionais. Iniciando-se com a apresentação do panorama geral das artes e ofícios, a definição do conceito, as funções do artesanato, o setor do artesanato em Portugal. Por fim, apresentam-se algumas tendências para o setor.

O último ponto, apresentado na parte teórica desta investigação, pretende fazer uma breve relação entre todos os conceitos, desde a Economia Solidária, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Sustentável até às Artes e Ofícios Tradicionais.

A segunda parte do trabalho é referente à apresentação do estudo caso. Apresentam-se as questões de partida e o modelo analítico, as metodologias e técnicas de análise utilizadas e, por fim, é feita uma caracterização geral da Cooperativa Terra Chã.

A terceira parte do trabalho expõe a apresentação de resultados assim como a respetiva conclusão. Equacionam-se possibilidades para as nossas questões de partida, apresentam-se

as conclusões desta investigação, identificando algumas recomendações, de caráter político e científico e sugerindo ainda algumas pistas de ação e de investigação.

5. Fundamentação da escolha dos conceitos

A escolha do tema da presente dissertação, e por consequência, dos seus conceitos, esteve intimamente ligada à sua pertinência pessoal, científica, socioeconómica e política. Para estudar a forma de transformar territórios fragilizados em territórios sustentados, assim como estudar a possibilidade da revalorização das artes e ofícios tradicionais, ambas pela perspetiva da corrente da Economia Solidária, assumem-se os conceitos chave de Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, as Artes e Ofícios Tradicionais e a Economia Solidária.

Tendo em conta o tema da nossa dissertação, considera-se que os conceitos de Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável e as Artes e Ofícios Tradicionais, dispensam grandes fundamentos no que toca à sua elegibilidade. No entanto, é importante explicar porque é que utilizamos o conceito de Economia Solidária, em detrimento de outros (Economia Social, Economia Social e Solidária, ou outros).

Esta nossa escolha tem o objetivo de contribuir para a clarificação e esclarecimento, em Portugal, do que é a Economia Solidária, uma vez que em termos oficiais o conceito utilizado tem sido o de “Economia Social”, (veja-se o caso da “Lei de Bases da Economia Social” ou da “CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social”). Efetivamente, a realidade concreta e vivida, mostra a emergência de novas organizações (formais e informais), novas realidades, que têm de questionar e obrigar a novas leituras, nomeadamente às ligadas à corrente da Economia Solidária.

6. Desafios e dificuldades do estudo

Finalmente, sobre as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo deste trabalho, damos destaque a três.

A dificuldade mais sentida, ao longo destes dois anos de mestrado, foi a nível pessoal e familiar, as outras dificuldades relacionam-se com a limitação da pesquisa bibliográfica, mais sentida no âmbito do enquadramento teórico, até porque os conceitos são, todos eles, muito amplos, ricos e interessantes.

Posteriormente, na fase metodológica, surgiu a dificuldade em criar um modelo de análise que englobasse todos os conceitos chave utilizados. Na fase de análise e interpretação de dados, o enorme desafio foi a análise do conteúdo recolhido nos três tipos de técnicas (entrevista, observação participante e análise documental), pelo seu volume de dados e tipos de informação. Outra dificuldade encontrada, foi a forma de conseguir sintetizar e estruturar a análise de resultados, de forma precisa, clara e objetiva. Na conclusão, o desafio foi responder às perguntas de forma concisa, fluida e com valor prático.

PARTE I. QUADRO TEÓRICO

Capítulo I. Enquadramento teórico do conceito de Economia Solidária

Este capítulo propõe-se a apresentar o conceito de Economia Solidária, sendo que começaremos por fazer a sua contextualização histórica, permitindo assim uma melhor compreensão sobre o que propõe a Economia Solidária, aqui apresentada como uma nova forma de fazer economia.

1.1. Contextualização histórica da Economia Solidária

Nos últimos 30 anos tem sido possível observar uma clara afirmação da expressão “Economia Solidária”, apresentando um “conceito próprio” e que diz respeito “a práticas novas ou renovadas, nas “vizinhanças” (...) da chamada Economia Social” (Amaro, 2009, p. 12).

Torna-se pertinente, desde já, esclarecer que “Economia Social e Economia Solidária não são a mesma coisa, nem tão pouco são duas terminologias diferentes para designar uma mesma realidade” (Guedes, 2016, p. 9).

De fato, o que acontece é que ambas são as herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental: o movimento associativo operário da primeira metade do séc. XIX na Europa, que fez nascer inúmeras experiências solidárias, sustentadas na ajuda mútua, cooperação e associação (Filho, 2002, p. 11).

A sua história está, portanto, ligada ao começo da história do associativismo laboral, dado que muitos trabalhadores não conseguiam viver conforme as oportunidades oferecidas pelo mercado e pela sua sociabilidade natural, também, que é persistente a vigência de outros modos de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, diferentes da hegemonia do capital (Laville & Gaiger, 2009, p. 163).

Falar da história da Economia Solidária implica também abordar a história da Economia Social (a Economia Social antecede a Economia Solidária); em que esta última acaba por se emancipar da primeira; ou seja, podemos dizer que a Economia Solidária é como uma filha da Economia Social, e que, tal como um filho que segue o seu próprio caminho, também isso sucede com a Economia Solidária².

Embora já existissem, na Europa da Idade Média, na China Imperial ou no Egito, um número considerável de grupos profissionais, religiosos ou artísticos e de outros sistemas de ajuda mútua (Defourny, 2009), a verdade é que foi no séc. XIX que se consagrou o aparecimento da Economia Social, quando em Paris, no ano de 1830, Charles Dunoyer publicou um tratado

2 Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário de Investigação em Economia Social e Solidária, lecionada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 29.11.2018.

sobre Economia Social. Na mesma década, a Universidade de Lovaina deu início ao curso de Economia Social (Caeiro, 2008).

A Economia Social emerge num contexto de afirmação da Era Industrial, onde existia uma sociedade que lidava com duas realidades: de um lado, assistia-se ao progresso tecnológico, crescimento económico e produtividade; do outro lado, lidava-se com a «predominância de situações de pobreza e degradação das condições de vida dos operários» (Fernandes, 2016, p. 9). Esta situação (dois lados, duas verdades), ficaria conhecida como a «questão social», um aspeto que é visto como a “nuvem negra” que assombrava as sociedades industriais.

Perante estas realidades e com influências de vários ideais e movimentos, os operários e camponeses acabam por se organizar e criar cooperativas (respostas a problemas nas áreas agrícola, social, poupança, consumo, entre outras); e sociedades mutualistas ou de ajuda mútua, que procuravam dar resposta a problemas nas áreas da saúde. Estamos assim, perante as primeiras iniciativas de Economia Social (*idem*).

Ainda sobre o cooperativismo operário, a figura de Robert Owen surge como uma das mais marcantes. Ele foi um dos inspiradores das primeiras experiências cooperativistas, surgindo mais tarde o movimento cooperativo (Singer, 2002).

Robert Owen conquistou grande respeito e admiração, quando nas decisões de gestão relativas ao seu grande complexo têxtil, sito em New Lanark (Escócia), decidiu gastar dinheiro com o bem-estar dos seus trabalhadores, recuperando-o depois, sob a forma de lucro e obtendo maiores níveis de produtividade (*idem*).

Esta forma de pensar a ação da empresa – limitar o tempo de trabalho para os operários e proibir o trabalho infantil, criando escolas para as crianças - contrastava drasticamente com o que era prática usual na época, em que a exploração fabril se impunha sobre operários, os quais suportavam jornadas de trabalho imensamente longas; e sobre as crianças, que começavam a trabalhar assim que conseguissem estar de pé (Singer, 2002, pp. 24 - 25).

Robert Owen acabaria por perder os seus admiradores de classe alta, fruto das suas ideias diferentes, e partiria para os Estados Unidos com a intenção de criar «uma Aldeia Cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro» (Singer, 2002, p. 26).

Fruto das suas ideias, os seus discípulos foram dinamizando sociedades cooperativas, como por exemplo a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (uma cooperativa de consumo), considerada por Paul Singer (Singer, 2002, p. 39), como exemplo mais importante, como «a mãe de todas as cooperativas», contribuindo significativamente para a expansão do cooperativismo pela Europa.

Esta cooperativa, fundada por um grupo de operários, em 1844, em Inglaterra, conseguiu dar «forma a uma reação social que visava encontrar soluções para os problemas vividos» e é vista como um dos pilares iniciais da Economia Social (Fernandes, 2016, pp. 9-10).

Os princípios cooperativos adotados em Rochdale, que mais tarde viriam a ser os princípios universais do cooperativismo, acabaram também por servir de inspiração aos princípios e valores de referência da Economia Social³:

- Primado do interesse comum e do interesse geral, sobre o interesse privado
- A não prossecução do lucro como principal objetivo, mas sim objetivos de solidariedade e cooperação
- O predomínio da pessoa sobre o capital
- Gestão Democrática – “um homem, um voto”
- Autonomia face ao Estado
- Adesão livre

A Economia Social surgiu para dar resposta aos problemas criados pela Era Industrial, nomeadamente de cariz social, económico e político e por isso apresentou-se pela conjugação de três projetos: (um) o *projeto social*, tido como primordial sobre os outros, que defendia a diminuição da pobreza, das desigualdades, da insatisfação de necessidades primárias e queria conseguir dar resposta a situações de dificuldade; (dois) o *projeto económico*, pela produção de bens e serviços, satisfação das necessidades, resposta ao consumo, criação de emprego, distribuição de rendimento, criar poupança e investimento, e (três) o *projeto político*, que defendia a democracia económica nas suas organizações (Guedes, 2016, pp. 18 - 19).

A Economia Social defende a *Ação Coletiva*(associativa), com autonomia em relação ao Estado, e propõe novas formas de desenvolvimento (ainda dentro de capitalismo); ou seja, conjugar a dimensão económica com a social, a ambiental, entre outras. Esta era a forma de responder aos interesses e necessidades dos trabalhadores e dos mais pobres, face a um Estado Liberal, que acreditava que não era preciso intervir porque a ordem natural das coisas (e o mercado) havia de resolver os vários problemas (Amaro, 2005 , p. 18).

Comummente, este é considerado como o *primeiro momento* (no seu contexto histórico), da Economia Social, como contra corrente, face ao liberalismo económico do séc. XIX.

O *segundo momento* da Economia Social é o que medeia entre os finais do séc. XIX e a década de 60 do séc. XX, quando ela assume uma perspetiva de complementaridade do Estado, em particular no que toca às prestações dos regimes de proteção social pública.

As primeiras regulamentações do trabalho (1848), os seguros contra acidentes, doença e velhice, criados em Bismarck (1880), a autorização para se constituir sindicatos (1884), a proteção das condições de trabalho (1893), foram respostas aos problemas sociais das sociedades industriais e mostram que se começa a dar importância ao bem-estar dos cidadãos e à obrigação do Estado. No entanto, só após a Grande Depressão (Outubro de 1929 até 1932) e a Segunda Guerra Mundial é que estas respostas se consolidam (Amaro, 2005 , pp. 23 - 27). Neste sentido, é na década de 30 e durante a II Grande Guerra que se assiste à mudança de papel do Estado, passando a intervir no âmbito da proteção social, de modo a dar resposta

³Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário de Investigação em Economia Social e Solidária, lecionada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 29.11.2018.

às “questões sociais”. Surge assim o Estado Socialista e posteriormente o Estado-Providência(*idem*).

Até à segunda metade do séc. XX, a classe trabalhadora viveu um tempo de paz e harmonia com o assalariamento, resultado do pleno emprego dos trinta anos gloriosos posteriores à Segunda Guerra. A atenção dos trabalhadores voltou-se para as relações de classe e na luta pelo Estado, assim “reconciliados com o assalariamento, a maioria dos trabalhadores perdeu o entusiasmo e o interesse pela autogestão” (Laville & Gaiger, 2009, p. 164).

Por um lado, assistiu-se à conversão do cooperativismo de produção e consumo a um cooperativismo de economia de mercado (como empresa participativa e sem a antiga unidade entre capital e trabalho); e por outro lado, o associativismo (como as mútuas e as associações) institucionaliza-se, tendo por objetivo o preenchimento de funções sociais complementares e subalternas. A especialização gradual seguida por estas instituições acabará por resultar na fragmentação das atividades deste setor de atividades e na perda do seu ideal original (Laville & Gaiger, 2009).

Entretanto, o percurso da Economia Social voltará a ser questionado pelos acontecimentos na sociedade, falando-se de um *terceiro momento* da abordagem histórica da Economia Social, (início da década de setenta até aos primeiros anos do séc. XXI, com a “nova” Economia Social).

Nos anos 70, a crise *keynesiana* volta a colocar em causa a figura do Estado-Providência, abrindo assim a porta ao aparecimento de uma “nova Economia Social” (Gaiger, 2009, p. 83), substituindo-se às funções do Estado e do Mercado.

Esta ideia de “refundação” da Economia Social surge, por um lado, porque existe a percepção de que as organizações de Economia Social estão a viver numa nova realidade (uma sociedade que lida com a crise do Estado-Providência, com a crise económica, com o desemprego, com a tomada de consciência pelo agravamento das questões ambientais, dos novos fenómenos de exclusão social e que é vista como nova “questão social”); por outro lado, estas mesmas organizações estão a experimentar novas práticas e assumem novos compromissos (por exemplo, têm melhor base económica que lhes permite mais viabilidade e autonomia financeira, desenvolvem atividades inovadoras, em especial a nível local, onde serviços emergem na medida em que se constata novas necessidades ou novos públicos, adotando novos modelos de decisão e gestão de pessoas e defendendo a autonomia em relação ao Estado, entre outros) (Amaro, 2005 , pp. 54 - 55).

Foi perante estes novos desafios, em especial, quando se perdeu a força da regulação institucional dos aspetos mais adversos para a democracia e para o bem-estar, que emergiu de novo uma intensa procura por alternativas mais justas e mais próximas dos problemas, nomeadamente a nível social, económico e político (Anon., 2011, p. 205).

Surgiram assim as “iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo” (Gaiger, 2009, p. 83).

Estamos perante uma nova geração da Economia Social que defende o “caráter universal irrevogável dos direitos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia” e não aceita a “separação entre as esferas social e económica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade” (p. 84).

Esta nova Economia Social, que critica o silêncio da Economia Social sobre as questões anteriores, defende particularmente a dimensão política das iniciativas que impulsiona e é aliada dos movimentos altermundialistas, virá a ser designada de *Economia Solidária*, um termo que já existia na América Latina.

A expressão *Economia Solidária*, nasceu nos anos 90, quando cidadãos, produtores e consumidores decidiram iniciar atividades económicas organizadas pelos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Estas atividades tinham em comum querer alcançar a solidariedade, em detrimento dos interesses individuais e materiais, adotando, para isso, a socialização dos recursos produtivos e da igualdade de critérios (Laville & Gaiger, 2009, p. 162).

Para (Amaro, 2005a), o conceito de Economia Solidária diz respeito a “novas formas de Economia Social”, que emergiram em contexto europeu francófono e que estão ligadas ao agravamento da pobreza e exclusão social, em especial nas últimas três décadas do séc. XX. O autor refere que foi anos 80 que as academias universitárias começaram a escrever sobre a Economia Solidária, referindo-se a ela como uma “renovação das práticas da Economia Social” (Amaro, 2005a, pp. 4 - 5).

Finda esta breve contextualização do nascimento da Economia Solidária, parece-nos adequado fazer uma nota conclusiva sobre a relação entre a Economia Social e a Economia Solidária.

A tarefa de apresentar o berço da Economia Solidária, não é fácil, nem é livre de críticas ou contraposições, tentamos mostrar como o conceito de *Economia Social* surgiu e se moldou dentro da sociedade, acabando por se refundar na sequência de uma série de desafios, ameaças, novos quadros conceituais e novas práticas de intervenção, levando ao nascimento da *Economia Solidária*.

Importa neste momento referir duas realidades: a primeira é que existe entre ambas (Economia Social e Economia Solidária) uma base de co-existência; a segunda é que elas não são a mesma coisa, embora se possam articular e até construir uma aliança entre ambas, sem deixar de se questionarem entre si (Aleixo, 2014, p. 81).

Segundo Roque Amaro⁴, quando comparamos Economia Social e Economia Solidária, podemos observar estas principais diferenças:

⁴Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário de Investigação em Economia Social e Solidária, lecionada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 29.11.2018.

Quadro 1 - Principais diferenças entre a Economia Social e a Economia Solidária

Componentes ou referências	Economia Social	Economia Solidária
Contexto histórico de origem	Séc. XIX (antes do Estado Social)	Séc. XX/XXI (crise do Estado Social)
Tipo de problemas na origem	Sociais	Económico, sociais, ambientais, culturais, territoriais, políticos
Quadro geográfico cultural de origem	Europa Ocidental	América Latina, Europa e Macaronésia
Projeto económico	Inexistente, imitação do mercado e subordinação ao Estado	Economia plural com base na reciprocidade
Projeto social	Tendencialmente filantrópico	Na sua essência emancipatório
Projeto político	Democracia interna, tendendo para a representatividade	Democracia participativa interna e externa
Tipo de solidariedade	Predominantemente filantrópica e meramente antropocêntrica	Na essência democrática e ecocêntrica
Relações com o Estado	Autonomia formal mas subordinação funcional	Autonomia e parceria (entre pares)
Abordagem da produção	Como produzir	Com o que produzir, como produzir, o que produzir

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nas aulas da Unidade Curricular de “Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceptuais” lecionada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro no ISCTE-IUL, no dia 27.11.2017.

1.2. Apresentação do Conceito de Economia Solidária

Se a Economia Social surgiu na Europa e depois se disseminou para os outros continentes, o mesmo já não aconteceu com a Economia Solidária. Embora tenha surgido na Europa, o facto é que também emergiu noutras locais do Globo, por via de influências geográficas, de lutas populares, pelo desejo de construir outro tipo de relação com a natureza e em defesa das culturas locais.

Assim a Economia Solidária também surge na América Latina, “onde assume não só os contornos da luta formal contra a pobreza e a exclusão social e o desemprego, mas também as formas comunitárias e de entreajuda.” (Amaro, 2005a), mais tarde, surgirá também nos Açores, criada pelas mãos da sociedade civil, que tenta dar resposta aos graves problemas sociais da região e a que o Estado se mostrou incapaz de resolver (Guedes, 2016, p. 28).

Fruto dos diferentes contextos e realidades onde despontou, o entendimento do conceito do que é a Economia Solidária acaba por levar a três versões distintas: a versão francófona, nascida na Europa, a versão iberoamericana vinda da América Latina e a versão da Macaronésia, originária dos Açores.

A versão francófona é tida como a base da corrente europeia, que reage e resiste à desativação do Estado-Providência e *Welfare State*⁵ nas sociedades europeias, engloba países como Suécia, Itália, Inglaterra, França, Finlândia, Suécia, Itália, Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Irlanda, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Bélgica, Grécia, Luxemburgo, estendendo-se ainda ao Quebec, Canadá.

A corrente iberoamericana (Brasil, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile e México) tem como foco a solidariedade entre os mais pobres, com raízes na vida comunitária e apoiando-se na entreatada informal.

Por fim, em processo de afirmação, está a corrente da Macaronésia⁶, que engloba Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde assumindo-se como uma “economia compatível e solidária com a Vida, em todas as suas dimensões, respeitando-a, salvaguardando-a e valorizando-a” (Amaro, 2016a, p. 108).

Para além da enorme diversidade e autonomia de origens, geografias, referências culturais, experiências práticas e formulações teóricas que se espelham nestas três versões da Economia Solidária, importa ainda chamar a atenção para as potencialidades escondidas nas práticas populares, comunitárias e culturais de reciprocidade presentes no continente africano e ainda, de interrogações e desafios que neste âmbito também emergem na Ásia e nos Estados Unidos da América (Amaro, 2016).

Tomando como ponto de partida a noção de que a Economia Solidária diz respeito às atividades económicas que têm como referência a procura de práticas de solidariedade, não apenas solidariedade social, mas em vários sentidos, pressupondo uma visão sistémica, onde a “lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009, p. 15), propomo-nos agora fazer uma breve referência às três interpretações da Economia Solidária.

1.3. Versão francófona da Economia Solidária

É uma versão mais comumente apresentada e discutida por autores de língua francesa, como por exemplo Bernard Ême, Jean-Louis Laville, Jacques Defourny, entre outros, embora também concorram nesta discussão muitos outros autores, como Jordi Estiviil, Roger Spear ou Viktor Pestoff, é também a versão mais “conhecida e divulgada”, em especial no campo académico (Amaro, 2009, p. 15), sendo normalmente referida quando se trata da Economia Solidária na Europa.

⁵Welfare State: Estado de Bem-Estar Social, conhecido também por Estado-Providência, defende-se a ideia de que o Estado deve regulamentar toda a vida social, política e económica de um país, em conjunto com sindicatos e empresas privados, garantindo serviços públicos e proteção à população.

⁶ A Macaronésia é um conjunto de 4 arquipélagos (Açores, Canárias, Cabo Verde e Madeira) que têm fatores em comum: são regiões ultraperiféricas distantes dos seus países de origem, clima agradável todo o ano, fauna e flora semelhantes e ilhas de origem vulcânicas. (s/n, 2015).

Em França, o fenómeno da Economia Solidária surgiu intimamente ligado à problemática da exclusão social, inserida num ambiente de falhanço dos mecanismos de regulação económica e política da sociedade, que acabou por colocar em causa o social.

De fato, é no seio de uma crise de emprego e de uma crise de socialização, onde se “interroga as possibilidades de a sociedade promover a integração” (Filho & Laville, 2004, p. 175), que ela se manifesta, querendo construir outras formas de regulação da sociedade.

Neste sentido, o cordão umbilical da noção de Economia Solidária liga-a ao nascimento de iniciativas locais que propunham serviços de um tipo novo, os serviços de proximidade ou serviços solidários, e que se traduziam por serem experiências que englobavam “usurários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades económicas, com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais)” (Filho & Laville, 2004, p. 112).

O conceito de Economia Solidária formalizou-se em França, no início da década de 90, quando o CRIDA⁷ em Paris, sob a orientação de Jean-Louis Laville, se propôs à elaboração de “trabalhos de descrição destas práticas/experiências, articulados à elaboração de um modo de compreendê-las (...) enquanto fenómeno” (*ibidem*).

Para (Filho, 2002) a noção de Economia Solidária propõe um novo relacionamento entre economia e sociedade, defendendo que é possível conceber a vida dos indivíduos em sociedade não apenas assente nos pilares Estado e Mercado.

Neste novo relacionamento, duas características se destacam: a primeira característica é o chamado fenómeno da hibridação de economias, ou seja, “a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária” (Filho, 2002, p. 13). Esta característica surge no âmbito das experiências/iniciativas de Economia Solidária mostrarem que, na generalidade, circulam ao mesmo tempo recursos mercantis (vender um produto ou prestar um serviço), recursos não mercantis (subsídios públicos em função da utilidade social reconhecida), e recursos não monetários (trabalho voluntário).

A segunda característica, diz respeito ao fato de os serviços oferecidos por estas iniciativas, se restringirem somente às necessidades reais locais das populações, contrariando a lógica defendida pela economia de mercado.

Neste contexto, estamos perante a dimensão económica das iniciativas da versão francófona de Economia Solidária, uma das suas duas mais privilegiadas - dimensão económica e dimensão política (Amaro, 2009) - também conhecidas como projeto económico plural (as organizações de Economia Solidária têm em conta a pluralidade dos princípios económicos), e projeto político de democracia (*idem*).

Na obra “A grande transformação”(1944), também Karl Polanyi apresenta a sua crítica ao reducionismo de mercado (apenas interessa o ganho e o lucro conseguidos nas trocas), e defende a ideia de que a economia sempre admitiu uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, conjugando vários regimes, conforme o tempo e o lugar: mercado auto regulado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade (Polanyi, 2016).

⁷Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie.

A modernidade, implicou um rearranjo destes princípios em três formas de economia ou princípios: a economia mercantil, a economia não mercantil (estatal redistributiva) e economia não monetária (reagrupa a economia recíprota e economia doméstica). A cada uma destas três economias associam-se princípios de comportamento (Filho & Laville, 2004):

à economia mercantil o interesse individual

à economia não mercantil a obrigação

à economia não monetária o “impulso recíprota”, ou seja, a lógica da dívida

(Filho & Laville, 2004), explicam que a noção de economia plural significa um olhar amplo sobre a vida económica, onde existem estes três pólos como criadores e consumidores de riqueza e

onde não apenas as economias de mercado não são exclusivamente mercantis, como também sua prosperidade repousa sobre os pólos não-mercantil (especialmente todas as infraestruturas financiadas pelos poderes públicos) e não-monetário, ou ainda recíprota, isto é, sobre as relações familiares, de amizade, de vizinhança etc. (Filho & Laville, 2004, p. 186).

Relativamente à dimensão política destas iniciativas de Economia Solidária, elas assumem-se como um projeto político, enraizado no “impulso recíprota” inicial, ou seja, no princípio da gestão democrática e do envolvimento da cidadania” (Amaro, 2009, p. 16).

Querendo dar novo fôlego à democracia participativa, partindo da visão quotidiana dos seus intervenientes e da forma de agir das instituições, a Economia Solidária apresenta iniciativas que não se resignam a um papel cativo mas interagem com o Estado e o Mercado, baseadas em arranjos privados de princípios económicos variados (economia plural), no sentido de influenciar a corrente mercantil face a outras dinâmicas organizacionais ou coletivas (Amaro, 2009).

Estamos perante um movimento multifário de experiências, que do ponto de vista europeísta em geral e do francês em particular, se caracteriza por quatro formas principais de emergir da Economia Solidária: o campo do comércio justo, o campo das finanças solidárias, o campo da economia sem dinheiro (criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios económicos) e o campo das empresas sociais (Filho & Laville, 2004, pp. 119 - 124).

A Economia Solidária, segundo a versão francófona, é um conjunto de atividades que pretende alcançar “a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania” e que tem como objetivo “uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reinterligação da economia num projeto de integração social cultural” (Filho & Laville, 2004, p. 18); ou seja, ela surge como um projeto político de democracia, com pilares na solidariedade democrática e no projeto económico plural, tendo por fundo uma visão extensiva da economia (Guedes, 2016).

1.4. Versão iberoamericana da Economia Solidária

A difusão e o reconhecimento desta versão é mais recente, sendo os seus autores oriundos da América Ibérica (língua castelhana ou portuguesa), nomes como António Cattani, Genauto França Filho, Heloísa Primavera, Paul Singer, entre outros, são presença assídua nestes debates (Amaro, 2009, p. 17).

O berço desta versão da Economia Solidária é diferente do caso da versão francófona. Neste caso, o Estado-Providência não se chegou a afirmar nem tão pouco a desempenhar funções sociais, por isso a sua origem e natureza é de cariz popular. Ela reflete-se nas várias iniciativas levadas a cabo por pessoas mais desprotegidas, por trabalhadores que tentam alterar a sua difícil e precária realidade quotidiana e profissional (Guedes, 2016, pp. 40-41).

O surgimento da Economia Solidária, na década de 80, refere (Gaiger, 2009) veio dar continuidade e novo fôlego a uma vasta história, de solidariedade económica, que encontra raízes nas várias regiões do continente e que, precisamente devido às suas múltiplas raízes e formas aliadas e ainda à sua especificidade regional e nacional, dificultam a construção de um conceito único (p. 86).

Destacando o caso do Brasil, a Economia Solidária surge não propriamente em termos de exclusão social (o que não quer dizer que não existam problemas desta natureza no país), mas sim, como iniciativas que combatiam a pobreza e o seu crescimento, que procuravam a garantia de um nível de vida digno para a maioria das pessoas perante o drama da pobreza (Filho & Laville, 2004, p. 175).

No seguimento, a Economia Solidária diz respeito a diversas iniciativas de grupos sociais, na maior parte dos casos de raiz popular, que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia, para construir respostas aos seus problemas locais, criando atividades económicas (Filho & Laville, 2004, p. 149).

A Economia Solidária define-se como um modo de produção que tem como características principais (Singer, 2008):

- a igualdade, na medida em que os meios de produção pertencem ao coletivo dos que trabalham com eles
- a autogestão, porque quem gere os empreendimentos de Economia Solidária são os próprios trabalhadores
- a forma coletiva e democrática, ou seja, cada membro ou sócio tem direito a um voto

(Gaiger, 2009) refere que nestas organizações de Economia Solidárias e “minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho” (p. 86). Também nestas iniciativas se observa que os seus recursos provêm de relações mercantis, não mercantis e não monetárias, afirmando uma rejeição entre o económico e o social e procurando alcançar a eficiência na cooperação produtiva.

A Economia Solidária iberoamericana é um campo onde existe uma diversidade de influências e de exemplos, o que a torna “muito criativa e variada” (Amaro, 2009, p. 18), sendo também formada por grande número de atividades informais. Segundo o autor, a Economia Solidária nestes países toma as formas de:

- respostas dos trabalhadores e sindicatos perante a deslocalização da produção e fecho de empresas
- surgimento de novos movimentos sociais, como por exemplo, o comércio justo (nascido nos Andes, década de 70), sistemas locais de troca (Argentina, finais década de 90), o grupo de

camponeses sem terra (Brasil e México), experiências de orçamento participativo (Brasil), entre outros

- iniciativas das pessoas mais pobres e marginalizadas de atividades económicas de sobrevivência, com base na entreatajuda comunitária e popular, nomeadamente entre a família alargada e os vizinhos (favelas da cidade do México, Rio de Janeiro ou S. Paulo)
- influências de doutrinas e igrejas como a Igreja Católica, veja-se o especial caso da Teologia da Libertação na inspiração/reação comunitária e solidária com atividades económicas de sobrevivência dos grupos mais pobres.

Tendo em conta o universo muito abrangente e diversificado da Economia Solidária brasileira (Filho & Laville, 2004, pp. 167-169), estes autores sugerem critérios para balizar os seus empreendimentos:

- pluralidade de princípios (existem os três tipos de recursos)
- autonomia institucional (autonomia de gestão do empreendimento)
- democratização dos processos decisórios (mecanismos de decisão interna baseados na participação democrática)
- sociabilidade comunitário-pública (articulam padrões comunitários de organizações e relações sociais com práticas profissionais, rejeitando-se as relações impessoais no trabalho que afirmam a separação entre capital/trabalho)
- finalidade multidimensional (o propósito das iniciativas não é meramente o dos seus membros internos ou do coletivo mas sim o que também está no seu redor, na sociedade mais alargada, nas questões públicas, ou seja, as dimensões económica, social, cultural, ecológica e política).

1.5. Versão da Macaronésia da Economia Solidária

Esta é a versão mais recente e por isso a menos conhecida e instituída no meio académico, a sua emergência, que se deu nos anos 80 na Região Autónoma dos Açores, foi “acompanhada e sistematizada” por Rogério Roque Amaro (Guedes, 2016, p. 36) e teve origem num cruzamento singular entre problemas sociais específicos e o aproveitamento de oportunidades para os resolver.

Sobre o contexto do nascimento desta versão de Economia Solidária, importa referir, sucintamente, a situação vivida no âmbito nacional e regional.

No panorama nacional, deve ser tido em conta que a sociedade portuguesa tomava real perceção dos seus problemas de pobreza e exclusão social, muito devido à Revolução de 25 de Abril de 1974, que permitiu uma abertura política e maior consciência dos cidadãos, pela má situação socioeconómica nacional agravada pela crise no sistema económico mundial (petróleo e endividamento), pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e o conhecimento de novas ideias e princípios de atuação face à pobreza (Amaro, 2003) e pelo aparecimento dos “primeiros trabalhos sistemáticos sobre a pobreza e exclusão social” como os de Manuela Silva e Alfredo Bruto da Costa (Amaro, 2003, p. 19).

Na Região Autónoma dos Açores, esta tomada de consciência dos problemas de pobreza e exclusão social, pela sociedade civil, incidiu sobre três grupos específicos de desfavorecidos: famílias pobres de pescadores, pessoas portadoras de deficiência mental e os repatriados.

No caso dos pescadores, estes viviam um misto de problemas complexos e acumulados: más condições de habitação, grandes taxas de desemprego, baixos rendimentos, baixas habilitações literárias e abandono precoce da escola, não acesso à saúde básica, prostituição, conduta de comportamentos desviantes, etc.

Relativamente ao caso das pessoas portadoras de deficiência, a região não tinha respostas para este âmbito e por isso os seus interesses não estavam acautelados.

No que se refere à situação dos repatriados, eram pessoas de origem açoriana, que chegavam à ilha, vindos do Canadá ou E.U.A.(para onde tinham emigrado),e de onde haviam sido expulsos por terem cometido crimes graves, por vezes trazendo apenas a roupa que vestiam e, muitos, já sem saber falar a sua língua de origem (Amaro, 2009, p. 20).

Perante este quadro de problemas, já na segunda parte da década de 80, surgiram (e foram aproveitadas), oportunidades de dar resposta aos problemas de que falámos.

Falamos das novas ideias e princípios de atuação frente à pobreza, que já tinham sido referidas anteriormente por (Amaro, 2003) e da possibilidade de desenvolver ações de formação profissional, entre outras, e projetos de intervenção em áreas específicas, acedendo a fundos comunitários.

É nesta fase que um grupo organizado da sociedade civil de S. Miguel, ligado à Igreja Católica e ao associativismo, de técnicos e pais de pessoas portadoras de deficiência mental, toma em mãos iniciativas que visam a formação e o reforço de competências para as pessoas dos grupos sociais que referimos.

Quando após o término destas formações, o meio produtivo da região não foi capaz de oferecer oportunidades de emprego a estas pessoas, seja por razões de obstaculidade económica ou por desconfiança e discriminação, surgiu uma nova iniciativa. No início dos anos 90, é decidido criar atividades económicas (no começo, de natureza social), tendo como objetivos a criação de emprego para estas pessoas e a criação de condições de sustentabilidade para as organizações, até em termos económicos (Amaro, 2009, p. 21)

Nasciam assim as “duas primeiras organizações explícitas de Economia Solidária, a Associação «Aurora Social», em 1994, e a «Kairós – Cooperativa de Incubação de Economia Solidária, CRL», em 1995” (Amaro, 2016a, p. 107).

No ano de 2000, foi criada a Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores, CRL., atualmente constituída por 22 organizações de Economia Solidária.

Para além do processo se ter alargado na região, também se verificou o seu alargamento a organizações e entidades da Macaronésia, incluindo as Regiões Autónomas das Canárias e Madeira, e a República de Cabo Verde, no âmbito de projetos suportados pelo Programa Comunitário INTERREG (*ibidem*).

As experiências, métodos e conceitos de Economia Solidária da Macaronésia, foram sendo conhecidos e discutidos no âmbito de projetos do Programa Comunitário INTERREG III B, que permitiu, inclusive, a realização de encontros, conferências e feiras transregionais de Economia Solidária da Macaronésia, foi desta forma e com base numa experiência muito particular, que nasceu a Economia Solidária “versão da Macaronésia” (Amaro, 2009, p. 22).

A primeira formulação sistematizada apareceu com a publicação de “Economia Solidária – Contributos para um conceito”, com autoria de Rogério Roque Amaro e Francisco Madelino, no ano de 2004, na sequência, haveria de ser criado o Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, com sede em Ponta Delgada (Açores) e que engloba investigadores de África, América Latina e Europa (*ibidem*).

Segundo (Amaro, 2016a, p. 108), a Economia Solidária é “uma proposta (...) de uma prática e de um conceito de Economia Alternativa”, que atua tendo por base:

- o valor de uso (mais do que o valor de troca)
- a solidariedade sistémica (inclui todos os seres vivos e todas as dimensões da Vida)
- uma visão multidimensional e substantiva do processo económico, ao contrário de uma visão economicista, desenraizada da sociedade e da Natureza
- uma perspetiva ecocêntrica, ao invés de uma visão antropocêntrica.

O autor refere que esta é uma “Economia compatível e Solidária com a Vida”, na medida em que respeita, valoriza e salvaguarda todas as suas dimensões; por isso mesmo se define conjugando e articulando oito projetos (Amaro, 2016a, pp. 108 - 109):

1. Projeto económico plural: tendo como base o Princípio da Reciprocidade
2. Projeto social: estimulando o «*empowerment*» e rejeitando o assistencialismo
3. Projeto cultural: respeitando a diversidade e promovendo a interculturalidade
4. Projeto ambiental: valorizando uma nova relação com a «oikos»
5. Projeto territorial: que apoia o Desenvolvimento Local das comunidades onde se situa
6. Projeto de conhecimento: visando o conhecimento de base indutiva e a aprendizagem permanente
7. Projeto político: onde enquadra a Democracia Interna e o estímulo à Democracia Participativa no espaço público envolvente, com perspetiva de construir uma Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial, com os atores do Estado e com as empresas de mercado
8. Projeto de gestão: criando e experimentando conceitos e instrumentos, não ficando refém da sua importação da gestão empresarial clássica.

Após esta sucinta apresentação das três versões da Economia Solidária, faremos de seguida uma breve análise comparativa entre as mesmas.

- Breve análise comparativa das três versões da Economia Solidária

A versão francófona é a mais conhecida, talvez por ter assumido o papel de reparar as falhas da Economia Social face aos novos desafios do séc. XX – crise do Estado-Providência – e à sua perda de identidade, resultado da sua aproximação ao mercado e por ter sido, parcialmente, absorvida pelo Estado. Neste sentido, esta versão apresenta-se no campo político, económico e social como um conceito mais amplo, robusto e atual, sendo o projeto político aquele que é o mais relevante, instruindo a economia plural, tendo como base a questão da democracia interna (Guedes, 2016, p. 40).

Relativamente à versão iberoamericana, manifesta-se em inúmeras iniciativas criadas entre os mais pobres que tentam responder à sua situação precária de vida e de trabalho. Por isso, é uma versão que dá mais relevo ao projeto social que a anterior. (Guedes, 2016), refere ainda que esta é uma versão mais ampla, dado que autores como José Luís Coraggio, abordam questões ecológicas, territoriais e culturais. Sustenta, ainda, que esta versão está mais próxima da versão da Macaronésia do que da francófona.

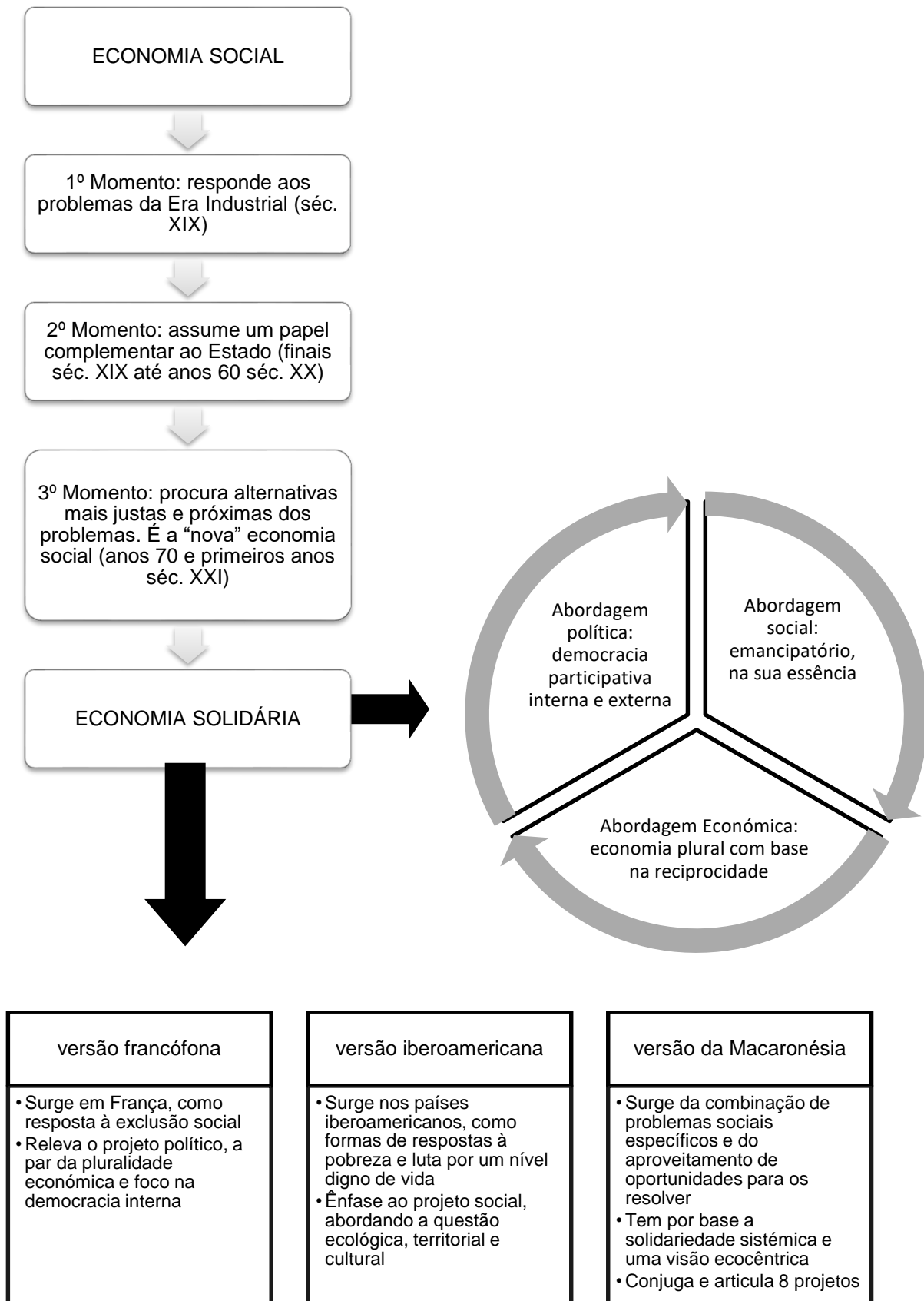
Por último, a versão da Macaronésia, que tem servido de referência aos projetos e às organizações da Economia Solidária da Macaronésia. (Amaro, 2016a, p. 109) refere que é “evidente o seu carácter sistémico, integrado e ecocêntrico”, podendo-se dizer que, em relação às formulações da Europa e América Latina e do Norte, é um conceito “mais abrangente, exigente e qualificado”, mantendo em comum os seus valores e princípios essenciais (*idem*). Esta identidade sistémica, leva-nos a referenciar a sua maior proximidade em relação à corrente ibero-americana do que à corrente francófona.

A discussão e reflexão sobre as três versões de Economia Solidária afirmou a pertinência de as aprofundar no sentido de eleger uma como referência neste trabalho de investigação, quando se fala de Economia Solidária.

Considerando que o objetivo principal é perceber quais são os contributos da Economia Solidária na revitalização de territórios fragilizados, bem como que papel pode ter na revalorização das artes e ofícios tradicionais, e tendo em conta que o objeto de estudo deste trabalho de investigação é a Cooperativa Terra Chã, a versão que faz mais sentido escolher será a da Macaronésia, uma vez que é a que apresenta uma abordagem multidimensional, firmada pelos oito projetos que devem estruturar uma organização de Economia Solidária.

Apresenta-se de seguida um quadro resumo deste capítulo.

Quadro 2 - Quadro resumo do capítulo Economia Solidária



Fonte: elaboração própria, a partir do exposto no capítulo

1.6.A Economia Solidária e a relação com o Território

Pretende-se discutir e refletir a relação, que parece afirmar-se, de forma natural, entre as práticas de Economia Solidária e o território.

O discurso e o debate sobre território e desenvolvimento do território não é um tema recente, o território faz parte da condição humana.

Como podemos falar de pessoas, grupos, comunidades, sociedade, sem os associar a um determinado contexto geográfico? A um território?

Embora o território seja condição de vida para as pessoas que nele vivem, para conhecer um território não basta olhar para o seu meio geográfico (fronteiras e limites físicos); é preciso ter em conta que, do território, também fazem parte o seu ambiente, as suas relações económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas (dentro desse território), não esquecendo, também, a relação desse território com outros territórios, com o exterior.

Neste sentido, relativamente a um futuro desejável para os territórios, parece-nos adequado referir que qualquer estratégia de desenvolvimento, deve ser pensada considerando e articulando as diferentes dimensões; é preciso olhar para os problemas, é preciso construir os problemas a nível local, com uma visão sistémica e global, que permita incluir passos como a colaboração, cooperação e coordenação.

Pressupõe-se que qualquer intervenção no território deve começar precisamente por ouvir e conhecer esse território; respeitando as suas características, começando pelos seus atores locais e pelos seus recursos endógenos, e que veja, ainda, para além da esfera económica, na medida em que se ambiciona que essa intervenção também deva tornar dignas as condições de vida das populações.

A relevância que tem o envolvimento das pessoas, na construção do futuro desejável para os territórios, parece ser, precisamente, uma ponte para a relação entre o território e o modelo proposto pela Economia Solidária: uma economia centrada no valor de uso, na solidariedade sistémica, na visão multidimensional e substantiva do processo económico e numa perspetiva ecocêntrica (Amaro, 2016a, p. 108).

O seu carácter sistémico, integrado e ecocêntrico, assumido pela articulação e conjugação de vários projetos: um projeto económico plural, social e emancipatório, cultural, ambiental, territorial, de conhecimento de base indutiva e aprendizagem permanente, político democrático, de gestão inovador e alternativo, ético (Amaro, 2016a, pp. 108-110), faz do conceito da Economia Solidária e dos seus projetos uma ator importante no debate social contemporâneo (e urgente), sobre os desafios e as relações entre –território, ambiente, pessoas e desenvolvimento–na medida em que amplia a participação da sociedade civil na construção de propostas e conhecimentos que alcancem qualidade de vida das populações nos seus territórios, ao mesmo tempo que aponta para um caminho onde “... a existência de territórios sustentáveis pressupõe o fortalecimento do papel do Estado e da sociedade na integração das políticas da Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Territorial Rural, Educação e Trabalho” (Teixeira, 2010, p. 91).

Perante a complexidade dos problemas contemporâneos – crises da dívida, recessão económica, envelhecimento, alterações climáticas, terrorismo, entre outros – desafios com que os *territórios* lidam e enfrentam no seu dia-a-dia, podemos citar José Manuel Henriques quando defende que “a Economia Social e Solidária permite abrir perspectivas para as políticas públicas” (2010, p. 107), permitindo “...um quadro alargado de possibilidades de concretização na forma de responder aos problemas contemporâneos” (*idem*).

A procura de novas formas de resposta que respeitem o legado que herdámos e que vamos deixar às futuras gerações, nomeadamente sobre o território, tem sido terreno fértil para a construção de sentidos alternativos e novas perspetivas, para a reconfiguração do modo como entendemos este conceito. Apresentamos de seguida diferentes olhares sobre o modo de ver o território. O que se entende por *território*?

O território tem a ver com a componente em “...que se afirma um espaço ou um lugar com identidade e controlo (domínio ou sentido de posse), ou seja, sujeito a uma apropriação – coletiva (...), colocando os habitantes em torno de interesses e referências culturais comuns” (Moreno, 2003).

Para Bernard Pecqueur, “o território é, ao mesmo tempo, um “envolvente” (o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo” (2005, p. 13), afirmando o autor que quando se fala em *território*, fala-se, muitas vezes, de forma misturada, de duas definições diferenciadas: o *território* dado e o território construído.

Assim, “...o território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, *postula-se o território* como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território *a priori*; não se procura analisar sua génese e as condições de sua constituição” (p. 12).

Por outro lado, noutra perspetiva, o território construído é “o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*.” (Pecqueur, 2005, p. 13).

A definição de território, que vem sendo construída há muito tempo, vai muito para além do espaço físico (que é o contexto da ação). Diz respeito a uma realidade complexa, que se compõe pela componente biofísica e também, numa inter-relação equilibrada, da apropriação e reelaboração das componentes humanas, sociais, culturais e históricas (Alcoforado, et al., 2014).

Esta ideia de território leva, naturalmente, à “ideia de comunidade, definida como espaço e local onde se estabelecem autênticas relações sociais (conhecimento partilhado, diálogo, experiências conjuntas...)” (Alcoforado, et al., 2014, p. 9). É esta comunidade que assume o lugar de protagonismo, quando se fala em transformação do território, na medida em que o seu sucesso dependerá da ação concertada da comunidade e da própria capacidade de mobilizar o conhecimento individual e coletivo com vista ao alcance das mudanças desejadas.

Neste âmbito, permitimo-nos fazer uma pequena reflexão. As diferentes perspetivas apresentadas sobre a definição de território levaram-nos aos termos *comunidade*, *espaço* e *local*. Mostrou-se que conhecer o território implica, também, conhecer a comunidade que vive nesse

espaço e local: é olhar e dar voz ao grupo de pessoas que partilha problemas, interesses, recursos, que interage uns com os outros e que reconhece fazer parte dessa comunidade.

“O local não tem apenas uma conotação física, mas representa um conjunto de relações económicas, sociais e culturais que lhe conferem características individuais que diferenciam um local do outro” (Campanhola & Silva, 2000, p. 11).

Segundo Amaro “o local é onde se encontra uma comunidade que consegue criar laços de identidade e redes de solidariedade – são estes dois critérios fundamentais. Portanto, o local pode ser um concelho, uma freguesia, um bairro ou até mesmo uma região⁸”.

Nos dias de hoje, crê-se em desuso a tradicional divisão entre o rural e o urbano, na medida em que as relações de troca se diversificaram. Neste sentido “o enfoque passou a ser nos espaços (territórios) que dão suporte físico aos fluxos económicos e sociais, relegando a um plano inferior, a preocupação com os seus limites geográficos” (Campanhola & Silva, 2000, p. 12).

Neste contexto, a comunidade e o local podem ser vistos como outra ligação, um elo positivo comum, entre a Economia Solidária e o *território*.

Este elo comum pode trazer ganhos a ambas as partes: por um lado, fazer parte da comunidade e da identidade de um local pode trazer benefícios para uma estratégia de promoção de *territórios* saudáveis. Por outro lado, a Economia Solidária privilegia a ação e mobilização coletiva (valorizando a qualidade das relações interpessoais), associando-se a diversas formas organizativas de natureza solidária e democrática. Defende e sustenta as potencialidades das relações sociais, dos valores e das ideias agregadoras na construção de novas respostas e soluções (Henriques, 2010, pp. 106-107).

O modelo proposto pela Economia Solidária dá especial ênfase ao envolvimento das pessoas nos processos de desenvolvimento, na forma de gerar justiça social, de promover a cidadania, na valorização da diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. A preocupação da Economia Solidária com o território, mostra-se (por exemplo), na sua oposição a um modelo que apenas se centre na produtividade global, ou seja, que apenas promove o aspeto económico e a concentração de capital, em vez do fator distributivo e da valorização das culturas locais, mas também (como já referido), na defesa da coesão territorial, da coesão social ou da governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial (Amaro, 2016a, pp. 105 - 106).

Segundo (Amaro, 2005a, p. 4), a componente *território* é um dos pilares fundamentais da Economia Solidária, existindo um grande número de projetos e iniciativas, associados à criação de emprego e à defesa da cultura e do património. Tendo em conta que a Economia Solidária é uma atividade económica, que tem várias atividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades, ela pode refletir um efeito positivo sobre o *território* (*idem*).

⁸Conforme notas da Unidade Curricular de Seminário de Investigação em Economia Social e Solidária, lecionada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 29.11.2018.

Este efeito positivo pode ainda ser relacionado com as ações promotoras da coesão social, do combate ao desemprego, da luta contra a pobreza e exclusão social, da promoção da igualdade de oportunidades, da valorização da diversidade cultural e da cultura local, da valorização da diversidade ambiental, procurando criar formas económicas de preservar e valorizar o ambiente, defendendo uma gestão eficiente e responsável, ancorada territorialmente (tendo base comunitária), e promotora do Desenvolvimento Local (Amaro, 2005a, p. 5).

Neste âmbito, a relação entre a Economia Solidária e o *território* pode ser vista na medida em que as ações promovidas pela Economia Solidária (atrás referidas), podem contribuir e fortalecer a possibilidade de “emergência de capacidade de iniciativa e de capacidade de organização, como a própria capacidade de agir para além de pressupostos mais convencionais” (Henriques, 2016, p. 203), relativamente às condições e aos desafios contemporâneos dos *territórios*.

Capítulo II –Enquadramento teórico do conceito de Desenvolvimento Local

Este capítulo irá abordar o conceito de Desenvolvimento Local (DL), será na relação e no cruzamento, entre o conceito de DL e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (próximo capítulo), que será possível compreender melhor de que forma é possível agir nos territórios fragilizados, de forma a conseguir criar as condições para que se tornem territórios sustentados.

2.1. Breve introdução ao conceito de Desenvolvimento

O nascimento do conceito de desenvolvimento é, normalmente, associado ao período pós Segunda Guerra Mundial, sendo visto por muitos povos, como um objetivo a alcançar, um caminho a seguir.

As razões que ajudam a explicar esta associação são, segundo (Amaro, 2017), em primeiro lugar, o processo de independência das antigas colónias europeias (fruto dos novos ventos democráticos, dos interesses dos EUA e da URSS) e a necessidade de estas serem “guiadas” para os caminhos do progresso.

No entanto, para o autor, há outras razões complementares que justificam esta associação, tais como (2017, pp. 3 - 4):

- O desenvolvimento como referência da “reconstrução europeia” após a destruição feita pela Guerra – o Desenvolvimento como retoma do progresso;
- Principal fundamentação para os processos de acumulação e de competição entre os EUA e a URSS, incidindo em tecnologia, armamento e conquista do espaço – o Desenvolvimento como suporte da Guerra Fria;
- “Palavra de ordem” que refletisse o desejo de paz e progresso, após a destruição e dor das duas Guerras Mundiais e crise dos anos 30 – o Desenvolvimento como mote ansiado por um mundo desejoso de paz;
- Concordância com as lógicas de intervenção do Estado na economia e na sociedade, nos países de países socialistas e países capitalistas – o Desenvolvimento como um objetivo e justificativo da intervenção Estatal.

(Amaro, 2017), explica que o conceito de desenvolvimento é marcado, por cinco características principais (pp. 7-10).

- 1 - A mais marcante e dominante, é a sua vertente economicista e produtivista, ligada ao crescimento económico, aos indicadores como o PIB ou o Rendimento *per capita*, a fatores e variáveis económicos, como pontos-chave de quadros de mudança e alcance do bem-estar e felicidade das pessoas;
- 2 – O etnocentrismo de origem eurocêntrica⁹;

⁹Etnocentrismo de origem eurocêntrica: que assume a perspetiva eurocêntrica (da Europa) globalizante, interferindo e violentando todos os outros continentes, cf (Amaro, 2003a).

3 – O antropocentrismo;¹⁰;

4 – A lógica de androcentrismo (predomínio da perspectiva masculina sobre outros de natureza feminina);

5 - Cunho uniformista, que impõe o seu modelo ou o seu caminho, sobre outras formas de saberes, não académicos ou convencionais.

Segundo (Amaro, 2017), as críticas que foram surgindo ao conceito, e em especial as cinco características referidas no ponto anterior, acrescidas de outros fatores acontecidos nos anos 60 para os anos 70, levaram a que o conceito fosse reformulado. Entre os fatores mais relevantes, para esta mudança, o autor aponta para os seguintes (pp. 10-11):

- As reivindicações de alguns dos países do “Terceiro Mundo”, frente aos “países desenvolvidos”, em relação aos fracos resultados do desenvolvimento e incumprimento de compromissos assumidos por estes países para ajudar ao desenvolvimento
- A grande onda de críticas e mal-estar social, que se refletiu em movimentos sociais e cívicos, contra o modelo dominante nos “países desenvolvidos”
- Consciencialização da problemática da dimensão ambiental às mãos do desenvolvimento economicista, em especial com a organização, em 1972, da Conferência de Estocolmo – “Meio Ambiente Humano”¹¹e no mesmo ano, da publicação do estudo “Limits to Growth” pedido pelo Clube de Roma sobre recursos não renováveis estratégicos
- A relação virtuosa entre crescimento económico e desenvolvimento, entra em descrédito (algumas das razões que levaram a este ponto foram a baixa de produtividade média, queda das taxas de lucro, desaceleração do crescimento económico, crise da libra esterlina em 1967 e do dólar americano em 1971, fim do modelo fordista de crescimento económico do pós Guerra, as Crises do Petróleo na década de 70, entre outras), e começa a perceber-se que o crescimento económico já não é a garantia de emprego seguro e de maior igualdade distributiva de rendimentos
- Uma série de acontecimentos, situações de rutura e crises acontecem nos países socialistas, o mais simbólico inicial foi a “Primavera de Praga”, em 1968, mas ainda podemos referir, entre outros, as greves e crises na Polónia, a eleição de um Papa polaco, João Paulo II, o desastre de Chernobyl e a queda do muro de Berlim, em 1989.

Em resultado de todos estes acontecimentos e das críticas ao conceito de desenvolvimento, surgem nas décadas de 80 e de 90, novas propostas para reformular o termo, normalmente acrescentando um adjetivo à palavra desenvolvimento.

Sobre as várias expressões surgidas nesse período, (Amaro, 2017, p. 13) explica que são conceitos de “Desenvolvimento Alternativo” e indica que os mais notórios são:

- Desenvolvimento Sustentável

¹⁰Antropocentrismo: coloca o Homem acima dos outros seres vivos e no centro do processo de bem-estar, cf (Amaro, 2003a).

¹¹ Foi a primeira conferência organizada pelas Nações Unidas, para abordar o tema do ambiente, acabou por levar à criação da WCED – World Commission on Environment and Development, que viria a publicar o Relatório Brundtland, com o título de “Our Common Future”.

- Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Participativo
- Desenvolvimento Humano
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Integrado

Na opinião do autor (2017, p. 13), estas novas expressões mostram vários aspetos inovadores, a saber:

- Uma perspetiva multidimensional e interdisciplinar do Desenvolvimento
- Maior valor à realização das capacidades em vez de mera satisfação das necessidades
- Uso frequente de dinâmicas participativas e de “Empowerment”
- Início de nova relação entre o Desenvolvimento e a Natureza, assente numa visão de interdependência sistémica
- Apresentação de novos níveis territoriais de ação, como o local e o supranacional
- Defende a integração de todo o tipo de atores nas ações para o desenvolvimento
- Adoção do princípio da Diversidade no Desenvolvimento, em oposição à lógica convencional do “*one best way*”

Neste contexto o conceito de Desenvolvimento Local (a apresentar de seguida), foi um dos conceitos que surgiu em estreita relação com o Desenvolvimento Alternativo, conforme explicação de Amaro.

2.2. O Desenvolvimento Local

Voltando aos seis conceitos de Desenvolvimento Alternativo, apresentados no ponto anterior, (Amaro, 2003a, p. 16) organiza-os por “fileiras”, ou seja, consoante o seu conteúdo, abordagens, práticas ou famílias concetuais, resultando três fileiras:

- A “fileira” ambiental
- A “fileira” das pessoas e das comunidades
- A “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana

O conceito de Desenvolvimento Local, é um dos conceitos chave da “fileira” das pessoas e das comunidades, que dá voz às abordagens que apontam o papel principal às comunidades e às pessoas, no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que estimulam a sua participação e cidadania (Amaro, 2003a, pp. 16 - 17).

A origem do termo Desenvolvimento Local, leva-nos aos finais dos anos 50, quando técnicos da ONU e de organizações não governamentais, começaram a propor e a colocar em prática um método alternativo de promoção do desenvolvimento, com base em três ideias principais (Amaro, 2009a, p. 109):

- As comunidades locais deviam participar na realização do diagnóstico das suas necessidades
- A resposta para essas necessidades devia ter como base o uso das capacidades e recursos dessa comunidade

- A abordagem dos problemas/soluções devia ser feita de forma ampla e integrada (alimentação, educação, saúde, emprego, etc.)

Este método alternativo teve o nome de “Desenvolvimento Comunitário” (este tema será tratado de forma mais detalhada no ponto seguinte), no entanto, o seu carácter mais prático do que teórico fez com que passasse despercebido aos autores teóricos do desenvolvimento (*idem*).

Na esteira do trabalho destes técnicos, surgiu por exemplo a ONG sueca “Dag Hammarskjöld Foundation” (1975, p. 28) que propôs um “outro desenvolvimento” com base em três pilares: (um) as pessoas e a satisfação das suas necessidades, (dois) com forças endógenas e autónomas e (três) em harmonia com o ambiente.

Na década de 70, surgiram vários conceitos relacionados com esta linha de pensamento, como por exemplo o “village concept”, proposto pela OMS, o “desenvolvimento alternativo” por parte de grupos da Bélgica, já na década de 80, surgem, por exemplo, o conceito de “desenvolvimento endógeno” ou a “partir de baixo”, e o “desenvolvimento territorial” do paradigma territorialista da Economia Regional (Amaro, 2003a, p. 17).

É no seio destas várias abordagens que, segundo (Amaro, 2009a, p. 108), o Desenvolvimento Local acaba por surgir: adquire validade científica a partir do final dos anos 70 e reconhecimento institucional a partir dos anos 90. O autor explica que o conceito ganhou validade científica com os contributos de John Friedmann e Clyde Weaver, José Arocena, entre outros. Quanto ao reconhecimento político institucional é normalmente associado ao Programa “Iniciativas Locais de Emprego” da OCDE (final dos anos 80), pela relevância que assumiu na construção de políticas europeias de combate ao desemprego, pobreza e exclusão social (*idem*).

(Amaro, 2009a, p. 110) refere que o DL se afirmou pela via indutiva, ou seja, quando as comunidades locais respondiam aos seus problemas, mas também se afirmou pela reformulação dos paradigmas do Desenvolvimento Regional. Para o autor, esta reformulação da via científica e institucional (ou via dedutiva), está relacionada com a sequência das crises económicas e sociais dos anos 70, onde é colocado em causa o domínio do paradigma funcionalista (lógica de que o desenvolvimento regional deveria de acontecer do centro para a periferia, das cidades para as zonas rurais, “de cima para baixo”).

O autor refere que autores como Clyde Weaver, Walter Stöhr, David Taylor, entre outros, defendiam que o resultado desta lógica era o inverso e propunham que o desenvolvimento devesse “partir de baixo”, a partir de cada território, onde as comunidades locais, usando as suas capacidades, tomariam o papel principal nas iniciativas dos seus processos de desenvolvimento. Este protagonismo dado ao território acabou por dar origem a que se designasse por paradigma territorialista. Foi portanto, a partir das experiências reais e do paradigma territorialista que, segundo (Amaro, 2009a, p. 111), se “enquadrou a (re) conceptualização do desenvolvimento local (...) em muitas intervenções de apoio ao desenvolvimento nos novos países ditos “subdesenvolvidos””.

Face ao que temos vindo a apresentar, parece ser válido pensar que o Desenvolvimento Local surgiu enquanto *outra resposta*, que as comunidades locais procuraram, como forma de

dar solução aos desafios e crises que enfrentavam. Isto pode, também, explicar porque não existe um conceito unânime, que defina o que é o Desenvolvimento Local, dado que ele nasceu de uma multiplicidade de respostas e iniciativas locais, construindo-se a pouco e pouco.

Segundo Amaro, podemos começar por ver o Desenvolvimento Local como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2009a, p. 108).

Portanto, é um processo de mudança, de uma comunidade - que participa, utiliza as suas capacidades e recursos endógenos – com o intuito de melhorar as suas condições de vida, e que utiliza uma perspectiva holística sobre problemas e respostas.

Como (Henriques) defende, é “em torno do «local» que mais facilmente se podem encontrar «ideias agregadoras» enraizadas no quotidiano vivido e é em torno de problemas do quotidiano que mais facilmente se assiste a formas de mobilização política orientada para projectos concretos” (1990, pp. 175-176).

Dito por outras palavras, é a “possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando acções que possam ajudar à (re) construção desse futuro.” (Fragoso, 2005b, p. 64).

(Buarque, 1999, p. 9), explica que o Desenvolvimento Local é um processo endógeno, que acontece em pequenas unidades territoriais e que impulsiona a economia local e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tal concorrem certas condições: mobilizam-se as energias da população, exploram-se as suas capacidades e potencialidades próprias. O autor acrescenta que é preciso que o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida destas populações seja o resultado de um “processo consistente e sustentável” (Buarque, 1999, p. 9), que deve ter em conta o alcance de melhorias a nível social, da economia local e que resguarde ao mesmo tempo os recursos naturais.

As perspetivas apresentadas, parecem indicar que o conceito foi sendo imbuído de uma lógica virada para uma abordagem integrada do processo, ou seja, concebendo-o em função das diversas dimensões da realidade local.

Vão também neste sentido as palavras de (Burbano, 2011), quando refere que o Desenvolvimento Local é um “processo de desenvolvimento integral, que conjuga a dimensão territorial, as identidades ou a dimensão cultural, a dimensão política e a dimensão económica.” (Burbano, 2011, p. 90).

O Desenvolvimento Local, pode ser visto como a resposta local aos problemas económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos trazidos pela globalização dominante, ou seja, as identidades locais e económicas, atuam como resistência à liberalização dos mercados de produtos, serviços e capitais e à homogeneização cultural (Amaro, 2009a, p. 112). Neste âmbito, (Henriques, 2016) atenta que “a capacidade de iniciativa e organização de base territorial torna-se imprescindível para a mobilização do “potencial endógeno” ao conjunto das

comunidades locais, tendo em vista o esforço coletivo de mobilização integral de recursos para a eficiência económica e para a coesão social” (Henriques, 2016, p. 200).

Segundo (Amaro, 2009a, p. 111), podemos definir Desenvolvimento Local, tendo em conta a presença de dez atributos:

- a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (colectiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c) que tem como uma das suas motivações fundamentais, a resposta a necessidades básicas da comunidade, que estão por satisfazer;
- d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
- e) o que implica a adoção de metodologias participativas e de “*empowerment*” da comunidade local (do ponto de vista individual e colectivo);
- f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
- g) numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
- h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários actores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) com impacto tendencial em toda a comunidade;
- j) e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Tendo como base este conjunto de atributos, é possível fazer a dedução de princípios metodológicos, os quais servirão de ponto de partida ao Desenvolvimento Local, apontando para a predominância de quatro lógicas principais:

- Participação e Empowerment
- Territorialidade
- Abordagem Integrada com um trabalho em Parceria
- Flexibilidade de Ação e investigação-ação

Segundo (Fragoso, 2005) indica, a *participação* pode ser entendida como (...) uma ação qualitativa e organizada que permite aos grupos conscientizados concretizar iniciativas que permitam a melhoria das suas vidas (...) esta participação tem um valor educacional profundo: forma cidadãos capazes de ter uma posição crítica sobre os assuntos que os afectam, capazes de actuar sobre o mundo actual em que vivem, propondo medidas que promovem a melhoria social (...) (Fragoso, 2005, p. 44)

(Henriques, 1990) define a *participação* nestes processos como sendo o “envolvimento das populações” buscando respostas aos seus problemas, criando «comunidades de interesses» (Henriques, 1990, p. 27).

Este processo participativo é acrescido pelo conceito de *empowerment*, que “é um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controlo dos seus próprios assuntos, da sua própria vida e do seu destino, consciencializando-se da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Costa (2000:7) *apud* (Monteiro, 2008, p. 63).

Relativamente à *territorialidade*, (Henriques, 1990, pp. 53 - 54) defende que é uma lógica presente nos processos de Desenvolvimento Local e que está implícita nos valores de referência do paradigma territorialista, que preconizam:

- A melhoria das condições de vida da população de uma sociedade territorial em valor quantitativo e qualitativo (este é o critério fundamental)
- O processo de desenvolvimento é determinado pela população enraizada, que mobilizará de forma integral os seus recursos naturais, humanos e institucionais para responder às suas necessidades básicas
- O desenvolvimento deverá de ser igualitário
- O desenvolvimento terá como bases um espaço elevado de autodeterminação territorial
- Preconiza o desenvolvimento de pessoas e não de lugares
- Defende um crescimento económico seletivo, guiado para a redistribuição e com enfoque na criação de emprego
- O desenvolvimento subentende articulação territorial e outras, entre as estruturas de tomada de decisões.

A complexidade dos desafios e problemas da sociedade contemporânea obriga à construção de respostas imbricadas numa leitura holística, sistémica e multidisciplinar sobre os problemas. Exige-se um maior comprometimento entre os vários atores, falamos da *abordagem integrada com um trabalho em parceria*.

Segundo (Lima & Amaro, 2016), o trabalho em parceria – antes referido como *parthenariado*, por vezes também como trabalho colaborativo ou em rede – é tido como um processo de aprendizagem mútua eficiente, que resulta em intervenções mais sólidas e comprometidas. É um trabalho que diz respeito “à cooperação entre vários atores, tais como serviços públicos, autarquias, associações de base local, instituições particulares, empresas e grupos informais” (Lima & Amaro, 2016, p. 168), sendo que as várias partes envolvidas no processo, mantendo a sua individualidade, compõem uma visão holística dos problemas e encetam uma ação integrada e cooperativa, visando o alcance de um amplo quadro de saberes, preocupações e respostas.

Resumidamente, podemos dizer que esta prática articula todas as partes envolvidas para a procura de “uma resposta global para os diferentes aspectos da promoção humana” (Silva, 1964, p. 3).

Por fim, o princípio metodológico da *flexibilidade de ação e investigação-ação* nas abordagens de Desenvolvimento Local.

Este princípio resulta da proximidade destes processos ao contexto do terreno e atribui um papel nuclear à interação entre a *ação* (experiências no terreno) e a *indução* (teoria).

(Amaro, 2003a, p. 25) explica que “os novos conceitos de desenvolvimento e os novos paradigmas científicos atribuem à *Acção* e à *Indução* papéis nucleares nas suas matrizes estruturais”. Neste contexto, o autor afirma que isto “implica que o desenvolvimento tenderá a ser um processo permanente de *Investigação - Acção*, em que a Teoria se alimentará da *Acção* e vice-versa, o que pressupõe uma dinâmica de avaliação permanente” (*idem*).

Para Isabel Guerra, esta relação entre teoria e ação, facilita outra forma de produzir, em simultâneo, o conhecimento e a mudança, quando atores e investigadores partilham conhecimentos. Para a autora, esta metodologia distingue-se de outras, em ordem a três razões:

Em primeiro lugar porque parte de um problema para o tentar resolver construindo a sua problematização na empiria e aí voltando no final do processo. (...) - Em segundo lugar, a sua finalidade é a de elaborar saberes que tornem as situações sociais inteligíveis, parcialmente previsíveis e influenciáveis num contexto (...) onde os diferentes atores sociais são considerados, eles próprios como produtores do conhecimento. Finalmente, o investigador é um mediador neste processo tendo como função principal garantir o controlo do processo de produção de conhecimento de forma a que essa diversidade de olhares e de entendimentos esteja presente. (Guerra, 2003, pp. 75-76).

2.3. Contributos do Desenvolvimento Comunitário

No ponto anterior, onde falamos do conceito de Desenvolvimento Local, já tivemos oportunidade de referir a ligação que existe entre este e o Desenvolvimento Comunitário, na medida em que surgiu como método alternativo de promover o desenvolvimento nos países chamados de “subdesenvolvidos”, tendo sido pensado para valorizar as comunidades locais, as suas aspirações e capacidades.

Nessa altura, o conceito teve pouca visibilidade e acabou por passar despercebido, no entanto, mais tarde, acabou por ser visto como um dos primeiros passos para o surgimento do Desenvolvimento Local (Amaro, 2009a).

Considerando pertinente o contributo do Desenvolvimento Comunitário para o conceito do Desenvolvimento Local, e ainda no âmbito do nosso trabalho de investigação, abordaremos de seguida o referido conceito.

No ano de 1956, a UNESCO, definiu o Desenvolvimento Comunitário como (...) um termo genérico utilizado para descrever o processo pelo qual as comunidades locais poderiam aumentar os seus padrões de vida. Este processo inclui a organização e criação de serviços, por exemplo, para o bem-estar social, proteção da saúde, educação, melhoria da agricultura, desenvolvimento industrial de pequena escala (...) (UNESCO, 1956, p. 1).

Hermano Carmo, refere que Ander-Hegg, definiu em 1980, o Desenvolvimento Comunitário como sendo

(...) uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (Carmo, 2001, p. 4).

(Silva, 1963), autora de grande importância em estudos e na experimentação de processos de Desenvolvimento Comunitário, apresenta a definição adotada pelas Nações Unidas, é “o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos

poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral” (Silva, 1963, p. 543).

A autora diz que existem regiões-problema em todos os países, incluindo os mais desenvolvidos a nível económico e social, sendo regiões que não acompanharam naturalmente o fenómeno do crescimento ou expansão económica, que aconteceu em territórios vizinhos. Refere que as causas deste atraso, em relação ao conjunto, são várias, assumindo maior relevo as razões de ordem geográfica, económica, histórica e sócio-cultural e psicológica (1963a, pp. 1 - 4). A autora defende ainda que

A solução ideal para a aceleração do processo de desenvolvimento das regiões atrasadas é a que permite combinar as vantagens de uma programação global com os benefícios de uma participação voluntária do povo no progresso, isto é, a conjugação do plano central que define as grandes linhas da política de fomento com o desenvolvimento comunitário (1963a, p. 9)

A falta de um apoio direto, por parte dos governos centrais ou regionais, acabará por limitar a dimensão destes processos, porque a própria evolução do processo de desenvolvimento comunitário leva a população a empreendimentos cada vez mais abrangentes e que acabarão por ultrapassar as capacidades humanas, financeiras e técnicas locais (*ibidem*).

Para a autora, o Desenvolvimento Comunitário tem dois objetivos: o primeiro é o apelo à iniciativa local e a afluência de esforços para a solução dos problemas de coletividade; o segundo é a integração dos projetos locais na perspectiva regional e nacional. Portanto, a primeira etapa visa “tornar as pessoas da colectividade capazes de confiarem em si mesmas e de se reconhecerem aptas para empreenderem uma ação comum eficaz em ordem a melhorar a sua situação” (Silva, 1963a, p. 10); a segunda etapa, começa quando se prepara “a população para entender a necessidade de enquadramento dos seus problemas em perspectivas mais amplas do que a da sua própria colectividade” (*idem*). Tudo isto acontece durante o desenrolar do processo de desenvolvimento comunitário, que, segundo (Silva, 1963a, pp. 11 - 24) pode ser descrito em 5 etapas:

Etapa um: informação geral e dinamização da colectividade

O primeiro passo é transmitir à colectividade a ideia do desenvolvimento comunitário, a necessidade da participação de todos para o alcance de melhores níveis de vida, este passo pode ser dado por qualquer entidade, uma pessoa qualquer da região, um líder formal, uma associação de carácter social, cultural, etc.

Conforme a situação concreta em que se encontra a coletividade, varia o tipo de informação a prestar, ou seja, se a população já tem um desejo latente de progredir é apresentada alternativas para esse desenvolvimento, se a população se mostra indiferente, passiva e cética sobre a possibilidade de transformação de vida, procurar-se-á despertar a iniciativa, criar o gosto por novas condições de vida, ao mesmo tempo que se mostra como se pode alcançar estas situações. O segundo passo da informação é provocar uma reação favorável ao desenvolvimento, por parte da população. É importante que a população queira progredir,

acreditar na possibilidade de progresso, comprometer-se no seu próprio processo de desenvolvimento.

Etapa dois: prospeção das necessidades e recursos potenciais

É preciso saber quais são as necessidades, recursos existentes e potenciais na situação que se vai fazer evoluir, para isso, faz-se uma investigação com vista à recolha destes dados.

Esta investigação é feita pelos técnicos que intervêm no plano e pela própria população. O fato de a população participar nesta prospeção apresenta três vantagens:

- A reflexão conjunta sobre as suas necessidades e recursos potenciais é um fator de dinamização e comprometimento com o processo;
- Permite identificar as necessidades sentidas;
- Permite a transmissão de um conjunto de conhecimentos muito apreciáveis.

Um dos processos mais relevantes para esta prospeção, é o “auto-inquérito da coletividade”, este é da responsabilidade de uma comissão central, onde têm assento os principais líderes, formais e informais locais, assim como os representantes de diferentes setores e diferentes aglomerados da população.

Etapa três: descoberta e formação dos líderes locais

No processo de Desenvolvimento Comunitário, é muito importante a colaboração dos líderes formais. No entanto é ainda mais pertinente a participação dos líderes informais na medida em que estes serão os autênticos líderes da coletividade, enquanto que os líderes formais podem ou não ser ou não. Tanto os líderes formais como os líderes informais são formados para o Desenvolvimento Comunitário. Outro agente de Desenvolvimento Comunitário é o animador local, este pode provir da coletividade local, de profissionais ligados aos quadros da administração ou voluntários que acumulam esta função como sua ocupação tradicional. Normalmente recebem formação polivalente sobre as técnicas mais úteis às coletividades (enfermagem, agricultura, desporto, associativismo etc.).

Etapa quatro: elaboração de um plano

O que sucede nestes processos é que se começa com dois ou três projetos, de utilidade indiscutível, de fácil consecução e de resultados visíveis a curto prazo. Isto permite atingir dois objetivos: o primeiro tem a ver com o acréscimo de rendimento necessário, com dar à população confiança em si própria, fazê-la acreditar nos seus recursos, dar-lhe experiência de cooperação, criar maior dinamismo etc. O segundo, a partir da realização destes projetos há margem para se fazerem, ao mesmo tempo, os inquéritos e os estudos necessários à elaboração de planos mais amplos, sem que a população se canse de esperar.

Precisemos agora as principais características de um plano de Desenvolvimento Comunitário:

- Visa a satisfação das necessidades reais de uma dada coletividade (não interessa a sua extensão, pode ser aldeia, município, região geográfica, país ou até região internacional);

- É elaborado a partir do reconhecimento feito pela população, das suas necessidades e recursos potenciais;
- Tem a concordância final da população, manifestada direta ou indiretamente pelos seus representantes mais autênticos;
- É a população que realiza, avalia e controla o plano de desenvolvimento.

Por fim, os técnicos não se devem sobrepor à população na estruturação do plano, mas sim, apresentar as prioridades/fundamentos tendo em conta o quadro de necessidades e recursos criado.

Etapa cinco: avaliação dos resultados

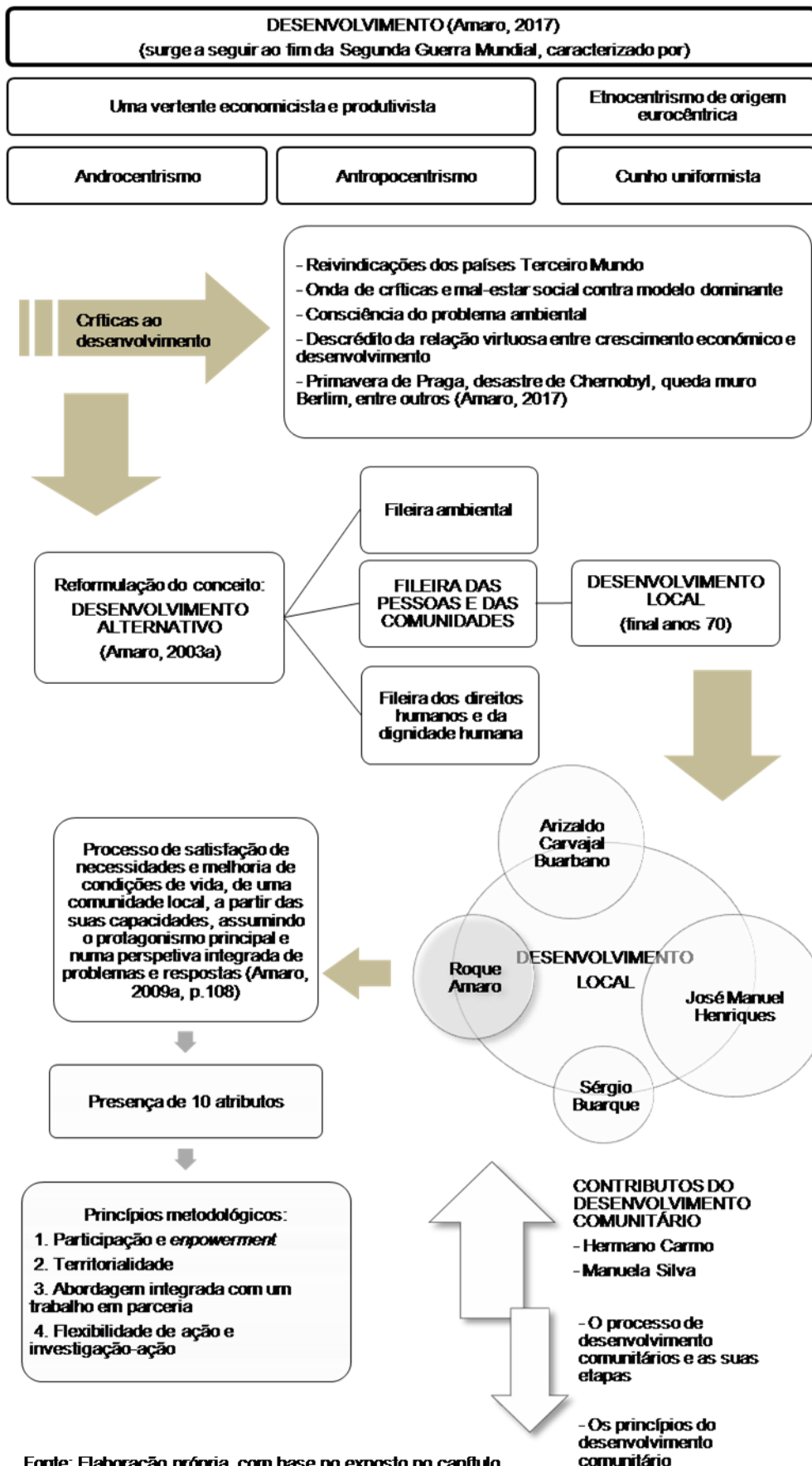
A avaliação deve ter em conta os resultados obtidos a nível material e em relação a transformações de mentalidade conseguidas. Deve ser feito um confronto entre os resultados obtidos e os resultados previstos, e quanto aos efeitos não previstos, fazer a análise dos resultados benéficos e das disfunções, tentando em ambos os casos conhecer as possíveis causas. Nestes processos, a avaliação é parte integrante do processo e se for bem-feita, pode conseguir, fazer, a tempo, ajustes ou correções necessárias, criar bases mais sólidas para planos futuros, entre outros. Por fim, esta avaliação também deve ser feita pela população, desejando-se que esta faça uma reflexão sobre a sua própria ação em prol do desenvolvimento coletivo.

(Carmo, 2001), afirma que durante o percurso do Desenvolvimento Comunitário “foi emergindo um conjunto de princípios que configuram todas as Estratégias de Desenvolvimento Comunitário” (Carmo, 2001, p. 6).

- O *princípio das necessidades sentidas* que defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- O *princípio da participação*, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- O *princípio da cooperação* que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;
- O *princípio da auto-sustentação* que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
- O *princípio da universalidade* que afirma que um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento. (Carmo, 2001, p. 6)

Após a apresentação do conceito de Desenvolvimento Local, e à semelhança do que foi feito no capítulo anterior, apresentamos de seguida um quadro resumo do capítulo.

Quadro 3 - Quadro resumo do capítulo Desenvolvimento Local



Fonte: Elaboração própria, com base no exposto no capítulo

Capítulo III: Enquadramento teórico do conceito de Desenvolvimento Sustentável

3.1. Breve evolução histórica do conceito

A preocupação com a degradação da natureza não é um fenómeno recente. Em 1872 foi criado o primeiro parque natural do mundo – o *Yellowstone National Park*, EUA - entretanto, outros parques naturais ou reservas florestais, surgiram no Canadá, África do Sul, Austrália, México e Nova Zelândia (Veiga & Zats, 2008, p. 9).

A pouco e pouco, foram-se formando grupos e associações ambientalistas, de foro cívico e científico, que foram dando impulso político a esta preocupação conservacionista (Marques, 1998, p. 5).

No entanto, estas iniciativas não tiveram resultados significativos porque, em grande parte, não havia real consciência dos estragos que estavam a ser feitos ao ambiente, vivia-se na confortável ilusão de que estava ao dispor uma natureza sempre fértil e generosa, ao serviço do progresso infinito (Veiga & Zats, 2008, p. 10).

Segundo (Veiga & Zats, 2008, pp. 10 - 18), o despertar para a consciência ambiental começou durante a Guerra Fria, com o uso de armas nucleares e a levantar-se a questão da extinção da espécie humana. Neste debate, veio juntar-se a preocupação sobre o crescimento populacional (mais população é mais pressão sobre a natureza), e ainda a questão da procura por uma nova visão de desenvolvimento, como falámos nos pontos anteriores, onde surgiram expressões alternativas para o conceito.

Neste contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), é um dos seis novos conceitos de Desenvolvimento Alternativo (surgidos nos anos 70), que faz parte da chamada “fileira ambiental” ou “fileira verde”, e que integra a consciência ambiental tentando a conciliação entre desenvolvimento e preocupações ambientais (Amaro, 2003a, p. 16).

Para (Amaro, 2003a) o primeiro conceito expresso pela “fileira ambiental”, foi o de Ecodesenvolvimento, referido na Conferência de Estocolmo (1972), tendo-se seguido outras formulações, como “desenvolvimento alternativo” ou “desenvolvimento responsável”, entre outros, e tendo estabilizado, no ano de 1987, no conceito de Desenvolvimento Sustentável, que foi apresentado e proposto, no relatório publicado com o título *O nosso Futuro Comum* (*idem*). O conceito tem, na sua origem, uma das lutas e um dos novos movimentos sociais mais relevantes das últimas décadas, o Ecologismo e o Associativismo Ambientalista, nas suas várias vertentes (Amaro, 2017, p. 23).

As preocupações com a questão ambiental do planeta, ganharam destaque político e científico a partir de 1972, ano em que a tomada de consciência dos problemas ambientais teve o seu marco de referência, isto aconteceu em razão de dois acontecimentos (Amaro, 2011, p. 160):

- Realização da primeira Conferência das Nações Unidas relativa às questões ambientais mundiais e ao desenvolvimento;
- Publicação do relatório *Limites para o Crescimento*.

A Conferência das Nações Unidas - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo - foi a primeira discussão a nível internacional sobre a questão do ambiente, onde se reuniram pela primeira vez, todos os Estados-Membros da organização (*ibidem*), em Estocolmo (Suécia), entre 5 e 16 Junho de 1972, tendo-se debatido a “necessidade de uma perspectiva comum e princípios comuns para inspirar e orientar os povos do mundo na preservação e valorização do ambiente humano” (ONU, 1972, p. 3). Nesta conferência, fez-se notar o conceito *ecodesenvolvimento*, precursor do DS, que chamava a atenção para a necessidade de um desenvolvimento com preocupações na sobrevivência das gerações do presente e também nas gerações do futuro.

Alertou-se, em especial, para a necessidade de se preservarem os recursos naturais da Terra, incluindo o ar, a terra, a água, a flora, a fauna e especialmente, as amostras significantes dos ecossistemas naturais, através de um uso cuidadoso e planeado pelo Homem (ONU, 1972, p. 4).

O relatório *Limites para o crescimento* (1972) foi criado por um grupo de reflexão, conhecido como o Clube de Roma, que trouxe para o debate a ideia e os argumentos de que por limites da disponibilidade dos recursos naturais, o crescimento económico do período pós-guerra não era sustentável (Amaro, 2011, p. 160). Perante o cenário (realista), de que a extinção dos recursos naturais da Terra, dentro de poucos anos, era possível, o grupo sugeriu uma articulação entre desenvolvimento e meio ambiente, onde se respeitariam ambas as partes para o alcance de um desenvolvimento sustentado dos países (Meadows, et al., 1972, p. 192).

O conceito de *desenvolvimento sustentável* foi proposto no relatório *O nosso futuro comum*, como já referimos, que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D., na sigla inglesa), também conhecida como Comissão Brundtland, em 1987 (ONU, 1987).

Este novo conceito de desenvolvimento, contrapunha-se ao crescimento económico, desenfreado e insustentável a prazo (Amaro, 2011) e neste sentido, foi apresentado como sendo um modelo que deveria permitir a satisfação das necessidades das gerações do presente sem pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras (ONU, 1987, p. 24). Esta abordagem, perspetivava em si, uma ideia de solidariedade intergeracional, e constituiu-se como uma inovação concetual e jurídica¹² (Ferreira & Raposo, 2018, p. 126), acabando por se tornar um dos chavões do DS.

A partir deste conceito, a W.C.E.D. considerou como principais objetivos a alcançar os seguintes:

Crescimento renovável; mudança de qualidade do crescimento; satisfação das necessidades essenciais por emprego, comida, energia, água e saneamento básico; garantia de um nível sustentável de população; conservação e proteção da base de recursos; reorientação da tecnologia e gerenciamento do risco; reorientação das relações económicas internacionais (Baroni, 1992, p. 16).

¹²Os direitos que daí resultam são considerados direitos de terceira geração, subsequentes aos direitos políticos (primeira geração) e direitos sociais (segunda geração).

A agenda da Comissão Brundtland (ONU, 1987) teve como ponto de partida a visão articulada entre o meio ambiente e o desenvolvimento, por isso, o foco no papel dos países (ricos e pobres), na degradação do ambiente. Percebeu-se, por um lado, que as atividades humanas originárias da atividade industrial e que eram sinónimo de desenvolvimento, estavam a danificar o ambiente, por outro lado, a possibilidade de atrasar o processo de desenvolvimento daqueles que ainda não tinham condições decentes de vida, era uma ideia pouco compreensível.

A definição de DS, apresentada no Relatório, ainda é muito usada nos dias de hoje, apesar de atrair sérias críticas, porque advoga, de forma implícita, que o crescimento económico, a modernização industrial e as leis do mercado devem ser as principais metas para todas as nações (Blewitt, 2018, p. 11). Considerando que o Norte industrializado era, e ainda é, em muitos aspetos, preocupado com os impactos ambientais, a maioria Sul, confronta-se com a pobreza, saúde, renda, sustentabilidade agrícola, segurança alimentar, educação e realização, habitação, saneamento, desertificação e conflito armado (*idem*).

Para (Blewitt, 2018, p. 11) o Relatório Brundtland acaba por reconhecer, tacitamente, as contradições internas do conceito, porque contém nele próprio dois conceitos chave:

- o conceito de “necessidades”, em particular as necessidades dos pobres, a quem se deve dar prioridade;
- a ideia de limitações impostas pela tecnologia, sobre a capacidade do ambiente, em satisfazer as necessidades atuais e futuras.

(Rist, 2008) afirma que o Relatório aborda de forma descontraída as “limitações necessárias” para um desenvolvimento sustentável, na medida em que se promove uma nova “era de crescimento económico” sem ser claro a forma como esse mesmo crescimento é diferente daquele que causou danos na Natureza (Rist, 2008, p. 182).

Cinco anos mais tarde, em 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por Eco – 92 ou Cimeira da Terra, entre 3 e 14 de Junho, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

Com um intervalo de vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a comitiva de delegações de 178 países e 102 chefes de Estado, participou na pomposa e simbólica Cúpula da Terra, um dos eventos que mais reconhecimento político e social trouxe ao DS, por ter alcançado um conjunto de declarações de princípios e tratados internacionais (Vieira, 2004), como a Declaração do Rio (ou Carta da Terra), sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção-quadro sobre as alterações climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, uma declaração não vinculativa sobre os princípios florestais, e a Agenda 21 (Blewitt, 2018, p. 12).

(Blewitt, 2018) refere que a Agenda 21 ganha especial destaque, porque traça políticas que concretizarão na prática o significado da ideia de Desenvolvimento Sustentável, para o autor

(...) Os 40 capítulos da Agenda 21 oferecem um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, integrando preocupações ambientais e económicas, e articulando uma abordagem participativa, baseada na comunidade, para uma variedade de questões, incluindo controlo, transparência, trabalho em parceria, equidade e justiça, e a colocação de princípios dentro de um quadro regulamentar (Blewitt, 2018, p. 13).

Nesta Conferência, fica espelhada, novamente, a primeira vez tinha sido em Estocolmo, a fratura entre as preocupações do Norte e do Sul, os primeiros pressionam no sentido da preservação ambiental, os segundos reclamam o direito ao crescimento económico para fazer face à pobreza. Nesta Cimeira, o conceito de DS, fica mais próximo à perspectiva da proteção ambiental, na medida em que esta se orienta a favor da ciência defendida pelo Norte, em vez das preocupações do Sul, relativas ao desenvolvimento (Egelston, 2007, pp. 153-154).

Nos dez anos seguintes, (Ferreira & Raposo, 2018, p. 128) afirmam os EUA consolidaram em pleno a sua posição hegemónica, enquanto se assiste à perda gradual da soberania do Estado-Nação, à desregulação económica e à retração do “welfare state”. Os modelos neoclássicos do crescimento económico, acabaram por incorporar a sustentabilidade ambiental, junto ao pioneiro capital físico, do capital humano, e mais tarde, o capital social e capital natural. De forma a gerar o *output* económico mais eficiente, passou-se a usar o capital natural (mais ou menos intensamente), equacionado ao lado das restantes variáveis (Ferreira & Raposo, 2018, p. 128).

Portanto, segundo (Ferreira & Raposo, 2018), observamos um contexto em que se mercantilizou, cada vez mais, o meio ambiente e onde os Estados e as instituições internacionais, relegaram para o mercado, alguns problemas ambientais, a chamada internalização das externalidades. A oportunidade de mercado, aberta pelo discurso da sustentabilidade, levou à adaptação das empresas, que a inseriu na sua estratégia de marketing e em algumas das suas práticas¹³. O setor privado lucrativo começava a adotar a abordagem “*triple bottom line*” (ou dos 3 Ps: people, planet, profit) (*ibidem*).

Em 2002, os Estados-membros das Nações Unidas voltam a reunir-se para apurarem os progressos alcançados na década.

No encontro – Cimeira de Joanesburgo ou Rio+10 – é reafirmada a posição de que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social e económico são fundamentais para o DS, no sentido de alcançar este desenvolvimento, os Estados-Membros renovam o seu comprometimento com a Agenda 21 e a Declaração do Rio (ONU, 2002, p. 2).

As tensões aparentes em 1992 permaneceram, com as ideias e os valores liberais e dos institucionalistas do mercado a prevalecerem (Blewitt, 2018, p. 14), e embora a declaração final tenha observado que, as disparidades globais, em riqueza e degradação ambiental, corriam o risco de se tornarem arraigadas e que, a menos que o mundo agisse de uma forma que mudasse fundamentalmente as vidas dos pobres (e que resultaria na perda de confiança nos seus representantes e nos sistemas democráticos), pouco foi dito sobre o financiamento do desenvolvimento internacional (*idem*).

A globalização foi inserida como uma nova dimensão, que veio em favor da rápida integração de mercados, mobilização de capitais e aumento dos fluxos de investimento a nível

¹³A este propósito, (Rist, 2008, p. 191) , refere que no Fórum Global da Cimeira do Rio (1992), circulou um documento elaborado pelo Business Council on Sustainable Development, onde 48 empresários tinham mostrado como era possível ganhar dinheiro com as preocupações ambientais.

mundial, sendo vista como um novo desafio e oportunidade na busca pelo DS (ONU, 2002, p. 3).

A declaração final da Conferência reconhece os “três pilares do desenvolvimento sustentável – desenvolvimento económico, desenvolvimento social e proteção ambiental” (ONU, 2002), porventura sinal de um (aparente), consenso político-institucional, que quer conciliar crescimento económico e globalização financeira, com justiça social e ambiental intergeracional, continuando sem apontar, qual a forma para se atingir esta quadratura do círculo (Ferreira & Raposo, 2018, p. 128).

Apesar de todas as críticas, desapontamentos e oportunidades perdidas, as intensas atividades diplomáticas alcançaram uma série de coisas importantes, deixando claro que o DS, a nível global, exige políticas, procedimentos e princípios de apoio à cooperação intergovernamental e à participação ativa da sociedade civil neste processo de mudança (Blewitt, 2018, p. 15) (Guedes, 2016, p. 98).

Dez anos depois e apesar das altas expectativas, houve (também) muitas deceções com a Conferência Rio+20 (Blewitt, 2018, p. 15), ao contrário de em eventos passados, o Relatório da Conferência, *O futuro que nós queremos*, não apresentou acordos ou metas futuras, mas sim muitos reconhecimentos e reafirmações para com o DS e as suas três dimensões, por via da promoção de um futuro sustentável, a nível económico, social e ambiental para o planeta e para as gerações do presente e do futuro (ONU, 2012, pp. 3 - 9).

Grande parte do Relatório, centrou-se sobre o significado da “economia verde”, enquadrado pelo DS e na erradicação da pobreza, como sendo uma importante ferramenta para alcançar o próprio DS e a sua formulação política, pelo seu forte contributo na erradicação da pobreza, inclusão social, melhoria das condições de vida e criação de empregos, crescimento económico sustentado, ao mesmo tempo que garantia uma Natureza saudável (ONU, 2012, p. 11).

Numa altura em que a economia global passava por considerável stress, resultado dos fracassos em série do capitalismo financeiro, e onde se deveria definir a necessidade de um novo paradigma económico, que favorecesse a igualdade social e a qualidade de vida acima do crescimento económico, a visão da Rio + 20 para o futuro era “hesitante, modesta e acomodativa” (Blewitt, 2018, p. 16).

Quarenta anos volvidos da Conferência de Estocolmo e de Limites do Crescimento, o conceito de DS tem vindo a ser aprimorado, conforme a sociedade assim o exige. Com os olhos postos na sobrevivência das gerações presentes e nas gerações do futuro, através da satisfação das suas necessidades (ONU, 1987), o conceito de DS assume neste momento uma lógica de três dimensões: desenvolvimento económico, desenvolvimento social e proteção ambiental (ONU, 2002), onde se defende a proteção e a conservação do ambiente natural do planeta, a promoção da equidade social e igualdade económica, dentro e entre as nações, no sentido de conseguir alcançar um mundo melhor.

3.2. Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Depois de se fazer a apresentação sumária do contexto histórico do Desenvolvimento Sustentável, pretende-se agora abordar o seu conceito. Na verdade, após a sua definição ter sido apresentada no relatório Brundtland, foram surgindo muitas mais variações sobre o conceito, que parece ser enganadoramente simples, neste sentido, apresentamos as ideias e pareceres de alguns autores, tentando construir uma explicação clara do conceito.

Tendo sido definido pela Comissão Brundtland (ONU, 1987), como um modelo que deveria permitir a satisfação das necessidades das gerações do presente sem pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras, a definição, não diz quais são as necessidades do presente, nem quais serão as do futuro, mas chamou a atenção sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento económico, sem reduzir os recursos naturais e sem danos no meio ambiente (Barbosa, 2008).

(Vieira, 2004), afirma que a definição apresentada pela Comissão Brundtland, “é muito mais do que isso (...) vai mais além do que afirmá-lo como comprometido com as gerações futuras devido à incorporação de preocupações com a preservação do meio ambiente. Uma proposta de desenvolvimento envolve questões mais concretas e práticas (...)” (Vieira, 2004, p. 108).

(Almeida, 2002), refere que a maior dificuldade não está em elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável mas sim em colocá-lo em prática (Almeida, 2002, p. 28).

(Neder, 1994), explica que Ignacy Sachs (um dos consultores do grupo que assessorou o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo e a do Rio de Janeiro, em 1992), na sua obra, *Estratégias de transição para o séc. XXI*, onde faz uma interpretação sucinta do debate que antecedeu o Encontro da Terra e as dificuldades da implementação da Agenda 21, a nível regional, chama a atenção para o fato de que, não temos de escolher, entre desenvolvimento ou ambiente, mas sim “entre formas de desenvolvimento sensíveis ou insensíveis à questão ambiental” (Neder, 1994, p. 91).

Entretanto, refere (Barbosa, 2008), constata-se que nos últimos anos o termo DS tem surgido, cada vez mais, como o mais recente slogan do desenvolvimento, onde um universo crescente de organizações não-governamentais e governamentais, tem adotado o DS como o novo paradigma do desenvolvimento.

Sobre a aparente falta de consistência na interpretação do conceito, (Barbosa, 2008, p. 2) indica que a maioria dos autores que escrevem sobre este tema, como por exemplo, Carla Canepa (2007), José Eli da Veiga (2005), e Henri Ascelard (1999), defende que o conceito ainda está em construção.

(Lélé, 1991) afirma que enquanto a natureza abrangente do conceito lhe permite ganhar força política, a sua formulação atual, pela corrente dominante do DS, mostra fraquezas significativas. Para o autor, estas fraquezas incluem uma perceção incompleta sobre os problemas da pobreza, degradação ambiental, confusão sobre o papel do crescimento económico e sobre o que é a sustentabilidade e a participação. (Lélé, 1991) defende que para o

DS tenha um impacto essencial, torna-se urgente que se abandone a imprecisão politicamente conveniente, em favor da clareza e do rigor intelectual.

(Almeida, 2002, pp. 28 - 29), indica que o DS é um processo de “gestão do desenvolvimento, pontual ou abrangente, nos governos ou nas empresas, que leve em consideração as dimensões ambiental, económica e social, e tenha como objetivo, assegurar a perenidade da base natural, da infraestrutura económica e da sociedade”.

O autor defende que, neste processo, imbrica-se a prática de pré-requisitos, tais como a democracia e estabilidade política, a paz, o respeito à lei e à propriedade, o respeito aos instrumentos de mercado, a ausência de corrupção, a transparência e previsibilidade governamental, a alteração da concentração do capital nas esferas local e global (*idem*).

O DS tem a ver com o proteger e conservar o ambiente natural do planeta, e promover a igualdade social e um grau de igualdade económica, dentro e entre as nações, isto pode ser visto como um processo em convergência (Blewitt, 2018, p. 20).

(Buarque, 1999), apresenta o DS como “um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (Buarque, 1999, p. 31). Para o autor, o conceito apresenta três grandes conjuntos interligados e com papéis diferentes no processo de desenvolvimento:

- Elevar a qualidade de vida e a equidade social no curto, médio e longo prazo;
- A eficiência e o crescimento económico (como pré-requisitos que permitam elevar a qualidade de vida com equidade, de forma sustentada e continuada, é uma condição necessária embora não suficiente);
- A conservação ambiental, esta como condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo.

Entretanto, os objetivos do desenvolvimento sustentável envolvem relações bastante complexas, entre as diversas dimensões da realidade – económica, social, ambiental, tecnológica e institucional – com processos e dinâmicas que nem sempre são convergentes e combinados, no espaço e no tempo (Buarque (1994) *apud* (Buarque, 1999, p. 31)).

Seja porventura da ambiguidade do conceito, das várias formulações ou distintas interpretações, das agendas políticas ou das dinâmicas locais, observa-se, em relação ao DS, uma amplitude de práticas que mostram desde projetos que visam a promoção do equilíbrio ecológico através da participação dos cidadãos e intercâmbio de conhecimentos e saberes, a iniciativas que se resumem a novas formas de mercantilização da Natureza, ou a operações cosméticas que, simplesmente, escamoteiam as fontes e processos responsáveis pela insustentabilidade social e ambiental (Ferreira & Raposo, 2018, p. 137).

A disparidade económica entre Norte-Sul perpetua-se, o fosso entre os países mais ricos e os países mais pobres continua a alargar-se, o esforço de definição e da implementação de medidas no sentido da preservação ambiental não tem conseguido impedir os desastres ecológicos que continuam a suceder no planeta (Guedes, 2016, p. 102).

Naturalmente, e com alguma racionalidade, vem-se colocando uma questão: estará o DS no caminho a que se propôs?

Para (Guedes, 2016), todos estes fatos deixam descortinar a existência de lacunas, seja do ponto de vista do entendimento, como do ponto de vista prático, do que é o DS das Nações Unidas. Para a autora, a trilogia de dimensões específicas do conceito – social, económica e ambiental - “parece limitar” (p. 102), a capacidade de implementação e acesso a todos os países, porque portadores de características bem distintas e vincadas a todos os níveis, acabam por refletir um resultado prático distante do expectável.

A verdade é que, seja pelas lacunas relativas à triangulação de dimensões ou até, de certo enviesamento tendencialmente económico, que o entendimento do conceito permite, têm surgido vários autores que acrescentam outras dimensões, no seu entendimento do que é o DS.

É o caso de (Marques, 1998) que refere a importância da dimensão político-institucional, no êxito das políticas ambientais do DS, porque “A política de ambiente atravessa, por consequência transversalmente todo o tecido social, tornando-se inseparável do tipo e modo de funcionamento do sistema político e das linhas de força da política económica de um país ou bloco” (Marques, 1998, p. 10).

O autor faz referência aos domínios onde a intervenção ecologista se faz sentir, como o cívico não governamental, o político partidário, as políticas públicas, o científico e pedagógico, o comunicacional e informativo, o económico e de mercado, o ético, filosófico e religioso (Marques, 1998, p. 21).

Para Juarez Freitas¹⁴, o conceito de DS afirmado em 1987, ficou um pouco “preso” nas necessidades materiais, nesse sentido, ele defende que, hoje, é preciso trabalhar com o conceito de forma mais ampla, numa lógica de bem-estar multidimensional.

O autor propõe considerar um desenvolvimento que seja capaz, realmente, de produzir bem-estar das gerações presentes e para as gerações futuras, sem contraposição entre estas relações. Neste contexto, o seu conceito de DS desdobra-se em cinco dimensões: social, económica, ambiental, ética e jurídico-política, todas elas interligadas.

- *Dimensão ambiental*: destaca duas ideias chave, a primeira, de que o século XXI tem de ser o século das energias renováveis, a segunda, de que é preciso pensar, de imediato, nas mudanças climáticas;

- *Dimensão Social*: chama a atenção para a igualdade de género e para a construção de uma sociedade pacífica, com base na cooperação empática e efetiva, para alcançar o bem-estar intergeracional;

- *Dimensão ética*: é a mais relevante, o DS é um dever ético, que tem de ir além do antropocentrismo estrito, é preciso fazer uma reflexão profunda sobre o conceito de bem-estar intergeracional e ir para além do formalismo (que fica demasiado abstrato e permite então o que

¹⁴Conforme entrevista de Juarez Freitas publicada em <https://youtu.be/6Mu48VtQGY8>, acessado em 08/03/2019.

não faz sentido), isto tem a ver com a relação intersubjetiva e natural, que todos possuem e que é desejável estimular;

- *Dimensão jurídico-política*: defende a ideia de reinvenção do jogo democrático, é preciso criar uma democracia digital, distribuída, esclarecida e que seja continuada no tempo, para combater certos vícios da democracia (patrimonialismo, tráfico de influências, entre outros), isto implica alterações no regime jurídico;

- *Dimensão económica*: apela para o fato de o trabalho no futuro estar ligado à 4ª revolução industrial, com relação à empatia e forte ligação às energias renováveis, a tudo o que envolve bem-estar e cuidado com o outro.

Juarez Freitas¹⁵ acredita ainda que um futuro modelo sustentável de desenvolvimento será alcançado se a interdependência e a indivisibilidade das anteriores dimensões forem tidas em conta, porque “Somos co-criadores, co-legisladores do Universo, do seu bem-estar, ou não. Isso não é um fardo pesado, é a nossa verdadeira e altiva dignidade, é o nosso valor intrínseco”.

(Blewitt, 2018) afirma que o conceito de DS é multifacetado, porque as questões, desafios e problemas que enfrentamos são complexas, complicadas e diversas.

Observamos diferentes países, que exibem diferentes níveis de desenvolvimento, têm diferentes valores, culturas e tradições (como as pessoas), são dotados de diferentes quantidades de recursos naturais, e assim, conforme o relatório Brundtland, diferenciando responsabilidades na promoção e realização de metas de desenvolvimento sustentável (Blewitt, 2018, p. 39).

(Amaro, 2016a, p. 104) refere que face às “esperanças, expectativas e movimentos” que o conceito de DS pediu e ainda pede, e ainda pela “amplitude e complexidade dos problemas, ameaças e desafios que se apresentam no início do séc. XXI” (Amaro, 2016a, p. 104), a atual formulação, do conceito, não é suficiente e contém equívocos.

No seguimento, faz uma proposta de definição de *Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico*, articulado em oito dimensões:

1. *Segurança económica*: que parece mais adequada às questões que actualmente se colocam, a nível económico, se incluir os temas da Soberania e Segurança Alimentar, da Segurança de Emprego Digno, da Distribuição Equitativa de Rendimentos, do Rendimento (de Cidadania) Básico Incondicional, do Consumo Responsável Suficiente, das Energias Renováveis e dos Orçamentos Responsáveis não fundamentalistas, mais do que o simples crescimento económico;
2. *Coesão Social*: no sentido da promoção da Igualdade de Oportunidades e, sobretudo, da Equidade, em todas as perspetivas, incluindo, como enfoque particular, a de Género;
3. *Preservação e Valorização Ambiental* ou Segurança ambiental: que é mais exigente e ousada do que simples «Protecção e Preservação Ambiental»;
4. *Valorização da Diversidade Cultural*: implicando o respeito pela riqueza dessa diversidade e a promoção do Diálogo Intercultural;
5. *Coesão Territorial*: no sentido de explicitar e valorizar os problemas e desafios resultantes da fragmentação e destruição territorial, nas regiões rurais, nas cidades e nas periferias urbanas e nos

¹⁵Conforme entrevista de Juarez Freitas publicada em <https://youtu.be/6Mu48vtQGY8>, acessado em 08/03/2019.

territórios ribeirinhos, costeiros e insulares, ameaçados pela subida do nível dos mares, provocadas pelas alterações climáticas, tudo em consequência do modelo de Desenvolvimento economicista;

6. *Aprendizagem Permanente e Capacidade Crítica*: explicitando a importância da dimensão «Conhecimento» e da sua valorização, enquanto Literacia para a Sustentabilidade, como pilar de interpretação e de construção de um Futuro viável, ou seja, sustentável;

7. *Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial*: sublinhando a importância decisiva da dimensão política da sustentabilidade e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação;

8. *Nova Ética assumida*: em que os valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Corporativa e da própria Sustentabilidade, entre outros, são fundamentais, com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração que o conceito exige (Amaro, 2016a, pp. 105-106).

Esta proposta de definição do conceito, surgiu no âmbito de um trabalho empírico desenvolvido com o Projeto ECOS (relacionado com a sustentabilidade das organizações de Economia Solidária das regiões da Macaronésia), e foi pensada e concretizada, tendo em conta a perceção das necessidades reais das organizações de Economia Solidária, observadas no seu dia-a-dia, neste sentido, o conceito reveste-se de carácter integrado e articulado, de forma privilegiada, através das oito dimensões que abrange (Amaro, 2016a) (Amaro, 2017, p. 101).

(Amaro, 2016a) defende que “Esta nova formulação (...) parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da vida (...) do Futuro no Planeta (...) para uma Vida Digna com Futuro” (Amaro, 2016a, p. 106).

Para (Guedes, 2016) o autor conseguiu tornar o conceito mais próximo da realidade e mais ajustável, permitindo assim uma “aplicação efetiva mais acessível a todos os países, independentemente das suas características e problemáticas” (Guedes, 2016, p. 103).

Note-se, entretanto, que o fato de existir uma relação particular com o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, tido como conceito de referência, quando falamos em Economia Solidária nesta pesquisa, leva a que, também este (desenvolvimento sustentável integrado/sistémico), seja tido como referência, para o que se entende como *desenvolvimento sustentável*.

Sobre esta relação particular, entre o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia e Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, pode, à primeira vista, induzir em alguma confusão e transposição, entre eles, dada a sua parecença e aos fundamentos que partilham.

No entanto, importa referir que são conceitos independentes entre si, na sua origem, mas que, nas suas formulações finais, revelaram grande proximidade na sua essência.

O conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia, nasceu nos anos 80, na Região Autónoma dos Açores, a partir de um cruzamento entre problemas específicos existentes e aproveitamento de oportunidades de os resolver, defendendo “uma proposta de Economia compatível e Solidária com a Vida, em todas as suas dimensões” (Amaro, 2016a, p. 108), preconizando a realização conjugada de oito projetos: o projeto económico, o projeto social, o

projeto cultural, o projeto ambiental, o projeto territorial, o projeto do conhecimento, o projeto de gestão e o projeto político (Amaro, 2016a).

Por sua vez, o conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, surgiu no âmbito de um Projeto Europeu do Programa MAC¹⁶, relacionado com a sustentabilidade das organizações de Economia Solidária da Macaronésia, nas regiões dos Açores, Cabo Verde e Canárias, o Projeto ECOS, e apresentando-se como uma resposta para a “amplitude e complexidade dos problemas, ameaças e desafios que se apresentam no início do séc. XXI (Amaro, 2016a, p. 104), integrando oito dimensões.

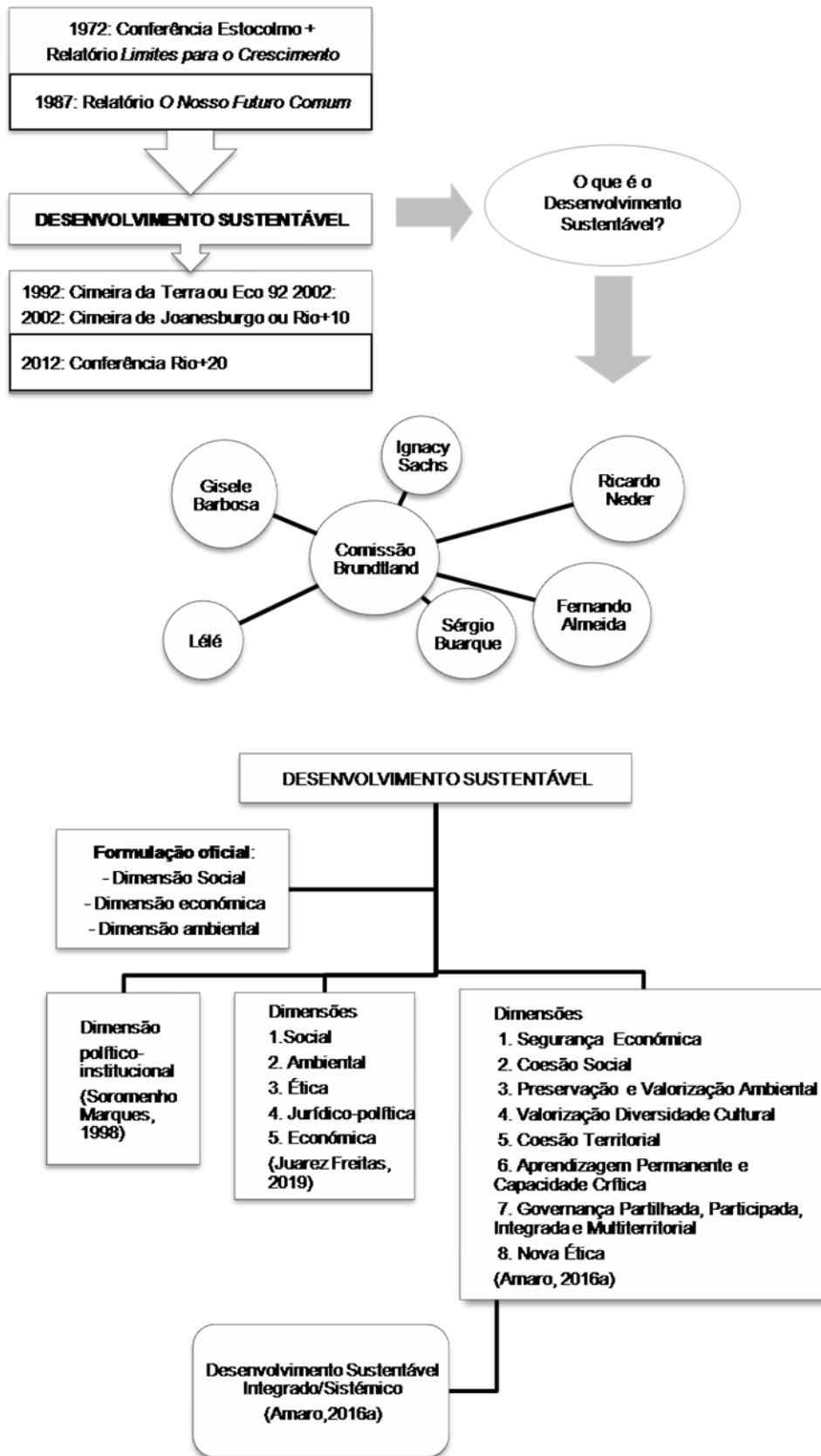
Portanto, verifica-se que ambos os conceitos têm um caráter sistémico, o conceito de Economia Solidária na versão da Macaronésia integra projetos, o conceito de desenvolvimento sustentável integrado, articula dimensões, que se completam. Por outro lado, observa-se que ambos os conceitos têm os mesmos princípios teóricos, que se refletem e cruzam, entre si, nas suas experiências práticas (Amaro, 2016a).

Desta forma, assiste-se a uma complementaridade entre os conceitos, que justifica o conceito de Economia Solidária como o mais adequado à compreensão e integração do conceito de desenvolvimento sustentável integrado, uma vez que os seus pressupostos, fazem da própria Economia Solidária uma economia sustentável (Amaro, 2016a).

Concluimos a apresentação deste capítulo, apresentando de seguida o quadro resumo com os principais aspetos abordados.

¹⁶Aceder ao seguinte link: <https://www.adcoesao.pt/content/mac-2014-2020>

Quadro 3 - Quadro resumo do capítulo Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaboração própria, com base no exposto no capítulo

Capítulo IV—Enquadramento teórico do conceito das Artes e Ofícios Tradicionais

O presente capítulo abordará, de forma sucinta, o quarto conceito base da nossa estrutura teórica, as artes e ofícios tradicionais.

Ao iniciarmos o nosso trabalho de pesquisa, leituras e consultas sobre este tema, depressa surgiu a dúvida: devemos utilizar a expressão *artes e ofícios* ou devemos utilizar a expressão *artesanato*? Ambas as expressões têm o mesmo significado ou significam conteúdos distintos?

Assim, este foi o primeiro passo dado: perceber se estas expressões traduzem, ou não, a mesma realidade.

As leituras, consultas e pesquisas mostraram que existem autores que utilizam a expressão *artesanato* e existem autores que utilizam a expressão *artes e ofícios*. Aquilo que parece legitimar esta opção é a existência de uma relação intrínseca e natural entre ambas: o artesanato é o produto que resulta do exercício das atividades artesanais¹⁷ portanto, o artesanato surge das artes e ofícios tradicionais.

Graça Ramos (diretora do CRAT¹⁸ - Centro Regional de Artesanato Tradicional, entre 2001/2010), refere que é preferível utilizar a expressão “artes e ofícios” em vez de “artesanato” porque o artesanato tem alguma má conotação, ligada a questões rurais e ao protecionismo do Estado, assim, a expressão “artes e ofícios”, para além de englobar mais áreas artesanais, também se afasta desta impressão menos positiva (Ramos *apud* (Fernandes, 2010, p. 8)).

(Antunes, 1999, p. 1) afirma que “Faz parte do imaginário colectivo pensar o artesanato (...) como arte menor”, acrescentando que, por isso, esta conceção restrita foi ampliada “flexibilizando-se as fronteiras entre arte e artesanato.” A autora explica ainda que se deve falar de artesanato “como campo heterogéneo e que deve ser problematizado em torno da ideia de ofício” (Antunes, 1999, p. 1).

Constatou-se também que as entidades oficiais e institucionais que tutelam e apoiam este setor¹⁹ utilizam as expressões *artesanato* ou *artes e ofícios*, consoante o próprio enquadramento.

Neste âmbito, julgamos que as explicações anteriores resultam na maior clareza sobre as nossas incertezas: existe entre as expressões *artesanato* e *artes e ofícios* uma afinidade e correlação íntima, na medida em que uma provém da outra, ambas dizem respeito ao mesmo campo de ação e devem ser enquadradas consoante o assunto em análise.

¹⁷Conforme página online da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: <https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/of-microemp-artesanais>

¹⁸Embora extinto em 2010, o CRAT teve um papel essencial no estudo, divulgação e promoção das artes e ofícios portugueses, em especial na zona do Norte, bem como na promoção de ações com vista à sua inovação, desenvolvimento e modernização.

¹⁹ Por exemplo, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o IEFP e o Cearte.

4.1. Panorama geral das Artes e Ofícios

Ninguém deve estranhar se dissermos que o artesanato faz parte da vida da Humanidade desde sempre. Lembremos as nossas aulas na escola primária e a voz da senhora professora, que ensinava sobre o tempo em que o Homem vivia nas cavernas e onde ele construía, com as suas mãos e aquilo que a Mãe natureza lhe oferecia (a madeira, o barro, as conchas, as peles, entre outros), os objetos indispensáveis à sua vida quotidiana.

A perspetiva histórica do artesanato, segundo a Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, (Cultura, 1964) apresenta-nos um relato completo, interessante e que nos leva a uma viagem ao passado, um passado que faz parte de todos nós e ainda tem eco no nosso presente e futuro.

A história do artesanato teve o seu início nos tempos da Idade Clássica, quando o senhor vendia os artefactos que eram feitos pelos seus escravos. Mais tarde, passou a ser prática comum, o próprio escravo, pedindo um pequeno capital emprestado, tomar a iniciativa de os fabricar e vender (Cultura, 1964, pp. 1419 - 1420).

Enquanto se formava o Império Romano, começou a aparecer um artesanato ambulante, onde os ofícios eram transmitidos hereditariamente. Entretanto, com o desenvolvimento da economia fechada, de tipo dominial e carácter acentuadamente rural, durante o Baixo-império e a Alta Idade Média, os artesãos trabalhavam para o senhor, e depois, mais tarde, começaram a trabalhar para fora, recebendo uma retribuição (Cultura, 1964, pp. 1419-1420).

A partir do séc. X apareceram as ghildas²⁰ de artesão se no séc. XII, já existiam dois tipos de artesãos: o artesão que trabalhava para o comércio local e o artesão que trabalhava para o comércio internacional. O séc. XIII é tido como a época do auge dos artesãos. Nos sécs. XIV e XV surge o problema da concorrência, nesta altura, as corporações decidem pela dificultação à categoria de mestre-artesão (*idem*).

No séc. XVIII, o desenvolvimento técnico leva à concentração em fábricas e os artífices acabam por se transformar em operários. Algumas destas formas de artesanato sobreviveram, graças a um sistema de produção adaptável às indústrias, onde era exigido um capital relativamente pequeno e uma grande destreza manual (Cultura, 1964, pp. 1419-1420).

(Castro, 1999) explica que o modelo feudal, essencialmente agrário, onde a produção artesanal era crucial para responder às necessidades do dia-a-dia e onde os artesãos tinham estatuto social e económico, sofreu um duro revés, com os avanços da revolução industrial e a respetiva massificação dos meios produtivos e do processo de comercialização e distribuição.

Para o autor, não é de estranhar que a produção artesanal tenha passado a ser vista como uma atividade secundária, uma atividade menor, que teria os seus dias contados, embora tenha existido contextos onde a atividade subsistiu, em especial, nichos de mercado, onde o artesão preservou uma relação comercial com a comunidade.

Para (Castro, 1999) a sobrevivência das atividades artesanais acabaria por ser impulsionada pela reconstrução necessária ao período posterior à 1ª Guerra Mundial: torna-se

²⁰Ghildas: corporações de ofícios qualificados que visavam a proteção dos interesses dos mesmos.

útil à economia e à sociedade, em virtude da produção industrial se encontrar desorganizada e se ter deslocado em grande parte para a América

A criação da Organização das Nações Unidas, a seguir à 2ª Guerra Mundial, com grande enfoque nos princípios da promoção, divulgação e respeito pelo património cultural dos povos, contribuiu também para dar impulso à consciencialização coletiva para a questão patrimonial e consequente interesse positivo nas atividades artesanais. Estas atividades são vistas agora sob a ótica do interesse cultural e simbólico dos objetos e das comunidades de produção, passando a ser alvo de preservação e estudo (INTERREG IVC, 2014).

4.2. Definição do conceito de Artesanato

Após esta breve nota histórica sobre o panorama geral das atividades artesanais, propomo-nos agora a clarificar o conceito. O que é o artesanato?

Perante o primeiro contacto com a palavra, *artesanato*, todos consideramos saber do que se trata, contudo à medida que se vai tentando aprofundar o conteúdo, no sentido de melhor definir o significado, as dúvidas aumentam. Adivinha-se delicada, a tarefa de apresentar uma definição clara, do que é e do que não é, o artesanato.

Provavelmente, grande parte de nós, em crianças, aprendeu que o artesanato é uma atividade ligada a uma arte muito antiga, praticada por alguns artesãos ou artífices, com um ofício manual. Estes artesãos, depois de aprenderem, transformavam com as mãos, matéria-prima em utensílios ou objetos, bastante úteis à vida do dia-a-dia.

Contudo, não podemos olhar o artesanato apenas por este ponto de vista, pelo que apresentaremos outras perspetivas e definições.

Quando consultamos o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2003), observamos a seguinte definição de Artesanato:

1. A arte e a técnica do trabalho manual não industrializado, realizado pelo artesão, e que escapa à produção em série; tem finalidade a um tempo utilitária e artística.
2. Conjunto das peças de produção artesanal.
3. Conjunto dos artesãos de um determinado género.
4. Local onde se exerce ou ensina o artesanato.
5. O produto final feito pelo artesão (2003, p. 399).

Sob um olhar mais técnico, (Ferreira, 2013) define artesanato como “a arte do saber fazer tradicional que vai desde a matéria-prima utilizada, ao saber fazer individual passado de pais para filhos, à relação cérebro/mão, às técnicas e utensílios utilizados em todo o processo, ao tipo de produção utilizada, às quantidades produzidas e à forma de venda do produto final” (Ferreira, Â. A. 2007 p.33 *apud* (Ferreira, 2013)).

(Fernandes, 2010) afirma que o artesanato é uma arte manual, com fins utilitários ou artísticos, feita pelo artesão, e que pode representar, culturalmente, uma região ou um território (Fernandes, 2010, p. 7).

O artesanato pode ser visto, conforme nos diz (Albino, 2015), como um saber designado também por técnicas artesanais, que é um conhecimento caracterizador da biografia dos lugares, ou seja, é um fator identitário, pela mostra cultural dos territórios, em certa unidade do tempo,

capaz de estabelecer relações emocionais de afeto e pertença, entre as pessoas e certo território, sociocultural e geográfico (Albino, 2015, pp. 36 - 49).

Apresentar uma definição de artesanato parece ter sido sempre uma tarefa envolta em alguma dificuldade e até de alguma polémica, na medida em que, para uns pode significar um objeto imperfeito e para outros, uma peça artística, com reconhecido valor estético. De facto, constata-se que não se encontra, devidamente elaborado, um conceito de artesanato que seja unanimemente aceite pelos especialistas do setor.

Portanto, as definições de artesanato podem ser muitas, consoante a perspetiva pela qual ele seja observado, pelo seu enquadramento histórico, pelo tipo de produção, o ser característico de uma região, a produção familiar, o número de trabalhadores, a dimensão da exploração, as matérias-primas utilizadas, o reconhecimento (Neves, et al., 2007).

(Castro, 1999) técnico superior do IEFP, que exerceu várias funções de coordenação nas áreas de Artes Tradicionais Portuguesas e de Apoio ao Artesanato, entre os anos 1986 e 1994, refere que o artesanato tem a ver com atividades independentes, que podem complementar a atividade industrial, seja na execução de produções especializadas, seja em regime de subcontratação ou prestação de serviços de reparação e manutenção.

Segundo o autor, observa-se uma estreita ligação entre o processo de produção e intervenção direta do homem, em todas as suas fases (transformação, utilização dos meios, obra/objeto vai tomando forma até ao produto final). O que resulta, no final deste processo, é o fruto de uma mistura de imaginação, talento pessoal, inspiração, experiência e ligação à comunidade onde vive. (Castro, 1999, pp. 18 - 21).

(Castro, 1999) defende ser possível identificar alguns princípios caracterizadores do artesanato, tais como:

- Intervenção do artesão em todas as fases de produção das peças, produzidas a maior parte das vezes, em pequena série, ou mesmo peças únicas, a partir de alguma ideia pessoal ou de um modelo já existente;
- Alia o conhecimento técnico, dos materiais utilizados, e a criação pessoal, para a realização de objetivos utilitários ou artísticos, com sentido estético ou recriado, normalmente inserido no meio envolvente que o cerca;
- Predominância do fabrico de peças, à unidade, ou de trabalhos por encomenda;
- Identificação, entre a propriedade e a gerência da unidade de produção, prevalecendo nalguns casos, uma ligação estreita, entre a família e a própria empresa;
- Escassez de capital (frequentemente o financiamento é feito por capital próprio, dada a dificuldade em obter capitais alheios e de risco);
- Produtos com características próprias, face à produção anónima e uniformizada da indústria;
- Proporção relativamente elevada de trabalhadores, com formação artesanal própria, adquirida junto do mestre-artesão ou herdada através da família;
- Produção intensiva de trabalhos, em épocas baixas (difícil escoamentos dos produtos), para otimizar as vendas durante épocas festivas tradicionais (Natal, Páscoa), feiras e mercados durante o Verão, coincidindo com o elevado número de turistas e emigrantes que visitam o País (Castro, 1999, pp. 18 - 21).

4.3. As funções do Artesanato

Parece razoável afirmar que a função primária do artesanato e à custa da qual as atividades artesanais adquiriram um importante estatuto social e económico, ao longo da sua história, ficou, em grande parte, a dever-se à sua grande utilidade e necessidade no dia-a-dia das pessoas, dos objetos que se construía (Castro, 1999).

Por outro lado, também é verdade que quando adquirimos uma peça de artesanato, podemos dar-lhe o uso que bem entendermos. No entanto, regra geral, sabemos se o vamos utilizar com uma função de utilidade ou com uma função decorativa.

Podemos falar então de dois tipos de funções do artesanato: o artesanato utilitário e o artesanato artístico (e/ou de arte ou decorativo), opinião partilhada por (Castro, 1999).

(Castro, 1999) afirma que o artesanato utilitário tem a ver com um conjunto de objetos que possuem uma utilização prática na vida quotidiana.

O artesanato artístico (e/ou de arte ou decorativo), tem a ver com produtos exclusivamente destinados a este fim, onde são visíveis a criatividade e a inovação. O artesanato de arte é, por norma, associado ao moderno ou urbano. Caracteriza-se por uma grande qualificação do artesão/artista, muitas vezes inspirado na herança do passado, daí a possibilidade de redescobrir e repor a dignidade de algumas atividades em declínio. (Castro, 1999, pp. 24 - 25).

Mais recentemente, surgiu o conceito de artesanato de recuperação, este está relacionado com a conceção de objetos, a partir da recuperação ou reutilização, de materiais não aproveitados ou desperdícios (Castro, 1999, pp. 24 - 25).

Comummente, atribuímos uma ligação especial entre as artes e ofícios tradicionais e os territórios: isto sucede porque, muitas vezes, associamos um território a uma determinada arte ou ofício tradicional. Lembremos o exemplo dos lenços dos namorados – artesanato do Minho – ou o exemplo das oficinas de produção de filigrana - na aldeia de Travassos, Póvoa de Lanhoso. Portanto, parece razoável pensar que as artes e os ofícios tradicionais possam ser uma mais-valia, um agente impulsionador de desenvolvimento local, neste sentido, é possível então, que o artesanato, tenha outras funções para além das que já referimos.

Segundo (Fernandes, 2010, p. 9), que cita a Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, o artesanato tem as seguintes funções:

- *Função produtiva utilitária*: esta é a função mais antiga uma vez que, historicamente, os primeiros objetos artesanais, desde ferramentas agrícolas, a utensílios domésticos, sempre foram produzidos por necessidade;
- *Função estética e decorativa*: esta função surgiu com o desenvolvimento da indústria, foi uma forma de o artesanato se diferenciar da mesma, no entanto, e apesar de as pessoas adquirirem cada vez mais adornos, é dada mais importância ao adorno com utilidade;
- *Função cultural, patrimonial e simbólica*: esta funcionalidade diz respeito à preservação e recuperação dos valores e saberes tradicionais;
- *Função social*: o artesanato é uma importante fonte de rendimento, principalmente para as pessoas com pouca formação e fraca capacidade de investimento;

- *Função recreativa e pedagógica*: o ensino do artesanato nas escolas é uma forma dos alunos se inteirarem dos valores culturais da sua Região;
- *Função ambiental*: esta função permite a valorização de produtos importantes para a preservação de paisagens e dos ecossistemas, muito devido ao facto da maioria do artesanato ser realizado sem recurso a maquinarias, não poluindo, portanto, o Planeta. Mário Castro refere um conceito que se assemelha a esta função, “o artesanato de recuperação”, cujos objectos são confeccionados a partir da reutilização de materiais (Fernandes, 2010, p. 10)

Até ao momento, apresentou-se um breve contexto histórico sobre as *artes e ofícios*, abordou-se a inexistência de um conceito unívoco sobre *artesanato*, refletimos sobre as funções que este tem desempenhado nas sociedades. O ponto seguinte pretende fazer um retrato genérico, sobre este setor, em contexto nacional.

4.4. O setor do artesanato em Portugal

Num Portugal mais distante, o artesanato, já ocupou uma posição bastante relevante. Felizmente para nós, a chegada extemporânea do período industrial ao país, permitiu que muitos ofícios artesanais conservassem intactas as suas formas de produção e expressão (INTERREG IVC, 2014).

Historicamente, as atividades artesanais em Portugal, eram vistas como um tecido económico frágil, que se debatia com problemas diversos: a idade média de alguns artesãos era elevada; microempresas com dificuldades ao nível de capital e acesso a crédito; baixa formação profissional, em especial, nas áreas de gestão empresarial, marketing, inovação tecnológica na produção, novas tecnologias de apoio à informação e comunicação, entre outras (Formação, 2006).

Contudo, o panorama das atividades artesanais evoluiu bastante, em especial, nas duas décadas seguintes aos anos 80. Observou-se um conjunto de mudanças que apresentamos de seguida, de forma sucinta (Formação, 2006, pp. 37 - 49):

- Mudança na atitude, dos artesãos, face à sua profissão: crescente profissionalização das atividades artesanais, que se constituem como ocupação principal;
- Mudança no relacionamento com o mercado: os artesãos têm procurado construir uma nova relação, com o mercado, adaptando-se às novas tendências. Surgiram iniciativas como as feiras de artesanato, o ser visto como produto turístico, vendas em lojas de design, galerias de arte, representação na internet, iniciativas de internacionalização;
- Mudança na proteção, valorização e certificação dos produtos artesanais: a qualificação e certificação, das produções artesanais, permitiu dar mais confiança (a quem compra), e ainda aumentar a visibilidade do setor, que se distingue assim, pela autenticidade e qualidade face à concorrência;
- Mudança nas formas de transmissão do conhecimento: a mudança que ocorreu a nível dos contextos formativos foi um dos fatores que mais contribuiu para a evolução do setor. Tradicionalmente a transmissão acontecia, maioritariamente, em contexto oficial, hoje, já

não é bem assim. Foi criada formação profissional específica,²¹ criou-se o Programa Escolas-Oficina, o sistema educativo, passou a integrar o ensino artístico especializado e o ensino técnico-profissional, foram criados centros de formação especializados;

- Mudança nos programas de apoio público às atividades artesanais: até então, o Estado não tinha programas específicos para estas atividades. Por isso, estas eram incluídas no universo das entidades elegíveis, em programas ligados ao emprego e formação. No âmbito das políticas europeias, para o desenvolvimento regional e local, são criados instrumentos de apoio ao desenvolvimento sustentável, nos territórios, onde as atividades artesanais, são vistas como um dos principais recursos chave.

Finalmente e não menos importante, há que referir o esforço de mudança na organização e enquadramento do setor: este foi feito tanto pela parte do Estado como pela parte dos artesãos. Revelou-se um grande contributo na profissionalização e credibilização do setor. Em 1997, foi criada a iniciativa interministerial do PPART²² – Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, que deu início à criação do processo jurídico e normativo do setor, assumindo-se, também, como um interlocutor público (Formação, 2006, pp. 37 - 49): Por parte dos artesãos, surgiu, em 2002, a Federação Portuguesa de Artes e Ofícios, que assume o papel de interlocutor do setor junto do PPART (*idem*).

A publicação do Decreto-Lei nº 41/2001²³, de 9 de Fevereiro, veio criar uma base legal para o setor e contribuiu para a definição das fronteiras do artesanato. Foi apresentada a definição de *atividade artesanal*, *artesão* e *unidade produtiva artesanal*.

Assim, entende-se por *atividade artesanal*

(...) a atividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares (MTS, 2001).

O *artesão* “é o trabalhador que exerce uma atividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes, ao qual se exige um apurado sentido estético e perícia manual” (MTS, 2001).

A *unidade produtiva artesanal*(UPA)designa

Toda e qualquer unidade económica, legalmente constituída e devidamente registada, designadamente sob as formas de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial que desenvolva uma atividade artesanal, nos termos previstos da secção I do presente diploma (MTS, 2001).

²¹CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato, entidade que construiu um percurso assinalável, até aos dias de hoje, a nível nacional e internacional.

²² Atualmente é enquadrado pelo PPAO – Programa de Promoção das Artes e Ofícios, criado pelo Decreto-Lei nº 122/2015 de 30 de Junho.

²³Com a atualização que lhe foi feita pelo Decreto-Lei nº110/2002, de 16 de abril.

Foi um longo caminho percorrido até o setor alcançar o reconhecimento formal e a valorização profissional. Segundo (Esteves, 2009), existiram três momentos essenciais:

- O reconhecimento legal e político, por parte do Estado
- O reconhecimento pela sociedade civil, através da criação de estruturas de apoio
- O reconhecimento por parte dos artesãos, em relação à especificidade dos seus interesses e desafios e, ainda, da pertinência, de se organizarem em associações ou cooperativas (Esteves, 2009, p. 30).

A organização e estruturação do setor das artes e ofícios aconteceram já na segunda metade da década de 90. (Antunes, 1999) refere que “depreende-se destas iniciativas legislativas um esforço no sentido da revitalização e, ao mesmo tempo, renovação deste setor numa perspetiva dinâmica” (Antunes, 1999, p. 4).

Esta revitalização e adaptação do setor, referidas pela autora, parecem refletir-se nos dois objetivos principais definidos para o programa do PPART, que, segundo (Esteves, 2009, p. 33) eram:

- Trabalhar a perspetiva da empregabilidade apoiando a criação de pequenas iniciativas, que resultassem em novos postos de trabalho, em especial, nas zonas com níveis elevados de desemprego
- A preocupação em preservar e transmitir um conjunto de saberes, muito próprios, através da recuperação e dinamização dos ofícios tradicionais.

Na sequência da definição de *atividade artesanal*, *artesão* e *unidade produtiva artesanal*, surge posteriormente a *Carta de Artesão* e a *Carta de Unidade Produtiva Artesanal*.

- *Carta de Artesão*: é um documento renovável, por período de dois a cinco anos, e, onde se comprova, o domínio dos saberes e técnicas inerentes, ao exercício da atividade artesanal, bem como, esta é a sua profissão (MTS, 2002) (República, 2003)
- *Carta de Unidade Produtiva Artesanal*: é um documento que, genericamente, reconhece o artesão como pessoa responsável pela produção. Reconhece também a dimensão da empresa (empresário em nome individual, sociedade comercial ou cooperativa), é renovável periodicamente (MTS, 2002) (República, 2003).

O Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, é complementado pelo Repertório das Atividades Artesanais, que se encontra organizado por domínios de atividade, aos quais corresponde a classificação das atividades económicas (CAE) (República, 2003).

O *Repertório das Atividades Artesanais* é constituído por treze grupos de atividades artesanais, nomeadamente (República, 2003) (Pereira, 2011):

- (1) Artes e Ofícios Têxteis (p.e. tecelagem e confeção de bordados);
- (2) Artes e Ofícios da Cerâmica (p.e. olaria e azulejaria);
- (3) Artes e Ofícios de trabalhar elementos vegetais (p.e. cestaria e cordoaria);
- (4) Artes e Ofícios de trabalhar peles e couros (p.e. gravura em pele e fabrico de foles);
- (5) Artes e Ofícios de trabalhar a madeira e a cortiça (p.e. carpintaria agrícola e marcenaria);
- (6) Artes e Ofícios de trabalhar o metal (p.e. gravura em metal e ourivesaria filigrana);
- (7) Artes e Ofícios de trabalhar a pedra (p.e. cantaria e calcetaria);

- (8) Artes e Ofícios ligados ao papel e artes gráficas (p.e. fabrico de papel e encadernação);
- (9) Artes e Ofícios ligados à construção tradicional (p.e. arte de pedreiro e cerâmica de construção);
- (10) Restauro de património, móvel e integrado (p.e. restauro de têxteis e restauro de pintura);
- (11) Restauro de bens comuns (p.e. instrumentos musicais e restauro de papel);
- (12) Produção e confeção de bens alimentares (p.e. produção de azeite e fabrico de vinagres);
- (13) Outras artes e ofícios (p.e. salicultura e fabrico de perucas

Ao mesmo tempo, foi criado o Registo Nacional do Artesanato, que integra:

- O Repertório das Atividades Artesanais;
- A secção dos artesãos (organizada segundo o repertório), com informação a eles relativa;
- A secção das Unidades Produtivas Artesanais.

Este processo é da responsabilidade do IEFP, com a assessoria técnica e administrativa do CEARTE. Nos Açores é competência do CRAA (Centro Regional de Apoio ao Artesanato) e na Madeira a entidade responsável é o IVBAM (Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira).²⁴

Após este breve relato sobre a evolução histórica do setor do Artesanato, em contexto nacional, apresentamos de seguida uma nota sumária sobre a situação contemporânea.

A informação estatística disponibilizada pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR, 2018), na sua página *online*, mostra que, no ano de 2018, existiam:

- 2888 Cartas de Artesão, em vigor
- 60% destes artesãos são do género feminino
- As regiões onde se concentram são: zona Norte, Lisboa e Açores
- Os grupos de atividades de artes e ofícios, mais expressivos, são: o têxtil (28,63%), a cerâmica (12,61%), e as artes e ofícios, de trabalhar a madeira e a cortiça (9,7%)
- 2610 Cartas de Unidade Produtiva Artesanal, em vigor
- A sua concentração verifica-se na zona Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Açores
- A forma jurídica predominante é a de “empresário em nome individual”, com o valor de 92%.

As artes e ofícios são, ainda, nos dias de hoje, um setor que importa “valorizar, expandir e renovar” (DGADR, 2019). O seu apoio institucional é prestado em três vertentes (DGADR, 2019):

- Na vertente de formação de pessoas para trabalhar no setor (formação em contexto de trabalho)
- Na promoção e comercialização de produtos
- Ao empreendedorismo associado a este setor

Estes apoios são enquadrados no âmbito do Programa de Promoção das Artes e Ofícios (PPAO), criado pelo Decreto-Lei nº 122/2015 de 30 de Junho.

²⁴Conforme informação disponibilizada em <https://www.cearte.pt/custompage/gpaoregisto.html>, acedido em 20 de Março de 2019.

O CEARTE, já aqui referido anteriormente, continua a ser o centro de formação especializado, nas áreas do artesanato (é o único centro de formação da rede de centros do IEFEP específico para as artes e ofícios em Portugal) (Património, 2019).

Tem desenvolvido o seu trabalho em todo o país, nas áreas da formação profissional, reconhecimento e validação de competências, apoio ao empreendedorismo e à inovação. Promove ainda parcerias com associações de artesãos, presta apoio a pessoas individuais, microempresas e agentes ligados aos setores criativos, culturais e patrimoniais (Património, 2019).

Nos últimos anos, o interesse pelas artes e ofícios parece ter tido um novo ânimo. A criação de novas unidades produtivas e o aparecimento de jovens artesãos trouxe novo vigor e alento ao setor. Estes jovens artesãos têm mais níveis de escolaridade, melhor preparação profissional e na maior parte das vezes, já adquiriram competências sobre o design, gestão e novas tecnologias. Estes jovens escolheram as artes e ofícios como projeto profissional, permitindo, deste modo, qualidade acrescida, continuidade e desenvolvimento à atividade (Património, 2019a).

Este despertar do interesse nas artes e ofícios tradicionais parece refletir-se na atividade formativa do CEARTE.

Segundo dados da instituição, no ano de 2016, existiu “uma elevada atividade formativa” (Património, 2018), que abrangeu 4.594 formandos. Também se verificou “um relevante trabalho ao nível do Estatuto do Artesão” que levou à emissão de 576 novas cartas do artesão e Unidades Produtivas Artesanais. Ainda a renovação de 612 títulos (*ibidem*).

4.5. Tendências para o setor das Artes e Ofícios

Duas décadas atrás, os nossos representantes políticos iniciaram um processo que pretendia alcançar a “expansão, a renovação e a valorização dos ofícios e microempresas artesanais” (República, 1997).

A estratégia definida visava a combinação, entre a tradição e a modernidade, entre os saberes antigos e os saberes novos, chamando, neste caso, a atenção para os domínios do design, da produção, do marketing e da iniciativa empresarial. A eficácia dessa estratégia teve como suporte a mobilização e adaptação de instrumentos disponíveis e as políticas de apoio às microempresas, ao desenvolvimento local, ao emprego, à educação e formação, à cultura, à ciência e tecnologia (República, 1997).

Subentende-se que o alcance da *expansão, renovação e valorização das artes e ofícios* se deva inserir em amplos processos, contextos e dinâmicas.

A mobilização para ações que contribuam para criar novo sentido e visibilidade às artes e ofícios tradicionais surge em diversos âmbitos: desde os centros de formação, as universidades, as conferências, as feiras de artesanato, as oficinas dos artesãos, a partir de iniciativas da sociedade civil, etc. Neste contexto, apresenta-se alguns contributos relativos às tendências do setor.

Para o CEARTE (Património, 2019), o setor das artes e ofícios deve apostar na diferenciação, na qualidade e na excelência das produções.

Para isso é preciso investir em tecnologias de produção, mercado e design/inação.

Neste sentido, a formação profissional é o instrumento chave para alcançar este futuro, tendo como base três pontos essenciais (Património, 2019a):

- Formação inicial de jovens: a elevada qualificação dos artesãos é indispensável ao desenvolvimento sustentado de uma atividade profissional das artes e ofícios
- Formação ao longo da vida, para todos os artesãos: permite a valorização profissional e é um fator estratégico de competitividade para o setor
- Mais e melhor formação: especialmente, mais formação contínua específica, para todo o setor, e melhor formação, onde a qualidade e a exigência, nos projetos, materiais, formadores, entidades formadoras e perfil dos formandos, sejam uma segurança absoluta

A formação permitirá trazer inovação e desenvolvimento ao setor, na medida em que, primeiro, os artesãos terão mais e diversificadas competências, segundo, os artesãos têm mais consciência, da necessidade de abertura a novos conhecimentos, de outros artesãos em outros contextos, é a noção da vantagem absoluta, da atualização e valorização permanente (Património, 2019a).

Um encontro promovido por uma Escola Oficina(apoiado pelo IEFP e PPART), onde a população se envolve, de forma ativa, na procura de respostas, soluções, ligações, entre os ofícios tradicionais e o desenvolvimento do seu território, pode mostrar-nos outra perspetiva (Ricardo, et al., 2000).

Segundo (Ricardo, et al., 2000, pp. 32 - 33) foram referidas, neste encontro, por um dos oradores, o Professor Roque Amaro, quatro ideias muito relevantes entre as artes e ofícios tradicionais e a ligação aos territórios:

- *Primeira ideia:* as artes e ofícios tradicionais podem, efetivamente, ser uma excelente forma de fazer desenvolver as comunidades, a que essas atividades dizem respeito. As artes e ofícios, enquanto cultura local, identidade local e defesa do património e valores locais, podem ajudar à criação de emprego, com base nas identidades, podem ajudar à criação de projetos e aspirações individuais, promover a autoestima e a autoconfiança, conseguir a valorização, complementar, de setores como a agricultura, o turismo ou os serviços (importa dizer que esta complementaridade, não é automática, é preciso que sejam criadas certas condições) (Ricardo, et al., 2000, pp. 32-33).
- *Segunda ideia:* a ligação entre as artes e ofícios e o desenvolvimento local pode implicar que se lide com várias dimensões da vida em sociedade. A abordagem deve ser multidimensional, porque há uma relação com a cultura, e também, uma relação com o processo educativo (formal e informal). Também permite que se reveja informação sobre a comunidade, que haja desenvolvimento do pensamento crítico, transformar a cultura num processo dinâmico, abordar a vertente económica e a perspetiva de fonte de emprego.

Terceira ideia: para as artes e ofícios tradicionais poderem ser um ator de viabilização, de processos de desenvolvimento local, é preciso que essas atividades sejam atividades sustentadas.

Quarta ideia: os projetos e atividades que se dinamizam devem estar inseridos em processos mais amplos e abrangentes, de mudança, da comunidade local. A mobilização, das capacidades locais, em articulação com os recursos e capacidades externas, vai conseguir fertilizar os recursos locais, alcance da inovação, ou seja, o que se faz nas artes e ofícios, deve estar ligado, a uma ideia de mudança na comunidade, portanto, ao desenvolvimento local.

Na sequência do encontro, (Ricardo, et al., 2000, pp. 34 - 36) referem também a análise de seis condições essenciais, pelo referido orador, para que as artes e ofícios tradicionais sirvam de ponto de partida para o desenvolvimento do território:

1ª Condição: é importante utilizar a inovação, como forma de atualizar a tradição (complementar os saberes tradicionais com novas formas, modelos, processos)

2ª Condição: é preciso que as artes e ofícios se articulem e consigam criar sinergias, redes ou parcerias (atividade complementar com o turismo, gastronomia, agricultura, serviços públicos, ambiente, proteção da natureza)

3ª Condição: a necessidade de apoios específicos (não é a criação de subsídios dependentes, mas é reivindicar condições de mercado, perante setores com outras proteções ou outras formas “selvagens” de sobrevivência²⁵)

4ª Condição: A aposta em padrões de alta qualidade, exigência e excelência (em vez de fazermos coisas engraçadas para as vendas de Natal)

5ª Condição: A importância da certificação (é efetivamente valorizado)

6ª Condição: Marketing e comercialização (é preciso inventar, pensar formas de divulgação para além das clássicas)

Mário Castro, conceituado especialista no setor do artesanato (já aqui referido), também se interessou pela valorização do artesanato. O autor indica como pontos prementes para a alavancagem do setor (1999, pp. 60 - 61):

- Melhoria do nível e da qualidade do emprego: criar postos de trabalho, em nome individual ou associado, tendo por base, informação sobre as perspetivas de emprego e condições de trabalho, levantamento da situação das atividades artesanais, recuperação de postos de trabalho, viáveis, com melhoria das condições existentes

- Apoio à melhoria do sistema de formação profissional: revalorizando a identidade regional e local, através de orientação profissional, ações de formação com vista à refuncionalização dos objetos, ações de formação para reabilitar atividades em vias de extinção ou extintas, ações de formação em organização e gestão, entre outros

²⁵Veja-se o caso dos tapetes de Arraiolos manufacturados na China e no Brasil, que chegam ao consumidor a preços muito inferiores, conseguidos à custa de péssimas condições de trabalho e retribuição salarial.

- Melhoria das Estruturas de Produção e Comercialização: apoio a melhoramentos, à conceção da estrutura de produção, comercialização e marketing, estudos de mercado, desenvolvimento da criatividade, iniciativa, feiras e exposições
- Fomento ao Associativismo: a conjugação de esforços e interesses e o espírito coeso, são vantagens (força), de uma organização com objetivos convergentes.

(Ferreira, 2013, p. 118) refere que o setor do artesanato, em Portugal, “está comprometido pela falta de apoio”. A autora afirma que é essencial realçar a importância do produto artesanal, como sendo um produto sustentável: ele é feito à mão, com matérias-primas naturais e de cada região, é um produto durável e é ecológico. É um produto que respeita, quem produz, quem consome e o ambiente.

Segundo a autora, “o futuro do artesanato passa pelo design para a sustentabilidade num trabalho conjunto entre designer e artesão, mantendo as técnicas artesanais inspiradas nas raízes culturais e introduzindo a inovação do futuro” (Ferreira, 2013, p. 170).

A autora sugere ainda que se promova a aproximação entre designers e o artesanato: por um lado, criando concursos de moda e acessórios, onde os designers soltem a sua imaginação. Por outro lado, criar produtos, com temas ou técnicas artesanais e numa fase posterior, galas de apresentação, dos trabalhos desenvolvidos. Este trabalho, em regime de colaboração, tenderá a desencadear uma cadeia de ações (desenvolvimento, produção, divulgação, promoção, oferta, exposição e procura), ou seja, uma série de iniciativas, fundamentais, para a continuidade do artesanato (*idem*).

São oportunos, para (Albino, 2015), os diálogos entre o design e o artesanato: o artesanato é um fator de identidade, é possível serem criadas novas práticas, capazes de conferir visibilidade aos valores distintivos do território, tornando-o presente.

A autora desenvolveu uma investigação sobre a procura de práticas sábias, entre os artesãos e os designers, para a significação dos territórios. Concluiu que a combinação de saberes, entre estes dois atores, pode, efetivamente, ser um contributo positivo, para a valorização identitária dos territórios, criando fluxos económico e culturais, que podem resignificar os lugares (Albino, 2015, pp. 274 - 293).

Cláudia Albino diz ainda que o artesanato é uma atividade com futuro, onde a colaboração entre os artesãos e os designers, conjugando mestria e linguagem estética contemporânea, reforça a sua potencialidade. É caso para se dizer que todos saem a ganhar, os artesãos, os designers, os consumidores, os territórios, em última análise, o setor das artes e ofícios e o país lugares (Albino, 2015, pp. 274 - 293).

(Fernandes, 2010) considera que os conhecimentos dos artesãos tradicionais, devem ser registados em livros, gravações ou planos de formação. Eles são uma herança cultural e é responsabilidade coletiva, fazer a sua transmissão às futuras gerações.

A autora defende também que o artesanato tradicional deve ser reinventado, utilizando para isso o design, a inovação e a refuncionalização (Fernandes, 2010, pp. 147-150).

Sobre o desenvolvimento do artesanato tradicional, a autora salienta a importância das parcerias interdisciplinares com os designers, a questão da sustentabilidade, a fuga à

massificação por parte do consumidor, a internacionalização do setor, a aposta em novas tecnologias e na internet, o diálogo produtivo entre entidades competentes, artesãos e consumidores (*idem*).

Segundo (Pereira, 2011, p. 25) existe uma crescente preocupação da sociedade pelos valores locais e marcos identitários nacionais. Ao mesmo tempo, refere o autor, cresce também a vontade de retorno ao campo ou da interação com este, de forma a reencontrar a história e as tradições locais. Esta procurada identidade local remete, em geral, para o artesanato, a cultura popular, o património arquitetónico, os recursos naturais, as atividades turísticas e a gastronomia (*idem*).

Neste contexto, o autor considera que “os tempos são de esperança para o artesanato” (Pereira, 2011, p. 25), apontando dois impactos positivos: primeiro, o reforço da identidade dos territórios e suas populações (componente cultural), segundo, o impulso económico, como fator de criação de emprego, oportunidade de negócio e suporte a outras atividades, dando o exemplo do turismo (Pereira, 2011, pp. 26 - 27).

De forma a concluir o capítulo, apresenta-se de seguida o quadro resumo com os principais aspetos abordados.

Quadro 4 - Quadro resumo do capítulo Artes e Ofícios Tradicionais

ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS	
Nota histórica sobre as artes e ofícios tradicionais	
Definição do conceito: Ângela Ferreira, Cláudia Albino, Mirla Fernandes, Mário Castro (...)	
Funções do artesanato	
<ul style="list-style-type: none"> - Função utilitária - Função artística - Função de recuperação (Castro, 1999)	<ul style="list-style-type: none"> - Função produtiva utilitária - Função estética e decorativa - Função cultural, patrimonial e simbólica - Função social - Função ambiental - Função recreativa e pedagógica (Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, <i>apud</i> (Fernandes, 2010))
O setor do artesanato em Portugal	
<ul style="list-style-type: none"> - O período de mudanças após a década de 80 - As mudanças na atitude dos artesãos, na relação com o mercado, na proteção, valorização e certificação dos produtos artesanais, nas formas de transmissão do conhecimento, na organização e enquadramento do setor, nos programas de apoio público às atividades artesanais (Formação, 2006) - 1997: é criado o PPART (Programa para a Promoção dos Ofícios e Microempresas Artesanais) - 2001: Definição de <i>atividade artesanal</i>, <i>artesão</i>, <i>unidade produtiva artesanal</i> - 2002: Criação da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios - 2003: Definição da <i>carta de artesão</i>, <i>carta de unidade produtiva artesanal</i>, <i>repertório das atividades artesanais</i>, <i>registo nacional do artesanato</i> 	
Artesanato português	
Contexto atual do setor	Tendências para o setor:
<ul style="list-style-type: none"> - 2888 Cartas de artesão em vigor - 2610 Cartas de unidade produtiva artesanal em vigor - Forma jurídica predominante: empresário em nome individual - Apoios do setor: Programa de Promoção das Artes e Ofícios e CEARTE 	<ul style="list-style-type: none"> - CEARTE - Cláudia Albino - Ângela Ferreira - Mirla Fernandes - Mário Castro - Tiago Pereira

Fonte: elaboração própria com base no capítulo

- Breve relação entre conceitos

Finalizamos o quadro teórico refletindo, de forma breve, sobre a relação entre os conceitos que acabámos de apresentar.

A Economia Solidária exprime-se por assumir iniciativas económicas de carácter coletivo (formal ou não), com pilares na autogestão, no trabalho associado e na solidariedade - vista como uma redistribuição justa de oportunidades, bens e resultados e não como uma relação desigual de ajuda (Singer, 2008). Estas práticas económicas, que não estão na lógica usual de consumo e produção capitalistas, têm surgido um pouco por todo o mundo. São respostas alternativas que emergem de diferentes territórios, culturas e saberes perante situações de exclusão social e económica, de falta de emprego e rendimento, como formas de lidar com a crise, etc (Amaro, 2005a).

As sociedades contemporâneas e os territórios encontram-se perante desafios exigentes. Exigem-se, com urgência, novos caminhos e respostas: construção de soluções mais participativas, atentas à compreensão das situações e dificuldades locais, às necessidades das pessoas, às singularidades culturais e sociais.

Neste contexto, a Economia Solidária tem uma importante relação com os territórios e com o Desenvolvimento Local. Por um lado, porque muitas das suas iniciativas e experiências emergem no seio de comunidades a que pertencem ou onde estão localizadas. Mobilizam os seus recursos, valorizam a sua identidade e cultura, constroem desenvolvimento e empoderamento coletivo. Por outro lado, uma das correntes teóricas da Economia Solidária, nomeadamente a corrente que se afirma a partir das experiências da Macaronésia, valoriza esta dimensão. O seu conceito de Economia Solidária tem como base oito dimensões, sendo uma delas o seu projeto territorial, que apoia o Desenvolvimento Local das comunidades onde se situa (Amaro, 2005a) (Amaro, 2009).

A Economia Solidária aproxima-se das perspetivas para a ação propostas pelo Desenvolvimento Local. É o caso onde ambas reconhecem como ponto essencial a ação coletiva, baseada na intencionalidade individual/coletiva e na qualidade das relações interpessoais. Também da sua interpretação do que é a economia real: não é apenas o mercado e a ação estatal mas sim do carácter insubstituível do Estado como garantia de capacitação, redistribuição e realização dos direitos dos cidadãos (Henriques, 2010) (Henriques, 2016).

Entretanto, a procura de respostas para a construção de um futuro desejável para os territórios e para as comunidades cruza-se com as artes e ofícios. Presentemente vistas como um importante elemento de identidade, cultura e património local podem ajudar à criação de emprego, de projetos e sonhos individuais. O sucesso destes projetos está relacionado com a capacidade de mobilizar saberes e talentos locais e articulá-los com recursos e capacidades externas, alcançando assim inovação. Naturalmente, todo este processo estará ligado a uma ideia de mudança na comunidade e neste sentido ao Desenvolvimento Local (INTERREG IVC, 2014) (Castro, 1999).

Por outro lado, num momento em que a sociedade contemporânea se confronta, de forma inevitável, com as questões ambientais e revê as suas atitudes, crenças e comportamentos em relação ao meio ambiente, as artes e ofícios podem ser uma *outra* forma de resposta.

Falamos da ligação que podemos refletir e discutir, entre as artes e ofícios e o Desenvolvimento Sustentável.

De fato, o produto artesanal é um produto sustentável: ele é feito à mão, usa matérias-primas naturais, tem uma elevada durabilidade e é ecológico (Ferreira, 2013).

Lembremos as palavras de (Neder, 1994), não temos de escolher entre desenvolvimento ou ambiente, temos sim de escolher “entre formas de desenvolvimento sensíveis ou insensíveis à questão ambiental” (Neder, 1994, p. 91).

A atual formulação oficial do Desenvolvimento Sustentável procura a compatibilização entre o crescimento económico, a coesão social e a proteção ambiental. Todavia, deparamo-nos no dia-a-dia com inúmeros exemplos e expressões da sua subordinação ao crescimento económico (Ferreira & Raposo, 2018).

A exploração capitalista dos recursos naturais nos territórios continua a aumentar, ao mesmo tempo que também se amplia os seus impactos ambientais e a degradação das condições de vida no território em que atua (*idem*).

Neste contexto, contributos de diferentes autores incluem novas dimensões na interpretação do que é o Desenvolvimento Sustentável. Preconiza-se uma visão holística sobre os problemas da sociedade, apontando que o caminho para ser sustentável passa pela valorização das pessoas, dos seus costumes e dos seus saberes.

Neste âmbito, a proposta de (Amaro, 2016a), de Desenvolvimento Sustentável, denominado por Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, integra de forma articulada oito dimensões – segurança económica, coesão social, segurança ambiental, valorização da diversidade cultural, coesão territorial, aprendizagem permanente e capacidade crítica, governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial e nova ética – parece ser mais realista, aplicável e ajustada à sociedade (Guedes, 2016). Entretanto, observa-se uma relação de sinergia e proximidade, entre este conceito e o da Economia Solidária: ambos têm um carácter sistémico onde integram projetos de Economia Solidária e dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, que se completam (Amaro, 2016a). Por outro lado, ambos têm os mesmos princípios teóricos que se cruzam no teatro operacional das suas práticas (*idem*).

PARTE II: ESTUDO DE CASO

Este capítulo tem como objetivo principal fazer a apresentação do estudo caso do presente trabalho, a Cooperativa Terra Chã, sita na aldeia de Chãos, freguesia de Alcobertas, concelho de Rio Maior, em Portugal.

Primeiramente faremos a apresentação das questões de partida, que serviram de guia ao presente trabalho e o respetivo processo metodológico definido para a recolha de dados. De seguida faremos a apresentação do caso em análise.

Capítulo I: Questões de partida e modelo analítico

O principal objetivo deste trabalho, é compreender, conhecer e discutir, o papel que podem assumir as práticas de Economia Solidária, na revitalização de territórios fragilizados e das artes e ofícios tradicionais, a partir das seguintes questões:

1. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária para a revitalização de territórios fragilizados?
2. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária na revalorização das artes e ofícios tradicionais?
3. Será possível criar um modelo *benchmarking*, baseado na Cooperativa Terra Chã, que possibilite obter pontos-chave (adaptáveis), para intervenções em territórios considerados como fragilizados?

Considerando as referidas questões, foi construída a grelha analítica²⁶ onde são apresentados os conceitos, as dimensões, os indicadores e as técnicas privilegiadas.

Na base da construção do nosso modelo de análise, foi tido em conta a interligação que existe entre os conceitos de Economia Solidária, desenvolvimento local (incluído no projeto territorial da Economia Solidária), as artes e ofícios (incluído no projeto cultural da Economia Solidária), e a relação de integração/articulação entre os conceitos Economia Solidária e desenvolvimento sustentável integrado/sistémico. De seguida, apresenta-se uma grelha síntese com os conceitos, dimensões e indicadores, tidos em conta para o desenvolvimento deste trabalho.

²⁶Veja-se Anexo A – Grelha Analítica, pp. 139

Quadro 5- Quadro base da grelha analítica

Conceito de Economia Solidária	Conceito de Desenv. Sustentável Integrado
1.Projeto económico	1.Dimensão segurança económica
2.Projeto social	2.Dimensão coesão social
3.Projeto ambiental	3.Dimensão segurança ambiental
4.Projeto cultural (artes e ofícios tradicionais)	4.Dimensão valorização da diversidade cultural
5.Projeto territorial (desenvolvimento local)	5.Dimensão coesão territorial

Fonte: Elaboração própria baseada nos projetos de Economia Solidária (Amaro, 2009) e dimensões do desenvolvimento sustentável integrado (Amaro, 2016a).

Quadro 6 - Conceitos, dimensões e indicadores da grelha analítica

Conceitos	Dimensões Analíticas	Indicadores
1.Economia Solidária	1.Projeto Económico	1. Produção/distribuição de bens e serviços
		2. Criação de emprego
		3. Distribuição de rendimentos
		4. Satisfação de necessidades de consumo
		5.Geração de poupanças
		6.Geração de investimentos
	Articulado com	
	Economia da dívida/reciprocidade	7. Práticas de reciprocidade (trabalho voluntário)
	Economia de mercado	8. Venda de produtos/serviços
	Economia da redistribuição de recursos	9. Subsídios governamentais e não governamentais
2.Projeto Social	2.Projeto Social	1.Criação de emprego
		2.Satisfação de necessidades básicas
		3.Promoção da igualdade de oportunidades
		4.Promoção de iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social
3.Projeto Cultural (inclui as artes e ofícios tradicionais)	3.Projeto Cultural (inclui as artes e ofícios tradicionais)	1.Valorização das culturas, através da economia
		2.Valorizaçãodo património, valores e identidade local, através da economia

	4. Projeto Ambiental	1. Adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis	
		2. Valorização e recuperação da natureza e biodiversidade	
	5. Projeto Territorial (inclui o desenvolvimento local)	1. Contratação preferencial de pessoas da comunidade	
		2. Relação privilegiada com fornecedores locais	
		3. Promoção da economia local, dos valores e culturas locais	
		4. Participação em eventos comunitários	
		5. Dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade	
	2. Desenv. Sustentável Integrado/Sistémico	1. Segurança Económica	- Vendas no mercado, quotas dos membros, trabalho voluntário, outras receitas próprias permanentes, contratualização com o Estado
		2. Coesão Social	- Trabalhadores efetivos, inserção de pessoas excluídas, respostas às necessidades básicas de pessoas sem poder compra, respeito pela Igualdade de género (condições salariais e de trabalho), missão social publicamente reconhecida
		3. Segurança Ambiental	- Utilização de energias renováveis, de matérias-primas biológicas, reciclagem de materiais, separação de resíduos e lixos, estratégias de poupança de recursos (energia e água)
4. Valorização da Diversidade Cultural		- Composição multicultural de membros da organização, inserção e/ou trabalho com minorias étnicas, promoção de diálogos interculturais, promoção do património e de outras formas de cultura local, outras atividades valorização cultural	
5. Coesão Territorial		- Contratação de trabalhadores da comunidade, resposta às necessidades básicas da comunidade, relações privilegiadas com a economia local, ações de apoio à empregabilidade e à iniciativa empresarial e empreendedorismo local, valorização de parcerias locais	

Fonte: Elaboração própria baseada nos projetos de Economia Solidária (Amaro, 2009) e dimensões do desenvolvimento sustentável integrado (Amaro, 2016a).

Capítulo II: Metodologias e técnicas de análise adotadas

O nosso estudo tem por base o método qualitativo “estudo caso” que, segundo Yin, é uma das estratégias mais utilizadas para responder a questões de “como” e “porquê” *apud* (Carmo & Ferreira, 2008, p. 234), debruçando-se sobre “um fenómeno actual no seu contexto real” e onde é possível utilizar várias fontes de dados (Carmo & Ferreira, 2008, p. 234). Este método caracteriza-se por ser indutivo, holístico, naturalista, pela importância que tem o “significado”, por ser humanístico (pp. 197-198).

O estudo caso pretende analisar com profundidade, determinadas características de uma organização. Definiu-se que a investigação seguiria o método de pesquisa intensivo que, para (Almeida, 1994) privilegia “a abordagem directa das pessoas nos seus próprios contextos de interacção, através da observação participante ou não, utilizam-se entrevistas de diferente tipo, analisam-se documentos variados referentes ao presente ou ao passado.” (Almeida, 1994, p. 198).

No presente estudo, escolhemos como técnicas de investigação a utilização aplicação de entrevista semi-diretiva, a observação participante e a análise documental.

A aplicação de entrevistas abre caminho para o “aprofundamento da percepção do sentido que as pessoas atribuem às suas acções” (Almeida, 1994, p. 213).

A observação participante ou pesquisa no terreno, permite a obtenção de informação rica, profunda e flexível, no sentido que é possível mudar de estratégia e seguir novas pistas (Almeida, 1994, p. 213).

A análise e pesquisa documental é um conjunto de informação diversa (consoante as características dos documentos) (*idem*).

Não obstante, as técnicas escolhidas também têm limitações a que é preciso dar a devida atenção. (Carmo & Ferreira, 2008), chamam a atenção para o fato de a observação participante ter como limitações a interpretação do que se observa e a dificuldade do registo imediato, dizendo ainda que esta posição de observador participante, exige uma auto vigilância, na medida em que ser participante e observador ao mesmo tempo é “complexo” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 122). Em relação à pesquisa e análise documental, João Almeida alerta para a enorme e dispersa informação, que obriga a um tratamento e análise demorados (Almeida, 1994, p. 213).

A recolha de dados, através da observação, aconteceu desde o dia 16 de Março de 2019 até ao dia 28 Abril de 2019, com diferentes momentos específicos de participação. Neste espaço de tempo participámos no Encontro “A Liderança nas organizações de Economia Social e Solidária”, realizámos visitas, de carácter informal, à aldeia de Chãos e à Cooperativa Terra Chã, entre os dias 25 de Abril de 2019 a 28 de Abril de 2019, pernoitámos no alojamento da Cooperativa Terra Chã. Integrou-se e acompanhou-se diariamente, as várias atividades das secções da Cooperativa Terra Chã. No dia 27 de Abril foi feita a entrevista ao dirigente Júlio Ricardo.

A pesquisa e análise documentais ocorreram de 1 Março de 2019 a 30 de Agosto 2019, tendo como objeto de trabalho, uma grande diversidade de materiais: estatutos da Cooperativa (2001), relatório e contas de 2018, acordo de parceria do projeto da gralha-de-bico-vermelho, documentos internos relativos à organização da Escola-Oficina de Tecelagem 1999/2000, plano de ação do centro de competências de apicultura e biodiversidade 2018, documentos internos relativos às várias secções da Cooperativa, documentos disponíveis no site do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, fotografias, notícias publicadas na imprensa, cartazes de eventos, folhetos publicitários e informação divulgada em placard criado com esse objetivo, informação disponível em documentos pessoais publicados e de organização coletiva.

Após a recolha de informações, através das técnicas escolhidas, foi necessário começar a fazer o tratamento dos dados e a análise de conteúdo.

Segundo (Carmo & Ferreira, 2008), a análise de conteúdo começa pela definição de objetivos e pelo quadro de referência teórico, passando depois à constituição de um corpus, à definição de categorias e, de seguida, de unidades de análise e por fim, à quantificação e interpretação dos resultados obtidos.

O tratamento dos dados recolhidos pela aplicação da entrevista (que foi gravada), foi desenvolvido em três fases, nomeadamente, (um) transcrição da entrevista, (dois) análise vertical, ou seja, identificando as ideias chave para cada dimensão analítica e (três) a interpretação da informação recolhida.

Relativamente aos dados recolhidos da observação participante – conteúdo da reunião de assembleia-geral da Cooperativa Terra Chã, da reunião do jantar de prestação de contas das Tasquinhas de Rio Maior, do acompanhamento das atividades das secções da Cooperativa, da participação no Encontro “A Liderança nas organizações de Economia Social e solidária” e no Seminário “Pastoreio – Fogos – Gestão de habitats” (evento formal que aconteceu no Auditório Paços do Concelho de Rio Maior e na aldeia de Chãos em 29 Novembro de 2017) - no final de cada dia (e durante o qual fomos tirando notas pertinentes), fez-se um relato escrito completo, fiel e abrangente, da realidade observada e participada.

A informação recolhida foi sujeita a uma análise de conteúdo, no sentido de ser feita uma triagem e associação de informações aos indicadores e dimensões definidos na grelha analítica.

De igual forma, também a informação obtida na pesquisa e análise documental foi sujeita a análise de conteúdo e a uma triagem e associação de informações aos indicadores e dimensões definidos na grelha analítica. Veio ainda, complementar a recolha de informação processada nas outras duas técnicas utilizadas.

A conjugação das três técnicas revelou-se bastante útil e complementar, na medida em que permitiu uma compreensão mais fina, mais sensível do todo e na segmentação das suas partes. O tratamento dos dados está disponível nos anexos deste trabalho.

Capítulo III: Caracterização do estudo caso em análise – a Cooperativa Terra Chã

1. Contexto geográfico da Cooperativa Terra Chã

A Cooperativa Terra Chã situa-se na aldeia de Chãos, freguesia de Alcobertas, concelho de Rio Maior, a quase 100 km de Lisboa, inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, o mais importante repositório de formações calcárias que existe em Portugal, (conhecido como Reino da Pedra), esta foi a principal razão da sua classificação como Parque Natural.

A paisagem que caracteriza o Parque Natural, designada por modelado cárstico, resulta da ação da chuva, que se vai infiltrando nas rochas, através de fendas, criando assim um aspeto de cunho particular. Aspetos próprios que aqui se podem observar são as depressões fechadas de formas e dimensões várias (dolinas, uvalas e poljes), afloramentos constituídos por sulcos, mais ou menos profundos e estreitos (campos de lapiás), e cavidades subterrâneas (grutas e algares)²⁷.

A diversidade de habitats é uma das riquezas do Parque Natural – dezanove habitats naturais, cinco dos quais considerados prioritários – como por exemplo, os habitats aquáticos (lagoas e charcos), os arrelvados calcícolas (formações herbáceas e de arbustos dispersos, que permitem a existência de comunidades vegetais e animais raras). Neste espaço podem ser observadas as orquídeas, os narcisos, a lagartixa-do-mato-ibérica, a laverca, borboletas, lebres, a gralha-de-bico-vermelho (no caso do Parque, esta ave nidifica exclusivamente em algares e tem a sua sobrevivência ameaçada porque depende dos sistemas agro-pastoris, que estão a desaparecer) (*idem*).

Os habitats rochosos (um dos mais significativos desta área e onde podemos observar o melro-azul, a gineta e a víbora cornuda), os algares e grutas naturais são outro ecossistema de grande interesse (morcegos cavernícolas e comunidades de invertebrados). Por último, os bosques e matagais: os bosques são constituídos pelo carvalho-cerquinho, carvalho negral, azinheira, rosa albardeira, medronheiro, gilbardeira, entre outros, já os matagais são constituídos por variadas plantas com especial destaque para espécies de valor aromático e medicinal, como por exemplo, o tomilho, o alecrim, a roselha, a salva, etc. (*idem*).

A presença do Homem na zona do Parque Natural resulta de uma evolução histórica longa e na coexistência de diversas situações distintas.

Assim, na periferia observa-se um povoamento intenso e ativo, com abundância de água, facilidade de comunicações e estabelecimento de agricultura produtiva ou de floresta, já no interior do Maciço, ou seja, na serra, o povoamento surge em núcleos de pequena dimensão, num território de extenso afloramento rochoso, falta total de circulação hídrica superficial e exiguidade dos solos (*idem*).

²⁷ Informação obtida em <http://www2.icnf.pt/portal/ap/resource/ap/pnsac/25-anos-pnsac>.

Aqui, a falta de água e as terras aráveis, difíceis de trabalhar, apenas permitem a existência de uma agricultura e criação de gado esforçada e de baixa produtividade, com povoamento pouco denso, refira-se também a importância da indústria extrativa da pedra, uma constante ao longo dos tempos.

Consoante os recursos endógenos de cada micro região do Parque Natural, foram nascendo aldeias, umas sitas na beira da serra, outras, tipo aldeias acasteladas no cume dos montes e outras ainda, situadas nas depressões.

A pedra foi, desde sempre, utilizada em quase tudo: para construir casas, cisternas, delimitar as propriedades e na construção de outros objetos. Predomina a agricultura de sequeiro, em especial os olivais.²⁸

A aldeia de Chãos situa-se num pequeno planalto, a uma cota inferior à cumeada da serra, na vertente sul, da Serra dos Candeeiros.

Aqui chegados, podemos observar um pequeno aglomerado de modestas casas, com um só piso e pátio comum a pessoas e animais, complementado por cisternas, eiras e covas do bagaço. Nas proximidades, evidenciam-se pequenas parcelas de terreno delimitadas por paredes de pedra seca (tapadas, cerrados ou chousas), terrenos destinados a policultura onde, pontualmente, surgem bolsas de solo mais profundo (felgar), evidenciando assim, uma agricultura de minifúndio. As encostas encontram-se frequentemente sustidas por presas de pedra solta e plantadas com oliveiras.²⁹

Chegados à Cooperativa Terra Chã (no fim da aldeia), envolve-nos uma paisagem que atinge os campos da lezíria do rio Tejo, a serra da Arrábida e a serra de Montejunto.

2. Breve caracterização da Cooperativa Terra Chã

A Cooperativa Terra Chã foi criada há 18 anos, tem sede em Chãos e, atualmente, é formada por cerca de 100 cooperadores³⁰.

É uma cooperativa agrícola multissetorial, sem fins lucrativos e que, segundo os seus estatutos³¹, tem o seguinte objeto:

- a) A criação de atividades económicas e socioculturais e prestação de serviços de consultoria a projetos empresariais de desenvolvimento local;
- b) A comercialização de produtos e serviços locais;
- c) O apoio à produção e comercialização de artesanato local;
- d) A conceção, a organização e animação de ações de formação profissional e sócio-cultural geradoras de desenvolvimento local;

²⁸ Informação consultada em <http://www2.icnf.pt/portal/ap/resource/ap/pnsac/25-anos-pnsac>, no dia 19 Julho de 2019.

²⁹ Informação obtida em <http://www.turismoriomaior.pt/conte.php?a=62>

³⁰ Conforme informação obtida na entrevista ao dirigente senhor Júlio Ricardo.

³¹ Informação consultada em documento interno da Cooperativa sobre os seus Estatutos.

e) A implantação de projetos de valorização e educação ambiental.

Para o alcance e prossecução deste objeto, poderá ainda contribuir para a aquisição de novas qualificações e novas competências das pessoas, para a valorização do património natural e construído, como forma de criar alternativas económicas às comunidades abrangidas pela ação, procurando a fixação das populações, perante o declínio da economia baseada na agricultura. A Cooperativa orienta ainda a sua ação para a área do turismo de natureza como forma de potenciar as características da área protegida em que se insere.³²

Este projeto cooperativo iniciou a sua atividade apenas com as secções de restauração/alojamento e artesanato. Atualmente, a Cooperativa Terra Chã dinamiza ainda as secções de apicultura, de silvopastorícia e ambiente e de turismo de natureza.

³²Informação consultada em documento interno da Cooperativa sobre os seus Estatutos.

PARTE III: ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo é dedicado à apresentação e à análise dos resultados obtidos através da entrevista, da observação participante e da análise documental.

Tendo em conta que este é um estudo caso, teremos de contextualizar os resultados, não extrapolar, porque os elementos recolhidos apenas dizem respeito a esta organização e à sua realidade.

A análise da organização, do seu projeto e das suas práticas, através dos dados recolhidos pelas três técnicas, é estruturada e enquadrada pelas dimensões da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico.

Com base no conceito de Economia Solidária, versão Macaronésia (devidamente abordada no capítulo respetivo) e assumido, no âmbito deste trabalho de Mestrado, como conceito de referência de Economia Solidária, a caracterização e a inclusão de uma organização no âmbito da corrente da Economia Solidária, versão Macaronésia, é fundamentada e verificada pela sinalização dos projetos que este conceito compreende.

Neste trabalho assumimos o compromisso de constatar a inclusão de cinco destes projetos: projeto económico, projeto social, projeto cultural, projeto territorial e projeto ambiental.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, enquanto conceito de carácter integrado e articulado, operacionaliza-se quando as atividades quotidianas das organizações da Economia Solidária (os projetos), são compreendidas nas dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico, ou seja, a segurança económica, a coesão social, a preservação e valorização ambiental (ou segurança ambiental), a valorização da diversidade cultural, a coesão territorial, a aprendizagem permanente e capacidade crítica, a governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial, a nova ética (Amaro, 2016a) (Guedes, 2016).

Se cumprirmos os requisitos, os projetos que integram o conceito multidimensional da versão Macaronésia de Economia Solidária, estaremos no bom caminho para concluir sobre o verdadeiro contributo para o desenvolvimento sustentável a nível macro (dada a complementaridade entre estes conceitos), no sentido de revitalizarmos/criarmos territórios sustentáveis, como consequência da visão, da missão e do trabalho de uma organização de Economia Solidária

Portanto, a constatação dos contributos da Cooperativa Terra Chã para o Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico de Chãos, resulta da sinergia que as ações desenvolvidas no âmbito dos projetos de Economia Solidária têm para a promoção do desenvolvimento sustentado de Chãos, em cada uma das respetivas dimensões.

Apresentamos a verificação dos cinco projetos referidos da Economia Solidária, analisando de seguida, o cumprimento destes projetos e o respetivo contributo para as dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico.

Capítulo I: Projetos de Economia Solidária verificados na Cooperativa Terra Chã

1. Projeto Económico

O projeto económico caracteriza-se por um conjunto de atividades económicas, como a produção de bens e serviços, a criação de emprego, distribuição de rendimentos, satisfação de necessidades de consumo, geração de poupanças e investimentos, de modo articulado com os princípios económicos da versão francófona - economia da dívida/reciprocidade, economia de mercado e economia de redistribuição de recursos (Amaro, 2009).

A Cooperativa “Terra Chã” – Desenvolvimento Local, Artesanato e Serviços, CRL é uma cooperativa agrícola multissetorial, cujas atividades económicas abrangem:

- A apicultura
- A restauração e alojamento
- O artesanato
- O turismo de natureza
- A silvopastorícia e ambiente

Secção de apicultura: presta apoio técnico e sanitário aos apicultores-cooperadores; organiza ações de formação inicial e formação profissional certificada; dinamiza a melaria comunitária assegurando a extração de mel e pólen dos apicultores-cooperadores bem como a sua comercialização.

Secção de restauração e alojamento: assegura o funcionamento do restaurante Terra Chã, dispõe de centros de alojamento local.

Secção de artesanato: produz e vende artigos como panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas; executa encomendas personalizadas relativas a vestuário; desenvolve atividades de formação na área da tecelagem (parceria com o CEARTE). É nesta secção que são feitos os saquinhos do pastor, usados na Rota dos Pastores (no âmbito do turismo de natureza e que servem para os visitantes levarem o seu farnel – queijo de cabra, pão, azeitonas e enchidos tradicionais - quando vão fazer o percurso serrano), os visitantes de Chãos podem realizar oficinas de experimentação de tecelagem, conhecendo e experimentando a arte das tecedeiras.

Secção de turismo de natureza: presta serviços de passeios pedestres; percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora (“Marinhas de Sal”, “De Chãos à gruta”, “De Chãos a Alcobertas”, “Entre Calcários e Basaltos”, “Rota das Orquídeas”, “Rota dos Pastores”); atividades de *teambuilding*, de orientação, de escalada, *rappel*, slide, jogos tradicionais, passeios de carroça e de burro.

Secção de silvopastorícia e ambiente: esta secção tem um rebanho com 160 cabras (raça serrana ecótipo ribatejana), que possibilita, por um lado, obter carne de cabrito, chiba serrana e queijo de cabra para consumo no restaurante da Cooperativa, por outro lado, a ação do rebanho (pastoreio extensivo tradicional e orientado) tem efeitos significativos na conservação

da natureza e da biodiversidade, contribuindo para a diminuição da biomassa, prevenção e controle de fogos rurais.

A nível da criação de emprego, a Cooperativa Terra Chã assegura atualmente, segundo Júlio Ricardo "...sete postos de trabalho (...) todos os empregos (...) são formalizados como contratos por tempo indeterminado (...)", na aldeia de Chãos:

- Um técnico apícola (secção da apicultura)
- Duas cozinheiras (secção restauração e alojamento)
- Três empregados de mesa e bar (secção restauração e alojamento)
- Um pastor (secção silvopastorícia e ambiente)

Ao fim-de-semana, o restaurante Terra Chã envolve serviços de pessoas externas (por vezes elementos do Rancho Folclórico de Chãos ou habitantes da aldeia de Chãos), para reforço do serviço de mesa e cozinha, em virtude do acréscimo de clientes.

É isto que confirma Júlio Ricardo quando conta que "...depois ao fim de semana...temos sempre mais pessoas, que vêm fazer uma prestação de serviços ao restaurante para assegurar... portanto trabalhos pontuais, porque não chegam só as duas pessoas de serviço de mesa para atender os clientes que vêm ao fim-de-semana. E há sempre trabalho pago a próprias pessoas da aldeia, (...) muitas vezes... jovens ligados ao próprio Rancho Folclórico de Chãos (...)"

Atualmente o valor da remuneração média mensal dos trabalhadores da Cooperativa ronda os 700.00 euros.

Relativamente à satisfação das necessidades de consumo dos seus cooperadores, geração de poupanças e investimentos, é pertinente explicar, desde já, que a Cooperativa Terra Chã foi a forma pensada para enquadrar, dar continuidade ao processo de associativismo da aldeia de Chãos (Rancho Folclórico de Chãos), bem como potenciar as infraestruturas que a associação já detinha, numa lógica de desenvolvimento local.

Segundo Júlio Ricardo afirma foi "...a possibilidade de gerir que nós encontrámos para desenvolver um projeto que se partiu do associativismo para uma relação de empresa...mas de base cooperativa e de base associativa...no fim de contas foi a estratégia que nós encontrámos para assegurar a viabilidade de todo este processo".

Este processo estruturou-se a partir da reflexão dos jovens da associação sobre o declínio da agricultura e da pecuária no meio rural serrano, com a conseqüente procura de novos empregos em meio urbano, induzindo o despovoamento da aldeia de Chãos. Por outro lado, este processo foi potenciado pelos inúmeros intercâmbios associativos que possibilitou o conhecimento de outras realidades.

Assim a Cooperativa Terra Chã foi criada para reestruturar a economia local, através de atividades económicas e socioculturais, comércio de produtos e serviços locais, atividades de valorização ambiental e patrimonial³³, entre outras, dando continuidade ao impulso que vinha

³³Conforme se verifica nos estatutos da Cooperativa Terra Chã.

sendo feito pelo Rancho Folclórico e pelos seus jovens, que queriam criar riqueza e postos de trabalho na aldeia de Chãos, para evitar o abandono por parte dos seus moradores.

Tal como um dos seus dirigentes refere (Júlio Ricardo), ela não é “uma Cooperativa no sentido tradicional da prestação de serviços aos associados, mas uma Cooperativa que está aqui radicada para promover a economia local.”

Neste contexto, devemos referir que a Cooperativa Terra Chã, não está numa lógica de cooperativa tradicional e do próprio Código Cooperativo, porque não presta serviços e não satisfaz exclusivamente as necessidades de consumo e as problemáticas dos cooperadores (cerca de 100). Estamos numa lógica de dinamização da economia da aldeia e do desenvolvimento local.

Através das suas cinco secções e das relações de sinergia que daqui resultam com a produção local e ao criar postos de trabalho, podemos dizer que contribui, diretamente, para a satisfação das necessidades de consumo das pessoas que são trabalhadores-cooperadores, através do rendimento que auferem.

De forma indireta, o mesmo se pode sugerir em relação àqueles produtores locais e restantes pessoas da aldeia com quem a Cooperativa Terra Chã estabelece relações económicas.

É isto que confirma Júlio Ricardo, quando refere que “...tentamos sempre que os produtos que nós vendemos (...) sejam produzidos e venham do próprio local”.

Também pela dinâmica que traz à própria aldeia e da qual todos beneficiam.

Em relação à geração de poupança, as secções da Cooperativa Terra Chã não geram diretamente poupanças.

Por último, o investimento, as atividades da Cooperativa Terra Chã parecem ter tido um contributo significativo na captação de investimento para a aldeia de Chãos.

Veja-se o caso da recuperação de património rural e infraestruturas, feito nas proximidades do Centro Cultural de Chãos (CCC), no sentido de revalorizar estruturas tradicionais ligadas à agricultura e integrá-las na oferta de atividades e animação turística da Cooperativa Terra Chã: recuperação de eira tradicional, cova do bagaço, cisternas, fachadas e telhados de casas típicas com pátios serranos, arranjo do espaço exterior da capela de S. Francisco, melhoria de estradas e caminhos, num investimento no âmbito do programa AGRIS (promoção e desenvolvimento de zonas rurais).

Também a adaptação/transformação da antiga escola primária de Chãos (que estava encerrada), para Melaria Comunitária, se enquadra nos exemplos de investimento criado na aldeia, conforme Júlio Ricardo conta: “...a Melaria está construída na escola primária de Chãos... porque fizemos um protocolo com a Câmara para aproveitar a escola primária para Melaria (...)”.

Observa-se que a recuperação de edifício público devoluto parece ser significativa. Entretanto, acrescenta Júlio Ricardo, “construímos agora um estábulo comunitário que vai ser inaugurado no Verão”, que foi construído de raiz, um estábulo comunitário com capacidade para 300 caprinos, que inclui local de pernoita, sala de ordenha, cisterna para águas pluviais, área

social de apoio ao pastor, arrecadações e parque exterior de retenção (investimento total de 221.000,00 € com contributo da Cooperativa de 50%).

Observa-se a criação de investimento em infraestruturas, serviços e equipamentos (já existentes ou criados), que viabilizam a criação de novas atividades económicas, assegurando novos postos de trabalho e novos rendimentos.

Podemos falar também na aplicação de investimento na reabilitação de património natural, como por exemplo a recuperação da lagoa na serra, e em recursos patrimoniais materiais e identitários, como os abrigos de pastor existentes na cumeada da serra.

É isto que afirma Júlio Ricardo, quando diz que “... lá em cima os abrigos do pastor (...) quando nós hoje os recuperámos, não é que acabassem os abrigos do pastor, mas estamos a assegurar uma revitalização do património rural (...) em meio ambiente natural (...). A própria lagoa, dantes a lagoa estava aberta, as cabras iam lá beber quando queriam... hoje percebemos que é preciso vedar a lagoa (...)”

Acrescenta-se ainda, relativamente ao investimento, que a Cooperativa Terra Chã decidiu, em assembleia-geral, que os excedentes anuais (caso existam), são sempre reinvestidos nas atividades desenvolvidas, não havendo lugar à sua distribuição pelos cooperadores.

É isto que Júlio Ricardo confirma, quando refere “...o nosso objetivo não era fornecer um serviço e os excedentes desse serviço serem redistribuídos pelos sócios (...) desde o princípio que assumimos que o restante é integrado na conta resultados transitados para ser reinvestido em todo o próprio processo e desenvolver outras secções.”

Relativamente à articulação do projeto económico com os princípios económicos da versão francófona de Economia Solidária – economia da dívida/reciprocidade, observou-se a participação de duas voluntárias na secção da tecelagem, durante os últimos 12 meses. A nível de Direção e de gestão da Cooperativa, os membros (quatro) exercem as suas funções de dirigentes sem auferir algum tipo de remuneração, sendo por isso considerado trabalho voluntário.

É o que confirma o dirigente Júlio Ricardo, quando afirma: “...na oficina temos duas pessoas que estão em apoio voluntariado, que fazem alguns trabalhos...” e “...conciliamos o trabalho profissional, entre pessoas que dependem da Terra Chã para viver, com o trabalho voluntário das pessoas que têm outros empregos, mas que trabalham na Terra Chã como voluntariado...que é o meu caso... e o da Direção, que são 4 pessoas, não é paga, não recebe qualquer pagamento...”.

A Cooperativa Terra Chã está na economia de mercado, pois vende produtos e presta serviços, obtendo receitas próprias, através das atividades das secções e sinergias entre si.

De acordo com os dados recolhidos, a grande fonte de receitas da Cooperativa Terra Chã é a secção de restauração e alojamento (restaurante Terra Chã), também funcionando inclusive como peça sinérgica para outras secções, ou seja, por exemplo, quem vem ao restaurante Terra Chã fica a saber da existência da Oficina de Tecelagem e da Melaria Comunitária, bem como de ofertas de atividades de turismo de natureza.

No que diz respeito à economia de redistribuição de recursos, a Cooperativa Terra Chã tem efetuado várias parcerias - com o Estado e com outras entidades privadas - ao longo do seu processo (algumas foram feitas na altura do Rancho Folclórico, numa fase inicial do processo e anterior à criação da Cooperativa), que resultam em projetos que apoiam o processo de desenvolvimento da comunidade e da aldeia de Chãos.

A título de exemplo (e numa fase inicial do processo), referimos o caso das instalações da Oficina de Tecelagem, que foram cedidas pelo PNSAC - Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros -, para a criação do Centro de Artes e Ofícios de Chãos ou Oficina de Tecelagem Terra Chã. Outro exemplo, foi a dinamização funcional dos espaços da restauração e alojamento, que foi possível através do financiamento do Programa Prodescoop.

A Cooperativa Terra Chã tem continuado a dinamizar este tipo de parcerias. O projeto da secção apícola beneficiou de uma candidatura ao Programa Apícola Nacional recebendo financiamento para a reutilização da escola como Melaria Comunitária; acordos de cooperação entre a Cooperativa Terra Chã, a Câmara Municipal de Rio Maior e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, permitiram a inserção de duas pessoas nos trabalhos da Oficina de Tecelagem (Contratos Emprego-Inserção+).

No âmbito do setor privado, uma parceria entre a Cooperativa Terra Chã, a Quercus e a Fundação Vodafone Portugal, através da iniciativa "Business and Biodiversity", (com vista à conservação da gralha de bico vermelho, o qual desenvolveremos mais à frente), financiaria a aquisição de um rebanho de 150 cabras (2008).

Mais recentemente foi construído o estábulo comunitário, já aqui referido, que obteve financiamento em metade do seu valor pelo PRODER – Programa Desenvolvimento Rural.

Estas várias parcerias, entre a Cooperativa Terra Chã, o Estado e outras organizações privadas, são um exemplo importante de uma política de redistribuição de recursos que acaba por resultar em vários projetos de valorização de meios e recursos existentes na comunidade (exemplo dos edifícios pertencentes ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e da escola primária de Chãos, que estavam encerrados), dando-lhes uma nova vida e contribuindo para a criação de riqueza de base local, viabilizando a reconstrução da economia local (com novas atividades económicas) e criação de postos de trabalho, alavancada no seu património natural, cultural e construído.

Esta situação sugere um papel de destaque à Cooperativa Terra Chã na redistribuição de recursos e, ao mesmo tempo, de aproveitamento de recursos (infraestruturas que já existiam na aldeia e, entretanto, desativadas), que visam melhorar as condições de vida das populações e territórios mais fragilizados.

Quadro 7 - Projeto Económico

	Secção de apicultura	Secção de restauração e alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
1. Produção e/ou distribuição de bens e serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Presta apoio técnico sanitário aos apicultores-cooperadores - Organiza ações de formação inicial e formação profissional certificada - Dinamiza a Melaria Comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegura o funcionamento do restaurante Terra Chã - Dispõe de centros de alojamento local 	<ul style="list-style-type: none"> - Produz e vende artigos como panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas - Desenvolve atividades de formação na área da tecelagem - Realiza oficinas de experimentação de tecelagem 	<p>Tem um rebanho de 160 cabras que permite:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obter carne de cabrito, chiba serrana e queijo de cabra para consumo no restaurante da Cooperativa - Tem efeitos significativos na conservação da natureza e da biodiversidade, contribuindo para a diminuição da biomassa, prevenção e controle de fogos rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presta serviços de passeios pedestres e de percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora - Atividades de <i>teambuilding</i>, de orientação, de escalada, <i>rappel</i>, slide, jogos tradicionais, passeios de canoa e de burro
2. Criação de empregos	1 Técnico apícola	2 Cozinheiras 3 Empregados de mesa e bar		1 Pastor	
3. Distribuição de rendimentos	- Valor da remuneração média mensal é de 700,00 €				
4. Satisfação de necessidades de consumo	- Distribuição de rendimento para todas as necessidades dos cooperadores-trabalhadores				
5. Geração de poupanças					
6. Geração de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de património rural e infra-estruturas - Adaptação/transformação da antiga escola primária de Chãos para Melaria Comunitária - Construção de um estábulo comunitário - Reabilitação de património natural e de recursos patrimoniais materiais e identitários 				

Projeto Económico articulado com					
	Secção de apicultura	Secção de restauração/ alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
Economia da dívida/ reciprocidade			2 pessoas		
	-Os membros da Direção (4) não auferem rendimento, considera-se trabalho voluntário				
Economia de mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Presta apoio técnico sanitário aos apicultores-cooperadores - Organiza ações de formação inicial e formação profissional certificada - Dinamiza a Melaria Comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegura o funcionamento do restaurante Terra Chã - Dispõe de centros de alojamento local 	<ul style="list-style-type: none"> - Produz e vende artigos como panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas - Desenvolve atividades de formação na área da tecelagem - Realiza oficinas de experimentação de tecelagem 	<ul style="list-style-type: none"> Tem um rebanho de 160 cabras que permite: <ul style="list-style-type: none"> - Obter carne de cabrito, chibã serrana e queijo de cabra para consumo no restaurante da Cooperativa - Tem efeitos significativos na conservação da natureza e da biodiversidade, contribuindo para a diminuição da biomassa, prevenção e controle de fogos rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presta serviços de passeios pedestres e de percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora - Atividades de <i>teambuilding</i>, de orientação, de escalada, <i>rappel</i>, slide, jogos tradicionais, passeios de carroça e de burro
Economia de redistribuição de recursos	<ul style="list-style-type: none"> - O projeto da secção apícola beneficiou de uma candidatura ao Programa Apícola Nacional, recebeu financiamento para a reutilização da escola como Melaria Comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização funcional dos espaços da restauração e alojamento, através de financiamento do Programa Prodescoop 	<ul style="list-style-type: none"> - As instalações da Oficina de Tecelagem, foram cedidas pelo PNSAC - Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma parceria entre a Cooperativa Terra Chã, a Quercus e a Fundação Vodafone Portugal (com vista à conservação da gralha de bico vermelho), financiou a aquisição de um rebanho de 150 cabras - Construção do estábulo comunitário, financiado em metade do valor pelo PRODER 	

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

2. Projeto Social

O projeto social da Economia Solidária tem em vista desempenhar um papel relevante na construção da coesão social da sociedade. Para isso defende ações tais como: a criação de emprego, em especial para aqueles que estão fora do mercado de trabalho, a satisfação de necessidades básicas não presentes no mercado, a promoção da igualdade de oportunidades e de iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social (Amaro, 2009).

Alguns dos trabalhadores-cooperadores da Cooperativa Terra Chã estavam numa situação de não receber rendimento pelo seu trabalho ou à procura do primeiro emprego, antes de desempenharem funções na Cooperativa.

A situação de não receber rendimento pelo seu trabalho é atribuída à mulher, conforme nos explica Júlio Ricardo: “definia-se o papel da mulher como um papel mais secundário (...) porque o trabalho doméstico da mulher não é trabalho remunerado, quando as mulheres estão a trabalhar na pecuária ou no aviário (...) não tem um ordenado estipulado... o dinheiro da venda dos produtos, dos porcos e dos frangos, é parte do rendimento familiar, mas quem o gere é o marido (...).

Constatou-se que 4 trabalhadores-cooperadores são mulheres e três são homens. Esta diferença não parece ser relevante, no entanto, se tivermos em conta o contexto rural onde se insere a Cooperativa Terra Chã, esta situação de quatro mulheres-três homens, pode assumir contornos mais expressivos, no que toca à valorização da igualdade de género.

É neste sentido, que o dirigente Júlio Ricardo afirma que “o papel da mulher em meio rural sempre foi um papel subalterno, ao mesmo tempo que era um papel subalterno era um papel de complementaridade”, por isso, muitas vezes na aldeia se ouvia os homens dizer “lá em casa, quem manda é a minha patroa, mas, quem manda na minha patroa sou eu.”.

Quando a Cooperativa Terra Chã, conforme as palavras de Júlio Ricardo, criou “a primeira oportunidade de as mulheres chegarem a casa com o seu salário, essas mulheres... portanto assumiram um empoderamento que foi significativo”, esta situação “deu uma voz ativa nas próprias decisões da família e houve histórias muito bonitas, nesse aspeto, cá na aldeia”.

Relativamente a diferenças salariais, em função do género, o dirigente Júlio Ricardo refere que a Cooperativa Terra Chã promove uma valorização igualitária entre todos os trabalhadores-cooperadores (com base nas suas funções), veja-se, por exemplo, o caso da equipa do restaurante/alojamento que “apesar de terem escalões de vencimento diferentes elas têm recebido pelo mesmo ordenado”.

Por fim, as iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social. Fruto da nossa permanência em Chãos, no decorrer de parte do trabalho de campo, tomou-se conhecimento, neste âmbito, da colocação de três pessoas em atividades da Cooperativa Terra Chã, através de um contrato de inserção do Instituto Emprego e Formação Profissional, sendo um dos casos de especial complexidade, prestando a Cooperativa apoio a nível profissional e pessoal.

Ainda neste âmbito, Júlio Ricardo refere que a Cooperativa Terra Chã desenvolve, em parceria com outras entidades, iniciativas onde são abordadas as “questões do apoio a pessoas com dificuldades da zona de Borgonha, em França” e, por exemplo, tem “vindo a dinamizar a

ajuda de um projeto com o POISE, que é o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, que visa dar formação a pessoas desempregadas e empregadas da nossa região, na área da apicultura e da prestação de serviços em campos agrícolas, e também de turismo”.

Quadro 8 - Projeto Social

	Secção de apicultura	Secção de restauração e alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
1. Criação de emprego para os que estão fora do mercado de trabalho	- Alguns dos trabalhadores-cooperadores estavam numa situação de não receber rendimento pelo seu trabalho ou à procura do primeiro emprego				
2. Satisfação de necessidades básicas não presentes no mercado	- Permitiu aos trabalhadores-cooperadores, o acesso a emprego e assim a obtenção de poder de compra para a satisfação das suas necessidades básicas				
3. Promoção da igualdade de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Tem 7 trabalhadores-cooperadores: 4 são do sexo feminino e 3 são do sexo masculino - Promove uma valorização igualitária entre os trabalhadores-cooperadores com base na função e não no género - Ajudou a mulher a conseguir a igualdade em relação ao trabalho pago 				
4. Promoção de iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com o Estado permitiram a realização de ações de formação (apicultura, agricultura e turismo) a pessoas desempregadas e empregadas da região (POISE) - Parceria com o Estado permitiu a inserção de 3 pessoas em contexto de pobreza e exclusão social nas atividades da Cooperativa - Parceria com outras entidades criam iniciativas de apoio na Borgonha, França 				

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

3. Projeto Cultural

O projeto cultural da Economia Solidária defende a valorização das culturas, dos patrimônios e das identidades locais através da economia. Para isso, as suas organizações devem incluir nas suas estruturas trabalhadores de outras culturas e os seus serviços devem abranger beneficiários de outras culturas. Por outro lado, pressupõe o desenvolvimento de iniciativas, ações ou outros projetos que valorizem ou sejam estimuladoras da pertinência da diversidade cultural, da proteção de valores e das identidades locais (Amaro, 2009).

A Cooperativa Terra Chã não tem nos seus quadros trabalhadores de outras culturas. No que diz respeito a serviços que abrangem pessoas de outras culturas, tendo em conta as secções existentes na Cooperativa Terra Chã, em especial a secção restauração/alojamento e a secção turismo de natureza e ambiente, é natural que existam pessoas de outras culturas que possam ser abrangidas pelos serviços da Cooperativa.

Exemplo desta situação é o testemunho do pastor Raúl, que em conversa informal, referiu que nos percursos à serra, com o rebanho - Rota dos Pastores -, já interagiu com pessoas de outras culturas como “casais do México, Turquia, Rússia, Cabo Verde, Espanha, França, América, Inglaterra e Israel”.

Isto evidencia que os serviços relacionados com o turismo de natureza da Cooperativa, abrangem pessoas de outras culturas, ficando implícita a possibilidade de, o mesmo suceder nas outras secções, tendo em conta que, como o dirigente Júlio Ricardo refere, parecem existir “sinergias entre as secções porque (...) por exemplo... ainda hoje houve uma sessão de formação na apicultura... as pessoas acabaram por almoçar no restaurante da Cooperativa Terra Chã, às vezes há uma atividade de turismo de natureza, as pessoas almoçam na Cooperativa Terra Chã”.

Não será estranha ou pouco provável esta suposição, porque o restaurante da Cooperativa situa-se no Centro Cultural de Chãos, ponto de referência para a Cooperativa Terra Chã, a poucos metros da Oficina de Tecelagem, da melaria comunitária e do estábulo comunitário, portanto, será natural que os serviços da Cooperativa Terra Chã possam incluir pessoas de outras culturas, em primeiro lugar, devido à sua ligação direta com o turismo e segundo, devido à sinergia que parece existir entre as várias secções.

Relativamente a iniciativas de consciencialização, ações de formação ou projetos direcionados para a valorização da diversidade cultural, para a proteção dos valores e identidades locais, começamos por dizer que a própria história e percurso da Cooperativa Terra Chã, as atividades que dinamiza e em que participa, podem ser interpretadas neste âmbito.

Entretanto, a valorização da diversidade cultural por parte da Cooperativa Terra Chã pode ser observada, por exemplo, num projeto de formação que está a ser desenvolvido “um programa Erasmus, com alguns países, portanto, Portugal, Espanha, Macedónia, Sérvia e Polónia, e tem a ver com metodologias participativas dos jovens para a definição de espaços comunitários para jovens”, segundo o dirigente Júlio Ricardo.

Outra situação, que poderá ser enquadrada neste âmbito, é o fato de a Cooperativa integrar nas suas atividades o estágio de dois alunos da Catalunha, durante Junho do ano corrente (programa Erasmus, estágio de ensino superior politécnico, em pré-impressão digital).

No âmbito de intercâmbios de voluntariado (Serviço Voluntário Europeu), a Cooperativa Terra Chã em 2016 e 2017 integrou jovens da Turquia, Arménia, França, Moldávia, Espanha, Ucrânia e Itália, de culturas e religiões diferenciadas.

Refira-se também, a existência, neste campo de ação, de relações e parcerias de cooperação, colaboração e partilha de experiências, saberes e estratégias, desenvolvidas entre a Cooperativa Terra Chã e diversas entidades nacionais e internacionais, como é o caso, segundo Júlio Ricardo, de “uma parceria com uns colegas nossos do Brasil onde a partir daquilo que se fazia aqui assim na Terra Chã, a Fundação Casa Grande, no Ceará, acabou também por criar um restaurante porque era uma mais-valia para o trabalho que eles faziam”. Existem ainda relações de estímulo intercultural com, continua Júlio Ricardo, “(...) associações da Catalunha (...) associações de pastoreio da Andaluzia, (...) cooperativas sociais de desenvolvimento local de Milão e do norte de Itália, (...) estamos neste momento através da Redpes (Rede Portuguesa de Economia Solidária), na organização do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras.”

Passamos agora à análise de ações ou projetos relacionados com a valorização de valores, saberes e identidades locais.

Como é que a Cooperativa Terra Chã, através da economia, valorizou a cultura, o património e a identidade local de Chãos?

Identificamos de seguida cinco iniciativas/ações que se considera terem sido relevantes na proteção da cultura, valores e identidade local da aldeia:

- 1ª - Recuperação da tecelagem pelos jovens do Rancho Folclórico de Chãos
- 2ª - Edificação do Centro Cultural de Chãos
- 3ª - Criação da secção de artesanato e a criação da secção de restauração/alojamento
- 4ª - Recuperação e restauro do património rural e infraestruturas ligadas à agricultura
- 5ª - Criação das secções de apicultura, de silvopastorícia e ambiente e de turismo de natureza

É importante contextualizar que este processo – valorização da cultura, património e identidade de Chãos -, começou a tomar forma em finais da década de 80, mais precisamente quando em 1986, o Rancho Folclórico de Chãos (RFC), como associação juvenil, criou a Oficina de Tecelagem de Chãos, fruto de um trabalho de recolha e preservação do património etnográfico e cultural da Serra dos Candeeiros.

Portanto, esta *primeira ação*, que visou a valorização da cultura, património e identidade de Chãos esteve relacionada com a recuperação da tecelagem (base etnográfica), que estava intimamente ligada às atividades de dança e cantares (base folclórica) tradicionais.

Assim, a ação do grupo passou pela recuperação de antigos teares e contribuir para a recuperação e reativação da tecelagem tradicional, preservando peças utilitárias e decorativas, como tapetes e colchas (característicos desta zona serrana). Para isso trouxe á aldeia antigas tecedeiras para ensinar a arte às jovens do rancho.

No ano de 1992, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros fez a recuperação das infra-estruturas de Chãos (antigos Serviços Florestais), transformando-as no Centro de Formação de Tecelagem. Daqui se infere que a valorização da tecelagem em Chãos também fez acontecer a valorização de património construído (os edifícios florestais estavam em situação de abandono e de ruína), o que se assume como um fator de valorização do património construído da aldeia.

A partir de 1995, o Centro de Tecelagem de Chãos funcionou como sede do Rancho, assegurando o funcionamento da tecelagem, a visitação e a manutenção do edifício.

Como consequência dos inúmeros intercâmbios nacionais e comunitários que o RFC dinamizou entre 1985 e 1992, surgiu entre os jovens da associação a necessidade de uma sede própria para a dinamização de encontros associativos, intercâmbios, reuniões e ações de formação, como um local adequado e de qualidade para o desenvolvimento de atividades similares às que tinham sido conhecidas e perfeccionadas nesses intercâmbios. Impunha-se, também que a associação soubesse retribuir com qualidade e instalações adequadas os intercâmbios em que estava envolvida.

O projeto viria a ser assumido pela direção do RFC (futuro Centro Cultural de Chãos), tendo os anos seguintes sido dedicados ao desenvolvimento do projeto.

Júlio Ricardo afirma que “ (...) no âmbito do trabalho que estávamos aqui a fazer na aldeia com o Rancho Folclórico de Chãos (...) pensámos que era importante criar uma sede social para desenvolver a perspetiva de trabalho que nós tínhamos e temos da nossa aldeia e da ligação ao folclore e depois a partir de 1994, com os jovens da associação pensámos em criar uma sede e onde definimos o espaço, as áreas necessárias...portanto para essa sede, que veio dar origem ao Centro Cultural de Chãos...que foi inaugurado no ano de 2000 (...) “

Quando, em Fevereiro de 2000, são concluídas as obras de construção do Centro Cultural de Chãos, este passa a ser a sede da associação do rancho. Este espaço é composto por um auditório, salão multiuso, cozinha, bar, museu, duas salas e quatro quartos equipados com 6 camas por quarto (beliches).

Consideramos que esta seja a *segunda ação*, a edificação do Centro Cultural de Chãos, que através da economia, valorizou a cultura, o património e a identidade local de Chãos.

Chama-se aqui a atenção para a singularidade desta situação, a construção do Centro Cultural de Chãos, ter sido uma ideia (e uma necessidade) de um grupo de jovens, numa tipologia associativa de base tradicional e dirigista (um rancho folclórico!...), tendo em atenção a sua conceção e polivalência...

Após a edificação do Centro Cultural de Chãos, foi preciso repensar ideias e estratégias, sobre qual a melhor forma de fazer continuar e crescer o processo. É isso que Júlio Ricardo confirma quando conta que “começámos a trabalhar um ano antes na perspetiva de “o que é que havemos de fazer para tornar este processo, esta construção sustentável e que ela contribuísse para o desenvolvimento local da própria aldeia?”

A este repensar de ideias e estratégias, do seu papel no contexto da região (por parte do RFC), assim como o papel do próprio Centro Cultural de Chãos, não terá sido alheia a

integração na rede ANIMAR e a colaboração com o PROACT, este trabalho colaborativo resultaria em três ideias chave (Ricardo, 2000):

1ª - Uma redefinição dos espaços do Centro Cultural de Chãos (transformar o museu em restaurante e o salão em auditório/sala multiusos)

2ª - A conclusão de que a associação e as suas características (jurídicas, de gestão, recursos, etc.) estavam a limitar o andamento do processo de desenvolvimento, pelo que se começou a perceber outra forma de organização e de “fazer as coisas andarem para a frente”

3ª - Tomou forma ainda a ideia de que era essencial criar atividades que gerassem, direta ou indiretamente emprego, desenvolvendo novas atividades económicas no espaço rural, que substituíssem a principal fonte de rendimento da aldeia, que era a agricultura.

Neste sentido, o grupo resolveu, como refere Júlio Ricardo “(...) criar a Cooperativa Terra Chã para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação vinha animando. Por isso é que nós criámos a cooperativa em 2001, com as pessoas que estavam na oficina de tecelagem e com as pessoas que estavam mais ligadas a uma componente de cozinha, criámos a Cooperativa com a secção de artesanato e a Cooperativa com a secção de restauração e alojamento...porque eram as valências que o próprio edifício tinha (...)”

Verifica-se então que a Cooperativa Terra Chã iniciou a sua atividade com duas secções, a secção de artesanato e a secção de restauração e alojamento.

Se uma primeira ação de valorização da cultura, património e identidade de Chãos esteve relacionada com a recuperação da tecelagem, também se observa que o Centro de Tecelagem volta a servir de ponto de partida para a Cooperativa (secção de artesanato) e para os seus objetivos, criando atividades inovadoras que fossem capazes de valorizar os recursos existentes, nomeadamente os de carácter ambiental, patrimonial e no próprio “saber ser e saber fazer” das pessoas da aldeia.

Neste contexto, foi criada e impulsionada a secção de artesanato com a formação da Escola-Oficina de Tecelagem em Chãos (1999/2000). Dinamizando o projeto e enquadrando as componentes de formação e produção, este foi o estímulo para provocar a mudança através da valorização e inovação de saberes locais ancestrais. Por outro lado, o restaurante e o alojamento, assumiam-se como a forma de trazer pessoas a visitar a aldeia de Chãos.

Tendo em conta que o nosso trabalho de investigação definiu perguntas orientadoras para as quais procuramos obter respostas; uma delas, relacionada com os contributos que podem sobressair das práticas da Economia Solidária para a revalorização das artes e ofícios tradicionais, considera-se pertinente fazer uma abordagem particular à secção do artesanato - a Oficina de Tecelagem Terra Chã - no sentido de dar a conhecer a sua realidade atual.

3.1 A Oficina de Tecelagem da Cooperativa Terra Chã

Retomando a criação da Escola-Oficina de Tecelagem em Chãos, ela visou dar continuidade ao projeto da tecelagem, nomeadamente criando emprego ligado às atividades tradicionais, contribuindo para a fixação das pessoas na aldeia.

Inscreveram-se na Escola-Oficina 10 mulheres, sendo 8 da aldeia de Chãos e as restantes de aldeias da freguesia de Alcobertas, onde frequentaram um plano de formação (fevereiro 1999 a março 2000), constituído por quatro áreas principais: 1 – Desenvolvimento Pessoal e Social, 2 – Formação Teórica, 3 – Formação prática/produção, 4 – Projeto.

Resultado desta ação, foram criados três postos de trabalho na Oficina de Tecelagem (secção artesanato da Cooperativa Terra Chã), que recebiam encomendas de lojas de artesanato e de entidades como a Câmara Municipal Rio Maior ou Junta de Freguesia de Alcobertas. Após dois anos de laboração, em virtude de várias dificuldades, a atividade não tinha rentabilidade e deu-se o término.

Atualmente a Oficina de Tecelagem não cria postos de trabalho, tendo, segundo Júlio Ricardo “duas pessoas que estão em apoio voluntariado”, o dirigente refere que a partir de Maio vão ficar duas pessoas afetas à oficina, fruto de “uma parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior (...) para revalorização do artesanato local”.

Constatou-se, pelo nosso trabalho de campo, que as pessoas que estão em trabalho voluntário na Oficina de Tecelagem são as que vão ser integradas através de acordo estabelecido com o IEFP e a Câmara Municipal de Rio Maior.

Em conversa informal, com *Maria* (nome fictício), ela conta que é uma apaixonada pela tecelagem e foi nas suas viagens pelo país que descobriu a Tecelagem de Chãos, começou por vir alguns dias por semana, a título voluntário, para “experimentar, explorar e sentir a tecelagem”. Partilha ainda que foi difícil conseguir o ensinamento da arte por tecedeiras anciãs e que as formações do Cearte foram essenciais às suas aprendizagens.

Segundo *Maria*, a Oficina de Tecelagem vende produtos como “panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas, há quem encomende saias, blusas”, depois recebe visitas de várias escolas, onde os alunos passam um dia a aprender a tear. Também há visitantes que escolhem vir a Chãos para passar um dia na Oficina de Tecelagem (é um dos programas de animação da Secção de Turismo de Natureza).

Júlio Ricardo refere que as ações de formação “são feitas em parceria com o Cearte” e “geralmente há sempre duas formações por ano, este ano vai ser uma sobre técnicas de tapeçaria e tingimento natural, onde estão sempre à volta de 12/15 pessoas para formação... e vêm dos mais diversos locais do nosso país.”.

Por sua vez, *Maria*, refere que recebem muitas “inscrições e participação de pessoas de vários locais do país, contudo as pessoas acabam por não ficar, muito devido ao grande esforço da atividade e pouco retorno económico”, explicando que isto se deve a ser “uma atividade muito flutuante e que envolve uma grande congregação de parcerias, esforços, vontades, sinergias”.

Sobre a Oficina de Tecelagem, Júlio Ricardo refere que é “a que está com menos valor económico (...) mas o fato de termos aqui a Oficina de Tecelagem faz com que muita gente venha à Terra Chã, ao nosso restaurante, porque ao lado está uma tecelagem e querem vir ver”.

Maria e a sua colega (que estão na Oficina como voluntárias), estão a desenvolver um projeto (ainda em fase embrionária), que visa conseguir recriar na Oficina de Tecelagem o processo completo da transformação da lã de ovelha em fio de tecelagem (produzir os próprios tecidos e peças), tendo para isso construído uma parceria informal com especialistas na atividade, da zona norte do país e com o MUTEX – Museu Têxtil de Castelo Branco.

Segundo *Maria*, o objetivo é “fazer (...) todo o processo natural, ou seja, desde a fiação da lã do animal (no caso a ovelha) até à peça final.”; isto para “diferenciá-la no mercado pela utilização de materiais de excelente qualidade e materiais originais/locais, que vão referenciar a oficina a nível nacional e atrair compradores”.

Júlio Ricardo, por seu lado, refere que outro dos caminhos possíveis para dinamizar a Oficina de Tecelagem é “se as pessoas que vêm agora quiserem potenciar uma parceria com a Terra Chã elas podem-se tornar cooperadoras e asseguram a viabilização da secção de artesanato da Cooperativa, assegurando o seu posto de trabalho, portanto, pela produção, e depois podem certificar-se como unidade artesanal junto da entidade que é o Cearte, que dinamiza essa componente.”, acrescentando que “temos de trabalhar uma componente de *design* que consiga criar produtos únicos que encontrem nichos de mercado para eles serem vendidos”.

Constata-se, relativamente à estratégia de comunicação e marketing ligada à Oficina de Tecelagem, que esta é quase inexistente, cingindo-se à situação em que, conforme Júlio Ricardo refere “muitas vezes quando há pessoas que vêm ao restaurante e a sala está cheia, costumamos (...) trazer as pessoas à tecelagem”.

Relativamente a sinergias, nesta área específica, observou-se a parceria com o Cearte e as sinergias entre secções, já referidas pelo dirigente Júlio Ricardo.

Como forma de concluir este ponto, apresenta-se de seguida uma breve análise SWOT tendo em conta a Oficina de Tecelagem Terra Chã.

Quadro 9 – Análise SWOT à Oficina de Tecelagem Terra Chã

Fatores positivos	Fatores negativos	Oportunidades	Ameaças
- A Oficina de Tecelagem está inserida num processo amplo e relativamente consolidado de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.	- Falta de certificação de Produção Artesanal Tradicional - Fraca estratégia de comunicação e marketing	- Condições físicas, sociais e ambientais favoráveis à criação de uma Unidade Produtiva Artesanal, no âmbito da tecelagem, como nicho de mercado	- Atividade muito flutuante e que envolve uma grande congregação de parcerias, esforços, vontades, sinergias - Concorrência de produtos vindos da Ásia

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

Concluimos assim a nossa abordagem à Oficina de Tecelagem Terra Chã, voltando ao ponto do nosso trabalho onde nos encontrávamos, a referir exemplos de ações (da Cooperativa Terra Chã) que valorizem através da economia, a cultura, o património e a identidade local da comunidade.

Recapitulando, a segunda ação estava relacionada com a edificação do Centro Cultural de Chãos, posteriormente, surgiu a necessidade de dar novo sentido ao espaço/processo. Neste contexto, surgiu a Cooperativa Terra Chã, com as secções de artesanato e restauração e alojamento.

A terceira ação, que identificamos como valorizadora da cultura, património e identidade de Chãos é a criação da secção de artesanato e a criação da secção de restauração/alojamento da Cooperativa. Uma vez que o ponto anterior já abordou a secção de artesanato, a Oficina de Tecelagem da Terra Chã, apresentaremos de seguida a abordagem à secção da restauração/alojamento.

Segundo Júlio Ricardo, esta secção é para a Cooperativa a “principal fonte de receita”, desenvolvendo uma atividade económica que tem por base a divulgação de pratos tradicionais.

Alguns dos produtos utilizados no restaurante são produzidos nas restantes secções da Cooperativa (carne de cabrito e chiba serrana, queijo de cabra, o mel e pólen).

Também existem produtos locais de Chãos. É o caso do chícharo (uma leguminosa que cresce em terrenos pobres, parecido com o tremço) que esteve quase extinto, mas agora é um prato muito apreciado. Também as ervas aromáticas (alecrim, tomilho, salva, etc), próprias da aldeia de Chãos.

A sua carta gastronómica tem, entre outros pratos, “Cabrito Serrano”, “Chiba Serrana”, “Chicharada da Serra”, “Galo com nozes”, “Galinha à Terra Chã”. Também doçarias como a tarte e os pastéis de chicharo, o requeijão com mel e as filhoses tradicionais.

O restaurante Terra Chã, inserido nas instalações do Centro Cultural de Chãos, com vista panorâmica para sul da Serra dos Candeeiros, também é requisitado para festas de batizado, casamentos e aniversários.

A *quarta ação*, que se considera que contribuiu para a valorização da cultura, património e identidade da comunidade é a recuperação e restauro do património rural e infra-estruturas ligadas à agricultura, situados nas imediações do Centro Cultural de Chãos.

Com vista à sua integração nas atividades e oferta de animação turística da Cooperativa Terra Chã, dando a conhecer o passado comunitário da aldeia de Chãos, foram alvo de intervenção a eira, cova do bagaço, cisternas, fachadas e telhados de casas tradicionais rurais, com pátios serranos, espaço da Capela de S. Francisco, melhoramento de estradas e caminhos.

A *quinta ação*, que se considera que contribuiu para a valorização da cultura, património e identidade de Chãos é a criação das secções de apicultura, de silvopastorícia e ambiente e de turismo de natureza.

A apicultura era tradicionalmente uma atividade que existia na Serra dos Candeeiros.

No entanto a falta de conhecimentos e de formação dos apicultores acabou por levar à diminuição acentuada dos efetivos de colmeias.

Com a criação da secção apícola na Cooperativa Terra Chã, parece verificar-se que esta atividade tem vindo a ser progressivamente recuperada pelas pessoas, tal como refere, em conversa informal, o técnico apícola da Cooperativa “no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade”, no entanto “hoje quase metade já são jovens”.

O dirigente Júlio Ricardo refere que “a melaria tem um potencial de desenvolvimento significativo em termos de trabalho e até de apoio aos apicultores”. A secção apícola iniciou a sua atividade com um grupo de 41 apicultores, neste momento, segundo o seu técnico apícola, são cerca de 150 apicultores.

Portanto, parece existir aqui um trabalho que valorizou a cultura, património e identidade local da aldeia (e da região), na medida em que se sugere que ele contribuiu para a dinamização de uma atividade tradicional, fortemente usada como consumo familiar, pelas pessoas da Serra dos Candeeiros e que se encontrava em declínio.

Refira-se também, que esta atividade também teve o efeito (à semelhança do que sucedeu com o Centro de Tecelagem e antigas instalações dos serviços florestais) de promover a valorização da antiga escola primária de Chãos, que foi recuperada e transformada na Central Meleira Comunitária, é também uma valorização do património construído da aldeia.

A criação da secção de silvopastorícia e ambiente, também se pode dizer ligada às ações ou projetos relacionados com a proteção de valores e identidades locais de Chãos, na medida em que teve (e continua a ter), um papel importante face a uma atividade característica do meio

serrano (criação e apascentação de rebanhos na Serra dos Candeeiros, em terrenos comunitários).

Atualmente, esta é uma atividade em risco de extinção, pelo que o rebanho de cabras da Cooperativa, o estábulo comunitário e a ordenha mecânica podem reafirmar, na aldeia, em especial entre os cooperadores desta secção, a ideia de que é possível e economicamente viável, a manutenção de rebanhos de cabras, se se criarem formas de cooperação entre os caprinicultores.

No âmbito do plano de ação desta secção destacamos algumas ações que tiveram por objetivo a recuperação do património construído.

Referimo-nos aos abrigos do pastor, sitos na Serra dos Candeeiros, que foram restaurados porque, como Júlio Ricardo refere “isto tem uma relação cultural e de vivência das pessoas e agora é reintroduzirmos o conceito do património de que é valorizar aqueles espaços porque aquilo tem uma memória coletiva que está associada ao pastoreio, não é? “.

Também a recuperação da lagoa, que existe na serra, pode ser vista como uma ação que recuperou e preservou o património, neste caso o património natural.

A construção recente de um estábulo comunitário (para cabras) na aldeia e o projeto da transformação da lã de ovelha em fio de tecelagem (que está a ser desenvolvido na secção da oficina de tecelagem), vêm reforçar a revitalização e valorização da cultura, do património e da identidade de Chãos.

Abordamos agora a secção de turismo de natureza e o seu papel na valorização da cultura, património e identidade de Chãos.

A aldeia de Chãos está inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, uma área protegida possuidora de um vasto património natural e cultural, com vários locais de grande interesse e contacto direto com a natureza.

A Cooperativa Terra Chã assegura, por exemplo, a visita integral à Gruta de Alcobertas, vários percursos pedestres e percursos temáticos e atividades ligadas ao recreio.

Esta é uma forma de promover e valorizar a cultura, património e identidade local de Chãos, através da oferta de práticas ligadas ao recreio e lazer em contacto com a natureza e a cultura local, a que se associa uma componente económica importante.

Finalmente, considera-se importante referir que parece existir uma interação e sinergias significativas entre as várias secções da Cooperativa Terra Chã (entre si), ou seja, umas levam à dinamização das outras, como refere o dirigente Júlio Ricardo, “há como que uma unidade intrínseca entre todas as secções que se alimentam umas às outras”. Neste sentido também a valorização cultural, patrimonial e identitária de Chãos é trabalhada e ampliada.

Quadro 10 - Projeto Cultural

	Secção de apicultura	Secção de restauração e alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
1. Valorização das culturas, através da economia	<ul style="list-style-type: none"> - Não emprega pessoas de outras culturas - Alguns dos seus serviços já abrangeram pessoas de outras culturas - Projetos de valorização da diversidade cultural: Programa Erasmus; Estágios da Catalunha; Intercâmbios de voluntariado europeu - Parcerias colaborativas: Fundação Casa Grande (Brasil); associações da Catalunha; associações da Andaluzia; cooperativas sociais de Milão e norte de Itália; organização do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras 				
2. Valorização do património, valores e identidade local, através da economia	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação da tecelagem pelos jovens do Rancho Folclórico de Chãos - Edificação do Centro Cultural de Chãos - Criação da secção de artesanato e a criação da secção de restauração/alojamento - Recuperação e restauro do património rural e infra-estruturas ligadas à agricultura - Criação das secções de apicultura, de silvopastorícia e ambiente e de turismo de natureza 				

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

4. Projeto Ambiental

O projeto ambiental defendido pela Economia Solidária assume a conjugação da economia, com a ecologia, adotando comportamentos ambientalmente responsáveis e valorizando e conservando a natureza e a biodiversidade (Amaro, 2009).

No caso da Cooperativa Terra Chã, é possível identificar a criação de atividades económicas que valorizam e recuperam a natureza e a biodiversidade, este é o caso da secção apícola e o caso da secção de silvopastorícia e ambiente. Também da secção de turismo de natureza.

No caso da secção apícola, podemos dizer que ela valoriza e recupera a natureza, na medida em que é uma atividade económica que parece ter contribuído para a melhor prossecução da atividade de apicultura, pois facilita aos apicultores mais conhecimentos, formação e apoio técnico sobre como bem tratar as abelhas e o meio ambiente e formas de produção.

É do conhecimento geral, a função de polinização das abelhas, do seu importante papel para os ecossistemas. Sem abelhas haveria uma enorme dificuldade de conseguir produzir alimentos para toda a população mundial; daqui a correlação desta secção com a natureza e a produção de bens alimentares.

Esta é uma atividade económica que preserva e contribui para a renovação dos recursos silvestres, é vista como um “emprego verde” pela União Europeia.

A Melaria Comunitária assegura o apoio na produção, extração e comercialização de produtos da colmeia dos cooperadores e presta apoio técnico e sanitário aos apicultores e aos seus apiários. Permite aos apicultores aumentar os seus efetivos, obter maior rentabilidade produtiva, terem um controle sanitário de qualidade e valorização dos produtos pela estrutura de comercialização, que valorizará o preço de mercado.

A Serra dos Candeeiros tem uma forte tradição de produção e consumo familiar de mel, em virtude de ser muito rica em plantas melíferas. No entanto, a falta de conhecimento de boas práticas apícolas e as doenças e infestações acabaram por reduzir esta atividade.

Em conversa informal, o técnico apícola da Cooperativa Terra Chã refere que “os principais problemas das abelhas são o ácaro das abelhas e o apicultor”.

Isto acontece pelo uso de más práticas e pelo desconhecimento sobre como cuidar das abelhas, das colmeias e de como obter rendimento a partir delas. O técnico refere ainda que “no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade”, no entanto, “hoje quase metade já são jovens”. Conta ainda que, atualmente, também se observa que estas pessoas mais jovens não se limitam apenas à produção de mel, mas também produzem pólen, enxames, cera de abelha, propólis.

Analisemos agora o exemplo da secção de silvopastorícia e ambiente. Esta secção reflete de forma direta a valorização e conservação da natureza e da biodiversidade, como o faz?

Ora, o ator principal desta secção é o rebanho de cabras. Neste momento existem 160 cabras de raça serrana ecótipo ribatejana que fazem um trabalho de preservação e conservação da biodiversidade e da natureza, pela diminuição do impacto dos fogos, quando o rebanho pastorea pelas encostas e cumeada da serra.

O abandono da agricultura e do pastoreio tradicional terão levado a uma situação de ameaça à gralha-de-bico-vermelho (em perigo de extinção), porque degradou o seu habitat. Foi neste contexto que surgiu uma parceria entre a Cooperativa Terra Chã, a Quercus e a Fundação Vodafone Portugal, através da iniciativa “Business and Biodiversity”, com o projeto de “Conservação da gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros” (2008-2012).

O projeto traduziu-se na aquisição de um rebanho de cabras e na contratação de um pastor, assegurando um pastoreio extensivo e orientado, que visava a melhoria dos habitats ocupados pela ave.

Atualmente a Cooperativa Terra Chã pretende que o projeto tenha continuidade e incremente a perspetiva ambiental pela consolidação de um plano de pastoreio orientado, que considera a fauna e flora protegidas e pela criação e manutenção de faixas de descontinuidade como ação preventiva e de controlo de fogos.

Nesse sentido foi construído, recentemente, o estábulo comunitário, que segundo Júlio Ricardo afirma “era uma necessidade, talvez pelos critérios da sustentabilidade económica e financeira nunca deveríamos ter feito um estábulo para as cabras (...) mas pudemos construí-la porque ela tem uma componente de valorização ambiental e de responsabilidade ambiental muito forte”.

Na sequência do trabalho que a Cooperativa Terra Chã começou a desenvolver nos espaços da serra, houve lugar à recuperação de uma lagoa existente na Serra dos Candeeiros.

A este propósito, Júlio Ricardo afirma que “...dantes a lagoa estava aberta, as cabras iam lá beber quando queriam... hoje percebemos que é preciso vedar a lagoa para que os dejetos das cabras não vão realmente para dentro da lagoa” por outro lado, para que ela não “perca a água durante o verão (...) durante o verão ficava seca (...) criámos bebedouros associados àquele espaço de beber, para as cabras terem onde beber e conseguimos manter aquele espaço fechado porque aquele espaço é muito importante, por exemplo, para a herpetofauna, para os batráquios, para as rãs, para os tritões, para as salamandras, porque é um ambiente húmido, significativo para a preservação da fauna”.

Refletimos agora sobre o papel da secção de turismo de natureza na valorização e recuperação da natureza e biodiversidade.

O turismo de natureza da Cooperativa Terra Chã oferece a modalidade de alojamento local (secção de restauração e alojamento), bem como atividades e serviços de animação ambiental que permitem aos visitantes a contemplação e fruição do património natural, paisagístico e cultural da Serra dos Candeeiros.

Comumente, estas atividades caracterizam-se pelo seu baixo impacto a nível ambiental, no entanto, a nível social ou económico, os seus contributos podem ser potenciados.

A relação entre a secção de turismo de natureza da Cooperativa e a valorização/recuperação da natureza e biodiversidade, está precisamente no potencial contributo a nível social, ligado ao paradigma ecológico.

De fato, observa-se uma crescente sensibilidade da sociedade atual face ao ambiente (atuais problemas ambientais e recursos limitados).

Neste contexto, as atividades de animação ambiental da secção de turismo de natureza da Cooperativa podem contribuir para aumentar o conhecimento, dos seus visitantes, sobre os recursos/valores naturais dos territórios, gerando/potenciando efeitos positivos na conservação e proteção do ambiente e biodiversidade.

A secção de turismo de natureza da Cooperativa integra atividades de interpretação ambiental (percursos pedestres e rotas temáticas), onde é possível ao visitante adquirir conhecimento global sobre o património que caracteriza a área protegida, observando no local, formações geológicas, flora, fauna e respetivos habitats assim como aspetos relacionados com usos e costumes locais.

Foi neste sentido que o senhor pastor Raúl Gabriel, em conversa informal, explicou que durante os percursos à serra vai explicando “o que existe na serra, sobre a fauna, flora e habitats. Vou explicando os benefícios do pastoreio do rebanho (a proteção do ambiente e dos habitats naturais das plantas, a manutenção de faixas de contenção de incêndio e a limpeza de mosaicos de parcelas para gestão de combustível), intercalando com a observação das várias ervas aromáticas e medicinais que existem na serra: o alecrim, tomilho, salva, entre outras. Ainda mostro os abrigos do pastor, em pedra, e a lagoa na cumeada da serra”.

Em relação a ações ou comportamentos ambientalmente responsáveis, adotados pela Cooperativa Terra Chã, podemos referir a construção de cisternas em todos os empreendimentos que a Cooperativa tem construído.

Como nos diz Júlio Ricardo “tanto aqui na Terra Chã como no estábulo existem cisternas por causa do uso sustentável da água, se podemos conservar a água fluvial em cisternas não o vamos desperdiçar”.

Outros exemplos, são os relacionados com os trabalhos do estábulo, onde o estrume é incorporado nos terrenos de cultivo como forma de adubo natural ou vendidos para empreendimento de agricultura biológica.

No restaurante, onde a compra de produtos recai sobre os produtos locais, como nos explica Júlio Ricardo “tentamos que as pessoas da aldeia e da vizinhança nos vendam os produtos, as hortaliças (...) os bens necessários para o restaurante”.

Por último, a Cooperativa Terra Chã costuma servir no seu restaurante batatas, cujos trabalhadores – cooperadores e Direção cultivam, conforme é dito por Júlio Ricardo, “houve um dia que (...) todas as pessoas da Cooperativa Terra Chã e também a direção (...) foram semear batatas, para termos batatas, que vão depois assegurar o próprio consumo do restaurante, essas batatas ao serem produzidas na própria aldeia e cultivadas por nós (...) evitamos os produtos químicos”.

Refira-se ainda, a respeito de comportamentos ambientalmente responsáveis, o objetivo a médio/longo prazo da Oficina de Tecelagem, na transformação da lã de ovelha em fio de tecelagem, aproveitando assim um recurso natural e deixando de utilizar materiais sintéticos.

Quadro 11 - Projeto Ambiental

	Secção de apicultura	Secção de restauração e alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
1. Valorização e recuperação da natureza e biodiversidade	<p>-Secção apícola: oferece aos apicultores mais conhecimento, apoio técnico e sanitário e formação sobre como bem tratar as abelhas e o ambiente e obter melhor rendimento</p> <p>-Secção de silvopastorícia e ambiente: o rebanho de cabras faz um trabalho de preservação e conservação da biodiversidade e da natureza, pela diminuição do impacto dos fogos, quando pastoreia pelas encostas e cumeada da serra</p> <p>- Secção de turismo de natureza: contribui para aumentar o conhecimento sobre os recursos/valores naturais dos territórios, potenciando efeitos positivos na conservação e proteção do ambiente e biodiversidade</p>				
2. Adoção de comportamentos responsáveis	<p>-</p> <p>- Construção de sistemas em todos os empreendimentos que a Cooperativa tem feito</p> <p>- O estrume é incorporado nos terrenos de cultivo como forma de adubo natural</p> <p>- No restaurante Terra Chã utilizam-se, preferencialmente, produtos locais</p> <p>- A Cooperativa Terra Chã serve no seu restaurante batatas que são cultivadas pelos seus trabalhadores - cooperadores</p> <p>- Projeto da transformação da lã de ovelha em fio de tecelagem (objetivo de médio/longo prazo da secção artesanato)</p>				

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

5. Projeto Territorial

O projeto territorial da Economia Solidária preconiza a contratação preferencial de pessoas da comunidade, dá preferência a uma relação privilegiada com fornecedores e clientes locais, promove a economia local, os seus valores e culturas locais, participa nos eventos comunitários, toma em mãos projetos e ações de interesse para a comunidade, assumindo desta forma uma posição essencial para o Desenvolvimento Local (Amaro, 2009).

Começamos por referir que grande parte do que já aqui foi referido e explicado nas dimensões anteriores (económica, social, cultural e ambiental), ajuda a compreender e enquadrar o que é o projeto territorial da Cooperativa Terra Chã, nomeadamente o seu papel na promoção da economia local, dos valores e da cultura da aldeia de Chãos.

Já passaram mais de 30 anos, desde que os jovens faziam as “reuniões da roda”, que se seguiam aos ensaios do rancho. Foi a génese de algo pela melhoria das suas vidas e da vida da aldeia de Chãos. A pertinência de envolver as pessoas na identificação e na caracterização de problemáticas levou à realização de um inquérito às pessoas da aldeia.

Júlio Ricardo conta que “nós uma vez fizemos um inquérito na aldeia, em 94/95, onde perguntámos às pessoas o que é que era preciso que a aldeia tivesse para desenvolver a aldeia”.

Aberto o caminho para a procura de um outro futuro para a aldeia de Chãos (que corria o risco de ficar vazia), os jovens criaram, entretanto, a associação Rancho Folclórico de Chãos, mais tarde viriam a criar o Centro de Tecelagem de Chãos e depois o Centro Cultural de

Chãos. Com a criação do Centro Cultural de Chãos (2000), surge de seguida a Cooperativa Terra Chã (2001), porque, como Júlio Ricardo afirma “resolvemos criar a Cooperativa Terra Chã para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação tinha”.

O objeto principal da Cooperativa Terra Chã, segundo os seus estatutos (já aqui referidos anteriormente), relaciona-se com a criação de atividades económicas e socioculturais, comercialização de produtos e serviços locais, apoio á produção e comercialização de artesanato local, implantação de projetos de valorização e educação ambiental, entre outros.

O que pretendemos mostrar, após este breve trecho, é uma síntese breve das etapas da criação da Cooperativa Terra Chã, que mostre que esta, não apenas se preocupa com o desenvolvimento da aldeia de Chãos como ela própria nasceu dessa preocupação.

A Cooperativa Terra Chã tem como foco de atuação a aldeia de Chãos. A maioria dos seus trabalhadores-cooperadores é da aldeia de Chãos.

Como refere Júlio Ricardo “a Cooperativa Terra Chã tem ligações a todas as famílias da aldeia de Chãos, por causa dos trabalhadores da Terra Chã e por causa dos membros da direção que são da aldeia de Chãos”, para além de pessoas da aldeia também existem cooperadores de outras regiões, porque como explica Júlio Ricardo “neste momento a cooperativa ao ter cerca de 100 cooperadores, muitos que vieram da apicultura (...) vêm de uma grande dispersão geográfica”.

O natural funcionamento da Cooperativa Terra Chã tem por base e assenta na promoção da economia local de Chãos, dos seus valores e da sua cultura, por diferentes formas. Por um lado, contribui para a dinamização da economia local dando preferência aos fornecedores locais³⁴, à contratação de (sobretudo) pessoas de Chãos, e criando atividades geradoras de rendimento (várias secções da Cooperativa).

Por outro lado, a ação de dinamizar a economia local, tem por base a divulgação e conservação da natureza e da biodiversidade, a revitalização de saberes e culturas locais, o património cultural local, material e imaterial e envolve um público-alvo que se estende a todo o país e até a outros países.

Veja-se o caso da secção de tecelagem (promove aspetos patrimoniais e culturais de Chãos); o caso da secção de restauração/alojamento (traz pessoas a visitar a aldeia pelos seus pratos tradicionais e produtos locais). Na mesma linha de atuação se situam as atividades dinamizadas nas secções de apicultura, silvopastorícia e do turismo de natureza.

Sobre o papel da Cooperativa Terra Chã no que diz respeito a projetos e ações que sejam do interesse da comunidade, para além de alguns exemplos que já foram referidos nos pontos anteriores deste trabalho podemos acrescentar, por exemplo, a dinamização do Encontro “A Liderança nas Organizações de Economia Social e Solidária”.

³⁴Tendo em conta que a Cooperativa Terra Chã não está numa lógica de cooperativa tradicional e do Código Cooperativo, porque não presta serviços e não satisfaz exclusivamente as necessidades de consumo e as problemáticas dos cooperadores, operando numa lógica de dinamização da economia da aldeia e do desenvolvimento local não se aplica “dar preferência aos clientes locais”.

Este encontro aconteceu no dia 16 Março de 2019 e reuniu cerca de 46 pessoas, em nome individual e em nome de diversas organizações de Economia Social e Solidária. O debate informal aconteceu a partir de grupos de trabalho e das suas reflexões sobre o papel dos dirigentes/o papel dos líderes, em organizações da Economia Social e Solidária. O grupo passou o dia na aldeia de Chãos e fez o seu almoço no restaurante da Cooperativa Terra Chã.

Outro exemplo foi a organização de uma exposição de pintura de Filomena Custódio e a apresentação do livro e declamação de poesia “Philomela o canto do rouxinol”(5 de Maio 2019). Filomena Custódio, foi uma professora primária que exerceu funções docentes em Chãos nos anos 62-65 e que guardou desenhos e pinturas (dos seus alunos) desse tempo e que, agora, resolveu devolver á comunidade, sobre a forma de exposição.

Referimos ainda o Seminário “Pastoreio – Fogos - Gestão de Habitats”, que se realizou no dia 29 de Novembro de 2017. Durante a manhã foi efetuada a visita à aldeia e ao percurso do rebanho da Terra Chã, posteriormente, na parte da tarde, o seminário decorreu no Auditório dos Paços do Concelho de Rio Maior, com a presença do secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, o engenheiro Miguel Freitas. No evento participaram várias organizações de diversos locais, como por exemplo de Arcos de Valdevez, Penacova, Vila Pouca de Aguiar, Vouzela, Gouveia, entre outros.

Este tipo de ações tem repercussão na comunidade, ajudando à auto-estima coletiva na medida em que promove a visibilidade da aldeia de Chãos, traz mais pessoas à aldeia (que podem depois voltar para experimentar outra atividade e trazer novas pessoas), contribuindo assim para a dinamização da economia local.

Sobre a participação da Cooperativa Terra Chã em eventos comunitários, parece existir uma estreita colaboração e proximidade tanto ao nível da participação, como na própria organização destes eventos, possivelmente porque a Cooperativa Terra Chã, como Júlio Ricardo afirma “tem ligações a todas as famílias da aldeia de Chãos”.

Um exemplo desta estreita colaboração em eventos comunitários é a participação da aldeia de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior. A Feira das Tasquinhas de Rio Maior dá a conhecer saberes e sabores da gastronomia regional, apresentando-se com tasquinhas típicas, decoradas de forma rústica e associada à história de cada freguesia.

A participação nesta feira não é da Cooperativa Terra Chã, mas sim da aldeia de Chãos, neste sentido a tasquinha tem o nome de “Chãos”. Todo o trabalho envolvido neste evento é organizado e partilhado entre a Cooperativa Terra Chã, o Rancho Folclórico de Chãos e a Associação de Melhoramentos de Chãos.

O trabalho voluntário de todos assegura o funcionamento da tasquinha, que serve os pratos relevantes da aldeia que representa, conjugando todos os recursos disponíveis e produtos produzidos na aldeia. Após o término do evento, é marcado entre os participantes, um jantar de “prestação de contas”, que este ano aconteceu no salão comunitário, junto da Capela de S. Francisco. A organização do jantar é feita de forma coletiva e cada um colabora da forma que lhe é possível. Depois jantam em coletivo e no final os responsáveis apresentam as contas da tasquinha e a avaliação do trabalho desenvolvido pelo grupo.

Quadro 12 – Projeto Territorial

	Secção de apicultura	Secção de restauração e alojamento	Secção de artesanato	Secção de silvopastorícia e ambiente	Secção de turismo de natureza
1. Contratação preferencial de pessoas da comunidade	- A maioria dos trabalhadores-cooperadores é da aldeia de Chãos				
2. Preferência de uma relação privilegiada com fornecedores locais	- Tem preferência pelos fornecedores locais				
3. Promove a economia local, os seus valores e cultura local	<p>- Dá preferência aos fornecedores locais, à contratação de (sobretudo) pessoas de Chãos, cria atividades geradoras de rendimento (várias secções da Cooperativa)</p> <p>- Dinamiza a economia local com base na divulgação e conservação da natureza e biodiversidade; na revitalização de saberes e culturas locais; no património cultural local, material e imaterial; envolve um público-alvo que se estende a todo o país e até a outros países.</p>				
4. Dinamização de projetos e ações com interesse para a comunidade	<p>- Dinamização do Encontro "A Liderança nas Organizações de Economia Social e Solidária"</p> <p>- Organização de uma exposição de pintura de Philomena Custódio</p> <p>- Seminário "Pastoreio – Fogos - Gestão de Habitats"</p>				
5. Participa nos eventos comunitários	- Participação/organização da presença da aldeia de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior				

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

Capítulo II: Contributos da Cooperativa Terra Chã observados para a sustentabilidade macro

Terminamos assim a análise relativa aos cinco projetos da Economia Solidária. Passaremos no ponto seguinte a perceber o seu contributo para as dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado/Sistémico.

Como já referido anteriormente, a constatação dos contributos da Cooperativa Terra Chã para um desenvolvimento sustentado da aldeia de Chãos, observar-se-á nas sinergias e na materialização, que as ações de cada projeto analisado (Economia Solidária) têm para a promoção do desenvolvimento sustentável integrado/sistémico, nas respetivas dimensões.

Neste sentido, para percebermos o contributo das ações de cada projeto da Economia Solidária para o desenvolvimento sustentável integrado, nas respetivas dimensões, definimos uma pergunta tipo, adaptável a cada contributo.

1 - De que forma é que as ações associadas ao projeto económico da Cooperativa Terra Chã contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da segurança económica?

Os colaboradores são um elemento fundamental no funcionamento e bom resultado de qualquer organização. A Cooperativa Terra Chã emprega, na sua maioria, pessoas da aldeia de Chãos, desta forma ela cria emprego e distribui rendimentos na aldeia.

Por outro lado, o desenvolvimento das suas atividades permitiu o investimento em infra-estruturas que estavam encerradas, e a construção de novas infra-estruturas, que criaram atividades geradoras de riqueza local. Foi possível ainda a recuperação de património construído e o melhoramento de estradas e caminhos em Chãos.

Estas atividades geradoras de rendimentos contribuem para o desenvolvimento local e contribuem de forma direta para a satisfação das necessidades dos trabalhadores da Cooperativa Terra Chã. De forma indireta, para a satisfação das necessidades das pessoas de Chãos.

Apesar de as atividades da Cooperativa Terra Chã não criarem diretamente poupança, através do rendimento distribuído pela criação de emprego, podem contribuir, indiretamente, para a geração de poupanças, dos seus trabalhadores cooperadores.

Relativamente ao quadro económico-financeiro, o resultado do exercício de 2018, da Cooperativa Terra Chã, teve um excedente positivo que, como decidido em assembleia-geral, foi reinvestido nas atividades da Cooperativa, contribuindo assim para a continuidade das atividades da Cooperativa Terra Chã na aldeia de Chãos.

Para além destes contributos para a aldeia de Chãos, a Cooperativa Terra Chã, por via dos projetos e parcerias que tem desenvolvido com o Estado e outras entidades, assume um papel essencial na redistribuição de recursos, quando esta não é garantida pelo Estado.

Estas ações desenvolvidas no âmbito do projeto económico, não se focam no simples crescimento económico, mas abrangem e englobam as atuais questões com que a comunidade

e os territórios rurais mais periféricos, lidam no dia-a-dia, contribuindo para a promoção da sustentabilidade do território alvo destas ações, na dimensão da segurança económica.

2 - De que forma é que as ações associadas ao projeto social da Cooperativa Terra Chã, contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da coesão social?

A Cooperativa Terra Chã criou atividades que permitiram criar postos de trabalho para pessoas que se encontravam, na sua maioria, em situação de não receber rendimento pelo seu trabalho, dando-lhes assim um poder de compra que não detinham e por isso respondendo às necessidades básicas destas pessoas.

De forma indireta, também a dinamização da economia local de Chãos, pode contribuir para a satisfação das necessidades básicas das pessoas da aldeia, a partir dos excedentes desse comércio.

No que toca à questão do respeito e igualdade de género, não se verificou a contratação tendo por base o género, mas sim a função a desempenhar, sobressaindo até o contributo positivo no alcance de posição de igualdade das mulheres da aldeia, que trabalham na Cooperativa Terra Chã.

No âmbito das iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social foi possível observar a inserção de três pessoas, em contexto de Contratos Emprego Inserção/IEFP, nas atividades da Cooperativa Terra Chã, promovendo assim a possibilidade de uma vida mais digna para estas pessoas. A Cooperativa Terra Chã também participa, com outras organizações, em projetos que visam o combate à pobreza e exclusão social.

Assim, associando o impacto que as atividades criadas pela Cooperativa Terra Chã, têm nos seus trabalhadores-cooperadores e na conduta adotada por estes, assim como o impacto mais indireto, na aldeia de Chãos, e ainda aos projetos que desenvolvem, em parceria com outras entidades, no que diz respeito à luta contra a pobreza e exclusão social, a Cooperativa Terra Chã contribui para a sustentabilidade da aldeia de Chãos, na sua dimensão da coesão social, contribuindo para a igualdade de oportunidades em todos os sentidos.

3 - De que forma é que as ações associadas ao projeto ambiental da Cooperativa Terra Chã, contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da preservação e valorização ambiental (ou segurança ambiental)?

A Cooperativa Terra Chã mostra que é possível desenvolver atividades económicas geradoras de rendimentos e que, ao mesmo tempo, é possível contribuir para a preservação e valorização do ambiente e do território, para que as gerações (presente e do futuro) tenham o direito a um Planeta preservado e sustentável.

É o caso das atividades desenvolvidas na secção apícola e na secção de silvopastorícia e ambiente, com impactos diretos na preservação e conservação do ambiente, e na secção de turismo de natureza, de forma mais indireta.

Por outro lado, tem efetuado ações de conservação do meio natural (como a recuperação da lagoa), adotando ainda práticas que visam salvaguardar o ambiente e os seus recursos, como o uso de estrume nos terrenos de cultivo, o uso de cisternas, a compra de produtos locais, entre outros.

Neste sentido, a Cooperativa Terra Chã mostra, pelas práticas associadas ao projeto ambiental, ter uma relação de salvaguarda e preservação da natureza e do seu território, contribuindo assim para a sustentabilidade da aldeia de Chãos, na sua dimensão de segurança ambiental.

4 - De que forma é que as ações associadas ao projeto cultural da Cooperativa Terra Chã contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da valorização da diversidade cultural?

Apesar de a Cooperativa Terra Chã não ter, nas suas secções, trabalhadores de outras culturas, parece ser realista, que no âmbito das suas atividades, os seus produtos ou serviços, abrangem pessoas de culturas diferentes.

Observou-se a existência de projetos e iniciativas com cariz e relevo na valorização da diversidade cultural, como por exemplo, o programa Erasmus, parcerias com a Andaluzia, Itália ou a participação na organização do Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras, entre outros.

No que diz respeito a ações de promoção da cultura, património e identidade local, podemos referir que as atividades desenvolvidas pela Cooperativa Terra Chã tiveram o seu berço na salvaguarda das próprias tradições, valores, cultura e identidade de Chãos. Lembremos apenas a criação da Oficina de Tecelagem, a construção do Centro Cultural de Chãos ou a construção do estábulo comunitário da aldeia.

A Cooperativa Terra Chã, criou e desenvolveu as suas secções com base no património comunitário e cultural de Chãos, tendo conseguido revalorizar o património construído e integrá-lo em novas formas de criar riqueza para a aldeia, revitalizando a cultura, o património e a identidade de Chãos.

Neste contexto, as práticas associadas ao projeto cultural da Cooperativa Terra Chã, promovem o diálogo intercultural, a riqueza da diversidade e a valorização da cultura e identidade local, contribuindo assim para a sustentabilidade de Chãos, na dimensão da valorização da diversidade cultural.

5 - De que forma é que as ações associadas ao projeto territorial da Cooperativa Terra Chã contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da coesão territorial?

Como já aqui foi referido, a Cooperativa Terra Chã, teve como génese o objetivo de criar uma economia de base local, que promovesse o desenvolvimento da aldeia de Chãos, a partir da combinação de recursos endógenos e recursos exógenos. Neste sentido, atualmente, a Cooperativa Terra Chã tem cinco secções de atividades em funcionamento.

A partir daqui e apoiando a empregabilidade local, estas incluem, na maior parte dos seus postos de trabalho, pessoas de Chãos. No dia-a-dia das suas atividades dão primazia às relações com os produtores locais. Os seus potenciais clientes são, objetivamente, pessoas de qualquer local do Mundo. Ou seja, a criação das cinco secções da Cooperativa Terra Chã contribui para a promoção da economia local, dos valores e da cultura de Chãos, até pela especificidade de cada secção.

A Cooperativa Terra Chã dinamiza diversas iniciativas e projetos que interessam e animam Chãos, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

Desta forma, assumindo e repensando as fragilidades de um território rural, isolado e fragmentado, resultado do atual modelo económico neoliberal, a Cooperativa Terra Chã contribui para o desenvolvimento sustentável de Chãos, na dimensão da coesão territorial.

1 - Síntese dos resultados

Tendo por referência as práticas desenvolvidas pela Cooperativa Terra Chã, relativamente aos projetos da Economia Solidária – projeto económico, projeto social, projeto ambiental, projeto cultural, projeto territorial – observa-se que ela cumpre e se desenvolve numa relação articulada entre esses mesmos projetos. Verifica-se uma desigualdade de abrangência, consoante os projetos, como o quadro seguinte demonstra.

Quadro 13 - Projetos observados da Economia Solidária

		Total de componentes
Projeto Económico	Preenche 5 componentes Preenche 3 componentes parcialmente Não preenche 1 componente	9
Projeto Social	Preenche 2 componentes Preenche 2 componentes parcialmente	4
Projeto Ambiental	Preenche 2 componente	2
Projeto Cultural	Preenche 2 componentes	2
Projeto Territorial	Preenche 5 componentes	5

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

Segundo a informação recolhida, observa-se um cumprimento significativo dos projetos de Economia Solidária que foram alvo de análise, o que sugere, por sua vez, que existe uma forte possibilidade, por parte da Cooperativa Terra Chã, de pertença ao domínio da Economia

Solidária, uma vez que esta engloba oito projetos, e aferiu-se o cumprimento, no essencial, de cinco destes projetos.

Como o conceito de Economia Solidária é o mais capaz de compreender e integrar o conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado (nível macro) e ainda pela complementaridade que existe entre os conceitos (Amaro, 2016a) (Guedes, 2016), quando a Cooperativa Terra Chã cumpre os seus projetos de Economia Solidária, contribui para o desenvolvimento sustentável, onde as suas ações são desenvolvidas, nas respetivas dimensões do Desenvolvimento Sustentável Integrado.

Observa-se, no âmbito das atividades dos projetos de Economia Solidária da Cooperativa Terra Chã, que estes contribuem para o desenvolvimento sustentável da aldeia de Chãos.

Á semelhança do que se observou sobre o cumprimento dos projetos de Economia Solidária, verifica-se variabilidade no contributo para as respetivas dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 14 - Dimensões observadas do desenvolvimento sustentável integrado

Dimensão da segurança económica	Contribui parcialmente
Dimensão da coesão social	Contribui parcialmente
Dimensão da segurança ambiental	Contribui
Dimensão da valorização da diversidade cultural	Contribui
Dimensão da coesão territorial	Contribui

Fonte: Elaboração própria, a partir de elementos recolhidos pela autora na Cooperativa Terra Chã

Este trabalho de investigação estudou as práticas da Cooperativa Terra Chã, primeiramente, aferiu-se a pertença da Cooperativa ao domínio da Economia Solidária, posteriormente, verificou-se a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, onde as suas ações são desenvolvidas, a aldeia de Chãos.

Já são de outrora os desafios associados aos territórios fragilizados, a sua complexidade, abrangência e agravamento exigem o repensar sobre as atuais formas de intervenção e atuação. De forma progressiva, a Economia Solidária tem vindo a mostrar que é uma *economia* capaz de dar resposta às necessidades vividas por estes territórios.

Historicamente, a Economia Solidária surgiu perante o agravamento de problemas sociais, no âmbito da procura por novas respostas e experiências que promovessem melhores condições de vida às populações e territórios. A Economia Solidária apresenta-se como uma *economia alternativa*, que tem como princípios orientadores o valor de uso, a solidariedade

sistémica, uma visão multidimensional e substantiva do processo económico e uma perspetiva ecocêntrica (Amaro, 2009).

A história da Cooperativa Terra Chã está ligada à procura de novas respostas e soluções, que permitissem alcançar melhores condições de vida para a aldeia de Chãos, tentando evitar assim o seu despovoamento. Este processo foi iniciado pelos jovens da aldeia, que criaram a associação do Rancho Folclórico de Chãos, tendo-se estruturado a partir da sua reflexão sobre o declínio da agricultura e da pecuária no meio rural serrano, com a consequente procura de novos empregos, em meio urbano, induzindo à partida dos habitantes da aldeia.

A Cooperativa Terra Chã surgiu como forma de enquadrar e dar continuidade a este processo de associativismo, baseado em relações de reciprocidade, solidariedade e participação coletiva, também como forma de enquadrar as infra-estruturas que a associação detinha.

Como organização da Economia Solidária, procurou dar resposta direta às necessidades da população local, quer a nível da integração económica e social, quer no âmbito do equilíbrio ambiental, cultural, enraizamento e pertença, solidariedade.

Através da análise ao projeto económico da Cooperativa Terra Chã, constatou-se que esta é uma cooperativa agrícola multisetorial, que criou atividades económicas no âmbito da apicultura, da restauração e alojamento, do artesanato, do turismo de natureza e da silvopastorícia e ambiente (secções). O desenvolvimento destas atividades económicas permitiu, por um lado, a criação de emprego, na sua maioria, para pessoas da aldeia de Chãos, distribuindo assim rendimentos na aldeia. Por outro lado, permitiu o investimento em infra-estruturas que estavam encerradas (por exemplo, a escola primária), e a construção de novas infra-estruturas (por exemplo, o estábulo comunitário), verificou-se ainda a recuperação de património construído e o melhoramento de estradas e caminhos em Chãos. Observou-se que estas atividades económicas, por via dos projetos e parcerias que tem desenvolvido com o Estado e outras entidades, parecem assumir um papel importante na redistribuição de recursos, quando esta não é garantida pelo Estado.

A análise ao projeto social da Cooperativa Terra Chã permitiu observar que a Cooperativa criou atividades que podem contribuir para a coesão social da aldeia de Chãos; criou postos de trabalho para pessoas que se encontravam em situação de não receber rendimento pelo seu trabalho, dando-lhes assim um poder de compra que não detinham e por isso respondendo às necessidades básicas destas pessoas, também se observou um contributo positivo no alcance de posição de igualdade das mulheres da aldeia, que trabalham na Cooperativa Terra Chã. No que diz respeito à luta contra a pobreza e exclusão social, constatou-se que a Cooperativa inseriu nas suas atividades económicas três pessoas em contexto de pobreza e exclusão social, aferiu-se também a existência de projetos neste âmbito, que são desenvolvidos em parceria, com o Estado e com outras entidades.

A análise ao projeto territorial da Cooperativa Terra Chã, permitiu verificar que a Cooperativa Terra Chã tem cinco secções de atividades, em funcionamento, que podem contribuir para a ação de dinamizar a economia local, tendo por base a divulgação e conservação

da natureza e da biodiversidade, a revitalização de saberes e culturas locais, o património cultural local, material e imaterial.

Apoiando a empregabilidade local, as secções incluem, na maior parte dos seus postos de trabalho, pessoas de Chãos. No dia-a-dia das suas atividades dão primazia às relações com os produtores locais, os seus potenciais clientes são, objetivamente, pessoas de qualquer local do Mundo (o objetivo das atividades desenvolvidas pela Cooperativa é conseguir atrair a visita, a Chãos, do maior número de pessoas vindas de qualquer lugar e não apenas as pessoas locais). De igual modo, constatou-se que a Cooperativa Terra Chã dinamizou diversas iniciativas e projetos com interesse à aldeia de Chãos (exposições, encontros e seminários), observou-se ainda o seu envolvimento e participação em eventos comunitários.

Em estreita ligação com o território e com o desenvolvimento local abordamos o projeto cultural da Cooperativa Terra Chã, que valoriza, pela economia, as culturas, patrimónios, valores e identidades locais.

Observou-se que a Cooperativa criou atividades económicas tendo como ponto de partida o seu património comunitário e cultural, tendo conseguido revalorizar o património construído e integrá-lo em novas formas de criar riqueza para a aldeia, revitalizando a cultura, o património e a identidade de Chãos.

Neste contexto, observou-se a recuperação da tecelagem (base etnográfica), que estava intimamente ligada às atividades de dança e cantares (base folclórica) tradicionais, a criação da secção de restauração e alojamento, que tem por base a divulgação de pratos tradicionais, a recuperação e restauro do património rural e infra-estruturas ligadas à agricultura, situados nas imediações do Centro Cultural de Chãos, a criação da secção de apicultura, uma atividade tradicional da Serra dos Candeeiros, entre outros.

Observou-se a existência de projetos e iniciativas que podem ter relevo na valorização da diversidade cultural, também que a Cooperativa apesar de não ter, nas suas secções, trabalhadores de outras culturas, pode efetivamente, no âmbito das suas atividades económicas, abranger pessoas de culturas diferentes.

A partir da análise do projeto ambiental da Cooperativa Terra Chã observou-se a criação de atividades económicas geradoras de rendimentos, em sintonia com a preservação e valorização do ambiente e do território, nomeadamente a secção de apicultura (apoio técnico e sanitário aos apicultores, conhecimento sobre como bem tratar as abelhas e o ambiente), a secção de silvopastorícia e ambiente (o rebanho de cabras faz um trabalho de preservação e conservação da biodiversidade e natureza quando pastoreia pelas encostas e cumeada da serra) e a secção de turismo de natureza, na medida em que pode contribuir para aumentar o conhecimento, dos seus visitantes, sobre os recursos/valores naturais dos territórios e sua conservação.

CONCLUSÃO

1. Considerações finais sobre as questões de partida

Tendo por base a análise dos resultados anteriormente apresentada, procuraremos agora responder às questões de partida.

1.1. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária na revitalização de territórios fragilizados?

Este trabalho de investigação permitiu observar, na prática, a visão multidimensional e substantiva do processo económico e perspectiva ecocêntrica da Economia Solidária, referida por (Amaro, 2016a). Ou seja, no âmbito das atividades económicas da Cooperativa Terra Chã (apicultura, restauração e alojamento, artesanato, silvopastorícia e ambiente, turismo de natureza), foi possível constatar a existência de uma economia que cuida de várias dimensões da Vida (económica, social, cultural, ambiental, territorial), uma economia que procura a satisfação das pessoas e uma economia que respeita e cuida da Natureza.

A Economia Solidária valoriza fortemente a componente território e assume uma solidariedade territorial, de base comunitária, que tem como referência o Desenvolvimento Local (Amaro, 2005a) (Amaro, 2009).

A nossa pesquisa permitiu verificar a ligação da Economia Solidária ao desenvolvimento local, nomeadamente, através do projeto territorial da Cooperativa Terra Chã.

Neste âmbito, verificou-se que as práticas da Economia Solidária, desenvolvidas pela Cooperativa Terra Chã, contribuíram para o desenvolvimento do território, onde atua, na medida em que: promovem e dinamizam a economia local, os seus valores e cultura (criação das cinco secções), apoiam a empregabilidade local, dão primazia às relações com os produtores locais, dinamizam projetos que interessam e animam a comunidade.

Para (Amaro, 2016a), a Economia Solidária é a mais bem preparada para dar resposta aos desafios do futuro e da sustentabilidade, porque as suas organizações estão mais aptas e vocacionadas para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, verificou-se que as práticas da Economia Solidária preconizadas pela Cooperativa, no âmbito dos projetos analisados, conseguiram criar efeitos positivos no território, nomeadamente, conseguiram criar “formas de desenvolvimento sensíveis (...) à questão ambiental” (Neder, 1994, p. 91).

No caso da Cooperativa, estas formas de desenvolvimento sensíveis à questão ambiental, podem ser associadas às atividades económicas da apicultura, da silvopastorícia e do turismo de natureza e à sua ação na proteção e valorização da biodiversidade.

Assim, concluímos que as práticas da Economia Solidária podem assumir um papel relevante no âmbito da revitalização de territórios fragilizados.

1.2. Que contributos podem dar as práticas da Economia Solidária na revalorização das artes e ofícios tradicionais?

Através da análise ao projeto cultural da Cooperativa Terra Chã, tivemos oportunidade de observar a realidade atual da Oficina de Tecelagem Terra Chã (secção de artesanato), foi possível ainda compreender o contexto histórico desta Oficina.

O nosso trabalho de investigação permitiu conferir, no âmbito da Oficina de Tecelagem, alguns pontos prementes referidos por (Castro, 1999) (Ricardo, et al., 2000), como sendo pertinentes para a revalorização das artes e ofícios e favoráveis ao processo de desenvolvimento local.

Um primeiro ponto, diz respeito à importância de utilizar a inovação como forma de atualizar a tradição, neste âmbito, observou-se que a Oficina desenvolve, em fase inicial, um projeto que visa a recriação do processo completo da transformação da lã de ovelha em fio de tecelagem

O segundo ponto ou condição, está relacionada com a articulação e criação de sinergias, redes ou parcerias, neste caso, observou-se que a Oficina de tecelagem apoia e complementa as atividades das outras secções da Cooperativa, também tem parcerias com o CEARTE, no âmbito de ações de formação, na área da tecelagem.

A terceira condição refere a necessidade de apoios específicos para estas atividades, tendo-se observado que a Oficina de Tecelagem embora não crie postos de trabalho, vai inserir nas suas atividades, duas pessoas, ao abrigo de parcerias com o IEFP (contratos de inserção) e a Câmara Municipal de Rio Maior (apoio ao artesanato local).

A aposta em padrões de alta qualidade, exigência e excelência é outro aspeto a ter em conta nesta abordagem. Constatou-se que a Oficina de Tecelagem produz panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas, também recebe encomendas de saias e blusas.

A questão da certificação de produção artesanal é mais um fator a ter em atenção, no caso da Oficina de Tecelagem, observou-se que não existe certificação de produção artesanal.

O marketing e comercialização é mais um aspeto relevante. No caso da Oficina de Tecelagem, observou-se que esta vertente não está a ser desenvolvida e aproveitada. Neste contexto, a Oficina de Tecelagem apoia-se, apenas, na sinergia com as outras secções da Cooperativa.

Conforme o que expusemos até aqui, concluímos que a Oficina de Tecelagem não tem conseguido alcançar e realizar grande parte, dos pontos ou condições anteriores, sendo, porventura, essa, uma das explicações possíveis para o fato de ser uma das secções com menor valor económico, conforme a nossa pesquisa observou.

No entanto, observa-se que a Oficina de Tecelagem, embora com condições limitadas, permanece em atividade: as atividades da Oficina englobam a produção de artigos diversos, dinamização de ações de formação certificada (tecelagem), e oficinas de experimentação.

Esta situação, parece ser explicada em razão de duas constatações: primeira, a Oficina insere-se num amplo e consolidado processo de mudança na comunidade, conforme referiram

(Ricardo, et al., 2000), em estreita ligação e sinergia com as atividades da Cooperativa Terra Chã. Segunda, um dos motivos pelo qual a Oficina tem mantido a sua regular atividade, deve-se ao fato de ter duas pessoas voluntárias, na sua secção (economia da reciprocidade da Economia Solidária). Acrescentamos ainda, a importante função cultural, patrimonial e simbólica (Fernandes, 2010), associada a esta atividade serrana.

De fato, a nossa pesquisa permitiu aferir que as origens da Oficina e do próprio processo de desenvolvimento da Cooperativa, estão ligadas ao Rancho Folclórico de Chãos e à recuperação da tecelagem (base etnográfica), intimamente ligada às atividades de dança e cantares (base folclórica) tradicionais.

Neste contexto, observa-se que as práticas da Economia Solidária da Cooperativa, nomeadamente, os seus projeto territorial, projeto cultural e projeto económico, podem ser uma força e um motor para a valorização das artes e ofícios tradicionais, conforme se verifica na ação presente da Oficina de Tecelagem.

Assim, concluímos que as práticas da Economia Solidária podem contribuir, efetivamente, para a revalorização das artes e ofícios tradicionais.

1.3. Será possível criar um modelo *benchmarking*, baseado na Cooperativa Terra Chã, que possibilite obter pontos-chave (adaptáveis), para intervenções em territórios considerados como “fragilizados”?

A partir do nosso estudo caso sobre a Cooperativa Terra Chã, consideramos ser possível, por um lado, comprovar a aplicabilidade dos princípios metodológicos, em relação aos processos de desenvolvimento local, apresentados por (Amaro, 2009a, p. 111), por outro, legitimar uma estreita ligação e sinergia entre as práticas/projetos da Economia Solidária e estes princípios metodológicos, contribuindo para o seu êxito e potenciação.

Figura 1: Princípios metodológicos do desenvolvimento local



Fonte: Elaboração própria, adaptado de (Amaro, 2009a)

Este modelo é uma proposta elaborada com base nos princípios metodológicos do desenvolvimento local e com base na experiência da Cooperativa Terra Chã, não sendo específico da Cooperativa. Ou seja, propõe-se que em pistas de investigação futuras, o modelo proposto possa ser usado para testar outros contextos, com características de base, semelhantes à Cooperativa Terra Chã.

2. Reflexão sobre a adequação do quadro teórico

Consideramos que a escolha efetuada relativamente ao quadro teórico e aos conceitos utilizados foi adequada e útil. A revisão da literatura facultou conhecimento e informação, que permitiu conseguir responder às nossas questões de partida. Permitiu ainda, confirmar, os resultados da prática com as correntes teóricas.

Entendemos que o modelo analítico criado para o desenvolvimento deste trabalho se parece adequado, até porque o conceito de Economia Solidária e o conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado, contribuíram de forma concertada para a investigação, confirmando-se gradualmente a interligação que existe entre os dois conceitos. Observou-se ainda que a medição destes conceitos, dimensões e indicadores privilegiados, conseguiu dar respostas para as perguntas formuladas no início do trabalho.

Relativamente às limitações a considerar, relembramos o fato de as nossas considerações apenas dizerem respeito a este estudo caso, não sendo possível a sua inferência para além deste território. Também, da grande dificuldade na obtenção de informação sobre o setor das artes e ofícios tradicionais, por exemplo, o último estudo institucional efetuado ao setor data do ano de 2006.

2.1. Pistas de investigação

Relativamente a pistas de carácter científico, consideramos relevante que novas investigações possam abordar outras organizações, iniciativas e experiências ligadas às práticas da Economia Solidária, promovendo uma estreita ligação entre a teoria e a prática e permitindo aumentar o conhecimento coletivo sobre esta realidade. Neste contexto, sugerimos a adoção do modelo sugerido no ponto anterior.

Consideramos ainda interessante, que futuras investigações se debrucem sobre as práticas de solidariedade e reciprocidade, imbricadas na vida quotidiana da sociedade e de que forma elas geram valor económico e/ou bem-estar comum.

No que diz respeito a pistas de ação política, sugerimos a possibilidade de existirem canais de comunicação, formais e adequados, entre o Estado e as organizações que emergem dos territórios, que possibilitem, efetivamente, que estas sejam ouvidas e que possam apresentar os seus problemas e as suas soluções.

Sugere-se ainda, a abertura de canais de comunicação e reflexão, entre o Estado e as organizações de Economia Solidária, no âmbito da definição de políticas públicas relacionadas com a coesão territorial e territórios de baixa densidade.

Referências

- Albino, C., 2015. *À procura de Práticas Sábias - Design e Artesanato na significação dos Territórios*. CEARTE ed. Coimbra: CEARTE.
- Alcoforado, L., Cordeiro, A. M. R. & Ferreira, A. G., 2014. *Universidade Coimbra*. [Online]
Available at: <http://www.uc.pt/fluc/territorializacaoaeducacao/terrComuEducDesSust>
[Acedido em 20 Abr 2019].
- Aleixo, A. S. M. D. F., 2014. *ISCTE IUL Repositório*. [Online]
Available at: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11388/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Anabela.pdf>
[Acedido em 12 12 2018].
- Almeida, F., 2002. *O Bom negócio da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Almeida, J. F. d., 1994. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Amaro, R. R., 2000. *Encontro de Escolas Oficinas da Área Têxtil*, Chãos, Alcobertas, Rio Maior: s.n.
- Amaro, R. R., 2003a. *Openedition journals*. [Online]
Available at: <https://journals.openedition.org/cea/1573#tocto1n6>
[Acedido em 25 1 2019].
- Amaro, R. R., 2003. <https://www.ilo.org>. [Online]
Available at: https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_luta.pdf
[Acedido em 20 12 2018].
- Amaro, R. R., 2005. *Economia Solidária (policopiado)*. Lisboa: s.n.
- Amaro, R. R., 2005a. *Minha Terra - Federação Portuguesa Associações Desenv. Local*. [Online]
Available at: <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf>
[Acedido em 5 12 2018].
- Amaro, R. R., 2005a. Toda a economia deveria ser solidária. *Pessoas e Lugares - Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader*, Julho-Agosto, pp. 4-5.
- Amaro, R. R., 2009. A Economia Solidária da Macaronésia - Um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, pp. 11 -29.
- Amaro, R. R., 2009. *ACEESA - Assoc. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico*. [Online]
Available at: <http://www.aceesa-atlantico.org/publicacoes/revista1/RES1.pdf>
[Acedido em 6 12 2018].
- Amaro, R. R., 2009a. Finanças Solidárias - Conceitos, teorias e Práticas. Em: *Dicionário Internacional da outra Economia*. s.l.:S.A., Edições Almedina, pp. 108 - 113.
- Amaro, R. R., 2009. <http://www.aceesa-atlantico.org>. [Online]
Available at: <http://www.aceesa-atlantico.org/publicacoes/edicoes.php>
[Acedido em 10 12 2018].
- Amaro, R. R., 2011. [Online]
Available at: http://base.socioeco.org/docs/miolo_res_10.pdf
[Acedido em 23 Fev 2019].
- Amaro, R. R., 2016a. A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, Dez, pp. 100- 123.

- Amaro, R. R., 2016a. *Socioeco.org*. [Online]
Available at: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5415_pt.html
[Acedido em 20 12 2018].
- Amaro, R. R., 2016. Nota Editorial. *Revista Economia Solidária*, Junho, Issue As relações entre a Economia Solidária e o Estado, pp. 9 - 20.
- Amaro, R. R., 2017. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. *Caderno de Estudos Africanos*, Julho - Dezembro (nº 34), Issue Desenvolvimento e a coerência das políticas, pp. 75 - 111.
- Anon., 2011. Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas. Em: *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Anon., 2012. <http://www2.mma.gov.br>. [Online]
Available at: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>
[Acedido em 8 Mar 2019].
- Antunes, L., 1999. www.gepac.gov.pt. [Online]
Available at: www.gepac.gov.pt/gepac-oac/obs-n-6-4-pdf.aspx
[Acedido em 20 Mar 2019].
- Barbosa, G. S., 2008. <http://www.fsma.edu.br>. [Online]
Available at:
[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed O Desafio Do Desenvolvimento Sustentavel Gis ele.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developemento_Sustentavel_Gis_ele.pdf)
[Acedido em 9 Mar 2019].
- Baroni, M., 1992. <http://www.scielo.br>. [Online]
Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901992000200003&script=sci_abstract&tIng=pt
[Acedido em 26 Fev 2019].
- Blewitt, J., 2018. *Understanding Sustainable Development*. 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon, OX14 4RN e 711 Third Avenue, New York, NY 10017: Routledge.
- Borges, C. T. F. P., 2011. *A economia solidária e a responsabilidade social na promoção do desenvolvimento sustentável: análise da Região Autónoma do Açores*, Lisboa: Iscte.
- Buarque, S. C., 1999. <https://georgenunes.files.wordpress.com>. [Online]
Available at: <https://georgenunes.files.wordpress.com/2015/04/metodologia-de-planejamento-do-desenvolvimento-local-e-municipal-sustentavel.pdf>
[Acedido em 11 2 2019].
- Burbano, A. C., 2011. <http://www.bibliotecavirtual.info>. [Online]
Available at: <http://www.bibliotecavirtual.info/2011/06/desarrollo-local-manual-basico-para-agentes-de-desarrollo-local-y-otros-actores/>
[Acedido em 11 2 2019].
- Caeiro, J. M. C., 2008. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálisis*, Jan - Junho, Volume 11, pp. 61 - 72.
- Campanhola, C. & Silva, J. G. d., 2000. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. [Online]
Available at: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860>
[Acedido em 14 2 2019].

- Carmo, F. d., 2018. *Território Portugal*. [Online]
Available at:
http://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PNPOT_EstrategiaModTerritorial_20Julho2018.pdf
[Acedido em 22 8 2019].
- Carmo, H., 2001. <https://repositorioaberto.uab.pt>. [Online]
Available at: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A%20actualidade%20do%20DC%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20social-ISPA.pdf>
[Acedido em 20 Fev 2019].
- Carmo, H. & Ferreira, M. M., 2008. *Metodologia da Investigação, Guia para a auto-aprendizagem*. 2ª Edição ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreiras, M., 2012. *Da Olaria ao Design cerâmico português: hibridismo cultural*, Lisboa: s.n.
- Castro, M. N. d., 1999. *Artesanato - Medidas de Apoio numa perspetiva de desenvolvimento da actividade*. s.l.:IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P., s.d.
<https://financassolidarias.files.wordpress.com>. [Online]
Available at: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
[Acedido em 20 11 2018].
- Coelho, A. L. & Gaudêncio, R., 2010. A gralha está de volta, e o que era antigo também. *Público*, 22 Abril.pp. 24 - 25.
- Cruz, M. F. S., 2011. *Terra Chã: Estratégias para o Desenvolvimento Local Sustentável*, Coimbra: s.n.
- Cultura, V. E. L.-B. d., 1964. *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo.
- D., 2018. <https://www.dgadr.gov.pt>. [Online]
Available at:
https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/div_meiorural/INFORMACAO_ESTADISTICA.pdf
[Acedido em 27 Mar 2019].
- D. D. g. A. e. D. R., 2019. *Direção geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural*. [Online]
Available at: <https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/of-microemp-artesanais>
[Acedido em 15 Abr 2019].
- Defourny, J., 2009. Economia Social. Em: E. Almedina, ed. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. s.l.:Almedina/CES, pp. 156-161.
- Egelston, A. E., 2007. *Sustainable Development: A History*, Nova Jérsei: Universidade de Nova Jérsei.
- Esteves, D. G. L. R., 2009. *“ESTRAGAR A MÃO” PRÁTICAS CULTURAIS HÍBRIDAS NO CAMPO DAS ARTES E OFÍCIOS*, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, C. I. M., 2016. *A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: o estudo caso da sociedade filarmónica de apoio social e recreio artístico da Amadora*, Lisboa: s.n.
- Fernandes, M. d. S., 2010. *Estratégias para o desenvolvimento do artesanato contemporâneo na Madeira*, Madeira: s.n.

- Ferreira, Â. A. d. S., 2013. *Contribuição para o Desenvolvimento de um Modelo de Intervenção do Design no Artesanato*, Minho: Universidade do Minho - Escola de Engenharia.
- Ferreira, B. & Raposo, R., 2018. <https://journals.openedition.org>. [Online]
Available at: <https://journals.openedition.org/cea/2293>
[Acedido em 7 Mar 2019].
- Ferreiro, M. d. F. P., 2010. <http://www.infoeuropa.euroid.pt>. [Online]
Available at: <http://www.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000019001-000020000/000019195.pdf>
[Acedido em 11 01 2019].
- Filho, G. C. d. F., 2002. <http://base.socioeco.org>. [Online]
Available at: <http://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>
[Acedido em 6 12 2018].
- Filho, G. C. d. F. & Laville, J. L., 2004. *Economia Solidária, uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Filho, G. C. d. F. & Laville, J. L., 2004. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Formação, I. I. p. a. Q. n., 2006. *O sector das actividades artesanais em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I.P..
- Foundation, D. H., 1975. <https://www.daghammarskjold.se>. [Online]
Available at: <https://www.daghammarskjold.se/publication/now-1975-dag-hammarskjold-report/>
[Acedido em 26 1 2019].
- Fragoso, A., 2005b. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas.. *Revista Lusófona de Educação*, Issue Contributos para o debate local sobre o desenvolvimento, pp. 63-83.
- Fragoso, A., 2005. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, Volume 18 - Nº 1, pp. 23 - 51.
- Gaiger, L. I., 2009. <http://base.socioeco.org>. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Março, Volume 84, pp. 81 - 99.
- Gouveia, P. M. I., 2009. *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um "outro" desenvolvimento*, Lisboa: ISCTE - IUL.
- Guedes, J. F. M. N., 2016. *A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas*. [Online]
Available at: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15344/3/joana_nunes_guedes_tese_doutoramento.pdf
[Acedido em 29 Novembro 2018].
- Guerra, I., 2003. <https://revistas.rcaap.pt>. [Online]
Available at: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8660>
[Acedido em 13 2 2019].
- Henriques, J. M., 1990. *Municípios e Desenvolvimento - Caminhos possíveis*. Novembro 1990 ed. Lisboa: Escher, Publicações Lisboa.
- Henriques, J. M., 2010. Crise, Economia Social e Solidária e «Integração Económica» na ação contra a pobreza. *Revista de Economia Solidária*, Dezembro, pp. 84-113.

- Henriques, J. M., 2010. SocioECO.org. *Revista de Economia Solidária*, Dez, pp. 83-114.
- Henriques, J. M., 2016. <http://www.iese.pt>. [Online]
Available at: http://www.iese.pt/images/Imagens/Jose_Manuel_Henriques.pdf
[Acedido em 12 2 2019].
- HOUAISS, D., 2003. *Dicionário HOUAISS de Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.
- INTERREG IVC, P. E., 2014. <https://www.cascais.pt>. [Online]
Available at:
https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/crafts_innovation_part_i.pdf
[Acedido em 20 Mar 2019].
- J., A., 2017. Terra Chã traz a Rio Maior experiências de pastoreio com rebanhos de cabras, como uma das soluções para reduzir os fogos rurais. *Região de Rio Maior*, 24 NOVEMBRO.p. 8.
- Laville, J. L., 2009. <https://www.ces.uc.pt>. [Online]
Available at: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf
[Acedido em 3 Janeiro 2019].
- Laville, J. L. & Gaiger, L. I., 2009. <https://financassolidarias.files.wordpress.com>. [Online]
Available at: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
[Acedido em 20 11 2018].
- Lélé, S. M., 1991. <https://www.sciencedirect.com>. [Online]
Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X9190197P>
[Acedido em 23 Fev 2019].
- Lima, M. & Amaro, R. R., 2016. Tensões, compromissos e articulações entre o poder local e as dinâmicas participativas locais dos bairros da Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha.. *Revista de Economia Solidária*, Junho, Issue As relações entre a Economia Solidária e o Estado, pp. 164 - 205.
- Lima, M. d. C. e., 2014. *Tensões, Compromissos e Articulações entre o Poder Local e as Dinâmicas Participativas Locais dos Bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)*, Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Lourosa, J. & Lourosa, L., 2019. *Do passado se faz futuro* [Entrevista] (16 Março 2019).
- M., 2001. *Diário da República Eletrónico*. [Online]
Available at: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/319952/details/maximized>
[Acedido em 11 Abr 2019].
- M., 2002. <https://dre.pt>. [Online]
Available at: <https://dre.pt/application/file/304426>
[Acedido em 19 Mar 2019].
- Marcelino, A. F. d. S., 2016. *O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir como alternativas para um “outro” desenvolvimento*, Lisboa: s.n.
- Marques, V. S., 1998. <http://www.viriatosoromenho-marques.com>. [Online]
Available at: <http://www.viriatosoromenho-marques.com/Imagens/PDFs/A%20Causa%20Ambiental%201998.pdf>
[Acedido em 4 Mar 2019].
- Marques, V. S., 1998. <http://www.viriatosoromenho-marques.com>. [Online]
Available at: <http://www.viriatosoromenho-marques.com>

- marques.com/Imagens/PDFs/A%20Causa%20Ambiental%201998.pdf
[Acedido em 9 Mar 2019].
- Martinho, A. L. et al., 2014. Organizações com perfis de empreendedorismo social: estudos caso. Em: *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, pp. 288 - 293.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. & Behrens III, W. W., 1972.
<http://www.donellameadows.org>. [Online]
Available at: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
[Acedido em 25 Fev 2019].
- Monteiro, G. G., 2008. *EMPOWERMENT – UMA ESTRATÉGIA DE LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL EM CABO VERDE - O CASO DE LAJEDOS*, Lisboa: s.n.
- Moreno, L., 2003. <https://www.animar-dl.pt>. [Online]
Available at: <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/26-animar/147-guia-das-organizacoes-e-iniciativas-de-desenvolvimento-local>
[Acedido em 15 Fev 2019].
- Neder, R. T., 1994. ESTRATEGIAS DE TRANSIÇÃO PARA O SÉC. XXI - DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. *Revista de Administração de Empresas*, Mar-Abr, Volume 34 Nº 2, pp. 89 - 91.
- Neves, M. M., Ferreira, Â. & Teixeira, S. F., 2007. <http://repositorium.sdum.uminho.pt>. [Online]
Available at: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25915>
[Acedido em 22 Mar 2019].
- O., 1972. *Nações Unidas Documentos*. [Online]
Available at: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>
[Acedido em 25 Fev 2019].
- O., 1987. <http://www.un-documents.net>. [Online]
Available at: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>
[Acedido em 25 Fev 2019].
- O., 2002. <http://www.un-documents.net>. [Online]
Available at: <http://www.un-documents.net/aconf199-20.pdf>
[Acedido em 28 Fev 2019].
- O., 2012. <https://www.apambiente.pt>. [Online]
Available at:
https://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/2012_DeclaracaoRio.pdf
[Acedido em 8 Mar 2019].
- Parente, C. et al., 2014. EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM PORTUGAL. Em: *Organizações com perfis de empreendedorismo social - estudos de caso*. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, pp. 288 - 293.
- Património, C. C. d. F. P. p. o. A. e., 2019a. <https://www.cearte.pt>. [Online]
Available at: https://www.cearte.pt/article/actividade_sector.html
[Acedido em 16 Abr 2019].

- Património, C. C. d. F. P. p. o. A. e., 2019. <https://www.cearte.pt>. [Online]
Available at: https://www.cearte.pt/article/centro_historia.html
[Acedido em 16 Abr 2019].
- Património, C. d. F. P. p. o. A. e., 2018. *Relatório de Autoavaliação do QUAR – 2017*, Coimbra: CEARTE.
- Pecqueur, B., 2005. <http://revistas.ufcg.edu.br>. [Online]
Available at: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_53.pdf
[Acedido em 21 Fev 2019].
- Pereira, T. F. B., 2011. *Desenvolvimento do Artesanato de Peniche - Elementos para um Plano de Acção* -, Lisboa: s.n.
- Polanyi, K., 2016. *A Grande Transformação, as origens políticas e económicas do nosso tempo*. s.l.:Edições 70 Lda..
- República, D., 1997. *Diário da República Eletrónico*. [Online]
Available at: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/209057/details/maximized?dreId=107033>
[Acedido em 12 Abr 2019].
- República, D. d., 2003. <https://dre.pt>. [Online]
Available at: <https://dre.pt/application/conteudo/481477>
[Acedido em 20 Mar 2019].
- República, D. L. n. 4. D. d., 1999. *Diário da República Eletrónico*. [Online]
Available at: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/172103/details/normal?types=SERIEI&numero=47%2F99&tipo=%22Decreto-Lei%22>
[Acedido em 22 Agosto 2019].
- Ricardo, J. A., 2000. *Rancho Folclórico de Chãos: de grupo folclórico a projecto de desenvolvimento local*, Lisboa: s.n.
- Ricardo, J., Ferreira, R. & Amaro, R. R., 2000. *Encontro de Escolas Oficinas da Área Têxtil*, Chãos, Alcobertas, Rio Maior: s.n.
- Rist, G., 2008. *The History of Development: from western origins to global faith (third edition)*, London - New York: s.n.
- Rural, D. G. d. A. e. D., 2018. *Direção Geral da Agricultura e Desenvolviemnto Rural*. [Online]
Available at:
https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/div_meiorural/INFORMACAO_ESTADISTICA.pdf
[Acedido em 12 Abr 2019].
- s., 2015. *Plataforma Tecnológica da Macaronésia*. [Online]
Available at: <https://ptmac.webs.ull.es/pt-pt/blog/2015/08/03/macaronesia-as-ilhas-afortunadas/#more-438>
[Acedido em 14 01 2019].
- Silva, J. L. A. d. & Silva, S. I. R. d., 2008. <https://journals.openedition.org>. [Online]
Available at: <https://journals.openedition.org/eces/1451>
[Acedido em 15 Fev 2019].
- Silva, M. M. d., 1963a. <https://www.repository.utl.pt/>. [Online]
Available at: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1402/1/MS-AS-1963-2.pdf>
[Acedido em 21 Fev 2019].

- Silva, M. M. d., 1963. <http://analisesocial.ics.ul.pt>. [Online]
Available at: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0LI19BR8.pdf>
[Acedido em 20 Fev 2019].
- Silva, M. M. d., 1964. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1403/1/MS-AS-1964.pdf>.
[Online]
Available at: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1403>
[Acedido em 13 2 2019].
- Singer, P., 2002. *Introdução à economia solidária*. S. Paulo - Brasil: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P., 2008. *Economia Solidária*. [Online]
Available at: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>
[Acedido em 13 12 2018].
- Sousa, A. T. d. & Campos, M. T. T., \996. *Artesanato da região norte-tradicional and cotemporary crafts in northern Portugal*. 3ª ed. Porto: ASA.
- Sousa, A. T. d. & Campos, M. T. T., 1996. *Artesanato da região norte - Tradicional and contemporary crafts in northern Portugal*. 3 ed. Porto: IEFEP.
- Sousa, A. T. d. & Campos, M. T. T., s.d. s.l.:s.n.
- Teixeira, M. T. F., 2010.
http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/cnsa_relatorio_final.pdf. [Online]
Available at: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/cnsa_relatorio_final.pdf
[Acedido em 20 Fev 2019].
- U., 1956. <https://unesdoc.unesco.org>. [Online]
Available at: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179726>
[Acedido em 20 Fev 2019].
- Veiga, J. E. d. & Zats, L., 2008. <http://www.zeeli.pro.br>. [Online]
Available at: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2015/04/2008_DS_Que_bicho_e_esse_Veiga_Zatz.pdf
[Acedido em 28 Fev 2019].
- Vieira, F. L. R., 2004. *Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal da Paraíba*. [Online]
Available at: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11290/6404>
[Acedido em 4 Mar 2019].
- Vitorino, Z., 2008. Quercus e Vodafone uniram-se para preservar a gralha-de-bico-vermelho no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. *Região de Rio Maior*, 17 Outubro.p. 11.

ANEXOS

ANEXO A - GRELHA ANALÍTICA

Objetivo 1: Que relação se estabelece entre as práticas da economia solidária e a revitalização de territórios fragilizados?

Objetivo 2: Que funções podem ter as práticas da economia solidária na revalorização das artes e ofícios tradicionais?

Objetivo 3: Será possível criar um modelo *benchmarking*, baseado na Cooperativa Terra Chã, que possibilite obter pontos-chave (adaptáveis), para intervenções em territórios, considerados como “fragilizados”?

CONCEITOS	DIMENSÕES DE ANÁLISE	INDICADORES	ANÁLISE DE CONTEÚDO			
			Entrevista	Observação Participante	Análise documental	
ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.PROJETO ECONÓMICO	1. Produção/distribuição de bens e serviços	x	x	x	
		2. Criação de emprego	x	x		
		3. Distribuição rendimentos	x			
		4. Satisfação de necessidades de consumo	x			
		5. Geração de poupanças	x			
		6. Geração de investimentos	x	x	x	
	Articulado com					
	7. Economia da dívida/reciprocidade	Práticas de reciprocidade (trabalho voluntário)	x	x		
	8. Economia de mercado	Venda de produtos/serviços	x	x		
	9. Economia da redistribuição de recursos	Subsídios governamentais e não governamentais	x	x	x	
	2.PROJETO SOCIAL	1.Criação de emprego	x	x	x	
		2.Satisfação de necessidades básicas	x		x	
		3.Promoção da igualdade de oportunidades	x			
		4.Promoção de iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social	x	x		
	3.PROJETO CULTURAL (inclui as AOT – Tecelagem)	1.Valorização das culturas, através da economia	x	x		
		2.Valorização do património, valores e identidade local, através da economia	x	x	x	
	4. PROJETO AMBIENTAL	1.Adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis	x	x		
2. Valorização e recuperação da natureza e biodiversidade		x	x	x		

	5.PROJETO TERRITORIAL (INCLUI O CONCEITO DESENVOLVIMENTO LOCAL)	1.Contratação preferencial de pessoas da comunidade	x	x	x
		2.Relação privilegiada com fornecedores locais	x	x	x
		3.Promoção da economia local, dos valores e cultura local	x	x	x
		4.Participação em eventos comunitários	x	x	
		5.Dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade	x	x	
Conceito de Economia Solidária articulado com o conceito de Desenvolvimento Sustentável Integrado					
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INTEGRADO	1.SEGURANÇA ECONÓMICA	- Vendas no mercado, quotas dos membros, trabalho voluntário, outras receitas próprias permanentes, contratualização com o Estado			
	2.COESÃO SOCIAL	- Trabalhadores efetivos, inserção de pessoas excluídas, respostas às necessidades básicas de pessoas sem poder compra, respeito pela Igualdade de Género (condições salariais e de trabalho), missão social publicamente reconhecida			
	3.SEGURANÇA AMBIENTAL	- Utilização energias renováveis, de matérias-primas biológicas, reciclagem de materiais separação de resíduos e lixos, estratégias poupança recursos (energia e água)			
	4.VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL	- Composição multicultural de membros da organização, inserção/trabalho com minorias étnicas, promoção de diálogos interculturais, promoção do património e de outras formas de cultura local, outras atividades valorização cultural			
	5. COESÃO TERRITORIAL 5. COESÃO TERRITORIAL	- Contratação preferencial de pessoas da comunidade, dá grande preferência a uma relação privilegiada com fornecedores e clientes locais, promove a economia local, os seus valores e culturas locais, participa nos eventos comunitários, toma em mãos projetos e ações de interesse para a comunidade, assumindo desta forma uma posição essencial para o Desenvolvimento Local.			

Fonte: Elaboração própria, a partir de (Amaro, 2009) (Amaro, 2016a)

ANEXO B - Guião Entrevista semi-diretiva

A. Caracterização do entrevistado (dirigente da CTC)

1. Dados Gerais:

1.1 Nome

1.2 Nacionalidade

2. Tempo e Funções na Cooperativa:

2.1. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?

2.2. Qual o cargo que ocupa?

2.3. Sempre ocupou esse cargo ou teve outros? Quais?

2.4. Trabalhou ou trabalha noutra local? Onde?

2.5. Que percentagem do tempo trabalha na cooperativa?

2.6. Foi eleito para o cargo em assembleia-geral ou por nomeação?

B. Relação com as dimensões do desenvolvimento local, economia solidária, desenvolvimento sustentável integrado e as artes e ofícios tradicionais.

1. Fale-me um pouco sobre a história da Cooperativa Terra Chã, sobre os principais momentos, quando foi criada e com que objetivos?

2. Que tipo de serviços/venda de produtos presta a Cooperativa Terra Chã? Que tipos de projetos estão ativos nesta data?

3. A Cooperativa Terra Chã é uma cooperativa agrícola multissetorial. Porque é que escolheram este tipo de cooperativa?

4. Que papel tem tido a Cooperativa Terra Chã na comunidade de Chãos, por exemplo, em termos de rendimento/investimento ou poupança?

5. Acha que os cooperadores têm uma identidade própria? Que sinais os identifica?

6. Atualmente quantos cooperadores fazem parte da Cooperativa Terra Chã? No último ano, quantos entraram e quantos saíram?

7. Quantas assembleias são realizadas anualmente e quantos cooperadores costumam participar?

8. Qual o nº cooperadores presentes nas 3 últimas assembleias?

9. Tem havido rotatividade nos órgãos sociais? Em que condições?

10. Em concreto nos últimos 3 anos?

11. Como são tomadas as decisões na Cooperativa Terra Chã e de que forma são comunicadas aos cooperadores?

12. Quem são as pessoas responsáveis pela gestão da Cooperativa Terra Chã e de que forma é que esta é feita?

13. Que dinâmicas de participação e *empowerment* é que existem entre a Cooperativa Terra Chã e as pessoas de Chãos?
14. Existem parcerias? Pode falar um pouco sobre este assunto?
15. Olhando para todo o caminho percorrido pela Cooperativa Terra Chã, até à data presente, é decisivo pensar estes processos a partir de várias dinâmicas, iniciativas e parcerias?
16. A sustentabilidade faz parte dos objetivos principais da Cooperativa Terra Chã? Que projetos dinamiza?
17. Em termos económicos, como é que a Cooperativa Terra Chã atua neste âmbito?
18. Qual é a posição da Cooperativa Terra Chã face à distribuição equitativa de rendimentos, segurança e emprego digno, ao consumo responsável suficiente e à soberania e segurança alimentar?
19. No momento atual, quantos trabalhadores é que existem na Cooperativa Terra Chã? Existem práticas de voluntariado?
20. Na sua opinião, de que forma é que a Cooperativa Terra Chã foi uma resposta às necessidades das pessoas de Chãos?
21. A Cooperativa Terra Chã trabalha na igualdade de oportunidades e da equidade, em todos os sentidos, e em particular na de género? Pode exemplificar?
22. A imagem/atividade da Cooperativa Terra Chã está muito ligada ao ambiente, à natureza e aos recursos naturais, de que forma é que a Cooperativa gere esta ligação?
23. A história da Cooperativa Terra Chã começou numa atividade cultural, o rancho folclórico. Qual é a importância da diversidade cultural, atualmente, na experiência da Cooperativa?
24. A Cooperativa Terra Chã nasceu das vontades das pessoas de Chãos. Como pode caracterizar esta relação, cooperativa - território?
25. De que forma é que a Cooperativa Terra Chã contribui para a dinamização do saber, das práticas e do pensamento crítico das pessoas de Chãos?
26. Como é que a Cooperativa Terra Chã toma conhecimento dos problemas das pessoas? Como atua?
27. Como vê o futuro, em termos de liderança, da Cooperativa Terra Chã?
28. A Cooperativa Terra Chã costuma participar em ações políticas com outras organizações?
29. Como surgiu a Oficina de Tecelagem da Cooperativa Terra Chã?
30. Quantas pessoas trabalham na Oficina e que formação têm? Fazem formação contínua?
31. Que produtos são desenvolvidos? Existe certificação?
32. A Oficina promove formações na área do artesanato?
33. Existem parcerias ou trabalho em rede no sentido de diversificar o produto e inovar?
34. Existe alguma estratégia de comunicação e marketing, por exemplo alinhando a procura turística com a Oficina de Tecelagem?
35. Na sua opinião, a economia solidária pode ajudar a construir territórios sustentáveis? Porquê?
36. Que papel pode ter a economia solidária na revalorização das artes e ofícios?
37. Na sua opinião, quais são os pontos fortes os pontos fracos da Cooperativa Terra Chã?

38. Quais os maiores desafios que se colocam?
39. Como vê a Cooperativa Terra Chã daqui a 5 anos?
40. Qual pensa que será o papel da Cooperativa Terra Chã no contexto de uma economia cada vez mais focada no digital, mas também na sustentabilidade?
41. De onde vêm as ideias colocadas em prática na Cooperativa Terra Chã e nos seus projetos?

ANEXO C - Observação Participante

– Dias 25, 26, 27 e 28 Abril 2019; Dia 16 de Março de 2019; Dia 29 de Novembro de 2017.

25 Abril 2019

Atividades principais:

- 1- Presença na Assembleia-Geral (AG) da Cooperativa Terra Chã
- 2- Participação no jantar convívio - Cooperativa Terra Chã, Associação de Melhoramentos de Chãos e Associação do Rancho Folclórico de Chãos – onde foram apresentadas as conclusões finais sobre a participação da aldeia de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior 2019.

1- Presença na Assembleia-Geral (AG) da Cooperativa Terra Chã

A AG estava marcada para as 18 horas, os trabalhos foram iniciados às 18.30. O local escolhido para a assembleia foi o Centro Cultural de Chãos, numa sala contígua ao restaurante (e que serve para funcionar como sala extra para o restaurante quando há muita afluência ou então como “sala de encontro” quando há encontros/dinâmicas de grupo na Cooperativa Terra Chã, segundo explicou, em conversa informal, o senhor Júlio Ricardo), onde estavam dispostas cadeiras em formato “quadrado”.

Compareceram à Assembleia 8 cooperadores, incluindo a presidente da Assembleia (senhora Diana Frazão, que também faz parte do rancho folclórico de Chãos), a direção da Cooperativa Terra Chã e o responsável pela secção de apicultura, o senhor Pedro Mendonça.

O senhor António Frazão, tomando a palavra, deu início à reunião de trabalho. Explicou que a direção da Cooperativa Terra Chã é formada por quatro pessoas - ele próprio, o senhor Júlio Ricardo, a senhora Maria Pinheiro e o senhor Ramiro Pinheiro – que se encontravam presentes e informou que, em virtude de um imprevisto, a senhora técnica de contas não iria comparecer à reunião.

O senhor António Frazão começou por agradecer o trabalho, empenho e presença de todos. De seguida, apresentou-me como sendo aluna do ISCTE, explicando que me encontrava ali para fazer recolha de informação para o trabalho de tese e dando as boas-vindas à aldeia.

De seguida, o senhor António Frazão informou os presentes de que havia dois pontos principais a serem abordados: a apresentação do “Relatório e contas 2018” e outros assuntos de interesse à Cooperativa. Foi distribuído a todos os presentes uma cópia do “Relatório e contas 2018”, a qual começou a ser apresentada/explicada pelo senhor António Frazão.

Assim, o relatório começa por apresentar uma introdução onde a Direção agradece o esforço e trabalho de todos os cooperadores-trabalhadores da Cooperativa, dos voluntários e de pessoas

que estão em estágio ou programas ocupacionais e de voluntariado, referiu o senhor António Frazão.

Agradece à equipa do restaurante e alojamento (Maria Pinheiro, Emília Nazaré, Teresa Frazão, Conceição Pires, Ramiro Pinheiro), ao pastor do rebanho (secção de silvopastorícia) Raúl Gabriel e também a dedicação do técnico apícola (secção de apicultura), Pedro Mendonça, que assegura o apoio técnico e sanitário aos apicultores-cooperadores da Terra Chã e ainda a promoção das atividades desta secção com a presença em feiras e outros eventos, ações de formação e o manejo dos apiários de aprendizagem.

De seguida, o “Relatório e contas 2018” apresenta um resumo sobre a atividade anual de cada uma das secções da Cooperativa, o qual se apresenta de seguida.

- Secção de silvopastorícia: durante o ano de 2018 continuou o processo de construção do estábulo, estando agora em fase de conclusão. Aguarda-se que a EDP proceda à melhoria da rede pública para se fazer a ligação respetiva ao local. Realizaram-se diversas apresentações do trabalho do rebanho na Serra dos Candeeiros. Para além da candidatura à Rede Rural Nacional, em parceria com associações e cooperativas, também se elaborou uma candidatura ao programa LIFE – Biodiversidade, que se encontra em reformulação.

- Secção de apicultura: a melaria comunitária da Terra Chã já se encontra a laborar com o devido licenciamento da DGAV, também já está a cumprir os objetivos para que foi criada. Os apiários da Cooperativa Terra Chã têm um efetivo de 60 colmeias. Os nossos apicultores-cooperadores têm registado 360 apiários e 4994 colmeias. Este ano foram feitas 135 visitas a apicultores, para além de apoio via telefone, e-mail e encontros informais. Foi realizada um total de 75 horas de formação acreditada (CEARTE) e formação inicial. Também aconteceram sessões de divulgação apícola em escolas de ensino básico e no âmbito de um protocolo com a Casa Pia de Lisboa, Quinta do Arrife.

- Secção Restaurante e Alojamento: esta secção continua a ser o principal suporte financeiro da Cooperativa. Também é a melhor divulgação do projeto. O restaurante continua a ser um ponto de encontro para muitos grupos formais e informais, festas de batizado, primeiras comunhões e eventos matrimoniais. Também a articulação desta secção com as restantes secções, tem valorizado o trabalho conjunto, havendo sinergias significativas.

- Secção turismo de natureza: esta secção continua centrada nas visitas à gruta e na oferta de atividades para grupos (visitas de escolas, grupos para teambuilding, etc). Também aconteceram parcerias significativas com empresas de animação turística a quem a Cooperativa prestou serviços.

- Secção da oficina de tecelagem: durante este ano a oficina participou em algumas feiras, eventos públicos e animação em escolas. Teve um número significativo de visitas ao longo do ano, a abertura do espaço aos sábados e domingos criou alguma complementaridade com as restantes atividades.

Após a exposição sobre o trabalho das secções da Cooperativa, o “Relatório e contas 2018” apresenta o relatório de contas do ano económico de 2018.

É apresentado o valor de 2.436,07€ como excedente, de seguida é proposta a distribuição deste excedente pelas reservas estatutárias: reserva legal (10%), reserva para educação e formação cooperativa (5%), reserva para investimentos (50%), reserva para solidariedade (2%), o valor restante do excedente, incluído na conta resultados transitados.

São apresentados os valores referentes a despesas (custo mercadorias vendidas/matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, outros gastos, gastos de financiamento, amortização de obras) e a receitas (vendas, prestação de serviços, subsídios à exploração, outros rendimentos, juros-dividendos e outros rendimentos).

O senhor António Frazão vai lendo e explicando, genericamente, as rubricas referidas e tirando algumas dúvidas que são colocadas.

Um cooperador quis perceber melhor a que dizia respeito o valor de 5.108,88 € relativos à conta 69-gastos de financiamento. O senhor António Frazão explicou que tinha a ver com o pagamento de juros sobre um financiamento que a Cooperativa teve de pedir para avançar com a construção do estábulo, o custo do estábulo (cerca de 221.000,00 €) deverá de ser suportado em 50% do fundo PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), uma parte em patrocínio (que a Cooperativa ainda está a negociar e desenvolver) e restante pela própria Cooperativa, na verdade este financiamento foi avalizado pelo dirigente porque a Cooperativa não o pode fazer. O senhor dirigente António Frazão referiu que o ano 2018 apresentou um excedente positivo, 2.436,07 €, sendo este valor incorporado na conta resultados transitados (como foi anteriormente decidido em assembleia, até à data não houve distribuição de excedentes porque em assembleia decidiu-se que era incorporado nesta conta). O relatório foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente à discussão e debate do “Relatório e contas 2018”, o senhor António Frazão deu continuidade à reunião, dizendo que a parte seguinte seria dedicada à comunicação/informação de vários assuntos da Cooperativa (abertos a debate) e referindo a oportunidade de os cooperadores também poderem intervir quando assim o entendessem. Neste contexto, pediu a palavra um dos cooperadores presentes. Este cooperador lembrou que é preciso que cada cooperador tenha o seu cartão de cooperador... muitos ainda não têm e a situação tem vindo a arrastar-se. O senhor Júlio Ricardo e o senhor António Frazão comprometeram-se a ter esta situação regularizada até à próxima assembleia-geral, que irá acontecer no início de Junho; Aproveitando o tema, os dirigentes, senhor Júlio Ricardo e senhor António Frazão, referiram que é preciso marcar uma assembleia de eleição. Querem dar lugar a outras pessoas, é preciso renovar, trazer um ambiente de renovação à Cooperativa. A assembleia de eleição ficou marcada para 8 de julho do ano corrente. Foram revistas as regras para acontecer este ato (falou-se sobre as listas, o número de elementos necessários para constituir a direção, a assembleia e o conselho). O rancho folclórico está muito ligado à Cooperativa, normalmente o presidente da assembleia é um elemento deste grupo (o Centro Cultural de Chãos está no nome do rancho folclórico). Também foi dito que cada secção da Cooperativa deve fazer eleger uma pessoa na direção, assim todos os interesses estão representados.

De seguida, o senhor António Frazão tomou de novo a palavra, informando os presentes sobre vários assuntos relacionados com as atividades da Cooperativa

- A Cooperativa quer inaugurar o estábulo das cabras no próximo mês de Junho. Neste sentido, está a ser tratado a presença de um representante da Vodafone (patrocinador de alguns projetos da Cooperativa) e também do secretário de Estado - Miguel Freitas (secretário Estado das florestas e desenvolvimento rural).

- A Cooperativa está a ver se consegue que a Vodafone viabilize a compra de um leitor para as cabras. Este permitiria que se abrissem de forma automática as cancelas do estábulo separando as cabras que vão ordenhar das outras que não vão ordenhar. Este processo, atualmente, é feito à mão, pelo pastor Raúl. É muito moroso e difícil, é feito uma a uma. Para além disso, este leitor ainda permitiria perceber a quantidade de leite que cada cabra produz.

Se tal não se concretizar, pensamos em construir uma manga, como alternativa.

- A Cooperativa aguarda a resposta/desenvolvimento do projeto de candidatura que foi feita ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Está relacionada com a função do rebanho em reduzir a densidade no mato na extensão acordada...o Estado paga aproximadamente 125€ por hectare e o mercado leva em zona de serra 1300€ por hectare e em zona normal 800€ por hectare (manutenção de parcelas florestais no seu estado de conservação natural inferior a 30 cm).

- A Cooperativa tem nesta data 160 cabras que são suas.

- O senhor Ramiro Pinheiro e o senhor António Frazão têm, cada um, 7 cabras.

- A Cooperativa está a pensar em fazer subscrição de animais para poder aumentar o número de cabras. O regulamento ainda está a ser elaborado... quem subscreve terá o direito a obter retorno em produtos do rebanho ou em produtos da Cooperativa... ou em moeda social? É preciso pensar sobre isto e criar ideias novas!?

- A Cooperativa vai receber duas pessoas, enviadas pela Câmara Municipal de Rio Maior e pelo Instituto Emprego Formação Profissional, que vão trabalhar na secção da tecelagem.

- A Cooperativa irá receber, a partir de Junho próximo, dois alunos estagiários da Catalunha (programa Erasmus – estágio de Ensino Superior Politécnico). Estudam na área de impressão digital e escolheram fazer o estágio em Chãos.

- A Cooperativa tem atualmente um estagiário da Escola Superior Agrária de Coimbra (produção animal de pequenos ruminantes), que está inserido nas atividades da secção silvopastorícia, nomeadamente no apoio ao rebanho.

- Foi acordado entre os trabalhadores do restaurante e a Cooperativa que, tendo em conta o movimento de clientes, este só abrirá ao sábado e domingo e com marcações prévias. Todos concordaram que era o melhor para ambas as partes.

- A publicação do jornal Expresso, “Boa Cama Boa Mesa”, que é um guia de restaurantes com selo de qualidade, fez um artigo sobre o restaurante da Cooperativa Terra Chã. O restaurante da Cooperativa surge como o único, na zona do Ribatejo, que tem oferta de percursos pedestres (turismo). É uma boa notícia e oportunidade para a divulgação do restaurante!

- A Cooperativa irá ter um espaço de apoio a autocaravanas e lavagem de bicicletas, resultado de uma candidatura no âmbito do setor turístico à Câmara Municipal de Rio Maior.

- A Cooperativa promove dia 5 de maio próximo, um evento de exposição de pintura e lançamento de um livro de poesia de Filomena Custódio. É uma professora primária que esteve em Chãos, nos anos 1962-1965, que guardou desenhos dos seus alunos e agora escreveu um livro e organizou uma exposição desses desenhos. Prevê-se uma tarde animada!

2 - Participação no jantar convívio - Cooperativa Terra Chã, Associação de Melhoramentos de Chãos e Associação do Rancho Folclórico de Chãos – onde foram apresentadas as contas finais sobre a participação da aldeia de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior. (29 março a 7 abril do ano corrente)

Após a assembleia-geral da Cooperativa Terra Chã ter terminado, as pessoas presentes foram para o salão comunitário de Chãos, localizado junto à igreja de S. Francisco. Estava programado um jantar entre todas as pessoas da aldeia, mais concretamente, entre todos os que estiveram envolvidos na presença de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior 2019. A presença da aldeia foi assegurada entre três grupos – Cooperativa Terra Chã, Rancho Folclórico e Associação Melhoramentos Chãos – que asseguraram o funcionamento de um restaurante na referida Feira. O objetivo deste jantar comunitário era o de apresentar as conclusões finais (prestação de contas e outras informações importantes) da presença da aldeia no referido evento.

Após o jantar/convívio (sopa, carnes no churrasco e arroz, petiscos e doces que foram feitos entre as mulheres da aldeia), a senhora Diana Frazão subiu ao palco e pediu a atenção dos presentes. Agradeceu a todos a ajuda e boa disposição e pediu à pessoa encarregue da “prestação de contas” para falar dos resultados conseguidos na Feira das Tasquinhas e outras informações importantes.

Este responsável agradeceu a participação/ajuda de todos e referiu que o resultado deste ano tinha sido inferior ao do ano anterior. Esta situação, aparentemente, não apanhou de surpresa a maior parte dos presentes, que comentaram esta evidência na medida em que “quem lá esteve o ano passado e este ano, apercebeu-se que tivemos menos visitantes na tasquinha...”

O responsável referiu que apesar de ter sido um resultado positivo, foi um resultado inferior ao do ano anterior (em cerca de 4.000,00 €). Esta situação, presumiu, ficou a dever-se à (pior) localização do restaurante no evento em questão. A localização na Feira, este ano, foi menos favorável/propícia a possíveis clientes do que a localização do ano passado. Todos os presentes manifestaram concordância com esta ideia e ficou combinado que, no próximo evento, se tentaria conseguir melhor localização.

Também foi abordada a questão sobre se todos os envolvidos no evento, já tinham recebido ou não, os pagamentos relativos a produtos alimentares usados no evento ou a outros serviços.

De seguida, tomou a palavra o senhor António Frazão.

O senhor António Frazão falou aos presentes sobre a reunião de avaliação da Feira das Tasquinhas, que aconteceu nas instalações da Câmara Municipal de Rio Maior, onde esteve presente. Colocou a audiência ao corrente das ideias chave que foram aí discutidas:

- Que a organização da Feira das Tasquinhas deste ano tinha corrido menos bem, o que se refletiu nas contas dos participantes (também outros participantes se queixaram desta situação);
- Alguns problemas apontados foram o corte de estradas inoportuno do lado das Salinas de Rio Maior, pontos de entrada pouco favoráveis ao público, a distribuição de lugares não agradou a muitos participantes, o trabalho da própria organização também não foi o melhor (pelo menos em comparação com o de outros anos anteriores), talvez porque a equipa é nova e não tem muita experiência?!

Entretanto terminou esta parte mais formal do jantar convívio, sendo que entre os presentes, alguns permaneceram no local e outros foram para casa porque no dia seguinte tinham de trabalhar.

Durante o convívio conheci algumas pessoas da aldeia e aproveitei para fazer algumas perguntas sobre a Cooperativa Terra Chã e o Rancho Folclórico de Chãos.

Foi o caso das “reuniões da roda” (sobre as quais já tinha lido num documento relativo à Cooperativa Terra Chã). Gentilmente, foi-me explicado que, antigamente, após os ensaios dos jovens do rancho, fazia-se uma roda e todos falavam um pouco de tudo uns com os outros (preocupações e brincadeiras, um pouco de tudo). Naquele tempo não havia mais distração na aldeia e era assim que se distraiam uns com os outros e onde falavam de assuntos importantes, ficou conhecido como as “reuniões da roda”.

Dia 26 Abril 2019

Atividades principais:

- Participação na atividade da secção de apicultura com o senhor técnico apícola Pedro Mendonça

Neste dia fez-se o acompanhamento do trabalho do técnico apícola – o senhor Pedro Mendonça – que é trabalhador e a pessoa responsável pela secção de apicultura da Cooperativa Terra Chã. Em virtude de o dia ter nascido com sol e sem perspectivas de chuva – nunca se deve trabalhar com as colmeias durante a chuva – conforme explicou o senhor Pedro Mendonça, efetuou-se durante a manhã diversas visitas domiciliárias, de apoio a apicultores-cooperadores, as quais eu acompanhei e participei.

Durante a deslocação (de automóvel), até aos locais a visitar, fomos conversando sobre a atividade desta secção, nos locais a visitar observei a atividade apícola e interagi com os senhores apicultores.

O técnico começou por explicar que a melaria comunitária está instalada no edifício da antiga escola primária de Chãos (que fica perto da oficina de tecelagem e do próprio Centro Cultural de Chãos, onde está inserido o restaurante da Cooperativa). Isto foi possível graças a um acordo entre a Cooperativa e o município de Rio Maior, a melaria é dotada de espaços de trabalho que permitem a receção das alças, com sala de extração, sala de embalagem e armazém.

O senhor Pedro Mendonça referiu que a melaria obteve financiamentos (cerca de 40% - usados na construção e equipamentos), do Programa Apícola Nacional e tem como objetivos assegurar o apoio na produção, extração e comercialização do mel dos cooperantes, assegurando a qualidade desde a produção até à comercialização.

O senhor Pedro Mendonça explicou ainda que “A secção de Apicultura presta apoio técnico e sanitário aos apicultores e aos seus apiários, permitindo aos apicultores aumentar os seus efetivos, obter maior rentabilidade produtiva, terem um controle sanitário de qualidade e valorização dos produtos pela estrutura de comercialização que valoriza o preço de mercado.”

O senhor Pedro Mendonça referiu que os apicultores que íamos visitar, eram pessoas já com alguma idade. Já praticam esta atividade há algum tempo, é uma forma de ganharem algum dinheiro, estarem ocupados e fazerem algo de que gostam...

Refere que os apiários (conjunto de colmeias), devem estar situados em zonas distantes de habitações e de caminhos públicos, isto serve para proteger as pessoas e as abelhas. O técnico apícola, eu própria e todos os apicultores-cooperadores, usamos fatos de proteção adequados à manutenção da atividade.

Neste sentido, durante a manhã prestou-se apoio técnico a três apicultores-cooperadores, todos fora da aldeia de Chãos e situados nas redondezas.

Atividades desenvolvidas:

- Observação, e monitorização do crescimento da população de abelhas, por parte do técnico apícola às colmeias dos apicultores-cooperadores;
- Recolha de abelhas adultas para contagem de varroas e monitorizar o crescimento da população de varroas pelo técnico apícola;
- O técnico usou um frasco de vidro, com água até meio e um pouco de detergente, para retirar algumas abelhas dos quadros e fazer o controle sobre o estado das colmeias. Ensinou o procedimento completo aos apicultores-cooperadores, ajudou a preencher alguns documentos. Cada apicultor tinha entre 4 a 8 colmeias.

O objetivo é perceber se existe infestação e que grau de infestação, para a partir daqui decidir sobre o uso ou não de acaricidas, de forma a proteger as colónias e a sua produção.

Durante a parte da tarde fez-se a cresta (retirar quadros de mel das colmeias), de apiários pertencentes à Cooperativa Terra Chã (numa quantidade entre 40 a 60 colmeias). O técnico apícola verificou que o apiário estava de boa saúde, em bom ritmo de trabalho, com as abelhas a trabalhar bem e sem vestígios de doenças, mortes ou roubos no local.

Ao final do dia visitámos o apiário que se situa mais próximo da Cooperativa Terra Chã, que normalmente, explica o senhor Pedro Mendonça, serve de palco de “experimentação e prática” para os formandos que a Cooperativa recebe regularmente (fez-se o mesmo procedimento anterior).

Durante os intervalos em que nos deslocávamos de carro e quando era possível fomos conversando sobre o trabalho desta secção, tendo o senhor Pedro Mendonça referido que:

- A melaria começou a funcionar há mais ou menos 6 anos, sendo que no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade. Tinham noções muito básicas sobre como tratar as abelhas e produziam apenas mel;

- O senhor Pedro Mendonça chegou à Cooperativa Terra Chã como estagiário na área apícola. Acabou por ficar a trabalhar na Cooperativa (foi o seu primeiro emprego), no sentido de ajudar a desenvolver/dinamizar esta secção. O senhor Pedro Mendonça não vive nem é natural de Chãos;

- A Serra dos Candeeiros tem uma tradição forte na apicultura, muitas famílias tinham 2 ou 3 cortiços em casa para consumo familiar. No entanto havia muito desconhecimento sobre como tratar corretamente as abelhas/colmeias e isso levou à diminuição dos efetivos;

- A Cooperativa Terra Chã fez um trabalho importante nesta área, nomeadamente ao tentar dinamizar esta atividade na região e começando por fazer ações de formação (em Chãos). Ao mesmo tempo, sensibilizando os apicultores para os constrangimentos limitativos e apelando a uma nova dimensão apícola e a melhores resultados que os apicultores conseguiriam se trabalhassem em cooperação;

- A melaria comunitária tem carácter formal e legal, está ligada ao Programa Apícola Nacional. Opera segundo rigorosas normas de HCCP, o seu principal objetivo é a prestação de serviços aos seus apicultores-cooperadores, sobretudo ao nível da assistência técnica.

Pretende-se atuar, em especial, sobre as carências a nível de maneio sanitário, deficiente maneio técnico (não alimentar corretamente as abelhas, não substituir as rainhas, instalação inadequada de apiários, etc), entre outros. Neste sentido, explica o senhor Pedro Mendonça, “fazemos formação inicial aos apicultores-cooperadores, prestamos o apoio necessário (visitas ao domicílio, telefonemas e e-mail), fazemos a ponte entre o escoamento e o produtor de mel, etc. Também se tenta incluir o maior número de apicultores no Programa Apícola Nacional (promovido pela União Europeia) – os apicultores são “unidades primárias de produção” – que assim são devidamente formados e apoiados pela secção de apicultura da Cooperativa Terra Chã”.

O senhor Pedro Mendonça referiu ainda que “os apicultores que aderem ao Programa Apícola Nacional têm oportunidade de ter apoio do técnico apícola da Cooperativa, para as aconselhar e ter tratamento acaricida grátis” e explicou que, na sua opinião, “os principais problemas das abelhas são o ácaro das abelhas e o apicultor (más práticas, desconhecimento sobre como cuidar das abelhas, das colmeias e de como obter rendimento a partir daqui, não se focando apenas no mel mas também no pólen, no propólis...)”.

- O senhor técnico referiu que a Cooperativa Terra Chã tem, atualmente, aproximadamente 5000 colmeias e cerca de 150 apicultores; explicando que, “no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade”, no entanto, “hoje quase metade já são jovens”. Conta ainda que hoje também se observa que estas pessoas mais jovens não se limitam apenas à produção de mel: produzem também pólen, enxames, cera de abelha, propólis. Trocam ideias entre si, usam o facebook para trocar experiências e ajudam-

se uns aos outros. Explica que assim também é mais fácil e rápido saber se há algum problema com as abelhas e reagir mais depressa, antigamente as pessoas mais velhas não tinham esta oportunidade!

O senhor Pedro Mendonça explicou que a Cooperativa Terra Chã tem formação acreditada (pelo CEARTE) e formação inicial na Apicultura, recebendo inscrições de vários pontos do território nacional.

Resultado da interação com a atividade e segundo as explicações do senhor Pedro Mendonça, obteve-se as seguintes informações:

- Cada quadro de mel pode pesar 10 a 15 kg;
- Cada meia alça tem 8 quadros de mel;
- As condições climáticas são essenciais para se ter bom mel, temperatura ideal é entre 20-25 graus;
- As abelhas podem dar cera, geleia real, propólis, pólen;

O senhor Pedro Mendonça referiu que a Cooperativa Terra Chã tem um percurso pedestre que permite que os visitantes possam ficar a conhecer os apiários de colmeias, os cortiços e ainda plantas melíferas, o qual tem vindo a ser muito procurado.

Dia 27 Abril 2019

Atividades principais:

- 1 – Participação na atividade da secção apícola (parte da manhã)
- 2 – Participação na atividade da secção de silvopastorícia (parte da tarde)
- 3 – Entrevista ao senhor Júlio Ricardo

1 – Participação na atividade da secção apícola (parte da manhã)

Na parte da manhã participou-se na formação “Sanidade Apícola”, ministrada pelo senhor Pedro Mendonça (segunda sessão, de um total de três, relativa a formação gratuita certificada financiada “Sanidade Apícola”). Esta formação realizou-se na sala de formação da secção de tecelagem da Cooperativa. Informações gerais recolhidas:

- Grupo constituído por 17 pessoas, bastante homogéneo em termos de idades (oito pessoas jovens e nove pessoas mais velhas), sendo 5 mulheres e o restante homens. Todos os participantes se mostraram muito interessados e participativos no decorrer da formação;
- A formação deste dia é parte de uma formação que tem vindo a ser dada na Cooperativa Terra Chã (já existiram outras sessões em sábados anteriores). Hoje é dia de aprender como ter sucesso na apicultura: saber controlar a varroa, controlar as reservas, alimentar e estimular (se necessário) as rainhas, controlar a enxameação, escolher o local adequado para a instalação do apiário e se necessário mudar, manter rainhas novas, ser um eterno estudante da apicultura, não desanimar...nunca!

- O senhor Pedro Mendonça explicou, detalhadamente, o que causa a varroa, como se espalha a varroa, ciclo de vida da varroa, curva da varroa, como fazer o controle da varroa, entre outras questões colocadas pelos participantes.

O senhor Pedro Mendonça ensinou ainda técnicos manuais - fáceis e baratas - segundo ele, para os apicultores irem vendo se as suas colmeias e as suas abelhas estavam doentes, o que tinham e como proceder de seguida, que medicamentos comprar ou como defender as suas colmeias.

A nossa experiência/participação, com as atividades da secção de apicultura, terminou ao final da manhã. Na parte da tarde a formação estava prevista ser uma vertente prática, com observação e prática nos aviários da Cooperativa, destinados a esse efeito.

2 – Participação na atividade da secção de silvopastorícia (parte da tarde)

Durante a tarde fez-se o percurso do rebanho comunitário de cabras até à serra, acompanhando o senhor pastor Raúl Gabriel.

O senhor pastor Raúl Gabriel foi guiando o seu rebanho e ao mesmo tempo ia conversando sobre o que se observava no caminho para a serra, sobre as cabras e sobre o trabalho que o rebanho faz na serra. Ainda sobre a sua experiência nesta área e o seu gosto por conviver com animais. Neste sentido, apresenta-se de seguida as informações prestadas pelo senhor pastor Raúl Gabriel:

- O senhor Raúl aprendeu a ser pastor quando andava com o seu pai e, mais tarde, com o seu tio. É pastor quase desde criança e gosta muito do que faz. Começou a trabalhar na Cooperativa no ano de 2009, vive a meia hora de caminho, numa aldeia próxima de Chãos, ele não é natural de Chãos.

- Conhece todas as suas cabras e explica que cada uma tem uma fita de cor diferente – laranja, vermelho, verde – para se saber se a cabra tem um filho, dois filhos ou três filhos;

- As cabras alimentam-se de mato e erva (carrasco e zambujeira ou oliveira), que é o que existe mais pela serra;

- O rebanho tem 160 cabras, 24 leiteiras, 24 cabritos. São mungidas dia sim, dia não, produzem, aproximadamente, 41 litros de leite (é um bom número, segundo o senhor pastor Raúl);

- As cabras são alimentadas exclusivamente com aquilo que existe na serra (e que foi sendo mostrado pelo senhor pastor Raúl, enquanto se fazia o percurso com o rebanho), como por exemplo: cebola brava, faveira brava, sargaço bravo, silvas, tomilho, alho bravo, cardo pigarço, etc.

- Relativamente à cor das cabras, a cor mais comum é o preto, o jardo e o perdigoto. Isto parece ter influência no seu paladar, sendo que mais frequentemente se diz que, as de cor pretas, proporcionam carne mais saborosa, segundo refere o senhor pastor Raúl;

- Na serra observou-se a pequena lagoa recuperada pela Cooperativa Terra Chã. O senhor pastor Raúl explicou que, em virtude de esta estar a ficar danificada e sem água no Verão, em grande parte devido à ação dos javalis, a Cooperativa Terra Chã fez a sua recuperação. Neste momento a lagoa está vedada, protegendo assim a vida das espécies que lá vivem. O senhor

pastor Raúl explica ainda que, “agora a lagoa tem água durante todo o ano (que pode servir para ser usada num incêndio), por outro lado, foi feito um espaço à parte, onde os javalis se podem banhar e beber água, assim como o próprio rebanho de cabras”;

- O senhor pastor Raúl mostrou os abrigos de pastor, feitos em pedra, que serviam para abrigar do mau tempo. Refere que “foi a Cooperativa Terra Chã que os recuperou para proteger o património que os mais antigos, as gerações mais velhas da aldeia de Chãos tinham construído”, conta ainda que “as pessoas hoje gostam de ver e apreciar estas coisas”;

- O senhor pastor mostrou/explicou a existência de cercados com rede na serra: são quadrados cercados por rede (quadrados amostrais), onde as plantas estão a salvo do pastoreio. O objetivo é monitorizar a diferença entre a área vedada ao pastoreio e a área sujeita ao pastoreio, nomeadamente em relação à densidade de arbustos, vegetação ou espécies protegidas;

- O senhor pastor Raúl Gabriel mostra compreender e saber explicar, de forma desembaraçada e fluida, o trabalho que o seu rebanho faz na serra. Ele explica que “a prática de pastoreio extensivo, em particular o pastoreio de percurso de gado ovino e caprino, tem um papel muito importante na manutenção da estrutura da vegetação, da biodiversidade e de toda a cadeia ecológica”. O senhor pastor Raúl diz que este “é um trabalho que sempre foi feito pelos rebanhos, mas que hoje, se calhar por causa dos fogos, é que estão a dar mais atenção e valor”.

O senhor pastor Raúl, conta que “a Cooperativa tem recebido muitas pessoas a visitar a serra e que querem ver a natureza, a serra e o rebanho. Muitos nunca tinham visto uma cabra!”. Acrescenta ainda que “toda a gente fica encantada com a serra, com as cabras e com a paisagem”.

Refere que é o guia da Rota do Pastor “um percurso que a Cooperativa tem para quem quer conhecer a serra, o rebanho e o trabalho que o rebanho faz”.

Acrescenta que “mostro aos visitantes o dia-a-dia do rebanho de cabras, em concreto o percurso que elas fazem na ida à serra, há muitas pessoas de fora de Portugal a visitar a aldeia de Chãos. Já recebi a visita de casais do México, Turquia, Rússia, Cabo Verde, Espanha, França, América, Inglaterra e Israel.”

Conta que, durante o percurso vai mostrando e explicando “o que existe na serra, sobre a fauna, flora e habitats. Vou explicando os benefícios do pastoreio do rebanho (a proteção do ambiente e dos habitats naturais das plantas, a manutenção de faixas de contenção de incêndio e a limpeza de mosaicos de parcelas para gestão de combustível), intercalando com a observação das várias ervas aromáticas e medicinais que existem na serra: o alecrim, o tomilho, a salva, entre outras. Ainda mostro os abrigos do pastor, em pedra, e a lagoa na cumeada da serra”.

O senhor pastor Raúl Gabriel refere ainda que o rebanho também serve para “dar carne de cabra e cabrito para servir no restaurante” e ainda que “o leite das cabras é utilizado para fazer queijo, enviamos o leite para a Escola Superior de Santarém e lá é que é feito. No futuro está prevista a construção de uma queijaria comunitária, inserida no estábulo comunitário, que está quase pronto.”

Mais tarde, o senhor pastor Raúl Gabriel fez a visita guiada às novas instalações do estábulo comunitário (que já estão a ser utilizadas em algumas partes). O estábulo tem uma área para a

pernoita do rebanho, tem sala de ordenha, sala com maquinaria relativa à ordenha, espaço reservado aos cabritos recém-nascidos e suas mães, casas de banho, escritório, sala de apoio ao pastor. A nossa participação/experiência com a secção de silvopastorícia terminou após esta visita.

3 – Entrevista ao senhor Júlio Ricardo

A entrevista ao senhor dirigente Júlio Ricardo aconteceria a seguir à nossa participação nas atividades da secção de silvopastorícia e ambiente, nas instalações do Centro de Tecelagem da Cooperativa.

Antes da entrevista e durante uma breve refeição, fez-se o ponto da situação relativamente à nossa participação nas atividades das secções da Cooperativa até ao momento. Falámos sobre a secção de turismo de natureza.

O senhor Júlio Ricardo explicou que esta secção não tem posto de trabalho afeto à secção, ou seja, as atividades que estão enquadradas no âmbito desta secção são asseguradas pelos colaboradores existentes na Cooperativa, por exemplo, a “Rota dos Pastores” é assegurada pelo pastor Raúl Gabriel. Acrescentou que estas atividades são marcadas com antecedência e nesse sentido é designado um colaborador da Cooperativa para fazer o respetivo acompanhamento. Segundo o senhor Júlio Ricardo, também existe o percurso das orquídeas – Rota das Orquídeas, e os percursos pedestres “De Chãos à Gruta”, “De Chãos a Alcobertas”, “Entre Calcários e Basaltos”, “Marinhas de Sal”.

A entrevista

A entrevista teve início por volta das 20.00. A entrevista foi interrompida, durante cerca de 40 minutos, para o dirigente ir levar a casa um colaborador do estábulo, que vive numa aldeia vizinha e que não tem transporte próprio. Também acompanhámos o senhor Júlio Ricardo.

Segundo o senhor Júlio Ricardo explica “este senhor está numa situação vulnerável e algo marginalizado pela sociedade (tem acompanhamento especializado), estando a tentar “orientar” a sua vida. A Cooperativa Terra Chã integrou-o nos trabalhos da secção caprinicultura e/ou outros afazeres diários da Cooperativa, prestando assim a este homem, o apoio e ajuda possível à sua reabilitação e inserção na vida social e comunitária. A sua retribuição económica é feita pelo IEFP, ao abrigo de programa ocupacional.”

Regressou-se à aldeia de Chãos e retomou-se a entrevista na sala de formação da oficina de tecelagem. A entrevista terminou pelas 22:30.

Dia 28 Abril

Atividades principais:

- 1 – Participação na atividade da secção de restauração e alojamento (Parte da manhã)
- 2 - Participação na atividade da secção de artesanato (Parte da tarde)

1 – Participação na atividade da secção de restauração e alojamento (Parte da manhã)

O restaurante da Cooperativa Terra Chã é um lugar aprazível, inserido nas instalações do Centro Cultural de Chãos.

O restaurante é precedido de um espaço onde funciona a área de café/área social. Este espaço, decorado com várias mesas e sofás é constituído por uma ampla sala com telhado alto, forrado a madeira natural e com paredes revestidas a pedra rústica.

Observa-se nesta sala uma montra de produtos relativos à oficina de tecelagem (malas, pegas, sacos de pano, etc). Existe também um espaço onde é afixado informação relativa a eventos/iniciativas comunitários e formações agendadas pela Cooperativa Terra Chã.

Dispostos pela sala, existem pontos próprios com várias informações sobre as atividades que os visitantes podem fazer na Cooperativa Terra Chã. Existe ainda uma exposição permanente, de mostras de vários tipos de árvores que existem na serra e seus usos tradicionais, como por exemplo: o pinheiro manso (pinhão), a aroeira (a sua seiva serve para fazer pastilha elástica), o freixo (propriedades medicinais), a amieira, o carrasco, o sobreiro (extração de cortiça), entre muitos outros.

O restaurante dispõe de uma sala de refeições, com amplas janelas, que permitem a observação desafogada das vistas sobre a paisagem a sul da Serra dos Candeeiros.

O senhor Júlio Ricardo apresentou a equipa do restaurante, que vive na aldeia de Chãos, alguns elementos já eram meus conhecidos, fruto de outras visitas à Cooperativa: a senhora Maria Pinheiro e a senhora Conceição Pires são as cozinheiras, a senhora Emília Nazaré, a senhora Teresa Frazão (esta senhora foi uma das mulheres que fez formação na Escola-Oficina de Tecelagem em 2001) e o senhor Ramiro Pinheiro são empregados de mesa.

Hoje o restaurante está reservado para uma cerimónia de batizado, a azáfama começou logo de manhã e já chegou um jovem (que vive na aldeia e já costuma fazer alguns serviços no restaurante da Cooperativa), para reforço de serviço de mesa, em virtude do elevado número de clientes do batizado.

Em virtude de este dia se prever bastante atarefado, no dia anterior tive o cuidado de observar e tirar notas/fotografias sobre algumas informações relacionadas com o restaurante, nomeadamente sobre a ementa e produtos locais existentes para venda.

A ementa do restaurante da Cooperativa Terra Chã oferece uma mostra de sabores, aromas e saberes tradicionais da aldeia de Chãos, nomeadamente: o cabrito serrano, a chiba serrana, a chicharada da serra, galo com nozes, galinha à Terra Chã, o bacalhau assado com chicharos, o pudim de chicharo, a tarte/pastéis de chicharo, o requeijão com mel. Também é possível comprar no espaço social/zona de bar/café do restaurante queijos de cabra “Terra Chã” (produzidos pelo rebanho da secção de silvopastorícia), e frascos de mel (produzidos na melaria comunitária) e ainda filhoses tradicionais.

No espaço onde é afixada informação relativa a eventos/iniciativas comunitários, formações ou outras informações pertinentes, observou-se, por exemplo, informação sobre a formação

“Sanidade Apícola” e sobre uma exposição de pintura de Filomena Custódio. Esta exposição tem data marcada para 5 de Maio 2019, pelas 17 horas, onde se fará a “Apresentação do livro e declamação de poesia “Philomela – O canto do rouxinol”. A exposição é organizada pela Cooperativa Terra Chã, pelas Edições Cosmos e pela Câmara Municipal de Rio Maior, no âmbito de uma “mostra de desenhos de alunos da Escola Primária de Alcobertas (1962-1965) e desenhos recuperados pela mãe da autora, durante a guerra colonial, em Angola”.

Neste dia, a minha participação nas atividades da secção do restaurante/alojamento caracterizou-se pelo apoio e ajuda na organização do trabalho para receber os convidados do batizado, durante este tempo fui conversando com algumas pessoas, em especial o senhor Ramiro Pinheiro.

Aproveitei para perguntar ao senhor Ramiro Pinheiro o que era o chicharo, um elemento que tinha observado na ementa do restaurante, ao que o senhor Ramiro explicou que “o chicharo é parecido com o tremoço e há quem o confunda com o grão de bico... é uma planta que facilmente se cria em terrenos pobres e secos e não precisa de grandes cuidados”. Acrescentou ainda que “era muito gostoso” e “tem muita saída no restaurante”. Mais tarde, em conversa informal com a senhora Teresa Frazão, abordei de novo o assunto do chicharo. Ela explicou que “foi um prato recriado do tempo dos avós, a chicharada da serra é feita com chicharo em vez de feijão, tem tido muito boa aceitação por parte dos visitantes da aldeia”. Conta também que, há cerca de dois anos, o restaurante da Cooperativa Terra Chã esteve presente numa mostra gastronómica regional, em Lisboa, na Assembleia da República: “levámos para apresentar e provar o bacalhau com chicharo, a tarte e pastéis de chicharo e mel da Cooperativa Terra Chã...o evento correu muito bem, foi uma boa aposta!”

Relativamente aos clientes do restaurante, o senhor Ramiro Pinheiro explica que “normalmente, quem vem fazer atividades na montanha, visitas à oficina de tecelagem ou fazer formações relacionadas com a apicultura/tecelagem ou outras, normalmente fazem as refeições no restaurante”, e acrescenta ainda que “depois também há reservas para batizados, como acontece hoje, ou para festas de anos... porque o espaço é muito agradável, convidativo e tranquilo. No outro domingo recebemos um grupo de motards, fizeram um passeio de mota e almoçaram aqui...”.

2 - Participação na atividade da secção de artesanato (Parte da tarde)

Neste dia fez-se uma visita guiada à oficina de tecelagem (também se chama Centro de Artes e Ofícios de Chãos), acompanhando Maria (nome fictício), uma das colaboradoras da oficina.

O edifício situa-se ao lado do Centro Cultural de Chãos e perto da melaria comunitária, é especialmente dotado de grandes janelas de luz natural e luminosidade.

Maria apresenta o espaço e vai dando pequenas indicações: mostra a pequena loja com os vários artigos para venda, a sala com os vários teares manuais, produtos e criações que fazem parte da história da oficina de tecelagem. Explica que “foram criados pelas várias pessoas que têm passado pela oficina, temos uma grande variedade de criações, cores, muita criatividade!”

Mostra ainda a sala de formação da oficina, segundo Maria, “é muito usada para as formações do senhor Pedro Mendonça, da apicultura e também para as nossas formações, relativas à oficina de tecelagem”. Maria refere também que o espaço da oficina de tecelagem foi recuperado e transformado a partir das antigas instalações dos serviços florestais, que estavam vazias. Foi um acordo conseguido ainda antes da Cooperativa existir, entre as pessoas do rancho folclórico e as entidades do Parque Natural.

Maria começa por explicar que não é “trabalhadora da oficina ou da Cooperativa Terra Chã, porque a oficina não cria postos de trabalho”, acrescentando que “o que acontece é que eu e outra colega, estamos por vontade própria a colaborar nos trabalhos da oficina, de forma voluntária. Estamos cá há cerca de um ano, brevemente vamos ser inseridas de forma mais formal, através de um contrato de inserção de 12 meses, celebrado entre o IEFP, o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã, ao abrigo de um programa de valorização do artesanato.”

Maria conta que estudou “Arte e Design (falta concluir o quinto ano)” e é uma “apaixonada pela tecelagem”. Foi nas suas viagens pelo país, à procura desta arte, que descobriu a Tecelagem de Chãos. Descobriu que se faziam aqui formações e rapidamente se interessou.

Começou por vir alguns dias por semana, ficando no alojamento da Cooperativa Terra Chã, para “experimentar, explorar e sentir a tecelagem”. Foi ficando cada vez mais tempo, conhecendo, trabalhando e aprendendo com as mulheres da aldeia e de outras aldeias próximas, com as formadoras... “acabei por ficar por aqui” afirma Maria.

Fruto da sua convivência e partilha com algumas mulheres da aldeia que trabalharam na oficina e que conhecem a tecelagem, Maria conta um pouco da história da oficina de tecelagem.

Ela refere que a oficina “surgiu quando as pessoas de Chãos faziam as roupas específicas para a atuação do rancho folclórico. Antigamente já existia, em cada casa na aldeia, um tear onde as mulheres faziam as suas roupas, os segredos desta arte eram mantidos em grande sigilo e era difícil haver partilha de saberes. A partir daqui um dos dirigentes da Cooperativa Terra Chã, falecido, entretanto, achou por bem aproveitar os instrumentos, os saberes e as técnicas acumuladas e utilizá-las para chamar mais pessoas para a aldeia, a ideia era dar formação na área e captar pessoas para estarem na Oficina de Tecelagem, criarem trabalho e mantê-la em funcionamento.”

Maria acrescenta que “a oficina de tecelagem foi criada por um grupo de mulheres, que fez formação nas Escolas Oficinas de Tecelagem, do IEFP, criando depois o seu posto de trabalho. Na altura criaram 3 postos de trabalho, mas ao fim de dois anos desistiram”.

Maria explica que a tecelagem “é uma atividade muito flutuante e que envolve uma grande congregação de parcerias, esforços, vontades, sinergias, IEFP, Câmara Municipal, é difícil conseguir retorno económico nesta secção”.

Sobre a atividade atual da oficina de tecelagem, Maria explica que a oficina tem “formações neste âmbito, dadas pelo CEARTE” recebendo “inscrições e participação de pessoas de vários locais do país, contudo as pessoas acabam por não ficar, muito devido ao grande esforço da atividade e pouco retorno económico”, isto explica-se, segundo Maria, por ser “uma atividade muito flutuante e que envolve uma grande congregação de parcerias, esforços, vontades, sinergias”. As formações estão relacionadas com as áreas da tecelagem, costura e tingimento de fibras. *Maria* confia que, quando chegou à aldeia se deparou com algumas dificuldades na partilha dos saberes e modos de fazer da arte da tecelagem, em especial por parte de pessoas mais idosas. Maria refere que as formações existentes na Cooperativa, dadas pelo CEARTE, foram fundamentais e essenciais para as suas aprendizagens.

Outra atividade da oficina, refere Maria, são as visitas à oficina. Maria explica que recebem “visitas de várias escolas, de vários níveis e que passam um dia a aprender a tear”, acrescenta ainda que “também há visitantes que escolhem vir a Chãos, para passarem um dia na oficina de tecelagem, é um dos programas da Terra Chã, para aprender”. Maria refere também que é na oficina que “são feitos os saquinhos do pastor que são usados na Rota dos Pastores, onde os visitantes levam o farnel (queijo cabra, pão, azeitonas e enchidos), quando vão fazer o percurso na serra”.

Maria afirma que o objetivo principal para a oficina de tecelagem “é conseguir que ela seja vista como um ponto de referência na área da tecelagem a nível nacional, ou seja, diferenciá-la no mercado pela utilização de materiais de excelente qualidade, materiais originais/locais (por exemplo a lã de ovelha), que vão referenciar a oficina a nível nacional e atrair compradores.” Maria explica ainda que “isto não é fácil, porque exige um grande investimento em materiais e mão-de-obra que são caros, por outro lado, é preciso achar os nichos certos para vender estes produtos. Envolve a conjugação de várias condições: capacidade de investimento em material de qualidade e escoar o produto no local certo. É um processo lento e que demora tempo a obter algum retorno. Por isso é mais difícil fazer a oficina de tecelagem ter tanto sucesso como o restaurante ou a melaria”.

Maria acrescenta que “a situação ideal será conseguir fazer na oficina de tecelagem, todo o processo natural, ou seja, desde a fiação da lã do animal (no caso a ovelha) até à peça final.”

Maria mostrou-nos um cesto cheio de lã de ovelha, que está a ser usado “para testar/experimentar como é que poderá ser possível transformar a lã em fio para tecelagem, em matéria-prima para futuros produtos na tecelagem. Este fio é de bastante qualidade e forte, mas é muito moroso o processo da sua fabricação.”

Segundo a conversa informal com Maria, é neste sentido que foi criado um trabalho de “parceria informal” com especialistas na área e com o museu dos têxteis (mutex). Maria especifica que este diz respeito ao “processo de cardação (manual) até à tecelagem, onde se trabalha a troca de saberes, ideias e de know-how e que visa tornar-se mais forte e chegar um dia a parceria formal.”

A loja que existe na oficina de tecelagem, vende artigos produzidos na oficina, segundo Maria “malas em trapilho, panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas, há quem encomende saias, blusas, é clara e notória a percepção de que as pessoas dão preferência a produtos originais e de alta qualidade. No entanto, verifica-se que a secção não tem capacidade de investimento nestes materiais e também de escoamento, de modo regular, o que condiciona e não facilita o desenvolvimento da atividade da oficina de tecelagem.”

O final da nossa participação/experiência na oficina incluiu a experimentação de um dos teares manuais.

Participação no Encontro de dia 16 Março 2019 em Chãos- Liderança nas Organizações de Economia Social e Solidária

Aconteceu no dia 16 Março, em Chãos – Rio Maior, o “Encontro Liderança nas Organizações de Economia Social e Solidária”. Neste local, quarenta e seis pessoas, em nome individual e de diversas organizações de economia social e solidária, encontraram-se para um debate informal e participado.

O evento foi planeado a partir de um trabalho de articulação entre as entidades organizadoras (Cooperativa Terra Chã, Amigos do Aprender, Fundação João XXIII – Casa do Oeste, Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal), provocado pela reflexão crítica que fazem sobre processos de desenvolvimento local e do conhecimento vivido nas organizações de economia social e solidária.

O objetivo passou pela pertinência das organizações refletirem sobre os próprios processos que dinamizam, na certeza de poder, fazer mais e melhor.

Durante a parte da manhã aconteceram dois debates: o primeiro foi entre líderes de organizações da economia social e solidária e as suas perspetivas/experiências, já o segundo, foi um debate em mesa café: os participantes dividiram-se em grupos de cinco elementos, onde depois trocaram ideias/opiniões sobre o papel do líder, o papel do dirigente e o papel do líder/dirigente numa organização de economia solidária. O grupo almoçou no restaurante da Cooperativa Terra Chã.

Da parte da tarde, houve lugar para dois momentos: o primeiro foi ouvir o testemunho e a perspetiva de trabalhadores de organizações presentes no mercado de trabalho, em relação às lideranças das suas entidades patronais, o segundo momento, já com perspetiva de encerramento do encontro foi a reflexão da Luciane Santos. A reflexão incidiu sobre o debate da manhã, numa visão integrada de ativista, de investigadora e de professora universitária, sobre o tema das lideranças e a economia solidária.

Participação no Seminário “Pastoreio – Fogos - Gestão de Habitats” dia 29 Novembro de 2017

A nossa participação neste seminário teve como interesse principal conhecer a Cooperativa Terra Chã, organização que tínhamos ouvido falar nas aulas do nosso Mestrado, nomeadamente pelos professores Roque Amaro e Jordi Estivill. Na verdade, a apresentação da Cooperativa Terra Chã foi um dos trabalhos individuais que tivemos de elaborar na Unidade Curricular de “História da Economia Social”, nesse sentido, a melhor forma de o fazer foi começar por visitar o local. Fez-se a inscrição, com o senhor Júlio Ricardo e senhor António Frazão (via e-mail), no evento e no dia 29 de novembro de 2017, iniciámos a viagem até Chãos, no concelho de Rio Maior.

Chegámos à aldeia de Chãos no nosso veículo, por volta das 10 horas da manhã, ao mesmo tempo que um autocarro com mais participantes também chegou ao local. Fomos recebidos pelo senhor António Frazão, que se apresentou ao grupo (cerca de 30 pessoas), como um dos dirigentes da Cooperativa Terra Chã.

Deu as boas-vindas a todo o grupo e explicou que se ia começar por fazer a visita à aldeia, concretamente a eiras e cisternas, depois ao espaço junto do Centro Cultural de Chãos e de seguida iríamos fazer apenas uma parte do percurso do rebanho da Cooperativa, porque já não era possível fazer o percurso completo em virtude do atraso na chegada a Chãos.

Neste contexto, visitou-se o espaço de eiras e cisternas em Chãos, ouvindo as explicações do senhor António Frazão, relativas à história da aldeia e das suas vivências e tradições, bem como dos recursos locais existentes.

Posteriormente visitou-se a envolvente exterior ao Centro Cultural de Chãos, continuando o senhor António Frazão a fazer o enquadramento da história da Cooperativa, da ligação ao rancho, apresentando ainda as instalações da oficina de tecelagem, da melaria comunitária e do alojamento da Cooperativa, bem como outras instalações existentes no local e que pertencem ao Parque Natural.

Visitou-se parte do percurso do rebanho de ovelhas, conheceu-se o senhor pastor Raúl Gabriel e as instalações onde as cabras pernoitam, instalações anexas a uma casa de habitação (que é a prática tradicional da aldeia). O senhor António Frazão explicou que em virtude de a Cooperativa ter regularizado o rebanho e obtido título de exploração, terá de cumprir certas condicionantes legais, nomeadamente relativas ao bem-estar dos animais e normas pecuárias pelo que em breve será construído um estábulo comunitário, numa primeira fase, e uma queijaria comunitária, numa segunda fase.

Durante o percurso fomos ouvindo as explicações do senhor António Frazão sobre a envolvente da natureza, das várias plantas melíferas (produção de mel), do trabalho do rebanho na preservação da biodiversidade e no controle de incêndios florestais.

Finda esta apresentação, que terminou por volta das 13 horas da tarde, o grupo foi encaminhado para o restaurante da Cooperativa Terra Chã, para dar início ao almoço.

Após o almoço, o grupo foi encaminhado para as instalações do Auditório dos Paços do Concelho, em Rio Maior. No auditório estava o grupo vindo de Chãos e forma chegando mais pessoas, sendo que a lotação estava completa.

O seminário decorreu com a ordem de trabalhos definida, tendo o debate permitido ouvir a experiência de várias organizações (que forma co-organizadoras do evento com a Cooperativa Terra Chã) do nosso país e também da Galiza, Espanha. Neste debate também participou, embora não durante todo o tempo do debate, o secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, o senhor Miguel Freitas, a senhora presidente do município de Rio Maior e outros elementos do corpo camarário.

Em alguns momentos do debate, nomeadamente quando o senhor secretário tomou a palavra houve alguma interação (tensão, indignação) com a plateia, em especial devido ao momento doloroso e sensível que o país atravessa devido aos fogos.

Após o término do debate, existiu um lanche preparado numa sala contígua, com produtos locais (queijos, filhoses, pão, doces, mel, chás e café, etc) para os participantes.

A organização/participação deste evento foi assumida pela Cooperativa Terra Chã, em parceria com a Associação Territórios com Vida e Quinta Lógica (Arcos de Valdevez), Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miró, Penacova, Município de Penela, Associação Aguiar Floresta, Vila Pouca de Aguiar, Associação Montis, Vouzela, Associação Urze, Gouveia, Associação de Moradores de Ferraria de S. João e contou com o apoio da Câmara Municipal de Rio Maior.

ANEXO D: Sinopse das informações recolhidas através de entrevista semi-diretiva, da observação participante e da análise documental

CONCEITO: ECONOMIA SOLIDÁRIA
DIMENSÃO 1: PROJETO ECONÓMICO
INDICADOR 1: Produção/distribuição bens e serviços
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P2. A Cooperativa Terra Chã tem um restaurante, depois temos o rebanho de cabras que acaba por fornecer carne de cabrito e de cabra, queijo e leite, queijo que fazemos numa queijaria na Escola Superior Agrária de Santarém e que também vendemos... Na área da apicultura...temos o mel e o pólen das abelhas dos nossos apicultores e ainda fornecemos depois, durante o fim-de-semana, no restaurante fazemos alguns produtos tradicionais como as filhoses e alguns enchidos que temos para vender nessas alturas...</p> <p>P 23. (...) fazemos muitas atividades do turismo de natureza onde usamos antigos jogos tradicionais (...)</p> <p>P34. (...) as rotas temáticas que estão associadas à componente de turismo de natureza, é a Rota das Orquídeas, que fazemos às respetivas orquídeas selvagens da serra, fazemos também a Rota dos Pastores, com o nosso pastor, o “Seja apicultor por um dia” com o nosso apicultor...também pode ficar aqui na tecelagem por um dia e há muita gente que faz essa rotatividade de ações...ou visitar a gruta de Alcobertas que também está sob a nossa gestão... tentamos conciliar todo um conjunto de atividades que têm a ver com as próprias vivências e com a própria natureza rural da aldeia e da cooperativa.</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p><u>Secção de restauração e alojamento:</u> Também é possível comprar no espaço social/zona de bar/café do restaurante queijos de cabra “Terra Chã” (produzidos pelo rebanho da secção de silvopastorícia), e frascos de mel (produzidos na melaria comunitária).</p> <p><u>Reunião de Assembleia-Geral:</u> A secção de restauração e alojamento (...) continua a ser o principal suporte financeiro da Cooperativa. Também é a melhor divulgação do projeto. O restaurante continua a ser um ponto de encontro para muitos grupos formais e informais, festas de batizado, primeiras comunhões e eventos matrimoniais.</p> <p><u>Secção de artesanato:</u> sobre a atividade atual da oficina de tecelagem, Maria explica que a oficina tem “formações neste âmbito, dadas pelo CEARTE” recebendo “inscrições e participação de pessoas de vários locais do país, (...) As formações estão relacionadas com as áreas da tecelagem, costura e tingimento de fibras. Outra atividade da oficina, refere Maria, são as visitas à oficina. Maria explica que recebem “visitas de várias escolas, de vários níveis e que passam um dia a aprender a tear”, acrescenta ainda que “também há visitantes que escolhem vir a Chãos, para passarem um dia na oficina de</p>

tecelagem, é um dos programas da Terra Chã, para aprender”. Maria refere também que é na oficina que “são feitos os saquinhos do pastor que são usados na Rota dos Pastores, onde os visitantes levam o farnel (queijo cabra, pão, azeitonas e enchidos), quando vão fazer o percurso na serra”. A loja que existe na oficina de tecelagem, vende artigos produzidos na oficina, segundo Maria “malas em trapilho, panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas, há quem encomende saias, blusas (...)”.

Reunião de Assembleia-Geral: durante este ano a oficina de tecelagem participou em algumas feiras, eventos públicos e animação em escolas. Teve um número significativo de visitas ao longo do ano, a abertura do espaço aos sábados e domingos criou alguma complementaridade com as restantes atividades.

Secção de apicultura: O técnico apícola, senhor Pedro Mendonça, referiu que a melaria (...) tem como objetivos assegurar o apoio na produção, extração e comercialização do mel dos cooperantes, assegurando a qualidade desde a produção até à comercialização. (...) explicou ainda que “A secção de Apicultura presta apoio técnico e sanitário aos apicultores e aos seus apiários, permitindo aos apicultores aumentar os seus efetivos, obter maior rentabilidade produtiva, terem um controle sanitário de qualidade e valorização dos produtos pela estrutura de comercialização que valoriza o preço de mercado.” A melaria comunitária tem caráter formal e legal, está ligada ao Programa Apícola Nacional. Opera segundo rigorosas normas de HCCP, o seu principal objetivo é a prestação de serviços aos seus apicultores-cooperadores, sobretudo ao nível da assistência técnica.

Pretende-se atuar, em especial, sobre as carências a nível de manejo sanitário, deficiente manejo técnico (não alimentar corretamente as abelhas, não substituir as rainhas, instalação inadequada de apiários, etc), entre outros. Neste sentido, explica o senhor Pedro Mendonça, “fazemos formação inicial aos apicultores-cooperadores, prestamos o apoio necessário (visitas ao domicílio, telefonemas e e-mail), fazemos a ponte entre o escoamento e o produtor de mel, etc. Também se tenta incluir o maior número de apicultores no Programa Apícola Nacional (promovido pela União Europeia).

O senhor Pedro Mendonça explicou que a Cooperativa Terra Chã tem formação acreditada (pelo CEARTE) e formação inicial na Apicultura, recebendo inscrições de vários pontos do território nacional.

No dia 27 Abril 2019 participou-se na formação “Sanidade Apícola”, ministrada pelo senhor Pedro Mendonça (segunda sessão, de um total de três, relativa a formação gratuita certificada financiada “Sanidade Apícola”), esta formação realizou-se na sala de formação da secção de tecelagem da Cooperativa.

Reunião de Assembleia-Geral: a melaria comunitária da Terra Chã já se encontra a laborar com o devido licenciamento da Direção Geral Alimentação e Veterinária, também já está a cumprir os objetivos para que foi criada. Os apiários da Cooperativa Terra Chã têm um efetivo de 60 colmeias. Os nossos apicultores-cooperadores têm registado 360 apiários e 4994 colmeias. Este ano foram feitas 135 visitas a apicultores, para além de apoio via telefone, e-mail e encontros informais. Foi realizada um total de 75 horas de formação acreditada (CEARTE) e formação inicial. Também aconteceram sessões de divulgação apícola em escolas de ensino básico e no âmbito de um protocolo com a Casa Pia de Lisboa, Quinta do Arrife.

Secção de silvopastorícia e ambiente: O rebanho tem 160 cabras, 24 leiteiras, 24 cabritos. São mungidas dia sim, dia não, produzem, aproximadamente, 41 litros de leite. O senhor pastor Raúl Gabriel refere ainda que o rebanho também serve para “dar carne de cabra e cabrito para servir no restaurante” e ainda que “o leite das cabras é utilizado para fazer queijo, enviamos o leite para a Escola Superior de Santarém e lá é que é feito. No futuro está prevista a construção de uma queijaria comunitária, inserida no estábulo comunitário, que está quase pronto.”

O senhor pastor mostrou/explicou a existência de cercados com rede na serra: são quadrados cercados por rede (quadrados amostrais), onde as plantas estão a salvo do pastoreio. O objetivo é monitorizar a diferença entre a área vedada ao pastoreio e a área sujeita ao pastoreio, nomeadamente em relação à densidade de arbustos, vegetação ou espécies protegidas.

Ele explica que “a prática de pastoreio extensivo, em particular o pastoreio de percurso de gado ovino e caprino, tem um papel muito importante na manutenção da estrutura da vegetação, da biodiversidade e de toda a cadeia ecológica”. O senhor pastor Raúl diz que este “é um trabalho que sempre foi feito pelos rebanhos, mas que hoje, se calhar por causa dos fogos, é que estão a dar mais atenção e valor”.

Conta que, durante o percurso vai mostrando e explicando “o que existe na serra, sobre a fauna, flora e habitats. Vou explicando os benefícios do pastoreio do rebanho (a proteção do ambiente e dos habitats naturais das plantas, a manutenção de faixas de contenção de incêndio e a limpeza de mosaicos de parcelas para gestão de combustível), intercalando com a observação das várias ervas aromáticas e medicinais, que existem na serra (o alecrim, tomilho, salva, entre outras). “

Reunião de Assembleia-Geral: durante o ano de 2018 (...) realizaram-se diversas apresentações do trabalho do rebanho na Serra dos Candeeiros.

Secção turismo de natureza: (...) Segundo o senhor Júlio Ricardo, (...) existe o percurso das orquídeas – Rota das Orquídeas, e os percursos pedestres “De Chãos à Gruta”, “De Chãos a Alcobertas”, “Entre Calcários e Basaltos”, “Marinhas de Sal”.

Reunião da Assembleia-Geral: esta secção continua centrada nas visitas à gruta e na oferta de atividades para grupos (visitas de escolas, grupos para team-building, etc). Também aconteceram parcerias significativas com empresas de animação turística a quem a Cooperativa prestou serviços.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

Secção de restauração e alojamento: foi criada no ano de 2001, a secção está inserida nas instalações do Centro Cultural de Chãos, que viabiliza um centro de alojamento com 24 camas (quatro quartos, mobilados com beliches de madeira (seis camas por quarto), roupeiros e casas de banho privativas), uma sala para a restauração e cozinha. Existe ainda o Centro de Alojamento “Terra Chã II”, que se situa num antigo edifício do Parque Nacional Serras Aire e Candeeiros, que proporciona mais privacidade aos visitantes, composto por três quartos (equipados com beliches (quatro camas por quarto), uma cozinha e uma sala de estar, duas casas de banho (uma privativa e outra comum), tem ainda um jardim e terraço privativo, com vista sobre a aldeia de Chãos e a paisagem a sul da Serra dos Candeeiros (Ricardo, 2000).

Secção de artesanato: foi criada no ano de 2001, atualmente funciona como um espaço de formação, produção e valorização patrimonial, tem aumentado o número de visitantes porque agora está aberta ao fim-de-semana, momento em que a Cooperativa Terra Chã recebe mais visitantes.

Secção de Apicultura: A secção de apicultura foi criada no ano de 2009, de forma a enquadrar o trabalho de dinamização da apicultura na região onde intervém. Esta dinamização referia-se a várias ações de formação (a partir de 2006), enquadradas pelo CEARTE (Coimbra) e também a um trabalho de sensibilização dos próprios apicultores. A Cooperativa viria a apresentar uma candidatura ao Projeto Apícola Nacional, no ano de 2012, para ações de divulgação, assistência técnica e criação de central meleira.

Secção de silvopastorícia e ambiente: Atualmente, a Cooperativa Terra Chã tem um rebanho com 160 cabras, raça serrana ecótipo ribatejana, para pastoreio extensivo tradicional e orientado. O pastoreio do rebanho tem efeitos na conservação da natureza e biodiversidade, na diminuição da biomassa e na diminuição dos fogos florestais e seu impacto.

O projeto de criação e manutenção do rebanho coletivo de gado caprino, teve origem no programa “Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade 2008-2012” – “Conservação da gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros, que envolveu a Quercus, a Fundação Vodadone e o PNSAC (Parque Nacional Serras Aire e Candeeiros) e teve como parceiro local a Cooperativa Terra Chã, o objetivo deste programa era a conservação da gralha-de-bico-vermelho. O pastoreio ajudaria a recuperação dos habitats desta ave, mais tarde e no seguimento deste primeiro projeto, a ideia é avançar com a construção de um estábulo comunitário e de uma queijaria comunitária.

Secção de turismo natureza: Atualmente, a oferta da secção de turismo de natureza diz respeito às visitas à gruta de Alcobertas e atividades de grupos (visitas de escolas, grupos de teambuilding), aos percursos pedestres pelas Serras dos Candeeiros, nomeadamente “Marinhas do Sal”, “De Chãos à gruta” e “De Chãos a Alcobertas”, aos percursos temáticos “Entre Calcários e Basaltos”, Rota das Orquídeas, Rota dos Pastores (conhecimento de plantas aromáticas, condimentares e medicinais), também é possível fazer atividades como o BTT, a orientação, a escalada, o rappel, o slide, jogos tradicionais, passeios de burro e carroça.

No âmbito da construção deste trabalho de análise considera-se pertinente conhecer e enquadrar, de forma breve e sucinta, o contexto histórico da Cooperativa Terra Chã (Cruz, 2011) (Parente, et al., 2014) (Ricardo, 2000):

Em virtude de a agricultura estar em acentuado declínio e ser a atividade principal de sustento económico (das pessoas da aldeia de Chãos), estas tiveram de começar a procurar outros trabalhos para se sustentarem financeiramente, sendo que, por isso, muitas pessoas estavam a ir morar para outros lugares, saindo de Chãos. O grande agente de mudança em Chãos foi o grupo de jovens do rancho folclórico.

Frente a uma realidade sem oportunidades e sem emprego, que permitisse a continuidade da vida normal da aldeia, o grupo teve uma atitude proativa e de procura de alternativas, as suas várias iniciativas e vontades levaram à criação de dinâmicas ativas e participativas que resultaram em formação, valorização do património e na construção de equipamento coletivo (ajudados por recursos exógenos, no caso, por técnicos sociais, da ANIMAR (associação portuguesa para o desenvolvimento local) e do PROACT (unidade de investigação e apoio técnico ao desenvolvimento local)).

O grupo de jovens viria a dinamizar atividades regulares de intercâmbios associativos nacionais e comunitários, constituindo-se depois como associação, Associação do Rancho Folclórico de Chãos (RFC), cujo objetivo era a recuperação de danças, cantares, trajes e alfaias agrícolas.

O grupo dinamiza várias ações de educação e formação, nomeadamente relacionadas com a revitalização e recuperação da tecelagem tradicional e na área da restauração.

Mais tarde, surge o projeto de construção do Centro Cultural de Chãos (futura sede da associação do rancho), que tinha como foco o trabalho nos âmbitos da cultura, tradições e património da aldeia.

Foi sentida então, a necessidade de se criar uma componente económica e jurídica, que permitisse o enquadramento legal e efetivo, do uso do Centro Cultural Chãos e das atividades de tecelagem e de restauração, que vinham a ser preparadas e desenvolvidas em paralelo à construção do Centro Cultural, de modo que este permitisse criar riqueza e um projeto sustentado de desenvolvimento local na aldeia, foi assim que surgiu a Cooperativa Terra Chã, constituída por elementos do Rancho Folclórico e outras pessoas.

Segundo os estatutos da Cooperativa Terra Chã, o seu objeto diz respeito a: criação de atividades económicas e sócio culturais; a prestação de serviços de consultoria a projetos empresariais de desenvolvimento local; a comercialização de produtos e serviços locais; o apoio à produção e comercialização de artesanato local; a conceção, organização e animação de ações de formação profissional e sócio-cultural geradoras de desenvolvimento local; a implantação de projetos de valorização e educação ambiental.

Para a prossecução do seu objeto, deverá contribuir para a assunção de novas qualificações e competências das pessoas, para a valorização do património natural e construído como forma de criar alternativas económicas às comunidades abrangidas pela sua ação, procurando a fixação das populações, perante o declínio da economia baseada na agricultura. Deverá ainda orientar a sua ação para a área de turismo de natureza como forma de potenciar as características da área protegida em que se insere, de forma a valorizar o seu objeto poderá desenvolver outras atividades complementares ou acessórias, por deliberação da Assembleia Geral

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 2: Criação de emprego

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P 19. (...) 4 pessoas no restaurante (a Teresa, a Maria, a Emília e o Ramiro e a São) são 5, o Pedro, 6 e o pastor, 7. Sete postos de trabalho no total... E ocupacionalmente, o xxxx, que andava com o xxxx a limpar o estábulo... que é um programa ocupacional do instituto do emprego...e agora vêm duas pessoas para a tecelagem que são contratualizadas através dos apoios ao rendimento social de inserção. Depois ao fim de semana...temos sempre mais pessoas, que vêm fazer uma prestação de serviços ao restaurante para assegurar...portanto trabalhos pontuais, porque não chegam só as duas pessoas de serviço de mesa para atender os clientes que vêm ao fim-de-semana. E há sempre trabalho pago a próprias pessoas da aldeia, sempre que possível, ou pessoas que nós...até muitas vezes... jovens ligados ao próprio rancho folclórico de chãos, de modo que haja também uma compensação para as pessoas da aldeia pelo trabalho prestado...

P18. (...) todos os empregos da Cooperativa Terra Chã são formalizados como contratos por tempo indeterminado...porque isso dá sustentabilidade às pessoas e no fim de contas... as pessoas sabem que pelo seu próprio trabalho têm de assegurar um rendimento...as pessoas que trabalham hoje na Cooperativa estão a receber uma média de 700 euros mensais...a partir daqui, tem de ser a direção que passa essa ideia...se estamos ou não a conseguir suprir as despesas pela compensação das receitas.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de restauração e alojamento: (...) O senhor Júlio Ricardo apresentou a equipa do restaurante (alguns elementos já eram meus conhecidos, fruto de outras visitas à Cooperativa): a senhora Maria Pinheiro e a senhora Conceição Pires são as cozinheiras, a senhora Emília Nazaré, a senhora Teresa Frazão e o senhor Ramiro Pinheiro são empregados de mesa.

Secção de artesanato: (...) Maria começa por explicar que não é “trabalhadora da oficina ou da Cooperativa Terra Chã, porque a oficina não cria postos de trabalho”, acrescentando que “o que acontece é que eu e outra colega, estamos por vontade própria a colaborar nos trabalhos da oficina, de forma voluntária.”

Secção de apicultura: (...) fez-se o acompanhamento do trabalho do técnico apícola – o senhor Pedro Mendonça – que é trabalhador e a pessoa responsável pela secção de apicultura da Cooperativa Terra Chã. O senhor Pedro Mendonça chegou à Cooperativa Terra Chã como estagiário na área apícola. Acabou por ficar a trabalhar na Cooperativa (foi o seu primeiro emprego), no sentido de ajudar a desenvolver/dinamizar esta secção.

Secção de silvopastorícia e ambiente: durante a tarde fez-se o percurso do rebanho comunitário de cabras até à serra, acompanhando o senhor pastor Raúl Gabriel. (...) O senhor Raúl aprendeu a ser pastor quando andava com o seu pai (...) começou a trabalhar na Cooperativa no ano de 2009, vive a meia hora de caminho (...)

Secção de turismo de natureza: (...) O senhor Júlio Ricardo explicou que esta secção não tem posto de trabalho afeto à secção, ou seja, as atividades que estão enquadradas no âmbito desta secção são asseguradas pelos colaboradores existentes na Cooperativa, por exemplo, a “Rota dos Pastores” é assegurada pelo pastor Raúl Gabriel. Acrescentou que estas atividades são marcadas com antecedência e nesse sentido é designado um colaborador da Cooperativa para fazer o respetivo acompanhamento.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 3: Distribuição rendimentos

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P4. (...) nós podemos dizer que achamos que a Cooperativa... portanto é importante para o desenvolvimento da aldeia porque cria postos de trabalho, cria uma dimensão de riqueza local ... que é importante! E aqui podemos dizer que a Cooperativa tem um papel importante na criação de rendimento, ou seja, pela criação de posto de trabalho nas secções e no ordenado que pagamos às pessoas...e até pelos produtos que compramos aos produtores locais para usar no restaurante, na dinâmica que incutimos na economia local (...)

P11. (...) a Cooperativa não é propriamente a visão tradicional de cooperativa (...) portanto a Terra Chã está no âmbito de mercado: por um lado há secções em que se presta um serviço aos cooperadores...o caso da apicultura, em que eles têm um espaço para trabalhar o seu mel e para desenvolver os seus produtos e para ter apoio técnico, por outro lado, o restaurante é um espaço que está aberto a todo o tipo de público. Sejam ou não cooperadores e... que é como que a nossa principal fonte de receita de financiamento para desenvolver outro tipo de atividades..., portanto não é o modelo tradicional de cooperativa! Mas a possibilidade de gerir que nós encontramos para desenvolver um projeto que se partiu do associativismo para uma relação de empresa...mas de base cooperativa e de base associativa...no fim de contas foi a estratégia que nós encontramos para assegurar a viabilidade de todo este processo...portanto não é em termos de qualquer cooperativa, uma cooperativa no aspeto formal...de prestação de serviços aos sócios...e em que os sócios vêm aqui buscar uma atividade que é importante para si...mas uma maneira de criar uma economia de base local que contribua...portanto para o desenvolvimento do território, criando emprego local...tendo a ligação com a natureza...e portanto com a consideração do ambiente, da natureza com o

projeto das cabras...valorizando os recursos locais...usando o turismo de natureza como um suporte para trazer pessoas a Chãos e que usam o espaço, o território e o ambiente para desenvolver atividades de civilização...de bem-estar e de lazer...portanto não é por isso uma cooperativa no sentido tradicional da prestação de serviços aos associados mas uma cooperativa que está aqui radicada para promover a economia local.

P18. (...) portanto tentamos que as pessoas da aldeia e da vizinhança nos vendam os produtos, as hortaliças... portanto...os bens necessários para o restaurante...sempre uma ligação à proximidade e à produção ligada com o consumo.

(...) desde o princípio que a Cooperativa Terra Chã não distribui rendimentos. Porque o nosso objetivo não era fornecer um serviço e os excedentes desse serviço serem redistribuídos pelos sócios. Isto é a versão tradicional duma cooperativa. Nós asseguramos todos os anos, a cada exercício económico as reservas estatutárias, reserva legal, reserva para investimento, reserva para educação e formação cooperativa, reserva para solidariedade, e dissemos nos estatutos que o restante pode ser distribuído pelos cooperadores. Mas desde o princípio que assumimos que o restante é integrado na conta resultados transitados para ser reinvestido em todo o próprio processo e desenvolver outras secções.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 4: Satisfação necessidades de consumo

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P20. “Portanto... há uma pergunta que se pode fazer: que é o que são necessidades? E como é que as pessoas têm consciência do que é que são as suas próprias necessidades? A necessidade é uma construção, é preciso construir com as pessoas a ideia de necessidade, é preciso construir com as pessoas a ideia de recurso, porque muitas vezes as pessoas têm necessidades... que não são necessidades. Há muitas vezes o consumo...cria-nos uma ideia de necessidade que não corresponde a uma necessidade básica...então é preciso dizer...é preciso trabalhar com as pessoas qual é que é neste momento a nossa necessidade? (...) por exemplo, quando nós criámos aqui a Cooperativa, portanto ela foi criada aqui nesta sala...com muitas reuniões... as pessoas diziam que o melhor era nós alugarmos o restaurante e o alojamento a uma empresa que nos pagava uma renda todos os meses. (...) Mas nós assim envolvemos as pessoas na própria satisfação das suas próprias necessidades...por exemplo, nós uma vez fizemos um inquérito na aldeia em 94/95, onde perguntámos às pessoas o que é que era preciso que a aldeia tivesse para desenvolver a aldeia? E como as pessoas, como as pessoas... daqui... muitas daqui trabalhavam em fábricas de sapatos na Benedita, as pessoas diziam que..., portanto o melhor para desenvolver era criar aqui uma fábrica de sapatos, uma fábrica de sapatos dá logo emprego a30 ou 40 pessoas... portanto 30 ou 40 empregos resolviam os problemas todos da aldeia (...)

P11. (...) “portanto não é o modelo tradicional de cooperativa...mas a possibilidade de gerir que nós encontrámos para desenvolver um projeto que se partiu do associativismo para uma relação de empresa...mas de base cooperativa e de base associativa...no fim de contas foi a estratégia que nós encontrámos para assegurar a viabilidade de todo este processo...portanto não é em termos de qualquer cooperativa...uma cooperativa no aspeto formal...de prestação de serviços aos sócios...e em que os sócios vêm aqui buscar uma atividade que é importante para si...mas uma maneira de criar uma economia de base local que contribua...portanto para o desenvolvimento do território, criando emprego local...tendo a ligação com a natureza...e portanto com a consideração do ambiente, da natureza com o projeto das cabras...valorizando os recursos locais...usando o turismo de natureza como um suporte para trazer pessoas a Chãos e que usam o espaço, o território e o ambiente para desenvolver atividades de civilização...de bem-estar e de lazer...portanto não é por isso uma Cooperativa no sentido tradicional da prestação de serviços aos associados mas uma Cooperativa que está aqui radicada para promover a economia local

P1. (...) A Cooperativa Terra Chã foi criada em 2001, no âmbito do trabalho que estávamos aqui a fazer na aldeia com o Rancho Folclórico de Chãos (...) pensámos que era importante criar uma sede social para desenvolver a perspetiva de trabalho que nós tínhamos e temos da nossa aldeia e da ligação ao folclore e depois a partir de 1994, com os jovens da associação pensámos em criar uma sede e onde definimos o espaço, as áreas necessárias...portanto para essa sede, que veio dar origem ao Centro Cultural de Chãos...que foi inaugurado no ano de 2000 e começámos a trabalhar um ano antes na perspetiva de “o que é que havemos de fazer para tornar este processo, esta construção sustentável e que ela contribuísse para o desenvolvimento local da própria aldeia?” e para não ser uma sede que poderia ficar algum tempo parada ou desativada porque as direções e o trabalho baseado em voluntariado muitas vezes têm hiatos muito grandes...ou por abandono da direção ou porque as pessoas não se querem envolver num trabalho de voluntariado mais exigente e continuado...resolvemos criar a Cooperativa Terra Chã, para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação tinha...e por isso é que nós criámos a cooperativa em 2001...”

P18. (...) o nosso prato principal é bacalhau e temos que ir comprar o bacalhau fora porque não conseguimos ainda ter mas (...) tentamos sempre que os produtos que nós vendemos aqui assim sejam produzidos e venham do próprio local.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

Consulte-se o contexto histórico da Cooperativa Terra Chã que está explicado na Análise Documental, do Indicador 1 – Projeto Económico.

INDICADOR 5: Geração de poupanças
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P4. (...) podemos dizer que a Cooperativa tem um papel importante na criação de rendimentos, (...) na dinâmica que incutimos na economia local...mas depois não temos qualquer tipo de criação de poupança...em tempos propusemos aos nossos trabalhadores a criação de contas poupança com condições vantajosas numa entidade bancária mas essa situação não chegou a concretizar-se (...)</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
OBSERVAÇÕES
INDICADOR 6: Geração de investimentos
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P4. (...) “consequimos trazer investimento à aldeia em vários aspetos...desde a construção do Centro Cultural de Chãos, à recuperação da escola primária que é hoje a melaria...construímos agora um estábulo comunitário que vai ser inaugurado no Verão... a recuperação de património identitário como os abrigos do pastor, as eiras, cisternas (...)</p> <p>P1. (...) era importante criar uma sede social para desenvolver a perspetiva de trabalho que nós tínhamos e temos da nossa aldeia e da ligação ao folclore e depois a partir de 1994, com os jovens da associação pensámos em criar uma sede e onde definimos o espaço, as áreas necessárias...portanto para essa sede, que veio dar origem ao Centro Cultural de Chãos...que foi inaugurado no ano de 2000 (...)</p> <p>P2. (...) “construímos o estábulo... portanto como local de pernoita e também de ordenha mecânica das nossas cabras...possivelmente será inaugurado durante o mês de Junho...só falta ligar energia elétrica ao estábulo.</p> <p>P.17. (...) A apicultura, a melaria está construída na escola primária de Chãos... porque fizemos um protocolo com a Câmara para aproveitar a escola primária para melaria... portanto não há um património nem a apropriação dos recursos, mas a utilização dos recursos para conseguirmos atingir objetivos. (...)” Pronto... isto no fim de contas...foi pegar numa associação e dar-lhe uma dimensão de criação de riqueza e de produção de riqueza que interessasse</p>

à própria comunidade... e sustentar, portanto...empregos. (...) no fim de contas é um conceito de apropriação comunitária dos bens. Nós não precisamos de dizer, “isto é, nosso”, não, nós usamos isto. Usamos para desenvolver o próprio projeto.

P29. (...) lá em cima, os abrigos do pastor (...) quando nós hoje os recuperámos...não é que acabassem os abrigos do pastor, mas estamos a assegurar uma revitalização do património rural...construído em meio ambiente natural (...) A própria lagoa... dantes a lagoa estava aberta, as cabras iam lá beber quando queriam... hoje percebemos que é preciso vedar a lagoa (...)

P18. (...) “ desde o princípio que a Cooperativa Terra Chã não distribui rendimentos. Porque o nosso objetivo não era fornecer um serviço e os excedentes desse serviço serem redistribuídos pelos sócios, isto é a versão tradicional duma cooperativa. Nós asseguramos todos os anos, a cada exercício económico as reservas estatutárias, reserva legal, reserva para investimento, reserva para educação e formação cooperativa, reserva para solidariedade, e dissemos nos estatutos que o restante pode ser distribuído pelos cooperadores, mas desde o princípio que assumimos que o restante é integrado na conta resultados transitados para ser reinvestido em todo o próprio processo e desenvolver outras secções.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de Apicultura: (...) O técnico começou por explicar que a melaria comunitária está instalada no edifício da antiga escola primária de Chãos (que fica perto da oficina de tecelagem e do próprio Centro Cultural de Chãos, onde está inserido o restaurante da Cooperativa). Isto foi possível graças a um acordo entre a Cooperativa e o município de Rio Maior, a melaria é dotada de espaços de trabalho que permitem a receção das alças, com sala de extração, sala de embalagem e armazém.

Secção de silvopastorícia e ambiente: (...) Na serra observou-se a pequena lagoa recuperada pela Cooperativa Terra Chã. O senhor pastor Raúl explicou que, em virtude de esta estar a ficar danificada e sem água no Verão, em grande parte devido à ação dos javalis, a Cooperativa Terra Chã fez a sua recuperação. Neste momento a lagoa está vedada, protegendo assim a vida das espécies que lá vivem.
(...) O senhor pastor Raúl mostrou os abrigos de pastor, feitos em pedra, que serviam para abrigar do mau tempo. Refere que “foi a Cooperativa Terra Chã que os recuperou para proteger o património que os mais antigos, as gerações mais velhas da aldeia de Chãos tinham construído”, conta ainda que “as pessoas hoje gostam de ver e apreciar estas coisas”. (...) Mais tarde, o senhor pastor Raúl Gabriel fez a visita guiada às novas instalações do estábulo comunitário (...). O estábulo tem uma área para a pernoita do rebanho, tem sala de ordenha, sala com maquinaria relativa à ordenha, espaço reservado aos cabritos recém-nascidos e suas mães, casas de banho, escritório, sala de apoio ao pastor (...).

Reunião da Assembleia-Geral: (...) O senhor António Frazão explicou que (...) a construção do estábulo, o custo do estábulo (cerca de 221.000,00 €) deverá de ser suportado em 50% do fundo PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), (...) e restante pela própria Cooperativa (...).
(...) O senhor dirigente António Frazão referiu que o ano 2018 apresentou um excedente positivo, 2.436,07 €, sendo este valor incorporado na conta resultados transitados (como foi anteriormente decidido em assembleia, até à data não houve distribuição de excedentes porque em assembleia decidiu-se que era incorporado nesta conta)

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
<p><u>Investimento feito na aldeia de Chãos:</u> Em 2004, um projeto financiado pelo programa AGRIS (promoção e desenvolvimento de zonas rurais), permitiu a recuperação de património rural e de infra-estruturas situadas nas imediações do Centro Cultural de Chãos, o objetivo era a revitalização das estruturas tradicionais ligadas à agricultura para integrá-las nas atividades e oferta de animação turística da Cooperativa Terra Chã. Assim foram alvo de intervenção a eira, cova do bagaço, cisternas, fachadas e telhados de casas típicas com pátios serranos, arranjos de espaços como a capela de S. Francisco, a melhoria de estradas e caminhos, no sentido de promover o potencial turístico da aldeia (Cruz, 2011) (Parente, et al., 2014) (Ricardo, 2000).</p>
OBSERVAÇÕES
Indicador 7. PROJETO ECONÓMICO ARTICULADO COM A ECONOMIA DA DÁVIDA (Práticas de reciprocidade/trabalho voluntário)
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P19. (...) portanto na tecelagem temos duas pessoas que estão em apoio voluntariado, que fazem alguns trabalhos (...) que é a xxx e a <i>Maria</i>.</p> <p>P2.1. (...) Eu não trabalho na Cooperativa... numa ligação de contrato de trabalho, mas sim de trabalho voluntariado, desde a sua criação em 2001.</p> <p>P11. (...) conciliamos o trabalho profissional, entre pessoas que dependem da Terra Chã para viver, com o trabalho voluntário das pessoas que têm outros empregos mas que trabalham na Terra Chã como voluntariado... que é o meu caso... e o da Direção, que são 4 pessoas, não é paga, não recebe qualquer pagamento, também ainda viste que o António Frazão andou ao fim do dia a tirar estrume e não recebe qualquer contrapartida do trabalho que ele fez (...)</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p><u>Secção de artesanato:</u> (...) <i>Maria</i> começa por explicar que não é “trabalhadora da oficina ou da Cooperativa Terra Chã, porque a oficina não cria postos de trabalho”, acrescentando que “o que acontece é que eu e outra colega, estamos por vontade própria a colaborar nos trabalhos da oficina, de forma voluntária. Estamos cá há cerca de um ano, brevemente vamos ser inseridas de forma mais formal, através de um contrato de inserção de 12 meses, celebrado entre o IEFP, o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã, ao abrigo de um programa de valorização do artesanato.”</p>
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES
Indicador 8. PROJETO ECONÓMICO ARTICULADO COM A ECONOMIA DE MERCADO (Venda de produtos/serviços)
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P1. (...) resolvemos criar a Cooperativa Terra Chã para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação tinha (...) criámos a (...) secção de artesanato e a (...) a secção de restauração e alojamento (...). Depois, passados 3 ou 4 anos, criámos a secção de silvopastorícia por causa do rebanho de cabras (...) e acabámos também por nessa altura por criar a secção de apicultura, porque era importante devido ao trabalho que começámos a fazer com os nossos apicultores, ao mesmo tempo também criámos a secção de animação turística (...).</p> <p>P2. (...) A Cooperativa Terra Chã tem um restaurante, depois temos o rebanho de cabras que acaba por fornecer carne, de cabrito e de cabra, queijo e leite, queijo que fazemos numa queijaria (...) Na área da apicultura...temos o mel e o pólen das abelhas dos nossos apicultores</p> <p>P3. (...) devido às diferenças de secções, portanto a secção de apicultura, a secção de restaurante, a secção de alojamento, a secção de tecelagem, a secção de animação de turismo de natureza...eram tantas atividades e tão diversas...que achámos que era importante criar...fazer uma abordagem multisectorial por secções da própria cooperativa (...)</p> <p>P5. (...) O próprio rebanho fornece carne de cabrito e carne de cabra e queijo para o restaurante terra chã... portanto há também uma geração de sinergias entre todas as secções e umas potenciam as outras...a que está com menos valor económico neste momento é a tecelagem...mas o fato de termos aqui a oficina de tecelagem faz com que muita gente venha à Terra Chã...ao nosso restaurante porque ao lado está uma tecelagem e querem vir ver...portanto há como que uma unidade intrínseca entre todas as secções...que se alimentam umas às outras (...)</p> <p>P11. (...) portanto, a Terra Chã está no âmbito de mercado: por um lado há secções em que se presta um serviço aos cooperadores...o caso da apicultura, em que eles têm um espaço para trabalhar o seu mel e para desenvolver os seus produtos e para ter apoio técnico...por outro lado, o restaurante é um espaço que está aberto a todo o tipo de público...sejam ou não cooperadores e... que é a nossa principal fonte de receita de financiamento para desenvolver outro tipo de atividades (...).</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p><u>Reunião da Assembleia-Geral:</u> A secção de restauração e alojamento: (...) continua a ser o principal suporte financeiro da Cooperativa. Também é a melhor divulgação do projeto. O restaurante continua a ser um ponto de encontro para muitos grupos formais e informais, festas de batizado, primeiras comunhões e eventos matrimoniais. Também a articulação desta secção com as restantes secções, tem valorizado o trabalho conjunto, havendo sinergias significativas.</p>

Secção de restauração e alojamento: (...) O restaurante da Cooperativa Terra Chã é um lugar aprazível, inserido nas instalações do Centro Cultural de Chãos. (...) Observa-se nesta sala uma montra de produtos relativos à oficina de tecelagem (malas, pegas, sacos de pano, etc.). Existe também um espaço onde é afixado informação relativa a eventos/iniciativas comunitários e formações agendadas pela Cooperativa Terra Chã. Dispostos pela sala, existem pontos próprios com várias informações sobre as atividades que os visitantes podem fazer na Cooperativa Terra Chã.

Proximidade física entre as secções: (...) O técnico começou por explicar que a melaria comunitária está instalada no edifício da antiga escola primária de Chãos (que fica perto da oficina de tecelagem e do próprio Centro Cultural de Chãos, onde está inserido o restaurante da Cooperativa).

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

Indicador 9. PROJETO ECONÓMICO ARTICULADO COM A ECONOMIA DE RECURSOS (Subsídios governamentais e não-governamentais)

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P2. (...) estamos a preparar a inauguração do estábulo das cabras, foi um processo que foi financiado pelo PDR, pelo Proder ainda e depois transitou para o PDR 2020, aonde construímos o estábulo (...) temos a desenvolver uma candidatura ao programa LIFE com outros parceiros ligados ao pastoreio (...)

P14. (...) ainda agora as pessoas que vêm trabalhar para a secção de artesanato, para a oficina de tecelagem, são aqui colocadas pela Câmara Municipal para revalorização do património local, para revitalizarem a tecelagem tradicional (...) Temos parcerias com outras entidades oficiais como o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, porque com o nosso rebanho de cabras, acabamos por prestar serviços de conservação da natureza e de preservação da biodiversidade (...)

P17. (...) o sítio onde nós estamos (oficina de tecelagem) é do Parque Natural, é uma obra, é um espaço público e estatal, mas que nós utilizamos porque fizemos um acordo de cooperação, em que nós recuperámos o edifício, mantemos o edifício, mas ele não é nosso, usufruímos do edifício. (...) a melaria está construída na escola primária de Chãos, porque fizemos um protocolo com a Câmara para aproveitar a escola primária para melaria, portanto não há um património nem a apropriação dos recursos, mas a utilização dos recursos para conseguirmos atingir objetivos.

P30. (...) na oficina temos duas pessoas que estão em apoio voluntariado, que (...) fizemos uma parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, onde as pessoas... portanto vão ficar integradas num programa ocupacional financiado pelo centro de emprego, através dos Contratos Emprego-Inserção+ (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de apicultura: (...) O técnico começou por explicar que a melaria comunitária está instalada no edifício da antiga escola primária de Chãos (...) isto foi possível graças a um acordo entre a Cooperativa e o Município de Rio Maior (...) O senhor Pedro Mendonça referiu que a melaria obteve financiamentos (cerca de 40% - usados na construção e equipamentos), do Programa Apícola Nacional (...)

Secção de artesanato: (...) Maria refere também que o espaço da oficina de tecelagem foi recuperado e transformado a partir das antigas instalações dos serviços florestais, que estavam vazias. Foi um acordo conseguido ainda antes da Cooperativa existir, entre as pessoas do rancho folclórico e as entidades do Parque Natural.
(...) Maria começa por explicar que não é “trabalhadora da oficina ou da Cooperativa Terra Chã, porque a oficina não cria postos de trabalho”, acrescentando que “o que acontece é que eu e outra colega, estamos por vontade própria a colaborar nos trabalhos da oficina, de forma voluntária. Estamos cá há cerca de um ano, brevemente vamos ser inseridas de forma mais formal, através de um contrato de inserção de 12 meses, celebrado entre o IEFP, o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã, ao abrigo de um programa de valorização do artesanato.”

Reunião de Assembleia-Geral (...) O senhor António Frazão explicou que (...) o custo do estábulo (cerca de 221.000,00 €) deverá de ser suportado em 50% do fundo PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), (...) e restante pela própria Cooperativa (...).

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

Secção de artesanato: as instalações da oficina tecelagem são do Parque Natural das Serras Aire e Candeeiros (acordo cedência com o PNSAC), e foram recuperadas pelo grupo de jovens do rancho, entre 1987/1995. No ano de 1992, teve lugar uma iniciativa relacionada com a recuperação da tecelagem tradicional, nomeadamente o Curso de Formação de Tecelagem Artesanal, cuja entidade promotora foi o PNSAC. No ano de 1999/2000, realizou-se em Chãos, a Escola Oficina de Tecelagem, efetuada com a parceria do IEFP Santarém, do CEARTE e do PROACT/ISCTE.

Secção de restauração e alojamento: A dinamização da restauração/alojamento recebeu financiamento do programa Prodescoop (programa desenvolvimento de cooperativas), por outro lado o centro de formação profissional do IEFP (Santarém) fez ações de formação na área de cozinha e serviço de mesa. O Centro de Alojamento “Terra Chã II” está situado num antigo edifício do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, cedido à Cooperativa Terra Chã mediante protocolo, foi recuperado para o efeito através de financiamento do programa Agris (promoção e desenvolvimento de zonas rurais).

Secção de silvopastorícia e ambiente: Em 2008, no âmbito da iniciativa “Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade”, “Conservação da gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros (2008-2012)”, foi feita uma parceria entre a Cooperativa Terra Chã, a Quercus, o PNSAC e a Fundação Vodadone Portugal. O objetivo do projeto proteger é conservar a gralha-de-bico-vermelho das Serras de Aire e Candeeiros, melhorando o habitat de alimentação da espécie, recorrendo a um trabalho de pastoreio orientado. Esta ação acabou por desencadear, a curto e a médio-longo prazo, um processo mais abrangente, nomeadamente a aquisição de um rebanho comunitário, a construção de um estábulo coletivo de acordo com as normas sanitárias e bem-estar animal, a

contratação pastores locais, a recuperação da lagoa na Serra dos Candeeiros, entre outras, no sentido de se criar condições para promover a conservação do património natural em linha com a criação de mais-valias e emprego local na comunidade. Assim, em concreto, o projeto financiou a aquisição de um rebanho de 150 cabras de raça serrana ecótipo ribatejana (2009), por outro lado, a Cooperativa Terra Chã obteve um financiamento em metade do valor, para a construção do estábulo comunitário, através do programa PRODER (programa desenvolvimento rural) (2018), a área de implantação foi cedida pela Junta de freguesia de Alcobertas (baldio comunitário).

OBSERVAÇÕES

DIMENSÃO 2: PROJETO SOCIAL

INDICADOR 1: Criação de emprego

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P.25 (...) nós viemos de uma evolução da agricultura para a prestação de serviços, as pessoas não passaram por uma maneira normativa de fazer as coisas...tiveram formação profissional numa fase, numa forma quase acelerada...incorporaram os saberes tradicionais que já tinham...por exemplo a nossa cozinha chegou a fazer aqueles casamentos de aldeia e batizados de aldeia...porque tinha algum saber fazer e alguma maneira de ajustar o paladar dos alimentos ao sabor que a aldeia considerava como significativo...e o que nós fizemos foi reincorporar essas pessoas, com novas funções...portanto na gastronomia local. Fazemos sempre essa tentativa de integrar as pessoas e depois as pessoas é que seguem os próprios processos (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de apicultura: (...) O senhor Pedro Mendonça chegou à Cooperativa Terra Chã como estagiário na área apícola. Acabou por ficar a trabalhar na Cooperativa (foi o seu primeiro emprego), no sentido de ajudar a desenvolver/dinamizar esta secção.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

Secção de restauração e alojamento: (...) A dinamização da restauração/alajamento recebeu financiamento do programa Prodescoop (programa desenvolvimento de cooperativas), por outro lado o centro de formação profissional do IEFP (Santarém) fez ações de formação na área de cozinha e serviço de mesa.

OBSERVAÇÕES

- Consulte-se o contexto histórico da Cooperativa Terra Chã que está explicado na Análise Documental, Indicador 1 – Projeto Económico.

INDICADOR 2: Satisfação das necessidades básicas que não estão expressas no mercado
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P20. Portanto... há uma pergunta que se pode fazer que é o que são necessidades? E como é que as pessoas têm consciência do que é que são as suas próprias necessidades? A necessidade é uma construção, é preciso construir com as pessoas a ideia de necessidade, é preciso construir com as pessoas a ideia de recurso, porque muitas vezes as pessoas têm necessidades... que não são necessidades. Há muitas vezes o consumo...cria-nos uma ideia de necessidade que não corresponde a uma necessidade básica...então é preciso dizer...é preciso trabalhar com as pessoas qual é que é neste momento a nossa necessidade? (...) quando nós criámos aqui a cooperativa, portanto ela foi criada aqui nesta sala...com muitas reuniões... as pessoas diziam que o melhor era nós alugarmos o restaurante e o alojamento a uma empresa que nos pagava uma renda todos os meses. (...) Mas nós assim envolvemos as pessoas na própria satisfação das suas próprias necessidades (...) foi esse trabalho que o rancho folclórico fez... vamos levar as pessoas a outros contextos geográficos e de desenvolvimento... por isso é que nós fomos para França, para Espanha visitar outros projetos , para que as pessoas percebessem que a realidade que se vivia em Chãos não era uma realidade única e estática, havia outras realidades (...)Se nós vamos dar às pessoas a possibilidade de constatarem, de contactar com outras experiências de vida associativa e de desenvolvimento, as pessoas dizem assim “afinal aquilo que nós vivíamos não é... taxativamente processo único...há outros modos de viver”... então eu posso optar pelo que eu tenho ou posso sonhar com outros.</p> <p>No fim de contas, tem que ser um processo em que o processo educativo e de desenvolvimento das próprias pessoas, as pessoas são capazes de pensarem o seu próprio processo, e pensar que isto que eu vivo não é uma fatalidade. Eu posso mudar as minhas condições de vida, se, por mim, e com outros, nos pensarmos a nós próprios. Quer dizer, é a própria ação de refletir sobre o seu próprio processo.</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
<p><u>O percurso do grupo de jovens do Rancho Folclórico de Chãos na criação de alternativas para fazer face aos problemas com que a aldeia se deparava (Cruz, 2011) (Parente, et al., 2014) (Ricardo, 2000):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O grupo de jovens do rancho assume-se enquanto associação juvenil. Tinha como objetivo construir um espaço de convívio e socialização, que acontecia em atividades regulares de intercâmbios associativos nacionais e comunitários e que rapidamente evoluiu nas suas aspirações. Nasceu assim a Associação do Rancho Folclórico de Chãos (1985). Pretendia-se recuperar danças, cantares, trajes e alfaias agrícolas. O grupo dinamiza ações formativas e iniciativas no sentido de promover a recuperação da tecelagem tradicional na aldeia de Chãos; - É criado o projeto de construção do Centro Cultural de Chãos, este teve início em 1997 e foi finalizado em 2000; - No ano 1999/2000 o Rancho Folclórico dinamiza e orienta uma ação de formação e criação de emprego, a abertura da Oficina de Tecelagem de Chãos, evento que foi apoiado pelo PROACT, pelo Centro Emprego/IEFP Santarém e pelo CEARTE; - No ano de 2000, o Centro de Emprego de Santarém/IEFP ministra ações de formação sobre cozinha regional e posteriormente, formação em serviço de mesa e bar;

- Conclusão do Centro Cultural de Chãos, em 2000, o edifício dispõe de alojamento, restaurante, bar, salas e salão polivalente;

- Surge a necessidade de se criar uma organização que enquadre e dinamize o funcionamento efetivo do edifício do Centro Cultural de Chãos a par das atividades ligadas à restauração e à tecelagem, o grupo é apoiado neste âmbito pelo PROACT e pela ANIMAR (associação desenvolvimento local). Foi preciso repensar a forma como se devia fazer as coisas, sendo que resultou em três ideias principais: 1ª - Uma redefinição dos espaços do Centro Cultural de Chãos (transformar o museu em restaurante e o salão em auditório/sala multiusos); 2ª - A conclusão de que a associação e as suas características (jurídicas, de gestão, recursos, etc) estavam a limitar o andamento do processo de desenvolvimento, pelo que se começou a perceber outra forma de organização e de “fazer as coisas andarem para a frente”; 3ª - Tomou forma ainda a ideia de que era essencial criar atividades que gerassem, direta ou indiretamente emprego, desenvolvendo novas atividades económicas no espaço rural, que substituíssem a principal fonte de rendimento da aldeia, que era a agricultura.

- No ano de 2001, é criada a Cooperativa Terra Chã – Desenvolvimento Local, Artesanato e Serviços, CRL, que integra alguns membros do rancho folclórico;

- Neste ano o Rancho Folclórico faz o aluguer do espaço do Centro Cultural de Chãos à Cooperativa Terra Chã. Posteriormente, a Cooperativa iniciou a sua atividade económica com as secções de artesanato (tecelagem tradicional) e restauração (2001), mais tarde, foram criadas as secções de apicultura, silvopastorícia e turismo de natureza.

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 3: Promoção da igualdade de oportunidades

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P21. (...) a Cooperativa neste momento tem 4 trabalhadoras e 3 trabalhadores...mas nunca olhámos para aqui assim... portanto... pela diferença...portanto nem pelas questões de género. A nossa relação, portanto, é com o trabalho e com o fazer as coisas e não há diferenças (...) (...) aqui (...) pronto, há como que aqui uma elevação, no sentido de elevar...O papel da mulher em meio rural sempre foi um papel subalterno...ao mesmo tempo que era uma papel subalterno era um papel de complementaridade...porque em meio rural tu nunca consegues gerar tantos meios como na cidade... então as mulheres em meio rural apesar de serem ligeiramente secundarizadas pelo seu papel feminino, mas elas eram elementos essenciais à própria economia rural...tanto que os maridos às vezes tratavam a mulher por “a minha patroa”. E havia aquela maneira de dizer...lá em casa quem manda é a minha patroa, mas quem manda na minha patroa sou eu. Portanto...há aqui alguma compreensão do papel da mulher de complementaridade e ao mesmo tempo definia-se o papel da mulher como um papel mais secundário... e isso... portanto...nesse momento, por exemplo quando nós criámos aqui as oportunidades de criação de um posto de trabalho com o pagamento do ordenado às mulheres, porque o trabalho doméstico da mulher não é trabalho remunerado, quando as mulheres estão a trabalhar na pecuária ou no aviário, a mulher não tem horário estipulado.... Não tem um ordenado estipulado... o dinheiro da venda dos produtos, dos porcos e dos frangos, é parte do rendimento familiar, mas quem o gere é o marido (...) e quando nós criámos a primeira oportunidade de as mulheres chegarem a casa com o seu salário, essas mulheres... portanto assumiram um empoderamento que foi significativo, porquê? Porque elas diziam assim... “isto é o meu ordenado” e elas até aí não tinham conseguido mostrar aos maridos o resultado do seu trabalho...ele estava lá, mas não era visível e quando elas receberam o primeiro ordenado... aquilo deu um empoderamento e deu uma voz ativa nas próprias decisões da família e houve histórias muito bonitas, nesse aspeto, cá na aldeia....

P19. (...) O Pedro tem o ordenado como técnico superior, porque o trabalho dele também é diferenciado e é engenheiro agrônomo... portanto as pessoas da cozinha apesar de terem escalões de vencimento diferentes elas têm recebido pelo mesmo ordenado...há uma situação de igualdade de ambas e aí não há valorizações...nem de hierarquias nem em termos do próprio ordenado.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 4: Promoção de iniciativas de luta contra a pobreza e exclusão social

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P11. (...) andou a trabalhar com o senhor xxxx, que é neste momento uma pessoa que está em trabalho ocupacional na Terra Chã (contrato emprego - inserção+), e que vai fazendo um trabalho que é importante para a manutenção do estábulo (...)

P23. (...) trabalhámos (...) com associações da Catalunha (de economia solidária), trabalhámos com associações de pastoreio da Andaluzia, trabalhamos as questões do apoio a pessoas com dificuldades da zona de Borgonha, em França, trabalhámos as cooperativas sociais de desenvolvimento local com cooperativas de Milão e do norte de Itália (...)

P25. (...) temos vindo a dinamizar a ajuda de um projeto com o POISE, que é programa operacional de inclusão social e emprego, que visa dar formação a pessoas desempregadas e empregadas da nossa região, na área da apicultura e da prestação de serviços em campos agrícolas, e também de turismo (...)

P30. (...) pensamos que a partir do próximo...do início do mês de maio vai ficar aqui duas pessoas, fizemos uma parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, onde as pessoas... portanto vão ficar integradas num programa ocupacional financiado pelo Centro de Emprego, através de Contratos Emprego-Inserção+.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

(...) A entrevista foi interrompida, durante cerca de 40 minutos, para o dirigente ir levar a casa um colaborador do estábulo, que vive numa aldeia vizinha e que não tem transporte próprio. (...) Segundo o senhor Júlio Ricardo explica “este senhor está numa situação vulnerável e algo marginalizado pela sociedade (tem acompanhamento especializado), estando a tentar “orientar” a sua vida. A Cooperativa Terra Chã integrou-o nos trabalhos da secção caprinicultura

e/ou outros afazeres diários da Cooperativa, prestando assim a este homem, o apoio e ajuda possível à sua reabilitação e inserção na vida social e comunitária. A sua retribuição económica é feita pelo IEFP, ao abrigo de programa ocupacional.”

Secção de apicultura: (...) estamos cá há cerca de um ano, brevemente vamos ser inseridas de forma mais formal, através de um contrato de inserção de 12 meses, celebrado entre o IEFP, o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã (...).”

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

DIMENSÃO 3: PROJETO CULTURAL

INDICADOR 1: Valorização das culturas, através da economia

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P13. (...) a Cooperativa... nós podemos dizer que a Terra Chã tem ligações a todas as famílias da aldeia de Chãos...por causa dos trabalhadores da Terra Chã e por causa dos membros da direção que são da aldeia de Chãos (...)

P2. (...) estamos também...,portanto numa fase de decisão de um programa de Erasmus...com alguns países...portanto... Portugal, Espanha, Macedónia, Sérvia e Polónia...e tem a ver com metodologias participativas dos jovens para a definição de espaços comunitários para jovens. (...) recebemos... portanto... associações desses países e jovens que vêm perceber e trabalhar como é que nós podemos ter metodologias de participação dos jovens.

P23. (...) portanto trabalhámos (...) com associações da Catalunha, de economia solidária, trabalhámos com associações de pastoreio da Andaluzia, (...) trabalhámos as cooperativas sociais de desenvolvimento local, com cooperativas de Milão e do norte de Itália, trabalhámos DL com organizações do Brasil e por exemplo, estamos neste momento através da Redpes, na organização do Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras. Já recebemos jovens da Turquia, Arménia, França, Moldávia, Espanha, Ucrânia e Itália no âmbito do programa de intercâmbios do serviço voluntário europeu, há cerca de dois anos, portanto em 2016 e 2017.

P15. (...) Nós por exemplo temos uma parceria com uns colegas nossos do Brasil, onde a partir daquilo que se fazia aqui assim na Terra Chã, a Fundação Casa Grande, no Ceará, acabou também por criar um restaurante, porque era uma mais-valia para o trabalho que eles faziam...portanto há sempre aqui uma aprendizagem com outras organizações (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p><u>Secção de silvopastorícia e ambiente:</u> O senhor pastor Raúl (...)Refere que é o guia da Rota do Pastor “um percurso que a Cooperativa tem para quem quer conhecer a serra, o rebanho e o trabalho que o rebanho faz”. Acrescenta que “mostro aos visitantes o dia-a-dia do rebanho de cabras, em concreto o percurso que elas fazem na ida à serra, há muitas pessoas de fora de Portugal a visitar a aldeia de Chãos. Já recebi a visita de casais do México, Turquia, Rússia, Cabo Verde, Espanha, França, América, Inglaterra e Israel.”</p> <p><u>Reunião de Assembleia-Geral:</u> (...) A Cooperativa irá receber, a partir de Junho próximo, dois alunos estagiários da Catalunha (programa Erasmus – estágio de Ensino Superior Politécnico). Estudam na área de impressão digital e escolheram fazer o estágio em Chãos.</p>
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
OBSERVAÇÕES
INDICADOR 2: Valorização do património, valores e identidade local, através da economia (Valorização de valores, saberes e identidade de Chãos)
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P1. (...) no âmbito do trabalho que estávamos aqui a fazer na aldeia com o Rancho Folclórico de Chãos (...) pensámos que era importante criar uma sede social para desenvolver a perspetiva de trabalho que nós tínhamos e temos da nossa aldeia e da ligação ao folclore e depois a partir de 1994, com os jovens da associação pensámos em criar uma sede e onde definimos o espaço, as áreas necessárias...portanto para essa sede, que veio dar origem ao Centro Cultural de Chãos...que foi inaugurado no ano de 2000 e começámos a trabalhar um ano antes na perspetiva de “o que é que havemos de fazer para tornar este processo, esta construção sustentável e que ela contribuísse para o desenvolvimento local da própria aldeia?” (...)</p> <p>E para não ser uma sede que poderia ficar algum tempo parada ou desativada porque as direções e o trabalho baseado em voluntariado muitas vezes têm hiatos muito grandes...ou por abandono da direção ou porque as pessoas não se querem envolver num trabalho de voluntariado mais exigente e continuado...resolvemos criar a Cooperativa Terra Chã para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação tinha...e por isso é que nós criámos a Cooperativa em 2001...com as pessoas que estavam na oficina de tecelagem e com as pessoas que estavam mais ligadas a uma componente de cozinha...criámos a Cooperativa com a secção de artesanato e a cooperativa com a secção de restauração e alojamento...porque eram as valências que o próprio edifício tinha...o edifício tinha um restaurante e tinha um centro de alojamento com 24 camas e foi isso que foi o início da Cooperativa em 2001. Depois passados 3 ou 4 anos criámos a secção de silvopastorícia por causa do rebanho de cabras...portanto em 2009, e acabámos também por nessa altura por criar a secção de apicultura...porque era importante devido ao trabalho que começámos a fazer com os nossos apicultores ...ao mesmo tempo também criámos a secção de animação turística...turismo de natureza, porque começámos a ter visitantes que precisavam de enquadramento para realizar atividades na serra dos candeeiros.</p>

P29. (...) A oficina de tecelagem nasceu em 87/88, a partir de uma experiência com raparigas da aldeia, que andavam no Rancho Folclórico de Chãos, e criámos uma ocupação de tempos livres para crianças e adolescentes onde elas aprenderam a tecer com as antigas tecedeiras da aldeia... e depois como as pessoas acharam o trabalho muito interessante acabámos por evoluir para uma escola oficina que aconteceu aqui em 99/2000, onde as pessoas incorporaram novas formas de fazer da tecelagem...depois até contribuindo para o aparecimento da Cooperativa.

P11. (...) o restaurante é um espaço que está aberto a todo o tipo de público...sejam ou não cooperadores e... que é como que a nossa principal fonte de receita de financiamento para desenvolver outro tipo de atividades (...)no fim de contas foi a estratégia que nós encontrámos para assegurar a viabilidade de todo este processo, (...) uma maneira de criar uma economia de base local que contribua portanto para o desenvolvimento do território, criando emprego local, tendo a ligação com a natureza e portanto com a consideração do ambiente, da natureza com o projeto das cabras...valorizando os recursos locais...usando o turismo de natureza como um suporte para trazer pessoas a Chãos e que usam o espaço, o território e o ambiente para desenvolver atividades de civilização, de bem-estar e de lazer(...).

P5. (...) a melaria tem um potencial de desenvolvimento significativo em termos de trabalho e até de apoio aos apicultores, portanto...para lhe dar mais competências técnicas e também para eles com essas competências técnicas produzirem mais e melhor mel e também tenham proveito económico dessas próprias vendas...assegurando a cooperativa a venda dos produtos (...)

P22. (...) é perceber os recursos... perceber o território como um recurso. E o recurso pode ser valorizado na ótica de quem nos visita... e pensar que aquilo que é um obstáculo, podemos conseguir transformá-lo em recurso... quando viste lá em cima os abrigos do pastor... eles existiam...portanto nos anos 40, 50 e 60 foram desativados e deixaram de ser úteis... quando nós hoje os recuperámos...não é que acabassem os abrigos do pastor mas estamos a assegurar uma revitalização do património rural...construído em meio ambiente natural...porque... tentamos estabelecer uma relação entre o passado...não já vendo aquilo como o sitio onde o pastor se abrigava porque vinha aí uma carga de água, mas pensando que é assim: isto tem uma relação cultural e de vivência das pessoas e agora é reintroduzirmos o conceito do património de que é valorizar aqueles espaços porque aquilo tem uma memória coletiva que está associada ao pastoreio não é? A própria lagoa... dantes a lagoa estava aberta, as cabras iam lá beber quando queriam... hoje percebemos que é preciso vedar a lagoa para que os dejetos das cabras não vão realmente para dentro da lagoa e que, portanto ela perca a água durante o verão...portanto ela durante o verão ficava seca...e que criámos bebedouros associados àquele espaço de beber, para as cabras terem onde beber e conseguimos manter aquele espaço fechado porque aquele espaço é muito importante, por exemplo, para a etetofauna para os batráquios, para as rãs, para os tritões...para as salamandras porque é um ambiente húmido, significativo para a preservação da fauna também (...)

P17. (...) talvez pelos critérios da sustentabilidade económica e financeira nunca deveríamos ter feito um estábulo para as cabras...que não é nosso porque está construído em baldio...e estando construído em baldio a obra nunca pode estar em nosso registo na conservatória porque é um baldio...mas pudemos construí-la porque ela tem uma componente de valorização ambiental e de responsabilidade ambiental muito forte (...)se eu precisar de fazer uma hipoteca sobre um edifício da Cooperativa para ir buscar financiamento não é possível... porque nenhum dos edifícios é da Cooperativa em propriedade absoluta. Nós temos o edifício do estado em nosso nome, mas não temos o registo da conservatória predial porque o terreno não é nosso...o terreno é baldio comunitário...e isto... portanto, cria uma relação diferente em termos de sustentabilidade e de território.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de apicultura: (...) A melaria começou a funcionar há mais ou menos 6 anos, sendo que no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade. Tinham noções muito básicas sobre como tratar as abelhas e produziam apenas mel (...) O senhor técnico referiu que a Cooperativa Terra Chã tem, atualmente, aproximadamente 5000 colmeias e cerca de 150 apicultores (...)

Secção de restauração e alojamento: (...) A ementa do restaurante da Cooperativa Terra Chã oferece uma mostra de sabores, aromas e saberes tradicionais da aldeia de Chãos, nomeadamente: o cabrito serrano, a chiba serrana, a chicharada da serra, galo com nozes, galinha à Terra Chã, o bacalhau assado com chicharos, o pudim de chicharo, a tarte/pastéis de chicharo, o requeijão com mel. Também é possível comprar no espaço social/zona de bar/café do restaurante queijos de cabra “Terra Chã” (produzidos pelo rebanho da secção de silvopastorícia), e frascos de mel (produzidos na melaria comunitária) e ainda filhoses tradicionais.

(...) o chicharo, um elemento que tinha observado na ementa do restaurante, ao que o senhor Ramiro explicou que “o chicharo é parecido com o tremço e há quem o confunda com o grão de bico... é uma planta que facilmente se cria em terrenos pobres e secos e não precisa de grandes cuidados”. Acrescentou ainda que “era muito gostoso” e “tem muita saída no restaurante”. (...)

Reunião de Assembleia-Geral: a secção de restauração e alojamento (...) continua a ser o principal suporte financeiro da Cooperativa. Também é a melhor divulgação do projeto. O restaurante continua a ser um ponto de encontro para muitos grupos formais e informais, festas de batizado, primeiras comunhões e eventos matrimoniais.

Secção de silvopastorícia e ambiente: (...) Na serra observou-se a pequena lagoa recuperada pela Cooperativa Terra Chã. O senhor pastor Raúl explicou que, em virtude de esta estar a ficar danificada e sem água no Verão, em grande parte devido à ação dos javalis, a Cooperativa Terra Chã fez a sua recuperação. Neste momento a lagoa está vedada, protegendo assim a vida das espécies que lá vivem. O senhor pastor Raúl explica ainda que, “agora a lagoa tem água durante todo o ano (que pode servir para ser usada num incêndio), por outro lado, foi feito um espaço à parte, onde os javalis se podem banhar e beber água, assim como o próprio rebanho de cabras”;

- O senhor pastor Raúl mostrou os abrigos de pastor, feitos em pedra, que serviam para abrigar do mau tempo. Refere que “foi a Cooperativa Terra Chã que os recuperou para proteger o património que os mais antigos, as gerações mais velhas da aldeia de Chãos tinham construído”, conta ainda que “as pessoas hoje gostam de ver e apreciar estas coisas”;

Reunião de Assembleia-Geral: a secção de turismo de natureza (...) continua centrada nas visitas à gruta e na oferta de atividades para grupos (visitas de escolas, grupos para teambuilding, etc). Também aconteceram parcerias significativas com empresas de animação turística a quem a Cooperativa prestou serviços.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

- O património cultural do concelho de Rio Maior, destaca em particular o modo de vida serrano, cujas formas de *fazer e saber fazer*, dos mais antigos, já promoviam a valorização dos recursos, estas eram conseguidas pela sua transformação e confeção e integração em hábitos, linguagem e organização coletiva. A gastronomia serrana está ligada aos queijos, ao mel, ao azeite, aos enchidos e condimentos derivados das plantas aromáticas, assim como pratos tradicionais resultantes das atividades económicas tradicionais. O artesanato centra-se na tecelagem, exploração salífera, cerâmica e artefactos em pedra. A representação popular é evidenciada por danças, cantares, trajés, alfaias agrícolas, expressões e toponímia local (Cruz, 2011) (Parente, et al., 2014) (Ricardo, 2000).

Recuperação e restauro do património rural e infra-estruturas ligadas à agricultura de Chãos: Em 2004, um projeto financiado pelo programa AGRIS (promoção e desenvolvimento de zonas rurais), permitiu a recuperação de património rural e de infra-estruturas situadas nas imediações do Centro Cultural de Chãos, o objetivo era a revitalização das estruturas tradicionais ligadas à agricultura para integrá-las nas atividades e oferta de animação turística da Cooperativa Terra Chã. Assim foram alvo de intervenção a eira, cova do bagaço, cisternas, fachadas e telhados de casas típicas com pátios serranos, arranjos de espaços como a capela de S. Francisco, a melhoria de estradas e caminhos, no sentido de promover o potencial turístico da aldeia.

Secção de silvopastorícia e ambiente: A secção da silvopastorícia surgiu no decorrer de um trabalho de animação com os pastores das aldeias (2005), quando se começaram a fazer percursos pedestres na Serra dos Candeeiros, onde para além das atividades relacionadas com o turismo natureza, foi sendo construído conhecimento sobre o papel dos rebanhos na preservação da biodiversidade e no controle incêndios florestais.

Mais tarde, surgiu o projeto para a conservação da gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros (2008-2012), parceria entre Quercus, o PNSAC e a Cooperativa Terra Chã e com apoio da Fundação Vodafone Portugal.

Este projeto visava a conservação da gralha-de-bico-vermelho, na serra dos Candeeiros, recorrendo à manutenção e incremento de áreas de pastagens extensivas para pastoreio de gado caprino, alcançando melhores condições do habitat de alimentação da espécie, em paralelo, criava-se uma ligação à economia local, pelo desenvolvimento de dinâmicas de valorização dos produtos locais, criação de emprego de base tradicional e de turismo de natureza.

Em 2009, a Cooperativa Terra Chã já tinha um rebanho de 150 cabras (raça serrana ecótipo ribatejana) e um pastor (emprego base local), que efetuava um pastoreio extensivo tradicional e orientado na serra, o monitoramento dos impactos deste projeto foi feito pela Quercus e o Centro de Biologia Aplicada do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada).

O projeto acabou por dar novo impulso e dinâmica à perspetiva ambiental, relativamente aos impactos do pastoreio orientado, nesse sentido e visando a continuidade/sustentabilidade do projeto de caprinicultura na aldeia, contemplou-se a construção de um estábulo comunitário e uma queijaria comunitária.

O estábulo comunitário, com capacidade para 300 caprinos, tem cerca de 570m² e possui uma área de pernoita para as cabras e uma nitreira.

A dinamização deste projeto (rebanho comunitário) tem permitido consolidar um importante trabalho de impacto na conservação da biodiversidade, da diminuição do impacto dos fogos e da rentabilidade económica do rebanho, nomeadamente através do aumento das condições de alimentação e de abrigo de espécies protegidas (conseguidas pelo pastoreio de passagem e na manutenção de clareiras, entre arbustos, onde se alimenta a gralha-de-bico-vermelho), no consolidar de áreas de corta fogos e de descontinuidade de matagais, manutenção de posto de trabalho (comercialização de carne de cabrito e queijo de cabra "Terra Chã Natur"), sensibilização da opinião dos moradores da região para a ideia de que a cooperação entre caprinicultores facilita a viabilidade económica dos rebanhos.

Secção de apicultura: A dinamização desta secção começou no ano de 2009, neste momento as ações dizem respeito a dois eixos: ações de formação (a partir de 2006) de apicultura enquadradas pelo CEARTE (Centro de Formação para o Artesanato, Coimbra) e um trabalho de sensibilização junto dos apicultores, no sentido de torná-los sensíveis às vantagens obtidas por uma nova dimensão da apicultura bem como das vantagens alcançadas pela cooperação.

No ano de 2009, foi delineado um projeto de intervenção na atividade, prevendo a construção de uma central meleira comunitária, que fizesse o apoio aos apicultores, desde a melhoria das condições de produção de mel, até à sua extração, processamento e comercialização. Foi um dos projetos pioneiros cotados na Bolsa de Valores Sociais, onde se pretendia obter financiamento como projeto de empreendedorismo social.

No ano de 2012, a Cooperativa Terra Chã fez uma candidatura ao Programa Apícola Nacional, para ações de divulgação, assistência técnica e criação de central meleira, o projeto obteve um financiamento, em cerca de 40% do valor total, que foi utilizado na sua construção e em equipamentos, numa primeira fase esta infra-estrutura beneficiou 41 apicultores.

O edifício da antiga escola primária de Chãos, foi transformado e remodelado na melaria comunitária, mediante acordo entre o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã. A melaria contém quatro espaços de trabalho: a receção das alças, a sala de extração, a sala de embalagem e o armazém. A extração e o processamento do pólen e das ceras também é outra das possibilidades.

Secção de turismo de natureza: A Cooperativa Terra Chã, foi reconhecida em 2011 como empresa de animação turística, componente turismo de natureza, porque está inserida no parque natural das Serras de Aire e Candeeiros. Valorizando o património natural e construído, desenvolve atividades como as visitas à gruta de Alcobertas ou percursos pedestres pela Serra dos Candeeiros (Rota das Orquídeas, Rota dos Pastores, percursos “Marinhas de Sal”, “De Chãos à gruta”, “De Chãos a Alcobertas”, “Entre Calcários e Basaltos”.

OBSERVAÇÕES

- Sobre a recuperação da tecelagem, consultar mais informação em “Breve contexto histórico da oficina de tecelagem” e “Linha cronológica da recuperação da tecelagem tradicional em Chãos, na Análise Documental da Oficina de Tecelagem, indicador 2 do projeto cultural.
- Sobre a edificação do Centro Cultural de Chãos, consultar informação sobre “O percurso do grupo de jovens do Rancho Folclórico de Chãos na criação de alternativas para fazer face aos problemas com que a aldeia se deparava”, descrito no Projeto Social, indicador 2, Análise Documental.

A OFICINA DE TECELAGEM DA COOPERATIVA TERRA CHÃ

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P5. (...) há também uma geração de sinergias entre todas as secções e umas potenciam as outras...a que está com menos valor económico neste momento é a tecelagem...mas o fato de termos aqui a oficina de tecelagem faz com que muita gente venha à Terra Chã...ao nosso restaurante porque ao lado está uma tecelagem e querem vir ver (...)

P17. (...) o sítio onde nós estamos (oficina de tecelagem) é do Parque Natural, é uma obra, é um espaço público e estatal, mas que nós utilizamos porque fizemos um acordo de cooperação...em que nós recuperámos o edifício, mantemos o edifício, mas ele não é nosso, usufruímos do edifício.

P30. Neste momento... portanto na oficina temos duas pessoas que estão em apoio voluntariado, que fazem alguns trabalhos...que é a XXX e a XXX...e pensamos que a partir do próximo...do início do mês de Maio vai ficar aqui duas pessoas, fizemos uma parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, onde as pessoas... portanto vão ficar integradas num programa ocupacional financiado pelo centro de emprego... através de Contratos Emprego-Inserção+ (...)Têm formação específica...já tiveram formação...portanto porque já acompanham há algum tempo a oficina de tecelagem...e têm recebido formação específica do centro de formação profissional para o artesanato, que tem sede em Coimbra, o Cearte.

P31. Os produtos da tecelagem, (...) a única hipótese que nós temos é se as pessoas que vêm agora quiserem potenciar uma parceria com a Terra Chã elas podem se tornar cooperadoras e asseguram a viabilização da secção de artesanato da Cooperativa, assegurando o seu posto de trabalho, portanto... pela produção... e depois podem certificar-se como unidade artesanal junto da entidade que é o Cearte, que dinamiza essa componente.

P32. (...) essas formações são feitas em parceria com o Cearte e muitas vezes também como elas já têm alguma experiência do trabalho...fazem pequenos workshops para pessoas que estão em fase de aprendizagem. Geralmente há sempre duas formações por ano, este ano vai ser uma sobre técnicas de tapeçaria e tingimento natural, onde estão sempre à volta de 12/15 pessoas para formação... e vêm dos mais diversos locais do nosso país.

P33. (...) participaram num workshop do museu têxtil da Covilhã... e em que possivelmente o museu lhes pode dar apoio e assessoria na componente de design aos produtos.

P 34. (...) fazemos sempre o desenvolvimento de sinergias entre todas as secções da Cooperativa e muitas vezes quando há pessoas que vêm ao restaurante e a sala está cheia...costumamos (...) trazer as pessoas à tecelagem... que são compassos de espera para o restaurante e assim não perdemos clientes (...)também pode ficar aqui na tecelagem por um dia e há muita gente que faz essa rotatividade de ações (...) tentamos conciliar todo um conjunto de atividades que têm a ver com as próprias vivências e com a própria natureza rural da aldeia e da Cooperativa.

P36. (...) temos de identificar um mercado para esses produtos, não vale a pena estarmos a produzir senão conseguirmos trabalhar para um mercado que nos compre esses produtos...no fim de contas tem que ter uma abordagem de produzir e de vender, tendo em atenção os consumidores para estes próprios produtos...é sempre difícil passar dessa dimensão porque no fim de contas é fazermos da tecelagem uma atividade económica que viabilize a criação de empregos locais, para termos a tal sustentabilidade dos territórios. É querermos fazer a mesma coisa com a tecelagem que já fazemos com o restaurante, já fazemos com o rebanho, com a apicultura (...)em dado momento vinha tecelagem da China e da Índia... eram muito mais competitivos do que os nossos em termos de preço porque muitas vezes eram produtos manufacturados e desvalorizando a componente humana que estava naqueles produtos...hoje em dia é capaz de ser viável...mas pronto... temos de trabalhar uma componente de design que consiga criar produtos únicos que encontrem nichos de mercado para eles serem vendidos.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

- (...) Maria começa por explicar que não é “trabalhadora da oficina ou da Cooperativa Terra Chã, porque a oficina não cria postos de trabalho”, acrescentando que “o que acontece é que eu e outra colega, estamos por vontade própria a colaborar nos trabalhos da oficina, de forma voluntária. Estamos cá há cerca

de um ano, brevemente vamos ser inseridas de forma mais formal, através de um contrato de inserção de 12 meses, celebrado entre o IEFPP, o município de Rio Maior e a Cooperativa Terra Chã, ao abrigo de um programa de valorização do artesanato.”

- (...) Maria conta que (...) é uma “apaixonada pela tecelagem”. Foi nas suas viagens pelo país, à procura desta arte, que descobriu a Tecelagem de Chãos. (...) Começou por vir alguns dias por semana, ficando no alojamento da Cooperativa Terra Chã, para “experimentar, explorar e sentir a tecelagem”.

- (...) Sobre a atividade atual da oficina de tecelagem, Maria explica que a oficina tem “formações neste âmbito, dadas pelo CEARTE” recebendo “inscrições e participação de pessoas de vários locais do país, contudo as pessoas acabam por não ficar, muito devido ao grande esforço da atividade e pouco retorno económico”. As formações estão relacionadas com as áreas da tecelagem, costura e tingimento de fibras.

Maria confidencia que, quando chegou à aldeia se deparou com algumas dificuldades na partilha dos saberes e modos de fazer da arte da tecelagem, em especial por parte de pessoas mais idosas. Maria refere que as formações existentes na Cooperativa, dadas pelo CEARTE, foram fundamentais e essenciais para as suas aprendizagens

- (...) Outra atividade da oficina, refere Maria, são as visitas à oficina. Maria explica que recebem “visitas de várias escolas, de vários níveis e que passam um dia a aprender a tear”, acrescenta ainda que “também há visitantes que escolhem vir a Chãos, para passarem um dia na oficina de tecelagem, é um dos programas da Terra Chã, para aprender”.

- (...) A loja que existe na oficina de tecelagem, vende artigos produzidos na oficina, segundo Maria “malas em trapilho, panos em seda, panos em algodão, tapetes, mantas, há quem encomende saias, blusas (...)

- (...) Maria afirma que o objetivo principal para a oficina de tecelagem “é conseguir que ela seja vista como um ponto de referência na área da tecelagem a nível nacional, ou seja, diferenciá-la no mercado pela utilização de materiais de excelente qualidade, materiais originais/locais (por exemplo a lã de ovelha), que vão referenciar a oficina a nível nacional e atrair compradores.” (...)

- (...) Maria acrescenta que “a situação ideal será conseguir fazer na oficina de tecelagem, todo o processo natural, ou seja, desde a fiação da lã do animal (no caso a ovelha) até à peça final.” (...) Segundo a conversa informal com Maria, é neste sentido que foi criado um trabalho de “parceria informal” com especialistas na área e com o museu dos têxteis (mutex). Maria especifica que este diz respeito ao “processo de cardação (manual) até à tecelagem, onde se trabalha a troca de saberes, ideias e de know-how e que visa tornar-se mais forte e chegar um dia a parceria formal.”

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

- Breve contexto histórico da Oficina de Tecelagem (Ricardo, 2000):

Historicamente, podemos dizer que a recuperação da tecelagem tradicional em Chãos, teve três momentos principais, todos eles dinamizados pelo Rancho Folclórico de Chãos, porque na altura ainda não existia a Cooperativa Terra Chã.

O primeiro momento deu-se em 1986, quando o grupo do rancho efetuou um trabalho de recolha e preservação do património histórico e cultural da Serra dos Candeeiros. Nesse trabalho pelas aldeias serranas, o grupo percebeu que a tecelagem corria risco de extinção, no entanto ainda existiam algumas tecedeiras, que com a sua criatividade e habilidade, produziam peças com escoamento no mercado.

Neste sentido, a associação comprou alguns teares, recuperou-os e iniciou o funcionamento da Oficina, enquadrada em programas ocupacionais do IEFPP (ocupação temporária de jovens e apoio a trabalhadores desempregados).

Em 1986/1987, um grupo de cinco mulheres fez formação prática, aprendendo técnicas básicas com tecedeiras experientes que se disponibilizaram, voluntariamente, para ensinar os seus saberes, a aprendizagem valorizava o saber fazer e limitava-se ao trabalho em trapo e em algodão, os teares eram algo rudimentares e pouco funcionais, mesmo assim, a produção teve escoamento, inclusive produzindo peças para a loja de artesanato da FIL.

Mais tarde, de entre o grupo de participantes, algumas passaram a trabalhar em casa, uma conseguiu emprego como monitora de tecelagem e outra constituiu-se como empresária em nome individual. A associação acabou por abandonar o projeto, uma vez que o grupo enveredou por caminhos próprios.

Num segundo momento, em 1992, o PNSAC recupera as antigas instalações dos serviços florestais e converte-as no Centro de Formação de Tecelagem, no ano seguinte tem início um Curso de Formação de Tecelagem Artesanal.

A formação foi frequentada por 10 mulheres (algumas das quais já tinham vivido a anterior experiência de Chãos), durante 6 meses, uma aprendizagem mais sistematizada, que comportava a aprendizagem de competências e saberes tidos como suficientes para a produção individual ou em grupo. Após o término da formação, não foi possível nenhuma ação ao nível da produção, sendo que o projeto não teve evolução.

Posteriormente, sendo este o terceiro momento, entre Abril 1999 e Abril 2000, através do programa escolas oficinas do IEFP (Ministério para a Qualificação e Emprego, Portaria nº 414/96 de 24 Agosto) realizou-se a Escola Oficina de Tecelagem, em Chãos.

A Escola Oficina de Tecelagem de Chãos foi dinamizada pela Associação do Rancho Folclórico de Chãos e enquadrada pelo programa “Escolas/Oficinas” do IEFP, em articulação com o Centro de Emprego de Santarém.

A associação do rancho, desenvolveu um processo de formação cujos eixos orientadores eram a inovação nos processos de execução e nos produtos realizados, a perspetiva da formação como processo de aprendizagem valorizando a participação ativa e o “saber fazer”, desenvolvimento do processo numa lógica de desenvolvimento local centrado nas pessoas.

Os principais objetivos definidos foram: (um) assegurar a ligação entre a formação e a produção, (dois) possibilitar o acompanhamento técnico e formativo das tecelãs, (três) envolver as mulheres na tomada de decisões relativas à atividade, (quatro) valorizar saberes locais na perspetiva de criação de emprego.

A área de projeto seria apoiada e monitorizada pela equipa do PROACT, tendo como foco a participação das formandas e a criação de emprego.

O projeto tinha uma área de formação teórica e uma área de produção, onde existia a formação prática, sendo constituído por: (um) desenvolvimento pessoal e social, (dois) formação teórica, (três) formação prática/produção, (quatro) projeto. Fizeram parte deste grupo 10 mulheres, sendo que no final 2 decidiram trabalhar a partir de casa e 3 decidiram criar o seu próprio emprego (que viria a ser enquadrado na futura Cooperativa e nas recentes instalações do Centro Cultural de Chãos).

Ao mesmo tempo, a associação do rancho procurava uma forma de enquadrar o uso e funcionamento do Centro Cultural de Chãos, em sintonia com o desenvolvimento das atividades de tecelagem e de restauração (e outras futuras), que permitissem a criação de uma estrutura sustentada, com foco no desenvolvimento local de Chãos e criação de postos de trabalho, foi neste âmbito que surgiria a Cooperativa Terra Chã.

Portanto, em 2001, é criada a Cooperativa Terra Chã com as secções de artesanato e restauração/alojamento, a secção de artesanato tinha 3 postos de trabalho que eram assegurados por mulheres formadas na Escola Oficina de Tecelagem (criação do seu posto de auto-emprego), no entanto, dois anos depois as mulheres desistiram da sua atividade.

- Linha cronológica da recuperação da tecelagem tradicional em Chãos (Ricardo, 2000)

1985 – Criação da Associação do Rancho Folclórico de Chãos, o objetivo era recuperar danças, cantares, trajes e alfaias agrícolas do Rancho Folclórico fundado em 1966 e extinto três anos depois.

1986 – Compra de alguns teares e sua recuperação, inicia-se uma oficina de tecelagem, durante dois anos tecedeiras experientes ensinam um grupo de 5 mulheres técnicas básicas da arte.

1992 – O PNSAC recupera antigas instalações dos serviços florestais e converte-as no Centro de Formação de Tecelagem.
 1993 (Junho/Novembro) - Curso de Formação de Tecelagem Artesanal, com a duração de 6 meses e frequentado por um grupo de 10 mulheres.
 1999/2000 (Abril 1999 a Abril 2000) - Escola Oficina de Tecelagem em Chãos (apoiada pelo IEFP Santarém e PROACT/ISCTE).
 2001 – Criação da Cooperativa Terra Chã, com a secção de artesanato e restauração/alojamento, a secção de artesanato funciona com 3 mulheres formadas na Escola Oficina, que asseguram o seu posto de trabalho. Dois anos depois saíram da atividade.
 Atualmente, a Oficina de Tecelagem dispõe de oferta formativa na área (parceria com o CEARTE), participa em eventos de feiras da especialidade e animação socioeducativa, integra as atividades da secção de turismo de natureza.

OBSERVAÇÕES

DIMENSÃO 4: PROJETO AMBIENTAL

INDICADOR 1: Conjugação da economia, com a ecologia, valorizando e recuperando a natureza e a biodiversidade

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P5. (...) a melaria tem um potencial de desenvolvimento significativo em termos de trabalho e até de apoio aos apicultores, portanto...para lhe dar mais competências técnicas e também para eles com essas competências técnicas produzirem mais e melhor mel e também tenham proveito económico dessas próprias vendas...assegurando a Cooperativa a venda dos produtos (...)

P17. (...) neste momento temos um projeto que destabilizou económica e financeiramente a Cooperativa que foi a construção do estábulo. Era uma necessidade...talvez pelos critérios da sustentabilidade económica e financeira nunca deveríamos ter feito um estábulo para as cabras...que não é nosso porque está construído em baldio...e estando construído em baldio a obra nunca pode estar em nosso registo na conservatória porque é um baldio...mas pudemos construí-la porque ela tem uma componente de valorização ambiental e de responsabilidade ambiental muito forte (...)

P22. (...) A própria lagoa... dantes a lagoa estava aberta, as cabras iam lá beber quando queriam... hoje percebemos que é preciso vedar a lagoa para que os dejectos das cabras não vão realmente para dentro da lagoa e que portanto ela perca a água durante o verão...portanto ela durante o verão ficava seca...e que criámos bebedouros associados àquele espaço de beber, para as cabras terem onde beber e conseguimos manter aquele espaço fechado porque aquele espaço é muito importante, por exemplo, para a etetofauna para os batráquios, para as rãs, para os tritões...para as salamandras porque é um ambiente húmido, significativo para a preservação da fauna também, por isso é que tu dizes que há sempre aqui uma ligação ao ambiente, no fim de contas...pronto, o ambiente...se isto é a nossa casa, temos de tomar conta da nossa casa não é? (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Secção de apicultura: (...) A Serra dos Candeeiros tem uma tradição forte na apicultura, muitas famílias tinham 2 ou 3 cortiços em casa para consumo familiar. No entanto havia muito desconhecimento sobre como tratar corretamente as abelhas/colmeias e isso levou à diminuição dos efetivos. (...) A melaria começou a funcionar há mais ou menos 6 anos, sendo que no início os apicultores que se juntaram ao projeto não eram muitos e eram maioritariamente pessoas já com alguma idade. Tinham noções muito básicas sobre como tratar as abelhas e produziam apenas mel. (...) A melaria comunitária tem caráter formal e legal, está ligada ao Programa Apícola Nacional. Opera segundo rigorosas normas de HCCP, o seu principal objetivo é a prestação de serviços aos seus apicultores-cooperadores, sobretudo ao nível da assistência técnica. Pretende-se atuar, em especial, sobre as carências a nível de maneio sanitário, deficiente maneio técnico (não alimentar corretamente as abelhas, não substituir as rainhas, instalação inadequada de apiários, etc), entre outros. Neste sentido, explica o senhor Pedro Mendonça, “fazemos formação inicial aos apicultores-cooperadores, prestamos o apoio necessário (visitas ao domicílio, telefonemas e e-mail), fazemos a ponte entre o escoamento e o produtor de mel, etc.

Secção de silvopastorícia: (...) O rebanho tem 160 cabras, 24 leiteiras, 24 cabritos (...) Na serra observou-se a pequena lagoa recuperada pela Cooperativa Terra Chã. O senhor pastor Raúl explicou que, em virtude de esta estar a ficar danificada e sem água no Verão, em grande parte devido à ação dos javalis, a Cooperativa Terra Chã fez a sua recuperação. Neste momento a lagoa está vedada, protegendo assim a vida das espécies que lá vivem. O senhor pastor Raúl explica ainda que, “agora a lagoa tem água durante todo o ano (que pode servir para ser usada num incêndio), por outro lado, foi feito um espaço à parte, onde os javalis se podem banhar e beber água, assim como o próprio rebanho de cabras”. (...) O senhor pastor mostrou/explicou a existência de cercados com rede na serra: são quadrados cercados por rede (quadrados amostrais), onde as plantas estão a salvo do pastoreio. O objetivo é monitorizar a diferença entre a área vedada ao pastoreio e a área sujeita ao pastoreio, nomeadamente em relação à densidade de arbustos, vegetação ou espécies protegidas (...) Conta que, durante o percurso vai mostrando e explicando “o que existe na serra, sobre a fauna, flora e habitats. Vou explicando os benefícios do pastoreio do rebanho (a proteção do ambiente e dos habitats naturais das plantas, a manutenção de faixas de contenção de incêndio e a limpeza de mosaicos de parcelas para gestão de combustível), intercalando com a observação das várias ervas aromáticas e medicinais que existem na serra: o alecrim, o tomilho, a salva, entre outras. Ainda mostro os abrigos do pastor, em pedra, e a lagoa na cumeada da serra”.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

Secção de apicultura: A secção apícola da Cooperativa Terra Chã prevê assistência técnica a cerca de 147 apicultores não profissionais (maioritariamente nos domínios da qualidade e segurança alimentar do mel e sobretudo na área da sanidade apícola), com cerca de 360 apiários registados e 4994 colmeias, assegura ainda formação na área e sessões de divulgação em escolas de ensino básico e no âmbito de um protocolo com a Casa Pia de Lisboa, Quinta do Arrife.

O impacto positivo desta atividade está relacionado com o serviço prestado pelas abelhas enquanto polinizadoras de culturas agrícolas e de pastagens, de áreas não cultivadas e territórios protegidos.

A apicultura é uma atividade agrícola que promove a proteção e melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos, da biodiversidade e prestadora de um serviço benéfico ao ambiente pela ação polinizadora das abelhas.

Benefícios indiretos da atividade apícola no meio-ambiente:

- Preservação do solo, devido à sua contribuição para a manutenção do sob coberto vegetal;
- Contribuição para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade;

Benefícios diretos da atividade apícola no meio-ambiente:

- Polinização das abelhas relativamente a flora silvestre, várias culturas frutícolas e algumas oleaginosas, isto resulta em conseguir mais e melhores produções.

Esta vertente de polinização está atualmente potenciada, porque verifica-se que outros insetos polinizadores selvagens, como as borboletas, estão a diminuir (ou a desaparecer) em alguns ecossistemas, o que acarreta especial dificuldade na renovação de várias espécies de flora silvestre e, por acréscimo, da fauna que se encontra nesse habitat.

Culturas agrícolas como a amendoeira, o morangueiro, o melão, a abóbora ou o girassol, são exemplos de culturas cujo sucesso se encontra em estado crítico. Note-se ainda que as abelhas fazem parte da alimentação de várias espécies de aves insetívoras e de alguns répteis.

Com o aparecimento da varroose, final dos anos 80, a sobrevivência da espécie *Apis mellifera* depende da atividade apícola, ou seja, dependente do apicultor, por motivos sanitários.

A atividade da apicultura é uma atividade económica que é capaz explorar recursos silvestres, ao mesmo tempo que os preserva e contribui de forma positiva para a sua manutenção e renovação, é apresentada pela União europeia como um “emprego verde” (Programa Apícola Nacional 2017-2019, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral).

Secção de silvopastorícia e ambiente: A secção da silvopastorícia surgiu no decorrer de um trabalho de animação com os pastores das aldeias (2005), quando se começaram a fazer percursos pedestres na Serra dos Candeeiros, onde para além das atividades relacionadas com o turismo natureza, foi sendo construído conhecimento sobre o papel dos rebanhos na preservação da biodiversidade e no controle incêndios florestais.

Mais tarde, surgiu o projeto para a conservação da gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros (2008-2012), parceria entre Quercus, o PNSAC e a Cooperativa Terra Chã e com apoio da Fundação Vodafone Portugal.

Este projeto visava a conservação da gralha-de-bico-vermelho, na serra dos Candeeiros, recorrendo à manutenção e incremento de áreas de pastagens extensivas para pastoreio de gado caprino, alcançando melhores condições do habitat de alimentação da espécie, em paralelo, criava-se uma ligação à economia local, pelo desenvolvimento de dinâmicas de valorização dos produtos locais, criação de emprego de base tradicional e de turismo de natureza.

Em 2009, a Cooperativa Terra Chã já tinha um rebanho de 150 cabras (raça serrana ecótipo ribatejana) e um pastor (emprego base local), que efetuava um pastoreio extensivo tradicional e orientado na serra, o monitoramento dos impactos deste projeto foi feito pela Quercus e o Centro de Biologia Aplicada do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada).

O projeto acabou por dar novo impulso e dinâmica à perspetiva ambiental, relativamente aos impactos do pastoreio orientado, nesse sentido e visando a continuidade/sustentabilidade do projeto de caprinicultura na aldeia, contemplou-se a construção de um estábulo comunitário e uma queijaria comunitária.

O estábulo comunitário, com capacidade para 300 caprinos, tem cerca de 570m² e possui uma área de pernoita para as cabras e uma nitreira.

A dinamização deste projeto (rebanho comunitário) tem permitido consolidar um importante trabalho de impacto na conservação da biodiversidade, da diminuição do impacto dos fogos e da rentabilidade económica do rebanho, nomeadamente através do aumento das condições de alimentação e de abrigo de espécies protegidas (conseguidas pelo pastoreio de passagem e na manutenção de clareiras, entre arbustos, onde se alimenta a gralha-de-bico-vermelho), e no consolidar de áreas de corta fogos e de descontinuidade de matagais.

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 2: Conjugação da economia, com a ecologia, adotando comportamentos ambientalmente responsáveis
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P18. (...) desde o trabalho do estábulo, onde incorporamos o estrume nos terrenos ou vendemos para agricultura biológica, desde a poupança de água, desde a construção de cisternas, porque tanto aqui na terra chã como no estábulo existem cisternas por causa do uso sustentável da água, se podemos conservar a água fluvial em cisternas não o vamos desperdiçar (...) tentamos que as pessoas da aldeia e da vizinhança nos vendam os produtos, as hortaliças, os bens necessários para o restaurante, sempre uma ligação à proximidade e à produção ligada com o consumo.</p> <p>(...) todas as pessoas da Cooperativa e também a direção (...) foram semear batatas, para termos batatas, que vão depois assegurar o próprio consumo do restaurante e essas batatas ao serem produzidas na própria aldeia e cultivadas por nós, nós evitamos os produtos químicos, conservamo-las numa arrecadação sem os pesticidas e os anti-purgantes (...)</p>
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p><u>Secção de artesanato:</u> (...) Maria afirma que o objetivo principal para a oficina de tecelagem “é conseguir que ela seja vista como um ponto de referência na área da tecelagem a nível nacional, ou seja, diferenciá-la no mercado pela utilização de materiais de excelente qualidade, materiais originais/locais (por exemplo a lã de ovelha), que vão referenciar a oficina a nível nacional e atrair compradores.” (...) Maria acrescenta que “a situação ideal será conseguir fazer na oficina de tecelagem, todo o processo natural, ou seja, desde a fiação da lã do animal (no caso a ovelha) até à peça final.”</p>
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
OBSERVAÇÕES
DIMENSÃO 5: PROJETO TERRITORIAL
INDICADOR 1: Contratação preferencial de indivíduos da comunidade
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
<p>P20. (...) nós assim envolvemos as pessoas na própria satisfação das suas próprias necessidades...por exemplo, nós uma vez fizemos um inquérito na aldeia em 94/95, onde perguntámos às pessoas o que é que era preciso que a aldeia tivesse para desenvolver a aldeia? (...) foi esse trabalho que o rancho</p>

folclórico fez... vamos levar as pessoas a outros contextos geográficos e de desenvolvimento... por isso é que nós fomos para França, para Espanha visitar outros projetos, para que as pessoas percebessem que a realidade que se vivia em Chãos não era uma realidade única e estática, havia outras realidades (...)

P1. (...) começámos a trabalhar um ano antes na perspetiva de “o que é que havemos de fazer para tornar este processo, esta construção sustentável e que ela contribuísse para o desenvolvimento local da própria aldeia?” e para não ser uma sede que poderia ficar algum tempo parada ou desativada porque as direções e o trabalho baseado em voluntariado muitas vezes têm hiatos muito grandes...ou por abandono da direção ou porque as pessoas não se querem envolver num trabalho de voluntariado mais exigente e continuado...resolvemos criar a Cooperativa Terra Chã para dar como que uma dimensão de empresa social ao próprio trabalho que a associação tinha...e por isso é que nós criámos a Cooperativa em 2001 (...)

P13. (...) Portanto a aldeia de Chãos tem na Cooperativa Terra Chã o seu ponto de encontro e o seu ponto de retoração social e económica também. No fim de contas substitui um bocado todos os eventos sociais e comunitários que vinham de uma agricultura de subsistência onde as pessoas praticam reciprocidade nos trabalhos agrícolas...a ajuda mútua (...) podemos dizer que a Cooperativa Terra Chã tem ligações a todas as famílias da aldeia de Chãos por causa dos trabalhadores da Terra Chã e por causa dos membros da direção que são da aldeia de Chãos (...)

P5. (...) o núcleo fundador tinha uma identidade própria...porque eram cerca de 15 cooperadores (...) quando criámos a Cooperativa...portanto... tivemos quase um ano a discutir ponto por ponto os artigos dos estatutos...neste momento a cooperativa ao ter cerca de 100 cooperadores...muitos que vieram da apicultura...e vêm de uma grande dispersão geográfica (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

Participação no jantar de convívio em Chãos: (...) Foi o caso das “reuniões da roda” (sobre as quais já tinha lido num documento relativo à Cooperativa Terra Chã). Gentilmente, foi-me explicado que, antigamente, após os ensaios dos jovens do rancho, fazia-se uma roda e todos falavam um pouco de tudo uns com os outros (preocupações e brincadeiras, um pouco de tudo). Naquele tempo não havia mais distração na aldeia e era assim que se distraiam uns com os outros e onde falavam de assuntos importantes, ficou conhecido como as “reuniões da roda”.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

- Consulte-se a informação sobre contexto histórico da Cooperativa Terra Chã, em Projeto económico, indicador 1, análise documental.

INDICADOR 2: Promoção de relações privilegiadas com fornecedores locais
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
P18. (...) portanto tentamos que as pessoas da aldeia e da vizinhança nos vendam os produtos, as hortaliças...portanto...os bens necessários para o restaurante...sempre uma ligação à proximidade e à produção ligada com o consumo.
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
OBSERVAÇÕES
- Consulte-se informação sobre atividades geradoras de rendimento no Projeto Económico.
INDICADOR 3: Promoção da economia local, dos valores e cultura
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
P11. (...) a Cooperativa não é propriamente a visão tradicional de cooperativa (...)mas a possibilidade de gerir que nós encontramos para desenvolver um projeto que se partiu do associativismo para uma relação de empresa...mas de base cooperativa e de base associativa...no fim de contas foi a estratégia que nós encontramos para assegurar a viabilidade de todo este processo (...) mas uma maneira de criar uma economia de base local que contribua...portanto para o desenvolvimento do território, criando emprego local...tendo a ligação com a natureza...e portanto com a consideração do ambiente, da natureza com o projeto das cabras...valorizando os recursos locais...usando o turismo de natureza como um suporte para trazer pessoas a Chãos e que usam o espaço, o território e o ambiente para desenvolver atividades de civilização...de bem-estar e de lazer...portanto não é por isso uma Cooperativa no sentido tradicional da prestação de serviços aos associados mas uma Cooperativa que está aqui radicada para promover a economia local.
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<u>Secção de restauração e alojamento:</u> (...) O senhor Júlio Ricardo apresentou a equipa do restaurante - que nasceram (e vivem) na aldeia de Chãos - alguns elementos já eram meus conhecidos, fruto de outras visitas à Cooperativa: a senhora Maria Pinheiro e a senhora Conceição Pires são as cozinheiras, a senhora Emília Nazaré, a senhora Teresa Frazão (esta senhora foi uma das mulheres que fez formação na Escola-Oficina de Tecelagem em 2001) e o senhor Ramiro Pinheiro são empregados de mesa.

<p><u>Secção de apicultura:</u> (...) O senhor Pedro Mendonça chegou à Cooperativa Terra Chã como estagiário na área apícola. Acabou por ficar a trabalhar na Cooperativa (foi o seu primeiro emprego), no sentido de ajudar a desenvolver/dinamizar esta secção. O senhor Pedro Mendonça não vive nem é natural de Chãos (...)</p> <p><u>Secção de silvopastorícia e ambiente:</u> (...) O senhor Raúl aprendeu a ser pastor quando andava com o seu pai e, mais tarde, com o seu tio. É pastor quase desde criança e gosta muito do que faz. Começou a trabalhar na Cooperativa no ano de 2009, vive a meia hora de caminho, numa aldeia próxima de Chãos, ele não é natural de Chãos.</p> <p><u>Secção de restauração e alojamento:</u> (...)</p>
ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)
OBSERVAÇÕES
- Consulte-se a informação sobre o Projeto Económico, o Projeto Cultural e o Projeto Ambiental.
INDICADOR 4: Dinamização de projetos e ações de interesse para a comunidade
ANÁLISE DE CONTEÚDO
ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)
P14. (...) existem parcerias...portanto...existem parcerias com outras associações e cooperativas do nosso país...na área das cabras...com redes de associações que fazem trabalho...portanto semelhante ao nosso e que nós valorizamos como (...) permuta e como aprendizagem com outras organizações (...)
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)
<p>- Aconteceu no dia 16 Março, em Chãos – Rio Maior, o “Encontro Liderança nas Organizações de Economia Social e Solidária”. Neste local, quarenta e seis pessoas, em nome individual e de diversas organizações de economia social e solidária, encontraram-se para um debate informal e participado. O evento foi planeado a partir de um trabalho de articulação entre as entidades organizadoras (Cooperativa Terra Chã, Amigos do Aprender, Fundação João XXIII – Casa do Oeste, Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal), provocado pela reflexão crítica que fazem processos de desenvolvimento local e do conhecimento vivido nas organizações de economia social e solidária. O objetivo passou pela pertinência das organizações refletirem sobre os próprios processos que dinamizam, na certeza de poder, fazer mais e melhor. (...) O grupo almoçou no restaurante da Cooperativa Terra Chã. (...)</p> <p>- (...) No espaço onde é afixada informação relativa a eventos/iniciativas comunitários, formações ou outras informações pertinentes, observou-se, por exemplo, informação sobre a formação “Sanidade Apícola” e sobre uma exposição de pintura de Filomena Custódio. Esta exposição tem data marcada para 5 de Maio 2019, pelas 17 horas, onde se fará a “Apresentação do livro e declamação de poesia “Philomela – O canto do rouxinol”. A exposição é organizada pela Cooperativa Terra Chã, pelas Edições Cosmos e pela Câmara Municipal de Rio Maior, no âmbito de uma “mostra de desenhos de alunos da Escola Primária de Alcobertas (1962-1965) e desenhos recuperados pela mãe da autora, durante a guerra colonial, em Angola”.</p> <p>- (...) A nossa participação neste seminário teve como interesse principal conhecer a Cooperativa Terra Chã, organização que tínhamos ouvido falar nas aulas do nosso Mestrado, nomeadamente pelos professores Roque Amaro e Jordi Estivill. (...) Fez-se a inscrição, com o senhor Júlio Ricardo e senhor</p>

António Frazão (via e-mail), no evento e no dia 29 de Novembro de 2017, iniciámos a viagem até Chãos, no concelho de Rio Maior. (...) Deu as boas-vindas a todo o grupo e explicou que se ia começar por fazer a visita à aldeia, concretamente a eiras e cisternas, depois ao espaço junto do Centro Cultural de Chãos e de seguida iríamos fazer apenas uma parte do percurso do rebanho da Cooperativa, porque já não era possível fazer o percurso completo em virtude do atraso na chegada a Chãos. (...)

(...) Finda esta apresentação, que terminou por volta das 13 horas da tarde, o grupo foi encaminhado para o restaurante da Cooperativa Terra Chã, para dar início ao almoço. Após o almoço, o grupo foi encaminhado para as instalações do Auditório dos Paços do Concelho, em Rio Maior. (...)A organização/participação deste evento foi assumida pela Cooperativa Terra Chã, em parceria com a Associação Territórios com Vida e Quinta Lógica (Arcos de Valdevez), Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miró, Penacova, Município de Penela, Associação Aguiar Floresta, Vila Pouca de Aguiar, Associação Montis, Vouzela, Associação Urze, Gouveia, Associação de Moradores de Ferraria de S. João e contou com o apoio da Câmara Municipal de Rio Maior.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

INDICADOR 5: Participação em eventos comunitários

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTA (excerto chaves das respostas)

P13. (...) Portanto a aldeia de Chãos tem na Cooperativa Terra Chã o seu ponto de encontro e o seu ponto de retoração social e económica também. No fim de contas substitui um bocado todos os eventos sociais e comunitários que vinham de uma agricultura de subsistência onde as pessoas praticam reciprocidade nos trabalhos agrícolas...a ajuda mútua (...) podemos dizer que a Cooperativa Terra Chã tem ligações a todas as famílias da aldeia de Chãos por causa dos trabalhadores da Terra Chã e por causa dos membros da direção que são da aldeia de Chãos (...)

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE (excerto chave da anotação de diário de campo)

- (...) Após a assembleia-geral da Cooperativa Terra Chã ter terminado, as pessoas presentes foram para o salão comunitário de Chãos, localizado junto à igreja de S. Francisco. Estava programado um jantar entre todas as pessoas da aldeia, mais concretamente, entre todos os que estiveram envolvidos na presença de Chãos na Feira das Tasquinhas de Rio Maior 2019. A presença da aldeia foi assegurada entre três grupos – Cooperativa Terra Chã, Rancho Folclórico e Associação Melhoramentos Chãos – que asseguraram o funcionamento de um restaurante na referida Feira.

O objetivo deste jantar comunitário era o de apresentar as conclusões finais (prestação de contas e outras informações importantes) da presença da aldeia no referido evento.

Após o jantar/convívio (sopa, carnes no churrasco e arroz, petiscos e doces que foram feitos entre as mulheres da aldeia), a senhora Diana Frazão subiu ao palco e pediu a atenção dos presentes. Agradeceu a todos a ajuda e boa disposição e pediu à pessoa encarregue da “prestação de contas” para falar dos resultados conseguidos na Feira das Tasquinhas e outras informações importantes.

ANÁLISE DOCUMENTAL (excerto chave dos textos de documentos)

OBSERVAÇÕES

